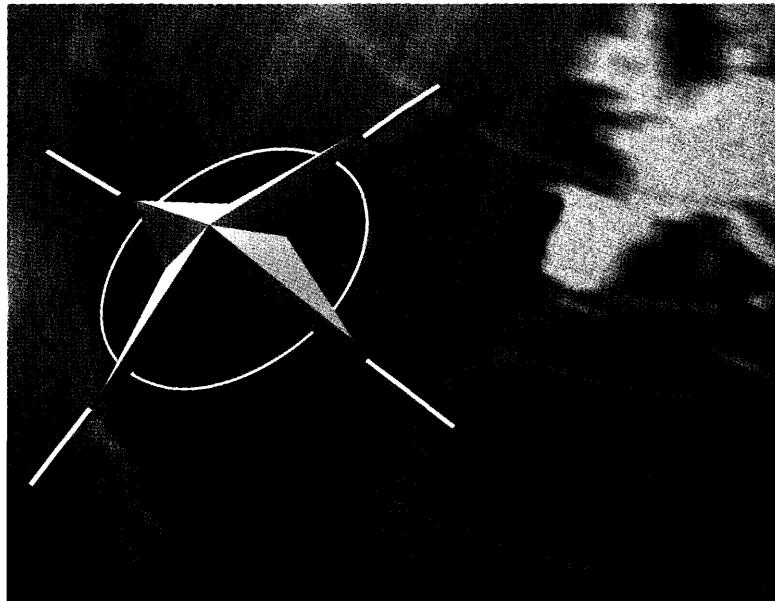


Nº 89 · Primavera 99 · 2ª Série

# NAÇÃO *e* DEFESA



Portugal na NATO  
1949-1999

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL

---

## **Política Editorial**

Nação e Defesa é uma Revista do Instituto da Defesa Nacional que se dedica à abordagem de questões no âmbito da segurança e defesa, tanto no plano nacional como internacional. Assim, Nação e Defesa propõe-se constituir um espaço aberto ao intercâmbio de ideias e perspectivas dos vários paradigmas e correntes teóricas relevantes para as questões de segurança e defesa, fazendo coexistir as abordagens tradicionais com problemáticas mais recentes, nomeadamente as respeitantes à demografia e migrações, segurança alimentar, direitos humanos, tensões religiosas e étnicas, conflitos sobre recursos naturais e meio ambiente.

A Revista dará atenção especial ao caso português, tornando-se um espaço de reflexão e debate sobre as grandes questões internacionais com reflexo em Portugal e sobre os interesses portugueses, assim como sobre as grandes opções nacionais em matéria de segurança e defesa.

## **Editorial Policy**

Nação e Defesa (Nation and Defence) is a publication produced by the Instituto da Defesa Nacional (National Defence Institute) which is dedicated to dealing with questions in the area of security and defence both at a national and international level. Thus, Nação e Defesa aims to constitute an open forum for the exchange of ideas and views of the various paradigms and theoretical currents which are relevant to matters of security and defence by making traditional approaches co-exist with more recent problems, namely those related to demography and migratory movements, the security of foodstuffs, human rights, religious and ethnic tensions, conflicts regarding natural resources and the environment.

The publication shall pay special attention to the portuguese situation and shall become a space for meditation and debate on the broad choices which face Portugal in terms of security and defence as well as on important international matters which reflect on Portugal and on portuguese interests.

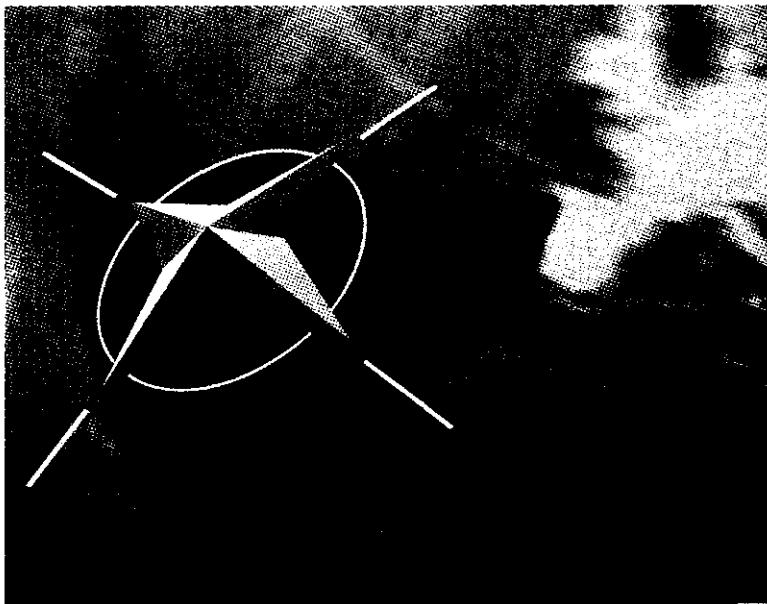
<b>Editorial</b>	5
<b>Resumos</b>	7
<b>Portugal na NATO: 1949-1999</b>	
Portugal e a NATO: 1949-1999 <i>Nuno Severiano Teixeira</i>	15
Portugal e a NATO (1949-1976) <i>António José Telo</i>	43
A Marinha nos 50 Anos da NATO <i>António Emílio Ferraz Sacchetti</i>	85
A Contribuição do Exército Português para a OTAN <i>José Luís Pinto Ramalho</i>	101
A NATO e a Força Aérea Portuguesa <i>António de Jesus Bispo</i>	121
<b>Documentos</b>	
Acto fundador sobre as relações, a cooperação e a segurança mútuas entre a OTAN e a Federação Russa	151
O Conceito Estratégico da Aliança	163
O Plano de Acção para Adesão (PAA)	192
<b>Recensões</b>	
Pragmatismo y Política, de Richard Rorty <i>António Horta Fernandes</i>	205

Foreign and Security Policy in the European Union, de Kjell A. Eliassen <i>Isabel Ferreira Nunes</i>	211
<b>Através das leituras</b>	219
<b>Abstracts</b>	223

A 4 de Abril de 1949, em Washington, era assinado o Tratado fundador da Aliança Atlântica. Este ano, no mesmo local simbólico da fundação, a Cimeira de Washington celebrou os cinquenta anos da Aliança. Não tivesse sido a crise no Kosovo e o conflito na Ex-Jugoslávia e esta teria sido uma Cimeira de consagração do Cinquentenário. De facto, durante a Guerra Fria, a Aliança assegurou a paz e ganhou a guerra. E no pós guerra, depois da queda do Muro de Berlim, do desmoronamento da União Soviética e das derivas pós-comunistas na Europa Central e de Leste, a NATO não só persiste a um ambiente internacional para o qual não fora criada como reforma as suas estruturas e se adapta a novas funções e desenha novas missões.

País fundador, Portugal mantém, nestes cinquenta anos de vida da Aliança uma presença constante e quase sempre empenhada. Esta presença de Portugal na NATO tem um duplo significado. Significa para a Aliança o contributo de uma pequena potência para a segurança na área euro-atlântica. Para Portugal teve e continua a ter um significado importante e consequências profundas quer sobre a política externa quer sobre a política de defesa e as Forças Armadas Portuguesas.

Ora, é esse, precisamente, o objectivo deste número que a Revista Nação e Defesa dedica ao Cinquentenário da Aliança Atlântica: procurar uma perspectiva destes cinquenta anos da presença portuguesa na NATO e das suas implicações para Portugal nos seus diferentes aspectos, político, diplomático e militar.



## Resumos



**Portugal e a NATO: 1949-1999, Nuno Severiano Teixeira, pp. 15-41**

A questão das relações de Portugal com a NATO tem sido frequentemente tratada por abordagens parciais, quer sob o ponto de vista político e diplomático, quer sob o ponto de vista estratégico-militar. Trata-se, fundamentalmente, de aproximações sincrónicas e conjunturais, marcadas pela análise do momento e por preocupações de natureza praxeológica. Procura-se aqui, pelo contrário, uma análise distanciada, uma perspectiva global e uma abordagem diacrónica e de mais longa duração, num arco de tempo de meio século. Trata-se, em primeiro lugar, a fundação da Aliança e a posição de Portugal enquanto membro fundador. Trata-se, em segundo lugar, a evolução das relações entre Portugal e a Aliança, quer sob o ponto de vista diplomático, quer sob o ponto de vista dos compromissos militares, no período que vai de 1949-1999.

**Portugal e a NATO (1949-1976), António José Telo, pp. 43-84**

O artigo acompanha a importância e significado da adesão de Portugal à NATO no período indicado. São distinguidas e minimamente analisadas várias fases: a adesão (1945-1949), os anos da NATO (1950-1959), as guerras de África (1960-1974) e a transição para a democracia (1974-1976). É realçada a importância das funções políticas da NATO para um pequeno poder como Portugal, nomeadamente em termos da sua inserção no sistema internacional e da evolução interna. Neste último campo é sublinhada a importância da NATO para a estruturação das Forças Armadas, para a ligação entre políticos e militares, para a organização superior da Defesa e para a determinação das políticas militar e de defesa. Uma das conclusões é que a NATO foi uma das principais influências a favorecer a transição portuguesa para uma sociedade democrática, aberta ao mundo e com estruturas de defesa modernas.

**A Marinha nos 50 Anos da NATO, António Emílio Ferraz Sacchetti, pp. 85-99**

Ainda durante a Segunda Guerra Mundial, em 1943, a Marinha portuguesa modernizou os contratorpedeiros e outros navios, dotando-os de

alguns sensores e armas que estavam então em uso pelos aliados britânicos.

Logo a seguir à guerra, e mesmo antes da criação da NATO, foram recebidas da Inglaterra e, pela primeira vez, dos EUA, algumas unidades navais, sobras de guerra.

Acentuava-se a divisão da Armada Nacional em duas forças, uma mais dotada para a guerra em ambiente naval moderno, na Europa, a outra mais vocacionada para o Ultramar, onde era improvável a luta no mar e a defesa da soberania ou a projecção de poder sobre terra era uma constante.

O apoio da NATO à aquisição de navios que não poderiam ser utilizados para missões não-NATO foi sempre equilibrado com a construção de unidades pagas pelo orçamento nacional. Este facto e o abate dos navios dos anos 30 contribuiu, por um lado, para a formação de uma Armada mais coerente e moderna; por outro lado, permitiu que, ao longo destes 50 anos, a Marinha nunca deixasse de estar presente na Europa e nos três oceanos, onde e quando o interesse nacional o exigiu.

#### **A Contribuição do Exército Português para a NATO, José Luís Pinto Ramalho, pp. 101-119**

No artigo é feita a descrição da contribuição nacional do Exército para a Aliança Atlântica, desde a sua fundação até à actualidade. Essa contribuição é analisada durante três períodos distintos: o período inicial, até 1961; de 1961 a 1976; e de 1976 até à actualidade. É igualmente abordada a problemática do reequipamento, com a indicação dos sistemas de armas mais importantes à disposição do Exército, a par da indicação da sua participação nos diversos exercícios realizados no âmbito da Aliança. Por último, são apresentados quadros de efectivos relativos à participação de unidades do Exército em operações levadas a cabo pela NATO, concretamente a IFOR e a SFOR. Nas considerações finais o autor chama a atenção para os desafios do futuro, quanto à necessidade de ser tido em conta, relativamente às exigências de uma participação nacional na NATO, o facto de a Aliança Atlântica ter concluído um processo político-militar de renovação e adaptação estratégica à nova conjuntura internacional.

**A NATO e a Força Aérea Portuguesa, António de Jesus Bispo, pp. 121-147**

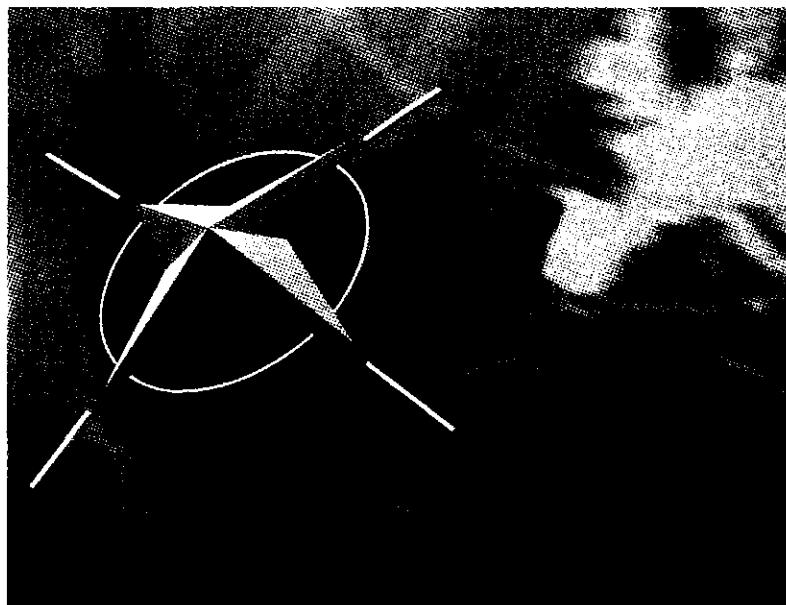
Neste artigo é analisada a evolução da NATO e da Força Aérea Portuguesa, e são referidos, de forma breve, os problemas que ambas as instituições tiveram que enfrentar ao longo dos últimos quarenta e sete anos da sua existência.

A Força Aérea vai nascer em 1952, como Ramo das Forças Armadas, no mesmo ano em que se reúne em Lisboa o Conselho do Atlântico, donde resultaram decisões de grande importância em termos de eficácia da própria Aliança.

Como país periférico, Portugal desempenha um papel potencial muito importante, no seu contributo para a ligação entre os Continentes europeu e americano, sendo relevante no apoio à estratégia do reforço rápido. As operações portuguesas em África não permitiram a prestação de um contributo real com forças, para a defesa integrada, o mesmo não se verificando no âmbito das infraestruturas de apoio.

Na segunda metade da década de 70 a participação da Força Aérea passa a ser muito mais activa, tanto na atribuição de meios, como na incorporação da doutrina e das normas de padronização, ou como na participação da decisão conjunta, ao nível das suas competências próprias: A inclusão de Portugal na defesa aérea integrada da NATO e os contributos para a instrução de pilotagem, assim como a integração na Força AEW, são exemplos da intensificação daquela participação.





**Portugal na NATO  
1949-1999**



# Portugal e a NATO: 1949-1999

*Nuno Severiano Teixeira*  
*Director do Instituto da Defesa Nacional*



Membro fundador da Aliança Atlântica, Portugal mantém desde 1949 uma presença constante nos cinquenta anos da vida da organização. As relações entre Portugal e a NATO têm sido frequentemente abordadas, quer sob o ponto de vista político e diplomático, quer sob o ponto de vista estratégico-militar, sempre que a evolução da cena internacional ou da política externa portuguesa o exige. Tratam-se, fundamentalmente, de abordagens de natureza sincrónica e conjuntural, marcadas pela análise do momento. Com raras exceções<sup>1</sup>, o mesmo não poderá dizer-se quanto ao tratamento da questão numa perspectiva histórica de mais longa duração. E é esse, precisamente, o objectivo fundamental deste texto, a saber, a tentativa de uma síntese global, numa abordagem diacrónica, no arco de tempo de meio século que conta a vida da Aliança Atlântica. Ao abordar a questão das relações entre Portugal e a NATO numa perspectiva histórica, a primeira questão que se coloca é, naturalmente, a da fundação da Aliança Atlântica e do papel de Portugal na fundação da Aliança.

Nessa conjuntura, são três as questões fundamentais que se levantam no que respeita ao caso português.

A primeira questão coloca-se do ponto de vista da Aliança, isto é, das potências negociadoras, e é a do «porquê» o convite a Portugal?

Regime autoritário, país neutro na Segunda Guerra Mundial, Portugal tinha estado afastado do reordenamento da cena internacional no pós-guerra, para não dizer que tinha estado, internacionalmente, marginalizado entre 1945 e 1949. Porquê então o convite para assinar o Tratado de Washington e tornar-se membro fundador da Aliança Atlântica?

A segunda questão coloca-se, precisamente, da perspectiva inversa, isto é, do ponto de vista de Portugal: porquê a aceitação do convite?

Porquê assinar o tratado e aderir ao pacto quando isso significava uma alteração tão radical da política externa portuguesa como era o abandono da neutralidade, tão dificilmente conquistada durante a segunda guerra e tantas vezes invocada pela propaganda do Estado Novo como coroa de glória de Salazar e do regime?

Finalmente, uma terceira questão se coloca, a saber, a das consequências. Quais as consequências imediatas da entrada de Portugal na NATO sobre a evolução do país: ao nível da política externa, da política de defesa e da própria política interna.

---

<sup>1</sup> Veja-se António José Telo, *Portugal e a NATO, o Reencontro da Tradição Atlântica*, Lisboa, 1996.

A resposta à primeira questão – porquê o convite a Portugal – é de natureza, fundamentalmente, geopolítica e geoestratégica e está na base da própria constituição do novo sistema de segurança mundial. Concebido contra a ameaça soviética, este sistema assentava então em dois pilares: o primeiro, no continente norte-americano, baseado no potencial estratégico dos Estados Unidos, retaguarda e autogarantia de todo o sistema; o segundo, no continente europeu, linha da frente e defesa imediata, baseada nos países do Tratado de Bruxelas de 1948. Todavia, para que o sistema pudesse funcionar era absolutamente necessária não só a proteção dos flancos norte e sul, mas, fundamentalmente, a articulação entre a frente e a retaguarda, isto é, entre os dois pilares da Aliança. Foi esta a razão essencial do convite a Portugal, a cujo território as ilhas dos Açores conferiam um valor estratégico acrescentado. Base importante já na primeira guerra, revelar-se-ia decisiva na segunda e indispensável no decorrer da guerra fria<sup>2</sup>. Incluída no sistema militar de defesa do Pentágono para o pós-guerra, a base dos Açores fora já objecto de um acordo bilateral entre Portugal e os Estados Unidos em 1948<sup>3</sup>. Com a NATO, o seu valor ver-se-á reforçado num quadro multilateral e a sua função confirmada no conceito estratégico da Aliança: em caso de ataque vindo de leste, o chamado «reforço rápido da Europa» passava, inevitavelmente, pelos Açores. O factor geopolítico e geoestratégico será, pois, a verdadeira razão do convite a Portugal.

A resposta à segunda questão – porquê a aceitação do convite pela parte de Portugal – é de natureza bem mais difícil e terá de compreender-se no quadro do longo e complexo processo de decisão da política externa portuguesa.

Desde os anos 50 aos nossos dias, várias têm sido as tentativas da historiografia portuguesa para responder a esta questão. Nos anos 50, Henrique Martins de Carvalho, naquela que seria a primeira e, provavelmente, a mais objectiva análise do problema, explicava a questão a partir

---

2 Sobre a importância histórica das bases dos Açores, v. antes de mais António José Telo, *Os Açores e o Controlo do Atlântico*, Lisboa, 1993. V. José Medeiros Ferreira, «Os Açores nas duas guerras mundiais», in *Política Internacional*, n.º 1, Janeiro de 1990, pp. 5-17; Nuno Severiano Teixeira, «Le Portugal l'Atlantique et la défense des Etats Unis d'Amérique pendant les deux guerres mondiales», in *XVIII Congresso Internazionale di Storia Militare*, Roma 1993, pp. 411-414; e, especialmente sobre a segunda guerra, Gianluca André, *Il Problema delle Azzorre e la neutralità durante la seconda guerra mondiale*, Milão, 1971.

3 Sobre os acordos das bases dos Açores, v. R. E. Vintras, *História Secreta da Base dos Açores*, Lisboa, 1975, e, mais recentemente, António Marquina Barrio, *La España en la Política de Seguridad Occidental*, Madrid, 1986, em especial o apêndice primeiro, pp. 943-960.

de uma perspectiva geopolítica e geoestratégica: não só a ameaça soviética impunha a Aliança Atlântica como saída única para segurança do Ocidente, como a situação geoestratégica do território português e a conjuntura particularmente grave da guerra fria impunham a Portugal uma adesão à Aliança, e não simplesmente um acordo bilateral com os Estados Unidos<sup>4</sup>.

Mais recentemente, Franco Nogueira abordou também a questão. Centrando-se sobre a personalidade de Salazar, e sem defender, explicitamente, uma razão para a entrada de Portugal na Aliança, avança uma tese que se poderia resumir em duas ideias fundamentais: em primeiro lugar, a importância do papel de Portugal enquanto membro fundador, em segundo lugar, a atribuição da paternidade da ideia da Aliança ao próprio Salazar<sup>5</sup>.

Albano Nogueira analisou também o problema a partir da perspectiva da política externa portuguesa e centrando-se, essencialmente, na posição política e na manobra diplomática de Salazar. E conclui que a verdadeira razão da aceitação do convite é, em última instância, da entrada de Portugal na Aliança, sendo de natureza política, foi-o tanto ou mais de natureza ideológica e moral. Era para Salazar um imperativo ético, «uma cruzada» contra o comunismo em defesa da civilização ocidental e cristã<sup>6</sup>. Também José Medeiros Ferreira dedicou ao tema a sua atenção. Partindo, igualmente, de uma perspectiva de política externa e, em particular, da análise das relações bilaterais entre Portugal e a Espanha, atribui uma importância especial a este factor para a entrada de Portugal na Aliança. A inclusão de Portugal e a exclusão da Espanha na Aliança conferiam à política externa portuguesa um lugar de preponderância no quadro peninsular e de interlocutor privilegiado no quadro extrapeninsular que teria pesado, fortemente, na decisão de Salazar<sup>7</sup>.

4 Henrique Martins de Carvalho, *Portugal e o Pacto do Atlântico*, Lisboa, 1953.

5 V. Franco Nogueira, *Salazar*, IV vol., Coimbra, 1980, e mais recentemente, Damião Peres (dir.), *História de Portugal*, II suplemento, Lisboa, 1986.

6 V. Albano Nogueira «La naissance de l'Alliance, une perspective portugaise», in *Revue de l'OTAN*, Outubro de 1980, pp. 8-13. Retomado e republished sob o título «The pull of the continent – Portugal votes for an European as well as an atlantic role», in André De Staercke, *Nato's Anxious Birth*, Nova Iorque, 1985, pp. 68-75.

7 V. José Medeiros Ferreira, «As ditaduras ibéricas e a fundação da Aliança Atlântica», in *O Estado Novo – das Origens ao Fim da Autarquia*, Lisboa, 1987. II vol. pp. 395-401, republicado in José Medeiros Ferreira, *Um Século de Problemas – As Relações Luso-Espanholas da União Ibérica à Comunidade Europeia*, Lisboa, 1989, pp. 57-66. V. igualmente, José Medeiros Ferreira, «A ratificação portuguesa do Tratado do Atlântico», in *Política Internacional* n.º 1, Janeiro de 1990, pp. 155-157.

Embora diferentes, quer nos seus pressupostos teóricos, quer nas suas posições políticas, quase todas estas teses assentam numa premissa comum: privilegiaram o «homem de Estado» em detrimento das «forças profundas», para utilizar a terminologia hoje clássica de Renouvin e Duroselle. Isto é, centram-se quase exclusivamente na posição ideológica, política e diplomática de Salazar e secundarizam, em grande medida, a envolvente externa e as condicionantes internas.

Ora, a compreensão do processo decisório reside não só na atitude do decisor, mas também nos factores internos e externos que condicionam a própria decisão. E, embora as motivações de natureza ideológica, política e diplomática tenham jogado o seu papel, a razão da entrada portuguesa na Aliança prende-se, em última instância, com essas condicionantes e, em particular, com a reduzida margem de manobra da política externa portuguesa<sup>8</sup>. Desde 1947 que Salazar se apercebera das mudanças na correlação de forças na cena internacional, da emergência de um novo quadro para a segurança mundial, e chamara a atenção para o avanço do comunismo na Europa<sup>9</sup>. Por isso, quando, na Assembleia Geral da ONU, Mr. Spaak chama a atenção mundial para a «ameaça russa», terá sentido confirmadas as suas preocupações e, naturalmente, legitimado o seu tradicional anticomunismo. Todavia, não alimentava grande simpatia pela diplomacia multilateral do pós-guerra nem pelas democracias ocidentais que a dominavam, em especial os Estados Unidos da América. É, pois, sem entusiasmo e com reserva que recebe o convite formal para a assinatura do Tratado do Atlântico Norte. Nas negociações de adesão que então se travaram entre Portugal e as potências negociadoras – a Inglaterra e os Estados Unidos – Salazar, adiantou, insistente, quatro reservas ao texto do pacto: em primeiro lugar, a alusão à Carta da ONU a que Portugal não pertencia, e ao modelo democrático parlamentar, que o Estado Novo recusava; em segundo lugar, a recusa de qualquer solução de integração ou supranacionalidade, suspeitando de que o verdadeiro objectivo do pacto fosse a obtenção em tempo de paz do estacionamento e utilização da base dos Açores, receando a perda do seu controle; em terceiro lugar, o caso da Espanha, excluída do pacto que Salazar, afir-

---

8 Sobre esta tese, v. Nuno Severiano Teixeira «Da neutralidade ao alinhamento – Portugal na fundação do Pacto do Atlântico», in *Análise Social*, n.º 120, pp. 55-80.

9 V. os discursos «Miséria e medo características do momento actual», de 25 de Novembro de 1947, e «O Ocidente em face da Rússia», de 28 de Abril de 1948, in *Salazar, Discursos e Notas Políticas*, vol. VI, Coimbra, 1950, respectivamente pp. 287-311 e 325-337.

mando a unidade estratégica da Península Ibérica, considerava fundamental para a defesa do Ocidente; finalmente, a duração de vinte anos para a vigência do tratado, período que considerava excessivamente longo, receando ver-se envolvido num novo conflito depois da neutralidade conseguida na segunda guerra<sup>10</sup>.

Apesar das justificações diplomáticas, com exceção das garantias sobre as bases estratégicas, nenhuma das outras reservas portuguesas foi atendida. Na verdade, nenhuma delas afectava, de facto, as grandes potências<sup>11</sup>. E, à medida que se aproximava a data prevista para a assinatura do tratado, começam a chegar também as primeiras pressões diplomáticas sobre Lisboa. A Espanha, por um lado, invocando o Pacto Ibérico, pressiona Portugal a não aderir<sup>12</sup>. Os Estados Unidos e a Inglaterra por outro, pressionam no sentido da adesão – Dean Acheson e Ernest Bevin enviam mensagens pessoais a Salazar na véspera do conselho de ministros que haveria de decidir a posição portuguesa<sup>13</sup>, uma recusa de Portugal poderia influenciar negativamente outros países em fase de decisão e abrir uma brecha no campo ocidental, que só beneficiaria a União Soviética. Num cenário de bipolarização mundial e de agudização da guerra fria, uma recusa portuguesa, com todas as suas consequências representava uma responsabilidade demasiado onerosa para Salazar aos olhos dos dirigentes políticos e da opinião pública ocidental. Para além disso, uma recusa portuguesa poderia ainda ser interpretada como um sinal de fraqueza e cedência perante a Espanha franquista.

Em suma, a margem de manobra da política externa portuguesa é pequena e a capacidade de alternativa quase nula.

Ao cabo de três conselhos de ministros, com o governo dividido e sem o entusiasmo de Salazar, Lisboa decide aderir ao pacto<sup>14</sup>. Menos por convicção

10 V. a troca de notas diplomáticas entre Londres, Washington e Lisboa, em particular o pró-memória português de 31 de Dezembro de 1948, os *aide-mémoire* inglês e norte-americano de 10 de Janeiro de 1949, e o memorial português de 8 de Março de 1949, in *Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Negócios Políticos*, armário 50, março 37.

11 V. o pró-memória inglês de 17 de Março de 1949, in *Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Negócios Políticos*, armário 50, março 37.

12 V. carta de Nicolas Franco, embaixador de Espanha em Lisboa, de 20 de Março de 1949, in *Arquivo do Ministério das Negócios Estrangeiros, Negócios Políticos*, armário 50, março 37.

13 V. os telegramas 78, 79 e 80 da Embaixada portuguesa em Londres de 19 de Março de 1949, e a carta de Dean Achson de 22 de Março de 1949, in *Arquivo do Ministério das Negócios Estrangeiros, Negócios Políticos*, armário 50, março 37.

14 V. a descrição das sessões dos Conselhos de Ministros e das posições dos diferentes ministros, in Franco Nogueira, *Salazar*, IV vol., Coimbra, 1980, pp. 143-144.

do que por necessidade. A 4 de Abril de 1949, Portugal assina o Tratado de Washington e torna-se membro fundador da Aliança Atlântica.

Resta, finalmente, a terceira e última questão: as consequências imediatas da adesão sobre a evolução da política interna e da política externa e de defesa do Estado Novo.

Apesar de todas as reservas avançadas por Portugal, a entrada na NATO constituirá uma vitória para Salazar. Uma vitória *malgré lui*, mas, ainda assim, uma vitória.

Em primeiro lugar, e desde logo, uma vitória em termos de política interna. Se é certo que a entrada de Portugal na NATO dividiu o regime, deve dizer-se que dividiu muito mais longa e profundamente a oposição: os comunistas, de acordo com as teses soviéticas, opuseram-se radicalmente e consideraram a Aliança o instrumento militar do imperialismo americano<sup>15</sup>; a oposição democrática, pelo contrário, vendo no tratado a referência à Carta da Nações Unidas e aos princípios da democracia, apoiou vivamente a entrada portuguesa, esperando que ela pudesse significar uma condenação implícita do autoritarismo e uma hipótese, ainda que remota, de democratização do regime<sup>16</sup>.

O efeito, contudo, seria, precisamente, o contrário: a aceitação de Portugal no seio da Aliança, ao lado das democracias ocidentais não só conferiu ao regime uma certa legitimização internacional, como agravou as divisões no interior da oposição e a lançou numa das suas maiores crises, que se prolongou durante toda a década de 50, até à candidatura presidencial do general Humberto Delgado<sup>17</sup>.

Em segundo lugar, as consequências da entrada de Portugal na Aliança fazem sentir-se, naturalmente, sobre a instituição militar e a política de defesa. Apesar de algumas divergências de natureza técnica que se prendiam com diferentes concepções estratégicas para a defesa de Portugal e que se concretizaram num polémica entre os generais Santos Costa e Raul Esteves<sup>18</sup>, a instituição militar esteve, globalmente, de acordo com

---

15 V. o *Avante*, 2º quinzena de Março de 1949, p. 1, Abril de 1949 pp. 1-2, e Maio de 1949 p. 2.

16 V. *A República* de 19 e 25 de Março de 1949, pp. 4 e 1, respectivamente.

17 Sobre a crise é interessante ver não só a historiografia recente, mas também os testemunhos dos agentes políticos que a viveram e deixaram as suas memórias. No campo historiográfico, v., por todos, D. L. Raby, *Facism and Resistance in Portugal* Manchester-Nova Iorque, 1988, pp. 29-39 e 107-113. Veja-se no campo memorialístico, especialmente Mário Soares, *Portugal Amordaçado*, Lisboa, 1974, pp. 163-204.

18 V. os ecós dessa polémica em Santos Costa, «Prefácio» a Alberto Andrade e Silva, *Teatro de Operações de Portugal* Lisboa, 1950 p. 9, e Raul Esteves, «O pacto do Atlântico e a defesa de Portugal», in *Revista Militar*, n.ºs 8-9, Agosto-Setembro de 1949, pp. 521-525. Raul Esteves desenvolveria a sua tese no livro *A Defesa da Europa Ocidental*, Lisboa, 1952.

a política de entrada na NATO. Esperavam com isso que a ajuda militar norte-americana pudesse contribuir, decisivamente, para a modernização profissional e o reequipamento técnico das forças armadas portuguesas, o que veio, de facto, a concretizar-se ao longo dos anos 50 ao abrigo de um «acordo de auxílio mútuo». Em todo o caso, do ponto de vista das relações entre os militares e o regime, este período de profissionalização e modernização das forças armadas será acompanhado de um fechamento da instituição sobre si própria e de um eclipse da intervenção militar na vida política, o que jogou ainda em favor de Salazar<sup>19</sup>. Se a última revolta militar importante fora a da Mealhada em 1946, depois da entrada de Portugal na NATO só voltará a registar-se a «Abrilada» de 1961, precisamente com o início do problema colonial<sup>20</sup>.

Finalmente as consequências sobre a política externa. Apesar da insistência de Salazar no sentido da inclusão da Espanha na Aliança, a recusa das potências ocidentais jogará a favor da política externa portuguesa. A adesão portuguesa e a exclusão espanhola vêm reforçar a posição de Portugal no quadro peninsular e instituir Lisboa como interlocutor privilegiado no relacionamento extrapeninsular. No quadro global, a adesão de Portugal à Aliança vem confirmar a permanência dos vectores históricos da política externa portuguesa, a saber, a opção atlântica e a aliança com a potência marítima. Porém, com uma mudança fundamental no seu pólo de referência, que era a resposta portuguesa à cena internacional do pós-segunda guerra: o declínio da aliança inglesa e a emergência de um outro eixo do outro lado do Atlântico – os Estados Unidos da América. A entrada de Portugal na NATO, em 1949, abre, assim um dos momentos mais felizes da política externa do Estado Novo, que só a entrada na ONU, em 1955, e o início da contestação internacional à política colonial de Salazar virão encerrar. A opção atlântica e a presença de Portugal na Aliança manter-se-ão, contudo, como referências básicas da política externa portuguesa até ao final do regime e ver-se-ão, mesmo, confirmadas com a transição para a democracia.

A partir do momento da fundação e da entrada portuguesa na Aliança, com a exceção efémera do período pós-revolucionário de Abril de 1974,

19 V. Maria Carrilho, *Forças Armadas e Mudança Social em Portugal no Século XX*, Lisboa, 1985, pp. 377-399.

20 V. João B. Serra e Luís Salgado Matos, «Intervenções militares na vida política», in *Análise Social*, n.s. 72-73-74, vol. I, 1982, pp. 1165-1195, e, mais recentemente, José Medeiros Ferreira, *O Comportamento Político dos Militares*, Lisboa, 1992, pp. 223-254.

a NATO desaparece, praticamente, como questão de política interna em Portugal.

Analisemos então as relações entre Portugal e a Aliança nos outros dois planos: o da política externa e o da política de defesa.

Para a política externa portuguesa a entrada de Portugal na NATO significou não só a emergência de um novo aliado preferencial – os Estados Unidos da América –, como alterou, qualitativamente, as relações bilaterais entre os dois países, em particular no campo da defesa. A partir de 1949, embora a cooperação militar e as chamadas «facilidades» concedidas por Portugal aos Estados Unidos decorressem de acordos bilaterais, as relações passariam a ter, forçosamente, uma dimensão multilateral e a ser encaradas como um contributo de Portugal para o sistema defensivo da Aliança. Assim, conceder ou restringir facilidades militares não é já um problema estritamente bilateral, mas sim uma questão da NATO.

A partir daqui, e considerando que os Estados Unidos são o verdadeiro suporte militar da Aliança, as relações diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos e, em particular, as relações de cooperação em matéria de defesa passam a constituir um ponto fundamental do relacionamento de Portugal com a NATO.

Neste sentido, os anos 50 são marcados pelo bom relacionamento bilateral e, nesse quadro, pela assinatura de acordos de cooperação militar. Na sequência do acordo bilateral sobre a base dos Açores, em 1948, e do Mutual Defense Assistance Act de 1949, e sempre no quadro da Aliança Atlântica, Portugal e os Estados Unidos assinam em Janeiro de 1951, um acordo de auxílio mútuo e, em Setembro do mesmo ano, um acordo de defesa que estendia as facilidades na base militar dos Açores até 1956. Em Novembro de 1957, a assinatura de um acordo suplementar de defesa estenderia o prazo de vigência até Dezembro de 1962<sup>21</sup>.

No que respeita à política de defesa, a integração de Portugal no sistema militar da Aliança seria plena de consequências. Em primeiro lugar, no quadro do acordo de auxílio mútuo, inicia-se desde logo e desenvolve-se ao longo dos anos 50 todo um processo de reequipamento das forças

---

21 V. as obras já citadas de R. E. Vintras, *História Secreta da Base dos Açores*, Lisboa, 1975; António Marquina Barrio, *La España en la Política de Seguridad Oeste* Madrid, 1986, em especial o apêndice primeiro, pp. 943-960, e, mais recentemente José Calvet-Magalhães «Portugal e os Estados Unidos – relações no domínio da defesa», in *Estratégia*, n.º 4, Inverno de 1987-1988, pp. 31-32.

armadas portuguesas, que se concretizará na construção de infra-estruturas e na recepção de material de guerra<sup>22</sup>.

Em segundo lugar, e em paralelo com os aspectos técnicos de infra-estruturas e armamento, inicia-se, em contacto com as forças armadas norte-americanas, um processo de reciclagem, formação e especialização profissional dos quadros militares portugueses. Ao longo dos anos 50 começa a registar-se uma renovação da doutrina e dos métodos na instituição militar, assim como uma série de reformas ao mais alto nível das forças armadas portuguesas. Logo em 1950 é criado o Ministério da Defesa Nacional e reforça-se o cargo de Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas. Estas reformas visavam, essencialmente, uma maior coordenação entre os vários ramos das forças armadas no sentido do que acontecia nos outros países da Aliança. Este movimento de reformas culmina com a Lei de Bases n.º 2084, de 16 de Agosto de 1956, que tende a acentuar a independência da instituição militar em relação ao poder político e vem instituir novos organismos, como o Estado-Maior-General das Forças Armadas e o Conselho Superior Militar<sup>23</sup>.

No que respeita à NATO, todas estas mudanças visavam, fundamentalmente, dois objectivos: em primeiro lugar, a aproximação das estruturas e procedimentos militares das forças armadas portuguesas à dos seus homólogos dos outros países da Aliança; em segundo lugar, e era esse o objectivo último, o cumprimento dos compromissos assumidos com a NATO. Compromissos estes que se traduziam basicamente, em duas áreas: no que respeita ao exército, a criação de uma divisão independente com o objectivo de vir a ser afectada às missões da NATO no continente europeu; no que respeita à marinha e à força aérea, o seu empenhamento em missões de luta anti-submarina e de patrulhamento no Atlântico Norte dentro dos comandos da Aliança<sup>24</sup>.

---

22 Sobre o rearmamento das forças armadas portuguesas, v. António José Telo, *Portugal e a NATO. o Reencontro da Tradição Atlântica*, Lisboa, 1996 e Maria Carrilho, *Forças Armadas e Mudança Social em Portugal no Século XX*, Lisboa, 1985, pp. 332-335, sobre a construção de infra-estruturas v. a listagem in Alfredo Ramos Rocha, «Portugal e a defesa ocidental: problemas militares e estratégicos», in *Proserpina*, n.º 8, Merida, Abril de 1989, pp. 71-81, anexo B.

23 V. Maria Carrilho, *Forças Armadas e Mudança Social em Portugal no Século XX*, Lisboa, 1985, pp. 377-399, e José Medeiros Ferreira, *O Comportamento Político dos Militares*, Lisboa, 1992, pp. 255-262.

24 Sobre os compromissos de Portugal para com a NATO e as actividades das forças armadas portuguesas nesse quadro, v.: em relação ao exército e à divisão independente, a importante compilação de documentos publicada pelo Serviço Histórico-Militar, *Subsídios para o Estudo do Esforço Militar Português na Década de 50 - os Compromissos com a OTAN*, Lisboa, 1988, 2 vols. sobre a marinha e força aérea, v. Alfredo Ramos Rocha, «Portugal e a defesa ocidental: problemas

Assim, os anos 50 constituem-se, do ponto de vista da política externa, como uma década de um relacionamento bilateral relativamente fácil com os Estados Unidos, marcada pela assinatura dos acordos de defesa e do plano de auxílio mútuo, e, no quadro multilateral e da política de defesa, pelo empenhamento militar e pelos esforços no cumprimento dos compromissos assumidos com a NATO.

A década de 60, pelo contrário, será caracterizada pelas dificuldades de relacionamento entre Portugal e os Estados, e pelo malogro das negociações sobre os acordos de defesa, no plano bilateral, e pela alteração, para não dizer ruptura dos compromissos militares com a NATO, no plano multilateral.

Com a entrada de Portugal na ONU, em 1955, inicia-se um novo período para a política externa portuguesa, marcado pela contestação internacional à política colonial do Estado Novo<sup>25</sup>. Primeiro, ao nível ideológico, o embate com o anticolonialismo reinante na Assembleia Geral das Nações Unidas e, depois, ao nível político e militar, com a questão da Índia e o início dos conflitos de descolonização em três teatros de guerra africanos. A partir de 1961 altera-se, significativamente, o empenhamento atlântico, suspendem-se os compromissos com a NATO e a questão colonial torna-se a preocupação quase exclusiva da política externa portuguesa.

Por outro lado, do ponto de vista americano, o ano de 1961 coincide com a subida ao poder da administração Kennedy e sua política intervencionista no sentido de fazer infletir a política colonial de Salazar<sup>26</sup>.

O cruzamento destas duas posições, ou seja, a intransigência de Salazar na sua política colonial e o intervencionismo de Kennedy sobre essa mesma política, teve reflexos imediatos no relacionamento entre Portugal e os Estados Unidos e, em particular, no que respeita à cooperação bilateral em matéria de Defesa.

---

militares e estratégicos», in *Proserpina*, n.º 8, Merida, Abril de 1989, pp. 71-73; sobre o reflexo da NATO sobre as forças armadas e a política de defesa de Portugal v. António José Telo, «Portugal e a formação da NATO – contributo para uma história por fazer», in *Estudos em Homenagem a Jorge Borges de Macedo*, Lisboa, 1994, pp. 525-547 e mais recentemente *Portugal e a NATO, o Reencontro da Tradição Atlântica*, Lisboa, 1996.

25 Sobre a relação de Portugal com a ONU v. Fernando Martins, *Portugal e a Organização das Nações Unidas. Uma História da Política Externa e Ultramarina Portuguesa no Pós-Guerra (Agosto de 1941-Setembro de 1958)*, dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1995; A. E. Duarte Silva, «O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)», in *Análise Social* n.º 130. 1995. pp. 5-50.

26 V. José Freire Antunes, *Kennedy e Salazar – o leão e a raposa*, Lisboa, 1991.

O acordo suplementar de defesa de 1957 expirava, como se viu, em Dezembro de 1962. Ora, quando em meados desse mesmo ano, o embai-xador americano em Lisboa solicita ao governo português a reabertura de negociações para a renovação do acordo, a disposição firme do governo português era a de não negociar. E nem um voto favorável a Portugal por parte dos Estados Unidos na ONU, nem uma visita do subsecretário de Estado norte-americano G. Ball a Lisboa, numa tentativa derradeira para conseguir um acordo, demoveram Salazar<sup>27</sup>. Desde 1962 que no quadro de uma reunião da NATO, o secretário de Estado Dean Rusk manifestara ao ministro português dos Negócios Estrangeiros a sua preocupação com os problemas práticos que poderiam advir dessa situação. E é nestas condições que o governo português emite uma nota na qual autorizava o estacionamento e o uso da base dos Açores, sublinhe-se, «a título de facto e durante as negociações»<sup>28</sup>. Na prática prolongava-se a vigência do acordo até 1964. Na impossibilidade de afastar os Americanos, Salazar deixava claro que se tratava de uma situação «de facto» e «não de jure», conferindo-lhe, assim, indelevelmente, uma marca de precariedade. Precariedade sob o signo da qual se viveu a partir de 1964, uma vez que o agravamento da questão colonial e a degradação das relações entre Portugal e os Estados Unidos nos últimos anos de Salazar malograram toda e qualquer hipótese de negociação.

Do ponto de vista militar, e no que respeita à política de defesa, os anos 60 são, em grande parte, marcados pelo abandono dos compromissos com a NATO. Depois do falhado golpe do general Botelho Moniz, cujas relações com a administração Kennedy são hoje conhecidas<sup>29</sup> e que visava, precisamente, infletir a política colonial e procurar uma solução não militar, ou seja, uma solução política negociada, para os conflitos da descolonização, todo o esforço militar português se dirige para o teatro colonial<sup>30</sup>.

27 V. Diogo Freitas do Amaral, *A Tentativa Fallhada de Um Acordo Portugal-EUA, sobre o Futuro do Ultramar Português*, Coimbra, 1994.

28 V. o trabalho já citado de José Calvet-Magalhães, «Portugal e os Estados Unidos – relações no domínio da defesa», in *Estratégia* n.º 4, Inverno de 1987-1988, pp. 32-33.

29 V. Richard D. Mahoney e J. F. Ordeal in *Africa*, Nova Iorque, 1983, pp. 187 e segs.; e José Freire Antunes, *Kennedy e Salazar – o leão e a raposa*, Lisboa, 1991, pp. 175-176 e 207-227.

30 Não existindo uma história militar dos conflitos de descolonização, a única fonte continua a ser a publicação oficial do Estado-Maior do Exército, *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África*, 1º vol., Lisboa, 1988.

Totalmente absorvido pela guerra em África, o governo português é levado a reduzir substancialmente os compromissos com a NATO.

Em primeiro lugar, e fundamentalmente ao nível do exército, acaba por desarticular-se a divisão independente do exército, à qual aliás, a administração norte-americana, em 1962, acaba por cortar a ajuda militar, com o objectivo expresso de impedir que o material de guerra atribuído ao exército português no quadro da NATO fosse utilizado nos teatros coloniais<sup>31</sup>.

Ao nível da marinha e da força aérea, apesar da redução substancial do empenhamento na NATO, as alterações não são tão radicais. As missões de patrulhamento continuaram e a partir da criação da STANAVFORLAND, em 1967, regista-se mesmo a participação constante (quatro a cinco meses anuais) de uma fragata portuguesa nesta força naval pendente.

Ao nível estratégico-militar, durante os anos 60, um outro acontecimento se regista no quadro da Aliança que terá reflexos importantes sobre Portugal: trata-se da redefinição do teatro de operações ACLAND. Às duas zonas de operações já definidas – o WESTLAND e o EASTLAND – vem agora acrescentar-se uma terceira: o IBERLAND. Embora a decisão de criar o IBERLAND date de 1958, divergências entre a França e a Inglaterra sobre o comando da área de operações arrastaram por vários anos a sua concretização. E só em 1966, coincidindo com a retirada francesa da estrutura militar integrada da Aliança e, consequentemente, de todos os seus comandos<sup>32</sup>, se chega a uma solução de compromisso: o comando do IBERLAND ficaria sediado em território português e seria atribuído a um oficial norte-americano. Em Fevereiro, de 1967, o quartel-general do IBERLAND instala-se, provisoriamente, em Sintra, donde transita, em Outubro de 1971, para as instalações que ainda hoje ocupa em Oeiras<sup>33</sup>.

Durante a primeira metade dos anos 70 até à transição para a democracia não se registam mudanças assinaláveis no que diz respeito à política de defesa e ao empenhamento, ou melhor, ao desempenhamento militar de Portugal relativamente aos compromissos com a NATO, uma vez que os conflitos continuaram nos três teatros de guerra africanos até 1974.

---

31 José Freire Antunes, *Kennedy e Salazar – o Leão e a Raposa*, Lisboa, 1991, pp. 239-243.

32 V. L'Alliance Atlantique –structures faits et chiffres, Bruxelas, 1981, p. 52, e Claude Delmas L'OTAN, Paris, 1981, pp. 60-65.

33 V. Alfredo Ramos Rocha, «Portugal e a defesa ocidental: problemas militares e estratégicos», in *Proserpina*, n.º 8, Mérida, Abril de 1989, pp. 72-74.

Do ponto de vista da política externa, pelo contrário, regista-se uma evolução positiva das relações bilaterais entre Portugal e os Estados Unidos e a resolução do problema pendente da base dos Açores.

Com a saída de Salazar da cena política, em 1968, e a subida ao poder de Marcelo Caetano inicia-se uma revisão da política diplomática para com os Estados Unidos: evita-se a tensão política e o confronto ideológico a propósito da questão colonial e procura-se a cooperação possível com o governo norte-americano. É neste sentido, que logo em 1969, o governo português faz saber em Washington o seu interesse em ver resolvida a questão dos Açores e propõe a abertura de negociações.

Os princípios que presidiriam a estas negociações seriam agora diferentes do período de Salazar. Em primeiro lugar, não se solicitavam ao governo americano quaisquer garantias de natureza política, que, aliás, Washington não poderia dar, isto é, evitava-se a tensão ideológica e política. Em segundo lugar, e fundamentalmente, porque Portugal estava sob embargo de fornecimento de armas, Lisboa teria de negociar com base em contrapartidas de carácter económico-financeiro.

O acordo é assinado em Bruxelas, na sequência de uma reunião da NATO, em Dezembro de 1971. Acordo cujas bases se traduziam, no essencial, nas condições seguintes: Portugal estendia as facilidades nos Açores até Fevereiro de 1974; em contrapartida, os Estados Unidos concediam a Portugal um programa, relativamente importante, de assistência económica.

Este programa de assistência económica concretizava-se, basicamente, em quatro pontos: um empréstimo de 15 milhões de dólares para os anos de 1973 e 1974, reembolsáveis em quinze anos a um juro de 4,5%; a disponibilização de um crédito de 400 milhões de dólares para projectos de desenvolvimento económico; a dívida de 1 milhão de dólares para projectos de desenvolvimento no sector da educação; um navio hidrográfico<sup>34</sup>.

Se a primeira fase dos acordos bilaterais de defesa entre 1948 e 1971 se tinha baseado nas contrapartidas militares, inicia-se a partir de 1971 um novo período em que a base de negociação são as contrapartidas de carácter económico-financeiro. É um período que atravessa a transição e

---

34 V. o trabalho já citado de José Calvet-Magalhães, «Portugal e os Estados Unidos - relações no domínio da defesa», in *Estratégia*, n.º 4, Inverno de 1987-1988, p. 36, e José Freire Antunes, *Os Americanos e Portugal* vol. 1, *Os Anos Richard Nixon 1969-1974*, Lisboa, 1986. pp. 152-154.

a consolidação democrática e se prolonga até ao acordo de 1989. A partir da década de 90, o fim da guerra fria, a entrada de Portugal na Comunidade Europeia, o aparecimento de outros países candidatos à ajuda, as restrições orçamentais norte-americanas e, fundamentalmente, a questão do *burden-sharing* dentro da NATO alteram substancialmente as premissas daquela que foi a base tradicional de negociação para Portugal a saber, o binómio facilidades/contrapartidas<sup>35</sup>.

Nos últimos anos do Estado Novo dois outros acontecimentos virão melhorar as relações bilaterais entre os dois países e reforçar a posição negocial de Portugal.

Em primeiro lugar, em Outubro de 1971, quando na Assembleia Geral da ONU se levanta o problema da representação chinesa no Conselho de Segurança, ou seja, qual das duas repúblicas da China deveria ter assento no Conselho, Portugal vota favoravelmente aos interesses norte-americanos. Em segundo lugar, e este seria o elemento decisivo, a autorização portuguesa para a utilização da base das Lajes, nos Açores, durante a guerra do Yom Kippur, em 1973. Esta posição de Portugal teria um efeito de tal modo positivo sobre as relações bilaterais que, apesar do embargo de armas que persistia sobre Lisboa, Kissinger diligencia no sentido de conseguir o fornecimento dos mísseis que as forças armadas portuguesas requeriam para a condução da guerra em África. Mísseis que deveriam chegar obviamente, através de *devious ways*<sup>36</sup>. Era este o clima de relações quando se dá o 25 de Abril de 1974.

O fim do regime autoritário e o processo de transição para a democracia, que se inicia em 25 de Abril de 1974, vem determinar uma redefinição profunda da política externa portuguesa de acordo com o espírito do programa do MFA, que se traduzia, sinteticamente, na fórmula, «democratização, descolonização, desenvolvimento». Apesar de o programa do MFA anunciar e garantir o cumprimento de todos os compromissos internacionais de Portugal, tornava-se claro que esses dois simples princípios – democratizar e descolonizar – implicariam uma reinterpretação desses mesmos compromissos e uma alteração de fundo na orientação externa do Estado português.

---

35 V. Bernardo Futch Pereira, «Continuidade na mudança. As relações entre Portugal e os Estados Unidos», in *Política Internacional*, n.º 2, vol. 1, Junho de 1990, pp. 5-19 e Carlos Gaspar, «Portugal e a Aliança Atlântica», in *Dicionário de História de Portugal*, Suplemento de António Barreto e Maria Filomena Mónica (no prelo).

36 V. o testemunho do embaixador de Portugal em Washington João Hall Themido, *Dez Anos em Washington 1971-1981*. Lisboa, 1995, pp. 111-147, em especial p. 131.

Todavia, no que respeita ao eixo atlântico e aos compromissos com a NATO, se alterações houve, foi no sentido da reafirmação e do reforço desse vector da política externa portuguesa. Logo em Junho de 1974, na conferência ministerial da NATO, em Otava, o ministro dos Negócios Estrangeiros do novo regime, Mário Soares, reafirma a fidelidade à NATO como um dos princípios fundamentais da orientação da política externa portuguesa, princípio que volta a reafirmar perante a XXX<sup>a</sup> sessão da Assembleia Geral da ONU, em Setembro do mesmo ano<sup>37</sup>.

Entre Abril de 1974 e Janeiro de 1986, a política externa portuguesa oscilou entre duas orientações de fundo que marcam, igualmente, duas fases distintas: a da transição para a democracia, correspondente ao período pré-constitucional, dominado pelo processo revolucionário, e a da consolidação democrática, correspondente ao período constitucional marcado pela institucionalização e estabilização do regime democrático<sup>38</sup>. O período pré-constitucional é caracterizado pela luta em torno das opções externas do país, pelo exercício de diplomacias paralelas e, consequentemente, pela indefinição da política externa. Apesar das lutas, das hesitações e da indefinição durante os governos provisórios, em particular aqueles de maior preponderância militar, a orientação global da política externa portuguesa tende para um neutralismo vagamente terceiro-mundista.

Apesar dessa orientação vaga e difusa de neutralismo, nunca durante o período de transição para a democracia nenhuma força política de poder, incluindo o PCP, mau-grado os ataques à NATO e ao imperialismo americano, reclamou a saída de Portugal da Aliança Atlântica<sup>39</sup>.

O período constitucional, que se inicia, precisamente, com o primeiro governo constitucional, caracteriza-se pela clarificação da política externa portuguesa e pela definição unívoca e rigorosa do posicionamento externo do país. Portugal assume inteiramente a sua condição de país

---

37 V. os discursos «Portugal, a democracia, a descolonização e a Aliança Atlântica» e «O novo Portugal e as Nações Unidas», in Mário Soares, *Democratização e Descolonização – Dez Meses no Governo Provisório*, Lisboa, 1975, pp. 43-50 e 123-137.

38 Sobre a caracterização da política externa portuguesa neste período, v. Scott MacDonald, *European Destiny, Atlantic Transformations – Portuguese Foreign Policy under the Second Republic*, New Brunswick, Londres, 1993; Nuno Severiano Teixeira, «Between Africa and Europe – Portuguese foreign policy 1890-1986», in (ed.), António Costa Pinto *Modern Portugal*, SPOSS, Palo Alto, California, 1998, pp. 60 a 87.

39 V. as posições do PCP sobre a NATO in *Dossier Nato*, Ed. Avante, Lisboa, 1979, e *Portugal e a NATO*, Ed. Avante, Lisboa, 1990.

ocidental, simultaneamente, europeu e atlântico. Serão estes, pois, os dois vectores fundamentais e as verdadeiras opções estratégicas do Portugal democrático.

Porém entre 1976 e 1986 com predomínio claro da vertente atlântica e do atlantismo, que jogou um papel importante não só ao nível da orientação externa, mas também da estabilização interna do país<sup>40</sup>.

Ao nível bilateral, esse atlantismo materializou-se no estreitamento de relações diplomáticas com os Estados Unidos e na renovação dos acordos das Lajes em 1979 e 1983<sup>41</sup>.

Em 1977, uma declaração conjunta de Portugal e dos Estados Unidos afirma a intenção de ambos os governos de concluírem negociações sobre as facilidades na base dos Açores, o que vem a acontecer em Junho de 1979 e prolonga o regime de utilização das facilidades até 1983.

Ao acordo de 1979 presidia ainda o princípio das contrapartidas económicas, que se traduziram no apoio financeiro de 20 milhões de dólares anuais à Região Autónoma dos Açores, e, com o fim do embargo militar a Portugal. A estas contrapartidas económicas juntaram-se 60 milhões de dólares na área da defesa.

O agravamento da situação no Médio Oriente, a queda do Xá no Irão e a invasão soviética do Afeganistão, no início da década de 80, conduzem à necessidade de um reforço da presença ocidental e é neste quadro que se dá a assinatura do acordo de 1983.

As facilidades nos Açores são estendidas até 1991 e, como contrapartidas, Portugal recebe ajudas no sector económico e militar.

Ao nível militar, uma dívida no valor de 517,5 milhões de dólares e um crédito de 412,5 milhões de dólares por oito anos. No plano não militar, um crédito de 75 milhões de dólares e uma dívida no valor de 320 milhões de dólares. É neste âmbito que é instituída a Fundação Luso-Americanana para o Desenvolvimento – FLAD<sup>42</sup>.

Ao nível multilateral, o vector atlântico traduziu-se na manutenção e reforço da posição de Portugal na Aliança Atlântica e na redefinição e

---

40 Sobre a evolução do atlantismo pós-1974, v. Álvaro Vasconcelos, «Los tres rostros del atlantismo portugués 1974-1988», in *Proserpina*, n.º 8, Mérida, Abril de 1989.

41 Sobre as relações bilaterais no seu conjunto é interessante o testemunho de João Hall Themido, *Dez Anos em Washington 1971-1981*, Lisboa, 1995, pp. 167 e segs.

42 V. o trabalho já citado de José Calvet-Magalhães, «Portugal e os Estados Unidos – relações no domínio da defesa», in *Estratégia*, n.º 4, Inverno de 1987-1988, pp. 43-51; Mark Stenhouse-Bruce George, «Defense policy and strategic importance: the western perspective», in Kenneth Maxwell, (ed.). *Portuguese Defense and Foreign Policy since Democratization*, Nova Iorque, 1991, pp. 38-41.

renovação do empenhamento português nos compromissos militares da NATO, que o esforço da guerra em África tinha obrigado a abandonar desde a década de 60.

No que concerne ao exército, este reforço dos compromissos traduziu-se na organização da brigada mista independente, entretanto convertida em brigada mecanizada independente que veio substituir a antiga divisão independente do exército e que mantém o seu antigo objectivo das missões NATO no flanco sul da Aliança.

Ao nível da marinha e da força aérea, reforçam-se as missões no quadro do IBERLAND, cujo comando a partir de 1982, é elevado à categoria de Comando-Chefe – CINCIBERLAND – e passa a poder ser desempenhado por um oficial português<sup>43</sup>.

A «opção europeia» é, no entanto, a grande novidade da política externa pós-25 de Abril e o grande desafio do Portugal democrático<sup>44</sup>. Inicia-se em 1977, durante o primeiro governo constitucional, com o pedido de adesão de Portugal à Comunidade Europeia e concretiza-se com a assinatura do Tratado de adesão, em Junho de 1985.

Esta é a grande inovação da política externa do regime democrático. Porém, no trânsito entre o regime autoritário e a democracia, o vector atlântico jogou um papel duplamente importante em Portugal: ao nível interno, o atlantismo foi, indiscutivelmente, um factor de relevo na consolidação democrática; ao nível da política externa e nessa mudança tão radical que foi a passagem da «opção africana» para a «opção europeia», o vector atlântico foi para Portugal o elemento de continuidade, a constante histórica, que funcionou como factor de estabilidade e permitiu uma transição sem ruptura.

A partir de 1 de Janeiro de 1986, a integração de Portugal na União Europeia vem trazer uma nova dimensão ao atlantismo português e às relações de Portugal no quadro atlântico.

O fim da guerra fria, a queda do Muro de Berlim e da União Soviética, a dissolução do bloco de Leste e do Pacto de Varsóvia e persistência dos

---

43 V. Alfredo Ramos Rocha, «Portugal e a defesa ocidental: problemas militares e estratégicos», in *Proserpina*, N.º 8, Merida, Abril de 1989, pp. 74-76; Mark Stenhouse-Bruce George, «Defense policy and strategic importance: the western perspective», in Kenneth Maxwell, (ed.), *Portuguese Defense and Foreign Policy since Democratization*, Nova Iorque, 1991, pp. 41-43.

44 V. António Costa Pinto e Nuno Severiano Teixeira, (organização de) *Portugal e a Unificação Europeia*, número especial da Revista Penélope, nº18, 1998; Jaime Gama "A adesão de Portugal às Comunidades Europeias", in *Política Internacional*, nº 10, 1994/1995, pp. 5 a 19; e Scott McDonald, *European Destiny Atlantic Transformations, Portuguese Foreign Policy Under the Second Republic*, Londres 1993.

Estados Unidos como única potência global provocam, a partir de 1989, a emergência de uma nova conjuntura internacional e de um novo quadro de segurança mundial.

O novo sistema de segurança mundial e o novo posicionamento internacional do país determinam, a partir de então, um novo quadro para o relacionamento atlântico de Portugal. E às tradicionais dimensões bilaterais, das relações diplomáticas com os Estados Unidos e multilaterais, com a NATO, vem juntar-se uma nova dimensão enquanto membro da União Europeia.

No plano bilateral as relações com os Estados Unidos são marcadas quer pelo reajustamento das políticas de segurança e defesa norte americanas para o pós guerra fria, quer pela nova dimensão europeia de Portugal e acabam por concretizar-se, já em 1995, pela assinatura de um novo Acordo de Cooperação e Defesa que marcaria o início de um novo modelo de relação entre Washington e Lisboa.

O fim da guerra fria tem, como não poderia deixar de ter, uma enorme influência na política de segurança dos Estados Unidos e o início dos anos 90 é caracterizado por um período de maior desinvestimento no sector da defesa pelo menos nos seus pressupostos tradicionais. São desactivadas bases militares em território americano, baixa a presença norte americana no teatro europeu e na sequência da chamada Estratégia de Defesa Regional de George Bush e da "Bottom-up Review" anunciada por Bill Clinton altera-se, substancialmente, o conceito de "defesa avançada" que desde o segundo pós guerra construirá uma rede de bases militares americanas à volta do mundo. A presença militar externa americana orienta-se, doravante, para outras prioridades: forças mais reduzidas mas, simultaneamente, com maior flexibilidade, mobilidade e eficácia. Os Estados Unidos passam, a partir de então, a desactivar total ou parcialmente, muitas das suas bases militares no estrangeiro.

Ao mesmo tempo começa a alterar-se, igualmente, a filosofia tradicional que presidia aos programas de auxílio externo, reduzindo a assistência militar em favor de programas de carácter económico ou humanitário. Este novo clima não deixou de se reflectir sobre as relações dos Estados Unidos com Portugal, em particular, sobre a questão dos Açores. Este facto, associado ao desenvolvimento económico, estabilidade social e consolidação da Democracia que se confirmam com a integração europeia de Portugal pesarão decisivamente nas negociações que se abrem para um novo acordo em 1991.

A tentativa de desvalorização estratégica da base das Lages por parte dos Estados Unidos e a insistência portuguesa no modelo das contrapartidas financeiras e no prolongamento da assistência militar e até económica, no caso específico da base das Lajes nos Açores, conduzem as negociações a uma situação que atinge o impasse em 1992. A partir de 1993 flexibilizam-se as posições e, face à integração europeia e aos níveis de desenvolvimento do país, a política externa portuguesa não só abandona a filosofia tradicional das "facilidades vs. contrapartidas", mas sobretudo assume uma nova forma de encarar as relações transatlânticas. Para Portugal a relação com a única potência global transcendia a questão específica da base das Lages o que abria o caminho a um acordo de natureza geral. A 1 de Junho de 1995 os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos dois países assinavam, em Lisboa, o Acordo de Cooperação e Defesa, mas também, um Acordo Técnico e um Acordo Laboral para os trabalhadores da base das Lajes.

O novo Acordo de Cooperação e Defesa não definia programas específicos, mas identificava as diferentes áreas de cooperação: militar e de defesa, científica e tecnológica e no domínio das relações económicas e comerciais<sup>45</sup>.

No plano multilateral, a presença de Portugal na NATO é marcada, não só pela manutenção e reforço dos seus compromissos político-militares, mas sobretudo, pela transformação e adaptações da Aliança ao pós guerra fria e, simultaneamente, pela integração europeia de Portugal e em particular, pela adesão à União da Europa Ocidental, em 1990.

Criada para a guerra fria e pensada contra a ameaça soviética, a NATO não só persiste à morte do seu inimigo, razão da sua existência, como sobrevive a um mundo para o qual não fora criada. No início dos anos 90, o Secretário de Estado norte americano James Baker definiu com lucidez o dilema da NATO: "ou o desaparecimento ou a transformação, o status quo era impossível". A NATO escolheu a transformação. E iniciou um complexo processo de reforma das suas estruturas para se adaptar a novas funções e novas missões. Reformas no plano externo e interno, com dimensão política e militar.

No plano externo a agenda da NATO inscreveu dois grandes problemas: a questão do alargamento a leste e a manutenção do vínculo transatlântico.

---

45 V. Nuno Filipe Brito, "Para a Acta: o Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América" in *Política Internacional*, nº 11, 1995, pp.135 a 157.

O primeiro e o grande desafio da Aliança foi o alargamento a Leste, forma simbólica de marcação da vitória na guerra fria e, simultaneamente, preenchimento do vazio estratégico aberto pela dissolução do Pacto de Varsóvia e factor de segurança na Europa pós comunista.

À lógica de confrontação substitui-se uma lógica de cooperação e os antigos inimigos tornam-se parceiros e aliados. Nesse processo a NATO desenvolve uma iniciativa em três fases: o estabelecimento de uma estrutura de cooperação, lançada na Cimeira de Roma de 1991 – o Conselho de Cooperação do Atlântico Norte; a oferta de uma parceria estratégica proposta na Cimeira de Bruxelas de 1994 – a Parceria para a Paz – e finalmente o Alargamento, decidido em Madrid em 1997, e já concretizado a três países – Polónia, Hungria e República Checa. A Rússia não é esquecida nem excluída da nova arquitectura de segurança europeia. Pelo contrário é objecto de uma aproximação especial que se concretiza na Acta Fundadora de Paris de 1997 e a associa à Aliança através do Conselho de Parceria Euro-Atlântico.

Em toda a reforma externa e em particular no processo de Alargamento, Portugal revelou sempre uma concepção aberta e dinâmica para a evolução da Aliança Atlântica. Participou em todas as novas instituições, desenvolveu relações de cooperação em matéria de Defesa com os países do centro e leste europeu no quadro da Parceria para a Paz e apoiou activamente o Alargamento da NATO. Na Cimeira de Madrid, que definiu o figurino do Alargamento a 3 países, Portugal defendeu, com outros países europeus, a fórmula 3+2 apoiando um alargamento mais amplo não só à Polónia, República Checa e Hungria, mas também à Eslovénia e Roménia<sup>46</sup>.

O segundo ponto da agenda externa prende-se com o relacionamento entre os dois pilares da Aliança – o americano e o europeu – ou dito de outro modo, com a relação transatlântica. Durante a guerra fria esta relação fora o garante da segurança europeia e da própria paz. No pós guerra, a manutenção do vínculo transatlântico continuou a ser considerada condição fundamental para a segurança da Europa. Porém, o facto de os Estados Unidos serem, agora, a única potência global e de a União Europeia ter institucionalizado uma Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e reactivado a UEO, obrigaram a repensar a relação transatlântica. No centro da questão está a chamada Identidade Europeia

---

46 V. Jaime Gama, "A Política Externa" in *Nação e Defesa*, nº 83, 1997, pp. 51 e 52.

de Segurança e Defesa (IESD). Em Maastricht, no quadro da PESC é alcançado um consenso sobre a necessidade de afirmação de uma IESD e a UEO é, pela primeira vez associada à União Europeia. Porém, não sem ambiguidade. E se no texto do tratado parece triunfar uma concepção europeia para a defesa da Europa com a subordinação da UEO à União Europeia deixando aberta a porta ao desenvolvimento de uma capacidade militar autónoma, já na Declaração Anexa sobre a UEO triunfa a concepção atlântica e a ênfase é colocada na relação com a NATO. Abre-se, a partir de então a questão, ainda não resolvida, do triângulo NATO-UE-UEO. É braço armado da União Europeia, ou pilar europeu da NATO?<sup>47</sup> A Aliança Atlântica interpretou a IESD, imediata e inequivocamente, neste último sentido. E nas sucessivas Cimeiras e Declarações desde 1992 não só apoiou esta concepção da Identidade Europeia de Segurança e Defesa como a Cimeira de Berlim de 1996 declara a construção da IESD no seio da própria NATO. Portugal que em matéria de orientação estratégica, tinha tradicionalmente, uma posição atlantista e radicalmente oposta a qualquer aproximação continental, percorre com a integração europeia e sobretudo depois da primeira Presidência da União Europeia, em 1992, um caminho de europeização da sua política externa<sup>48</sup> que a aproxima de uma posição euro-atlântica. Essa evolução europeia da orientação estratégica portuguesa tem, naturalmente, reflexos sobre a política de defesa e em particular sobre a IESD. Desde então, Portugal, não só quebra a tradição que vinha desde o pós Primeira Guerra de não intervenção no teatro europeu, com a participação das Forças Armadas Portuguesas em missões humanitárias e operações de paz nos Balcãs, como integra a partir de 1995, com a Espanha, a França e a Itália as forças para o Mediterrâneo – EUROFOR e EUROMARFOR. E no que respeita, concretamente, à IESD, Portugal assumiu uma posição claramente favorável. Apoia o conceito CJTF e a utilização de capacidades militares NATO pela UEO, nomeadamente em missões de tipo Petersberg, mas sobretudo, aceita e apoia a integração, a prazo, da UEO na União Europeia<sup>49</sup>. Esta posição que Portugal defendeu na Conferência Intergo-

---

47 V. Nuno Severiano Teixeira, "Rivalidade, Subsidiariedade, Complementariedade: que modelo para a Identidade Europeia de Segurança e Defesa", in *Europa Novas Fronteiras*, nº3, 1998, pp. 68 a 72.

48 V. Álvaro Vasconcelos, "Portugal, pressing for an open Europe", in Christopher Hill Ed. by, *The Actors in Europe's Foreign Policy*, Routledge, Londres, 1996, pp. 268 a 288.

49 Sobre a posição portuguesa em relação à IESD, V. José Manuel Durão Barroso, *A Identidade Europeia de Segurança e Defesa – alguns elementos sobre a evolução da posição portuguesa*,

vernamental para a revisão do Tratado da União Europeia marca, indiscutivelmente<sup>50</sup>, uma reorientação histórica nas opções estratégicas do país. É para Portugal, o fim do atlantismo anti-europeu e a afirmação do vínculo transatlântico enquanto país europeu.

No plano da reforma interna, a agenda da NATO inscreveu duas questões fundamentais: a reestruturação de Comandos militares e a definição de uma nova doutrina e novas missões.

A reestruturação dos Comandos visava responder e adaptar a NATO à nova conjuntura estratégica. Mantém na sua estrutura os dois Comandos Estratégicos, o do Atlântico e o da Europa, porém com reformas nos comandos de nível inferior: três comandos de nível regional no SACLAND, dois comandos de nível regional no SACEUR e no âmbito destes, outros comandos de nível sub-regional.

Para Portugal o objectivo fundamental nesta reestruturação de Comandos era a manutenção em território português do CINCIBERLAND e da sua permanência ao nível de comando regional. A questão colocava-se face à entrada de Espanha na estrutura militar integrada da NATO e à decisão do estabelecimento de um comando em território espanhol. Questão que não era bilateral, mas sim uma questão NATO de definição de responsabilidades entre os dois Comandos Estratégicos –SACLAND e SACEUR – acaba por ter uma solução diplomática negociada entre Portugal e Espanha, solução que é apresentada à Aliança e posteriormente ratificada nas suas instâncias militares e políticas.

A nova filosofia dos Comandos Aliados define apenas os limites dos seus comandos estratégicos e não dos comandos de nível inferior. Os limites destes e as suas responsabilidades militares são definidos pelos comandos estratégicos em casos de necessidade, definindo-se nas zonas de interesse mútuo um “supporting command” e um “supported command”. Dentro desta filosofia, Portugal obtém um acordo que garante inteiramente os seus objectivos. Em primeiro lugar, mantém no seu território, não só o comando ibero-atlântico, mas também o nível desse mesmo comando, agora designado SOUTHLANT. Em segundo lugar, e pela

---

in *Nação e Defesa*, nº 84, 1998, pp. 119 a 128; e António Vitorino, Opções de Política de Defesa Nacional, Lisboa, 1998, pp. 29 a 36 e 49 a 54 e “A Política de Defesa Nacional” in *Nação e Defesa*, nº 97, 1997, pp. 40 e 41; Jaime Gama, “A Política Externa”, *Nação e Defesa*, nº 97, 1997, pp. 49 a 51.

50 Sobre a posição oficial de Portugal na Conferência Intergovernamental, V. *Portugal e a Conferência Intergovernamental para a Revisão do Tratado da União Europeia*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 1996, pp. 39 a 41.

primeira vez na história da sua presença na Aliança, o território português, continental e atlântico, fica todo ele integrado sob o mesmo comando: o SACLAND<sup>51</sup>. Em terceiro lugar, evita a pretensão espanhola de um corredor estratégico entre Gibraltar e as Canárias sob comando do SACEUR e em particular do comando sub-regional de Madrid. Com a exceção de uma “bolha” sobre as ilhas Canárias, resultante do compromisso alcançado e que fica sob comando de Madrid, todo o espaço atlântico a ocidente do meridiano do rio Guadiana e a norte do trópico de Câncer é da responsabilidade do SACLAND.

A Espanha por seu lado ao entrar na estrutura militar integrada, consegue desde logo a obtenção de um comando sub-regional no seu território. Consegue, igualmente, manter todo o seu território, incluindo as Canárias, sob o mesmo comando – o SACEUR – e faz deslocar para oeste – de Gibraltar para o Guadiana – a linha de demarcação entre os dois comandos estratégicos da Aliança<sup>52</sup>.

No que toca à nova doutrina para o pós guerra fria ela remonta à Declaração de Londres de 1990, mas acaba por se concretizar na definição de um “novo conceito estratégico” aprovado na Cimeira de Roma de 1991. O novo “conceito estratégico” apontava para uma nova concepção de segurança não estritamente militar, mas, progressivamente, mais global e integrada. A partir de então ao lado das missões tradicionais de “defesa colectiva” definidas pelo art. 5º do Tratado de Washington, começa a desenhar-se o espaço para um novo tipo de missões que a Aliança aprova no Conselho do Atlântico em Oslo, em 1992: missões humanitárias e operações de manutenção de paz.

Perante o agravamento da crise na ex-Jugoslávia o Conselho do Atlântico decide-se, em Dezembro de 1992, pela participação da NATO em operações de manutenção de paz sob a égide das Nações Unidas. E entre 1992 e 95 a Aliança dá o seu concurso a várias operações tendentes a aplicar ou fazer respeitar as resoluções das Nações Unidas: a resolução 816 do Conselho de Segurança sobre a zona de exclusão aérea ao sul da Bósnia-Herzegovina (operação Deny Flight); a resolução 836 sobre a protecção das zonas de segurança e defesa dos enclaves muçulmanos

---

51 Desde a primeira definição de comandos militares da NATO, que a defesa da componente atlântica do território português estava confiada ao Comando Estratégico do Atlântico, mas a defesa do território continental era responsabilidade nacional.

52 V. António Vitorino, *Opções de Política de Defesa Nacional*, Lisboa, 1998, pp. 52, 69 e 70 e; e Jaime Gama, “A Política Externa” in *Nação e Defesa*, nº 83, 1997, pp. 51 e 52.

(Sarajevo e Gorazde); e operações marítimas e aéreas, seja de vigilância e bloqueio de armas no Adriático, seja “raids” aéreos selectivos a pedido da FORPRONU (operações *sharp fence; sharp vigilance; maritime guard; e sharp guard*). Quando nos finais de 1995 a situação na Bósnia-Herzegovina se degradou significativamente, a NATO, na sequência dos Acordos de Dayton e após um mandato do Conselho de Segurança da ONU, lança uma operação de grande envergadura com características de imposição de paz e que viria a constituir a primeira grande operação militar da Aliança Atlântica – a operação “Joint Endeavour” cuja missão é atribuída a uma força de intervenção, a IFOR. Em 1997, a IFOR é substituída por uma outra força, menos numerosa em efectivos, mas com a mesma organização e os mesmos objectivos que se mantém, ainda, no terreno – a SFOR.

Em toda esta acção da Aliança Atlântica nos Balcãs, Portugal marca uma presença constante e com um elevado grau de empenhamento<sup>53</sup>. Para além da participação no quadro da União Europeia nas missões de monitorização dos acordos de Brioni desde 1991, Portugal integrou, entre 1992 e 95, no quadro da NATO e UEO, as operações de restrição do espaço aéreo e embargo naval do Adriático com um avião da Força Aérea e um a dois navios da Armada, em permanência. E de Janeiro a Dezembro de 1996, participou na IFOR com um batalhão de infantaria da Brigada Aerotransportada Independente e o Destacamento de Apoio e Serviços, num total de 919 militares, integrados na Brigada italiana em acção no sector francês nas zonas de Sarajevo e na bolsa de Gorazde, em Rogatica. Desde Janeiro de 1997, Portugal mantém na SFOR uma companhia de infantaria aerotranportada com um total de 320 militares<sup>54</sup>.

Esta presença portuguesa em operações de paz nos Balcãs tem o maior significado e profundas consequências sobre a política externa e a política de defesa em Portugal<sup>55</sup>.

Em primeiro lugar, rompe com uma longa tradição de orientação diplomática e militar e do próprio pensamento estratégico em Portugal: pela

---

53 V. Jorge Duque, “Portugal nas Missões de Paz”, in *Janus 98 Suplemento Especial, As Forças Armadas Portuguesas no novo contexto internacional*, Lisboa, 1998, pp.46 e 47.

54 V. a obra *Bósnia 96, Missão do Exército em Apoio à Operação de Paz*, Estado Maior do Exército, Lisboa, 1997.

55 V. António Vitorino, “Uma questão de Credibilidade: a participação portuguesa na IFOR”, in *Política Internacional*, nº12, 1996, pp. 87 a 96; e *Opções de Política de Defesa Nacional*, Lisboa, 1998, pp. 37 a 39.

primeira vez desde a Grande Guerra de 1914-18, as Forças Armadas Portuguesas intervêm em operações militares no teatro europeu.

Em segundo lugar, essa intervenção é plena de consequências. Ao nível da política de defesa, a presença em missões humanitárias e operações de paz foi um factor importante de modernização para o instrumento militar, assim como de re legitimação e prestígio das Forças Armadas na sociedade portuguesa. Ao nível da política externa, significa não só a fidelidade ao vínculo transatlântico e até o reforço da presença portuguesa na Aliança, mas também, a nova dimensão europeia de Portugal e seu empenhamento na segurança e defesa da Europa.

Significa, finalmente, que Portugal abandona a posição tradicional de consumidor passivo de segurança internacional, para assumir uma posição activa de produtor de segurança internacional com tudo o que isso significa ao nível do prestígio internacional do país e da credibilidade externa do Estado.



# Portugal e a NATO (1949-1976)

*António José Telo*  
*Professor na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*

## A IMPORTÂNCIA DA NATO PARA PORTUGAL

É normal pensar na NATO como uma instituição quase só vocacionada para a defesa. Na minha opinião, a NATO quando se formou e durante a sua primeira fase exerceu uma acção sobretudo no campo político. Em termos genéricos, a sua principal função foi a de inserir a Europa do Atlântico no sistema ocidental. Para compreender o alcance e significado deste objectivo, basta referir que as análises do National Security Council americano<sup>1</sup> equacionavam já o problema de fundo em fins dos anos 40 em termos de um conflito de longo prazo de tipo diferente do normal, que seria provavelmente decidido em última instância pelo colapso interno de um dos sistemas (embora houvesse outras possibilidades), onde a zona mais importante era a Europa Ocidental. O velho continente tinha deixado de ser o centro do sistema, mas era o centro das rivalidades do sistema, que simbolizava com a sua divisão praticamente a meio. No caso de Portugal, o significado político da NATO é especialmente evidente. Em termos gerais e antecipando o desenvolvimento que será apresentado, a importância da NATO para o país pode-se resumir nos seguintes pontos:

1. A NATO integrou Portugal no sistema Ocidental Atlântico, acabando com as veleidades de constituir uma "zona não inserida", formada pelos regimes peninsulares e pela sua área de influência em África e na América Latina.
2. Permitiu criar uma alternativa parcial às funções seculares da Aliança Inglesa, numa altura em que esta tinha perdido a sua eficácia.
3. Foi a grande via de aproximação política e estratégica com os EUA e confirmou nas novas condições do pós-guerra, Portugal como o

---

1 O NSC foi desde que se formou, a principal instância onde se definia a grande estratégia americana. Segundo as suas análises, na altura da formação da NATO, o sistema ocidental podia estar optimista na vitória de longo prazo na "guerra fria" desde que dominasse 3 das 4 zonas industriais do planeta. As 4 zonas eram os EUA, a Europa Ocidental, a URSS e o Japão. Os EUA ocupavam militarmente o Japão nesta altura, pelo que a única zona em relação à qual se podiam levantar dúvidas era a Europa Ocidental, onde em muitos países se faziam sentir as vozes dos partidários da formação de uma "zona neutra" no continente, uma espécie de "terceira força" entre os dois grandes. Os EUA combateram estas teorias principalmente com o plano Marshall e a NATO, que permitiram nomeadamente a formação da Alemanha Ocidental, o rearmamento e o "milagre económico" europeu.

principal interlocutor Ibérico junto dos poderes que dominavam o Atlântico.

4. Trouxe para o país as principais técnicas, métodos e formas organizativas das sociedades pós-indutriais, num processo essencialmente financiado por elas, que começa pelas Forças Armadas para se alargar em seguida a todas as esferas da sociedade.
5. Permitiu a modernização das Forças Armadas Nacionais e da estrutura da defesa, que passou a ser semelhante à das democracias ocidentais, embora com fortes traços de originalidade.
6. Alterou a política de defesa e a política militar nacional em 1949/59.
7. A NATO, finalmente, favoreceu a transição de Portugal para um regime de democracia pluralista tipo ocidental num duplo sentido: contribuiu decisivamente para criar umas Forças Armadas modernas, que foram o principal veículo dessa transição e apoiou os passos fundamentais no período de 1974/76.

A mera enumeração destes pontos é suficiente para compreender que a NATO em 1949-1976 teve para Portugal uma função sobretudo política, tanto em termos internos como da inserção do país no sistema internacional, embora tenha simultaneamente sido um instrumento vital para moldar a política de defesa.

A NATO é igualmente um dos mais importantes veículos para o relacionamento bilateral com os EUA. Nesse sentido, nenhum estudo sobre o assunto estará minimamente completo sem mencionar os grandes traços do relacionamento entre os dois países e, muito em particular, sem referir a situação dos Açores. Estes são o mais importante contributo de Portugal para a defesa comum da bacia do Atlântico, através de um conjunto de bases mantidas em tempo de paz num esforço conjunto e colocadas à disposição da NATO em tempo de guerra.

## **AS OPÇÕES NACIONAIS ANTES DA FORMAÇÃO DA NATO**

Os responsáveis do Estado Novo assistem, com receio e preocupação, ao fim da 2<sup>a</sup> Guerra Mundial. Vai começar uma nova fase do regime, onde este deixa de acompanhar as grandes tendências da evolução do

mundo ocidental e adopta uma atitude geral defensiva e saudosista, aguardando sempre em vão que, em vez de ser ele a alinhar o passo pela evolução geral, seja o Ocidente que “reconheça os erros” e arrepie caminho.

É, por exemplo, com receio que se assiste à divisão da Europa entre dois tipos de regime que tinham sido condenados e considerados ultrapassados nos anos trinta: as democracias ocidentais e os regimes comunistas. É igualmente com receio que se assiste ao avanço dos EUA para Este, ocupando posições que pertenciam aos tradicionais poderes europeus e instalando-se mesmo no Norte de África, às portas da Península. É com receio que se vê o despertar dos movimentos de autonomia, com a primeira vaga das independências a fazer-se sentir no Extremo Oriente logo desde 1946, para alastrar a curto prazo ao Médio Oriente e Norte de África. É com receio que se vêem os exércitos russos instalarem-se no coração da Europa (em Berlim, Viena e Praga), pondo fim à Europa Central como entidade geoestratégica e ao poder alemão, esse “secular defensor contra as hordas eslavas”, como Salazar o classificava. É com receio que se assiste às bem sucedidas pressões e iniciativas americanas de forçar um sistema económico internacional que se baseia no dólar e num mercado mais aberto e livre do que nos anos trinta, colocando em causa os laços económicos tradicionais dos poderes europeus com os seus Impérios.

O principal responsável do Estado Novo muito cedo comprehende algumas das características do novo sistema em edificação. Antes mesmo do fim da 2<sup>a</sup> Guerra, Salazar afirma já que “o centro da política mundial se vai deslocar para o Atlântico” e critica os Aliados por quererem a rendição incondicional da Alemanha pois, segundo diz, isso vai destruir a própria capacidade do Estado Alemão de manter um papel significativo na Europa futura, o que só beneficia a URSS<sup>2</sup>. Ao mesmo tempo, porém, os responsáveis portugueses alimentam até muito tarde algumas ilusões. Pensam, por exemplo, que o sistema eurocentro ainda não terminou e que o mundo do pós-guerra tem realmente “três grandes”, como era então normal dizer-se. Acreditam, em resumo, que o poder da Inglaterra

---

2 Salazar, numa conversa com Lord Cranbourne (chefe da oposição na Câmara dos Lords) a 29 de Março de 1946, afirmava: “Pena foi (...) que a luta contra a Alemanha tivesse sido conduzida com o declarado propósito de impor a democracia em toda a parte. Melhor teria sido proclamar como objectivos da vitória a consagração dos princípios da ordem, do trabalho e das garantias que são devidas ao homem civilizado”. ANTT AOS/CO/NE-7A.

se vai manter num nível elevado e, como ela defende a continuidade dos laços tradicionais com outros continentes, é à sua volta que a Europa se tem de refazer e reconstruir.

A nova Europa do pós-guerra é encarada com mal disfarçada condenação e claro receio. Metade é formada por regimes comunistas ou em vias de o serem sob pressão do exército soviético. Na outra metade, os partidos comunistas têm muita força, como acontece na França e na Itália, e faz-se sentir na opinião pública um movimento de integração europeia que o regime português claramente condena e considera contrário aos interesses nacionais<sup>3</sup>.

Segundo a visão dos responsáveis nacionais, a Europa deve ligar-se à Inglaterra como o “terceiro grande” e procurar a reconstrução com base nos valores tradicionais, virada para África, sem a qual não pode subsistir de forma minimamente autónoma<sup>4</sup>. A falta de vontade dos principais países ocidentais de seguirem esta orientação, é atribuída à influência nefasta das correntes políticas do pós-guerra, que minam a sua vontade de lutar e desfazem os valores tradicionais. Nesta visão, a Península era um “baluarte do futuro”, uma das poucas zonas sãs no meio da grande confusão, que devia resistir às pressões para a mudança, pois era ela que estava no caminho certo e não o resto do mundo ocidental<sup>5</sup>.

Esta análise explica as duas grandes prioridades da política externa e de defesa portuguesa no imediato pós-guerra: em primeiro lugar, a aproximação ao regime de Franco e a sua defesa perante os ataques que partem da Europa Ocidental e da ONU; em segundo lugar, a aproximação à Inglaterra. Havia a consciência nomeadamente que o futuro do regime estava intimamente ligado à manutenção do Franquismo e que no mundo do pós-guerra nenhuma das ditaduras ibéricas conseguiria sobreviver isolada.

---

3 Portugal é o único país da Europa Ocidental que não só não participa a nível governamental nas várias reuniões e congressos do pós-guerra que lançam o movimento de integração europeia, como não envia nenhuma personalidade importante para eles. A Espanha de Franco, por exemplo, conta com destacados europeistas na oposição, como Salvador de Madariaga. Não há uma personalidade equivalente em Portugal.

4 Salazar dizia: “A África é o complemento da Europa, imprescindível à sua defesa, suporte necessário da sua economia”. Discurso na sede da União Nacional, a 23 de Maio de 1959. Publicação em folheto, Lisboa, 1959.

5 Na já referida conversa com Lord Cranbourne, Salazar defende que era necessário manter a Península intacta e forte, pois ela era “o último bastião dos princípios primordiais da civilização europeia”.

A aproximação à Espanha concretiza-se rápida e facilmente. Passa nomeadamente pela reafirmação do Pacto Ibérico e pelos acordos de defesa assinados no imediato pós-guerra<sup>6</sup>. São acordos multifacetados, que prevêem três níveis de colaboração, cada um com instrumentos e métodos próprios. O primeiro nível, respondia ao cenário de uma nova guerra na Europa a curto prazo, coisa que tanto Lisboa como Madrid consideravam que tinha um elevado grau de probabilidade. Nesse caso, a expectativa dos Estados Maiores Ibéricos era que as forças russas chegariam aos Pirinéus em cerca de 3 meses, pois não seriam a dezena de divisões existentes na Europa Ocidental, com a retaguarda politicamente minada, que lhes resistiria. Nos planos então elaborados chegou-se à conclusão que a única barreira que se poderia eventualmente defender seriam os Pirinéus, pois não era crível que, uma vez estes passados, se conseguiram deter os tanques russos no Ebro e ainda menos na fronteira portuguesa. Os planos conjuntos de defesa dos Pirinéus previam o envio de uma força expedicionária portuguesa, responsável pela zona Oeste, na região do País Basco. O segundo nível de colaboração militar dos regimes ibéricos era a resposta e um eventual golpe interno, que poderia envolver uma parte das Forças Armadas. Estava previsto que, assim que fosse recebido o pedido de ajuda de um dos Governos, o outro deslocaria e poria à sua disposição forças próprias. Finalmente o terceiro nível de colaboração dizia respeito à troca de informações das polícias políticas para contenção das respectivas oposições.

Portugal acrescenta a este esquema geral a ideia de que seria sempre necessário defender as linhas do campo de Lisboa, tal como traçadas nos planos com a Inglaterra durante a guerra. Elas eram o último baluarte caso a barreira dos Pirinéus não resistisse. Estes planos levaram à aprovação no pós-guerra de um muito ambicioso programa de rearmamento, que confirmava e continuava o de 1935. A tônica era colocada no Exército, que, com o material recebido dos Aliados depois da cedência da base das Lajes, podia já dispor do equivalente a 5 divisões de infantaria e 1 batalhão motorizado em caso de mobilização. É uma força muito substancial para o normal em Portugal, mas insuficiente para os planos existentes. O Ministro da Guerra, Santos Costa, faz aprovar um imenso plano que prevê a formação do equivalente a 10 divisões de infantaria e

---

<sup>6</sup> A maior parte dos dados e documentos citados nesta parte do texto são um resumo do livro *Portugal e a NATO*, António José Telo, Lisboa, Cosmos, 1996.

uma mecanizada em caso de mobilização, com outras 5 divisões pior equipadas para funções de defesa territorial. Um incrível total de 16 divisões, ou seja, a maior força que o país já alguma vez tinha pensado formar ao longo dos 8 séculos de existência.

O plano aprovado tem simultaneamente a função de assegurar a aproximação à Inglaterra, pois considera-se que a secular aliança ainda é a melhor garantia para o Império. A 21 de Janeiro de 1947 os responsáveis portugueses apresentam uma ambiciosa proposta a Londres, que, a ser concretizada, correspondia a um pacto de defesa mútuo. Lisboa começa por recordar os planos de defesa de Portugal continental elaborados durante a guerra e afirma que deseja a sua actualização e manutenção na nova fase. Segundo a análise feita, seria necessária uma força de 16 divisões para a defesa de Portugal. Como Portugal pode armar de momento o equivalente a 5 divisões de infantaria e 10 batalhões de caçadores em caso de mobilização, pede-se que a Inglaterra forneça o equipamento para as outras. É apresentada uma imensa lista de tudo o necessário, desde a artilharia aos blindados e veículos<sup>7</sup>. Marcelo Matias esclarece em conversa com o Embaixador Britânico que o objectivo central da proposta é criar um acordo de defesa permanente entre Portugal e a Inglaterra que permita a inserção do país na defesa do Ocidente<sup>8</sup>.

O governo trabalhista britânico recebe com grande surpresa este inesperado pedido. Nesta altura está empenhado no Pacto de Bruxelas e não esconde que o seu verdadeiro objectivo é trazer os EUA para a defesa activa da Europa. A última coisa que deseja é ficar amarrado a um plano de defesa permanente de Portugal continental, que a Inglaterra sempre evitou nos seis séculos da Aliança. Ao mesmo tempo, porém, Londres pretende incentivar a vontade portuguesa de se defender e precisa de encontrar uma resposta que torne a recusa tão suave quanto possível, de modo a não prejudicar as relações com Lisboa e a posição nos Açores. Assim, a Inglaterra limita-se a responder que tentará fornecer o armamento possível, mas não tem disponível o mais importante e numeroso, pelo que sugere uma diligência junto dos EUA, o único outro fornecedor alternativo<sup>9</sup>.

---

7 O pedido incluía 450 morteiros, 240 canhões anti-tanque, 48 obuses de 25 libras, 60 canhões de 114 mm, 96 obuses de 140 mm, 24 canhões de 150 mm, equipamento de engenharia, comunicações, tanques, transportes, carros blindados, apoio técnico e formação. PRO FO 371 67889 136553.

8 Relato da conversa de O' Malley datado de 4 de Fevereiro de 1947. PRO FO 371 67864 21431.

9 A recomendação no sentido de se seguir esta política partiu dos COS (o Estado Maior Conjunto inglês), num documento dirigido ao Foreign Office a 12 de Abril de 1947. PRO FO 371 67864 23595/G.

Nada é dito em relação à hipótese de elaborar uma plano de defesa permanente de Portugal continental, silêncio que os responsáveis nacionais entendem correctamente como uma recusa.

A resposta inglesa era uma crítica dupla ao irrealismo da posição nacional, pois não só se recusava o “plano de defesa” como se recordava, da forma mais suave possível, que só os EUA podiam oferecer um apoio crível nessa área. Washington mostrava-se muito interessado em estreitar os laços com Portugal em termos militares, devido essencialmente aos seus interesses de longo prazo nos Açores. As ilhas portuguesas tinham sido classificadas pelo Estado Maior Conjunto americano logo em 1944 como uma das 6 únicas bases “vitais” a manter no pós-guerra, o que levou os EUA a fazerem importantes cedências para conseguirem o direito de construir um imenso aeroporto em Santa Maria. Depois da guerra, os ingleses aceitam retirar imediatamente dos Açores, mas os EUA pedem bases permanentes nas ilhas, estando dispostos a generosas contrapartidas em termos militares e económicos para o conseguir.

Os pedidos americanos são encarados com fortes reservas pelos responsáveis portugueses, pois não se confia nas suas intenções em relação à manutenção do poder europeu, em relação ao livre comércio, em relação ao liberalismo que pareciam querer impor de forma universal e, sobretudo, em relação às intenções de médio prazo quanto aos impérios tradicionais europeus, ponto em que os portugueses são muito sensíveis. Portugal aceita no máximo ceder aos EUA direitos de uso da base das Lajes e outras facilidades por períodos curtos<sup>10</sup>. É uma solução de compromisso enquanto se preparam os acordos com a Espanha e a proposta de defesa apresentada à Inglaterra em Janeiro de 1947.

Com a recusa inglesa de aceitar o plano de defesa conjunto, a posição de Portugal muda. Percebe-se então com grande atraso que a ideia de que a Inglaterra era um dos “três grandes” não correspondia à realidade e tenta-se uma aproximação aos EUA, pois, como Londres tinha indicado, eles eram a única alternativa possível. Lisboa dá então a entender que poderiam ser cedidas bases nos Açores (nunca se esclarece se eram permanentes ou temporárias), mas pretendia-se como alternativa obter dos

---

10 O acordo para uso de facilidades nos Açores pelos EUA devia acabar a 2 de Março de 1946. Uma primeira concessão é o seu alargamento por três meses, até 2 de Junho de 1946. Antes do seu fim é assinado um outro prolongamento por mais 18 meses (até 2 de Dezembro de 1947). Ver *Os Açores e o Controlo do Atlântico*, António José Telo, Asa, Lisboa, 1991.

EUA duas garantias que tinham sido ao longo dos séculos a trave mestra da Aliança Inglesa: a garantia da defesa de Portugal Continental contra um ataque externo e da defesa do Império. É um pedido que reflecte o pouco conhecimento dos EUA por parte dos responsáveis nacionais. O Governo americano estava constitucionalmente proibido de assinar qualquer pacto de defesa permanente fora do continente (a NATO seria a primeira excepção, em 1949) e nunca poderia aceitar um compromisso de defesa activa de um Império europeu<sup>11</sup>. Washington, porém, dá uma tal importância aos Açores que não apresenta uma negativa directa e faz as cedências máximas possíveis, chegando a pontos de propor uma formulação ambígua, de onde se podia concluir que qualquer ataque a Portugal provocaria uma resposta dos EUA, mas sem um compromisso formal permanente. Lisboa não fica satisfeita com esta formulação, mas ela é suficiente para prolongar os direitos de uso dos Açores depois de 1948<sup>12</sup>. É esta a situação quando se cria a NATO. Portugal definiu uma política militar virada para a defesa do regime, da Península e do Império, mas encontrou incontornáveis obstáculos para a concretizar, pois tanto a Inglaterra como os EUA não aceitam dar o apoio necessário em termos materiais e políticos. Os EUA tem um papel periférico e acessório nesta visão portuguesa. As relações com Washington estão num impasse antes da formação da NATO para o qual não se vê saída<sup>13</sup>. Portugal, em resumo, apercebeu-se depois de 1947 que a Aliança Inglesa já não cumpre as funções tradicionais, mas não é capaz de encontrar uma alternativa válida dentro do seu quadro estratégico e político. A resposta a este impasse será dada pela NATO.

---

11 Logo a 16 de Maio de 1946 os EUA esclarecem, num documento oficial entregue em Lisboa pelo Embaixador Baruch, que não podem garantir o Império português contra agressões externas. *Foreign Relations of the United States*, Vol. 1946, Europa do Oeste, Washington, pp. 978-980.

12 Em começos de 1948 é assinado um novo acordo com efeitos retroactivos com os EUA, onde se prevê a continuação das facilidades nos Açores até 2 de Dezembro de 1950, prolongável por mais dois anos. O acordo pode ser denunciado por qualquer das partes com um pré-aviso curto, sendo evidente a preocupação nacional em sublinhar o seu carácter provisório.

13 Salazar, numa conversa com o Embaixador da Espanha a 17 de Março de 1948, esclarece que não vê possibilidade de chegar a um acordo com os EUA, pois “os compromissos que pode legalmente tomar o Governo Americano não têm consistência ou valor compensador dos sacrifícios da nossa parte”. Acrescenta, ao mesmo tempo, que se reconhece que a Aliança Inglesa deixou de ser “um instrumento ou garantia suficiente dos nossos interesses no mundo” e que qualquer apoio suplementar só pode vir dos EUA. É uma excelente confissão do impasse da grande estratégia portuguesa antes da formação da NATO. ANTT AOS/CO/NE-7.

## A ADESÃO DE PORTUGAL

A formação da NATO passa por três etapas. A primeira, são os contactos dos EUA com os países do Pacto de Bruxelas no sentido de estudar planos para a defesa da Europa, onde obviamente se chega à conclusão que esta não é possível com as diminutas forças dos países europeus envolvidos. A segunda, são os contactos entre a Inglaterra e os EUA para a defesa da bacia do Atlântico, logo de seguida alargados ao Canadá e aos restantes membros do Pacto de Bruxelas. É nesta segunda etapa que se decidem as principais características da futura NATO, em termos dos seus objectivos, empenhamento e tipo de organização. A terceira etapa, é o alargamento dos contactos no sentido de cobrir zonas periféricas em relação ao núcleo central, mas importantes em termos estratégicos e de comunicações. É o caso dos países nórdicos, da Islândia, da Itália e de Portugal. O convite a Portugal fica a dever-se principalmente às posições das ilhas atlânticas, essenciais nas pontes aéreas para o Sul da Europa e nos planos nucleares americanos. São os EUA que tomam a iniciativa de propor o convite a Portugal, apoiados pela Inglaterra. Países como a França levantam algumas reservas, o que é compreensível se tivermos em conta que país foi o único fundador da NATO que não era uma democracia pluralista de tipo ocidental, o que é bem revelador sobre a importância que os EUA davam aos Açores.

Washington e Londres gostariam também de alargar o convite à Espanha, mas sabem que tal é impossível por três motivos muito fortes. Por um lado, as opiniões públicas das democracias ocidentais ainda tinham uma imagem negativa do regime de Franco, que consideravam um produto do fascismo dos anos trinta, ao contrário do que acontecia com Portugal. Por outro, o grande incentivo para a adesão dos países europeus à NATO era a perspectiva da ajuda militar americana e havia interesse em reduzir o número de parceiros com quem a dividir. Finalmente, nenhum país da Europa ocidental continental aceitaria convidar a Espanha, pelo simples motivo que tal abria a hipótese de se pensar em defender a Europa nos Pirinéus, quando o compromisso de base da NATO era que os EUA aceitavam defender a Europa na Alemanha e no Reno. Para o Benelux, a França ou a Itália, a mera possibilidade de defender os Pirinéus significava que os seus territórios seriam sacrificados ao primeiro impacto da ofensiva russa e a maneira de afastar esta possibilidade dos planos oficiais era recusar a adesão espanhola. Os EUA e a Inglaterra sabiam isto

e sabiam que não aceitar estas reservas europeias implicava destruir o acordo de cavalheiros efectivo mas não escrito que era a base da NATO. O convite de adesão dirigido a Portugal em 1948 é recebido com certa surpresa e levanta reservas e dúvidas, que partem sobretudo de Oliveira Salazar e do Ministro dos Negócios Estrangeiros Caeiro da Matta. Há três receios principais: que a NATO possa ser uma forma disfarçada dos EUA obterem bases permanentes nos Açores; que vá prejudicar a relação com a Espanha; que se possa transformar de futuro num pacto que, para além de anti-comunista, seja igualmente anti-Alemão. Os EUA e a Inglaterra respondem a estes receios começando por esclarecer que os compromissos de base da NATO já foram discutidos e estão assentes, pelo que nenhum ponto importante pode ser alterado. A opção portuguesa é meramente a de aderir ou ficar de fora. De qualquer modo, os EUA esclarecem que os aliados europeus não deixam convidar a Espanha, que qualquer país aderente mantém a liberdade para ceder ou não bases no seu território e que não se coloca sequer a questão da NATO ser anti-alemã. Portugal levanta ainda o problema do prazo de duração do tratado, que considera muito longo, mas mais uma vez Washington esclarece que são os aliados europeus em peso que pretendem um prazo maior.

Internamente destacam-se três nomes na defesa da adesão à NATO: António Leite de Faria, Pedro Teotónio Pereira e Santos Costa. O embaixador António Leite de Faria é então Secretário Geral do Ministério e é o primeiro diplomata a defender em documentos internos a adesão. Será ele o responsável pelas delicadas discussões com a Espanha. Madrid faz todas as pressões possíveis para que Portugal não adira à NATO. Afirma por exemplo, que a adesão de Portugal será um risco para a Espanha e, como os dois países tem obrigações de defesa mútua resultantes do Pacto Ibérico, a Península acabaria por ser envolvida numa guerra sem colher qualquer benefício. Afirma igualmente que a NATO ia contra o espírito e a letra do Pacto Ibérico. António de Faria contraria habilmente estes argumentos, que transforma nos seus contrários: os compromissos do Pacto Ibérico continuavam válidos depois da adesão e Portugal teria maior capacidade para os cumprir, com benefício mútuo; o risco de envolvimento da Espanha numa guerra europeia existia sempre, com ou sem adesão de Portugal à NATO; se o país estivesse dentro, iria criar um elo de ligação entre os planos ibéricos e os da NATO e defenderia a neces-

sidade de incluir a Espanha na organização<sup>14</sup>. Madrid, embora não tenha ficado convencida com os argumentos de António de Faria, acaba por ceder quando percebe que a decisão será favorável à adesão. Pedro Teotónio Pereira, embaixador de Portugal em Washington, é um dos mais hábeis diplomatas portugueses, com uma ligação directa a Salazar, a pontos de se poder considerar um dos poucos homens em quem o Presidente do Conselho confia. Será um defensor da adesão desde o primeiro momento e, perante as várias reservas e objecções portuguesas, recorda que já é demasiado tarde para mudar qualquer coisa de importante, pois as decisões de fundo foram tomadas. Se o país ficar de fora, acrescenta, perde-se uma oportunidade única de integração plena no sistema ocidental e fica-se condenado à marginalidade, sem acesso ao multifacetado apoio dos membros da NATO<sup>15</sup>.

Santos Costa é o Ministro da Guerra, considerado nesta altura um dos mais influentes responsáveis do regime e a cabeça da sua ala mais conservadora. É um defensor da adesão à NATO, essencialmente porque vê nela a forma de conseguir finalmente concretizar os planos de rearmamento aprovados. Por detrás dele, está o Exército em peso, sendo raras as vozes que levantam algumas reservas nas Forças Armadas. A Marinha apoia igualmente a adesão através do Ministro Américo Tomás e recorda que mantém já vários programas de colaboração militar com a Inglaterra e os EUA. Finalmente, a chamada "ala liberal" do regime é igualmente favorável à adesão, muito em especial os seus representantes a nível da administração económica e financeira do Estado, porque vêm nela uma forma de aprofundar a ligação aos EUA e incentivar um certo tipo de evolução interna do regime.

São estas influências conjugadas e a força dos seus argumentos que acabam por vencer as reservas iniciais de Salazar e outros responsáveis<sup>16</sup>. O Presidente do Conselho, aliás, tem uma frase muito reveladora do seu

---

14 Sobre o processo de negociações com a Espanha ver nomeadamente ANTT AOS/CO/NE-7 e AMNE Processo 70 Pasta 150.

15 Ver nomeadamente os telegramas da Embaixada de Portugal em Washington de 14 de Março de 1949 e os do MNE, de 11 e 17 de Março de 1949, dirigidos à Embaixada em Washington. AMNE Processo 70 Pasta 150.

16 A adesão à NATO é objecto de uma acesa discussão no Governo, ao longo de três reuniões do Conselho de Ministros entre 19 e 23 de Março de 1949. Segundo a descrição de Franco Nogueira (*Salazar*, vol. IV, Coimbra, 1980, pp. 142-144) só dois ministros se pronunciam formalmente contra (Cavaleiro Ferreira e José Frederico Ulrich), mas muitos outros levantam reservas parciais de vários tipos.

pensamento quanto apresenta a decisão de aderir à NATO. Afirma então: "Pareceu difícil em tais circunstâncias estarmos ausentes". Era a expressão das suas reservas e receios de fundo, em que a NATO não era considerada propriamente um bem, mas sim o menor dos males.

## A INSERÇÃO INICIAL

A adesão à NATO origina de imediato o aparecimento de críticas públicas à política militar nacional, que precisam de surgir disfarçadas para escapar à censura. É o caso do artigo publicado pelo general Raul Esteves no Diário de Notícias de 21 de Dezembro de 1949, onde se criticam as teses atribuídas a um obscuro coronel americano, de que a Europa se devia defender nos Pirinéus, embora correspondessem à política militar nacional, como sabiam as poucas pessoas informadas. Raul Esteves recorda nomeadamente que a defesa da linha dos Pirinéus vai contra o princípio da concentração de forças, representa o abandono de grande parte da Europa Ocidental e não é uma defesa eficaz da Península, pois a cadeia de montanhas pode ser contornada por operações anfíbias em ambos os flancos. O general acaba por propor que Portugal se integre sem ambiguidades na NATO, participe na defesa avançada da Europa e valorize as suas posições Atlânticas.

Portugal destaca-se de imediato na NATO pela originalidade das suas posições. É o único membro que defende e propõe inúmeras vezes a necessidade de convidar a Espanha<sup>17</sup>, o que é peremptoriamente recusado pelos países da Europa continental em peso. É igualmente o primeiro membro que defende a formação de um estado alemão nas zonas de ocupação ocidental e o seu rearmentamento com integração na organização, o que suscita o aplauso dos EUA e a condenação inicial da França e do Benelux. Finalmente, o país é original em termos da integração militar. Portugal deixa claro que tem compromissos de defesa prévios com a Espanha e que os pretende cumprir, pelo que evita a integração de forças nacionais em qualquer frente ou grupo da Europa continental, muito

---

17 Um documento interno do State Department dos EUA, datado de 20 de Outubro de 1950, destaca que Portugal dá prioridade aos planos de defesa da Península combinados anteriormente com a Espanha e que está isolado no seio da NATO, não encontrando apoio para as suas teses em mais nenhum membro da organização. *Foreign Relations of the United States*, vol. 1950 III, Washington, pp. 1540-1547.

especialmente longe dos Pirinéus. Só aceita participar no grupo de defesa do Atlântico Norte, recusando todos os outros convites e, dentro deste, defende desde o primeiro momento a formação de uma zona autónoma que inclua o Atlântico Português (nomeadamente os Açores) e a Península, onde só devem participar Portugal, a Inglaterra e os EUA, com exclusão dos demais membros da NATO.

Esta táctica nacional é uma forma de tentar levar a NATO a preparar planos independentes de defesa da Península, onde a Espanha se teria de integrar necessariamente. A França e os demais países da Europa Ocidental entendem obviamente esta intenção e exercem pressão junto dos EUA para contrariar o projecto português. Segundo os países europeus, a razão de existir da NATO era a defesa da Europa no Reno ou na Alemanha. Os EUA aceitam oficialmente o conceito, pois ele é a base do compromisso essencial, pelo que resistem às pressões portuguesas e adiam uma decisão em termos das áreas da defesa do Atlântico.

A prioridade da organização vai para a formação do SACEUR<sup>18</sup>, enquanto o comando do Atlântico é deixado para depois, até porque a Inglaterra tem ambições a exercer a sua chefia, coisa que os EUA não aceitam. O primeiro comandante supremo do Atlântico (SACLANT) só é nomeado em Janeiro de 1952 e o quartel general só estará operacional em Norfolk passados vários meses. O Atlântico é inicialmente dividido meramente numa zona Este e outra Oeste.

É preciso ter em conta que na fase inicial da NATO os seus planos de defesa da Europa são sobretudo políticos e teóricos. Os EUA são os primeiros a saber que em caso de conflito o Reno é indefensável com as forças estacionadas na Europa e que estas seriam sacrificadas perante o ímpeto da ofensiva inicial russa. A sua presença na Alemanha, porém, é politicamente essencial para dar credibilidade à NATO e reforçar o desejo europeu de resistir. As forças americanas na Europa eram uma espécie de reféns, sacrificados em caso de guerra, mas que representavam a garantia dada aos europeus do empenhamento dos EUA. Os verdadeiros planos de guerra não são os da NATO, mas sim os dos americanos, e os únicos que os conheciam minimamente eram a Inglaterra e o Canadá. Neles se previa a retirada no continente europeu para o Canal da Mancha e a

---

18 Comando Supremo das Forças Aliadas na Europa. O seu primeiro comandante será o General Eisenhower, nomeado a 19 de Dezembro de 1950. O Comando Supremo Aliado na Europa fica operacional a partir de Abril de 1951, com a primeira sede perto de Paris.

Inglaterra, ao mesmo tempo que se desencadeava a resposta à agressão através da ofensiva aérea nuclear e convencional, conduzida a partir da Inglaterra, do Norte de África, do Japão e do Médio Oriente. As superiores forças aeronavais castigavam os exércitos invasores que avançavam pela Europa a partir do flanco sul (Mediterrâneo) e norte (Mar do Norte). Os planos americanos do começo dos anos 50 previam que o primeiro ímpeto da ofensiva russa levaria os seus exércitos até ao Canal da Mancha e aos Pirinéus em 90 dias, coisa que obviamente não podiam dizer aos aliados europeus, com a exceção da Inglaterra.

Neste jogo complexo a NATO era uma pedra essencial, mas uma pedra sobretudo política, através da qual a Europa se integrava e era um elemento vital no sistema Ocidental. Era por isso que os projectos portugueses tinham de ser recusados, fossem eles as propostas de adesão da Espanha, de formação imediata de uma zona que abrangesse o Atlântico Peninsular ou mesmo o rearmamento da Alemanha a curto prazo. Os EUA simpatizavam com todas estas propostas, mas sabiam que elas iriam desfazer a organização caso fossem concretizadas de imediato.

A formação da NATO marca o começo de uma nova fase nas relações entre Portugal e os EUA. O enquadramento multilateral dado pelo Tratado permite superar o impasse político a que se tinha chegado e obter contrapartidas efectivas pelo uso das bases nos Açores, que era já uma realidade. Portugal sabe que precisa de assinar um acordo de defesa com os EUA para ter acesso à substancial ajuda militar. As garantias de defesa da NATO, sem ser as que o país pediu, são um substituto que se considera suficiente nas circunstâncias. O novo relacionamento é materializado pelos acordos de defesa bilaterais (Portugal – EUA) assinados em 1951, com os respectivos protocolos secretos. Os acordos invocam expressamente o enquadramento político dado pela NATO e o seu espírito. Por eles os EUA obtêm mais do que tinham julgado possível: tem amplos direitos ao uso automático de bases (navais e aéreas) nos Açores em caso de guerra e enquanto esta durar e ao uso para operações da NATO em tempo de paz. Obtêm igualmente direitos provisórios ao estacionamento de forças próprias nos Açores em tempo de paz (até Setembro de 1956), teoricamente para prepararem as bases e as manterem operacionais enquanto Portugal não treina os técnicos nacionais necessários. Na prática, porém, tanto Portugal como os EUA sabem que se trata de uma mera justificação para manter como provisórios os direitos ao uso das bases em tempo de paz, aspecto em

que Lisboa insiste devido às suas reservas políticas e dúvidas quanto ao posicionamento americano.

Os acordos de 1951 permitem o desenvolvimento dos Açores como uma importante base anti-submarina justamente na altura em que a URSS começa a construção da maior frota submarina oceânica que o mundo já conheceu. As ilhas são um pilar importante na rede de instalações passivas e activas colocadas no leito do Oceano que permitem controlar os movimentos de submarinos no Atlântico, completadas pela acção dos esquadrões de aviões de patrulha das Lajes. São igualmente importantes como ponto de apoio das pontes aéreas, numa altura em que se vulgariza o reabastecimento em voo, bem como pilar de apoio à gigantesca frota de bombardeiros estratégicos americanos dos anos 50 (mais de 1300 aparelhos na sua expressão máxima), que será o principal instrumento de dissuasão do Ocidente até meados dos anos 60. Finalmente, são desenvolvidas as suas funções de auxiliar às comunicações, numa altura em que ainda não há satélites, e de ponto de apoio à navegação. Em Portugal serão instaladas nomeadamente 3 estações LORAN, a principal rede de navegação da NATO até à vulgarização do uso dos satélites.

## OS COMPROMISSOS

Um dos compromissos de base da NATO era a ajuda militar americana ao rearmamento europeu, sem o qual este não poderia avançar. O *Mutual Defense Assistance Act* é assinado ainda em 1949 e prevê uma substancial verba. É graças a ela que se aprovam planos de crescimento de forças convencionais extremamente ambiciosos. O objectivo é criar uma capacidade efectiva de defesa do velho continente logo em 1952, com o crescimento das forças convencionais para mais do triplo, o que era importante depois da explosão da primeira bomba atómica soviética em 1949. Todos os países europeus apresentam então alvos irrealistas de crescimento das forças próprias para beneficiar de uma maior fatia da ajuda americana, pelo que ninguém estranha muito quando o representante português defende que o país pretende formar 15 divisões em caso de mobilização. É talvez o número mais irrealista de todos os avançados pelos países da NATO, mas insere-se dentro de uma tendência geral em 1949.

Os EUA canalizam a primeira ajuda militar para Portugal ainda antes de assinados os acordos de 1951. Ela será coordenada pelo MAAG (*Military Assistance Advisory Group*) de Lisboa. Os responsáveis do MAAG cedo se apercebem do choque de concepções de defesa entre o conceito da NATO e o nacional. Apercebem-se igualmente que os portugueses falam na possibilidade de formar 15 divisões pelo simples motivo que não fazem ideia do que implica criar uma única divisão moderna em termos de técnicos e equipamento. A política do MAAG será simples e extremamente eficaz: nunca contrariar frontalmente os conceitos nacionais nem discutir abertamente as questões de fundo que lhe estão subjacentes, pelo simples motivo que estas são políticas e rapidamente se chegaria ao impasse. Em vez disso, o MAAG vai canalizar a ajuda militar para as unidades que considera mais importantes e defende que, independentemente do número final, o que é preciso é começar por uma e depois logo se verá como o processo se desenvolve. É esta a base da “revolução serena” que a NATO representa durante os anos 50. Revolução porque nada permanece igual ao que era e serena porque se dá de forma automática e sem convulsões.

Um dos aspectos mais importantes da “revolução serena” é a formação de técnicos em todas as especialidades. Os portugueses, por exemplo, verificam ao fim de pouco tempo que uma única divisão moderna tem mais técnicos nas especialidades chave que os existentes no conjunto das Forças Armadas nacionais. Em qualquer dos ramos são dezenas de novas especialidades que se criam, algumas das quais completamente desconhecidas, como os radares, a informática ou a moderna logística. Largas centenas de oficiais são enviados em poucos anos a frequentar cursos no estrangeiro e, quando voltam, animam e lançam cursos de formação, apoiados por equipas americanas em estadias de curta duração. Os institutos de formação das Forças Armadas são amplamente remodelados nos seus currículos e estruturas.

Os oficiais seleccionados para frequentar os cursos no estrangeiro são normalmente os mais novos e os melhores, pelo que o impacto da NATO é um movimento imparável que vem de baixo para cima e ajuda a promover rapidamente uma nova geração de oficiais, a que podemos chamar a “geração NATO”. Quando os oficiais que receberam formação no estrangeiro regressam ao país, são seleccionados para dirigir os novos serviços e armas, pelo simples motivo que só eles conhecem as técnicas

necessárias e, como a inovação é muito rápida e ampla, rapidamente alcançam posições de grande responsabilidade.

É preciso salientar que, com as novas técnicas, como sempre acontece, chegam filosofias organizativas, de formação e motivação diferentes. Não se trata meramente de ter ou não, por exemplo, técnicos de radar, mas sim de mudar toda a estrutura das armas combinadas e a sua organização. É notório que, num país onde os contactos regulares com o exterior eram poucos, a abertura provoca uma rápida mudança de mentalidade. Nos relatórios dos primeiros oficiais que participam em exercícios comuns ou frequentam cursos no estrangeiro, é visível a sua surpresa. Alguns são verdadeiros estudos de antropologia cultural. Uma noção que rapidamente se perde é a de que as democracias são necessariamente pouco eficazes, ponto central da propaganda do regime. Verifica-se também que muito cedo começa a ser criticado o tipo de disciplina rígida aplicada nas Forças Armadas portuguesas, pois ela cortava as pernas à iniciativa e responsabilização em todos os escalões e promovia a passividade. Nas novas Forças Armadas os elementos a todos os níveis não só tem uma formação mais desenvolvida e complexa, mas sobretudo precisam de dar provas de um maior grau de iniciativa, pois os sistemas de armas modernos e as tácticas e estruturas organizativas onde se enquadram assim o exigem.

Os elementos mais destacados desta "geração NATO" começam a chegar a postos de grande responsabilidade a partir de meados dos anos 50 e rapidamente formam um grupo próprio nas Forças Armadas, com contactos regulares entre si e com certas tendências políticas evidentes. Passam, por exemplo, a considerar as democracias ocidentais não como um tipo de regime condenado e ultrapassado, mas como um modelo a alcançar, embora quase todos acrescentem que é um objectivo a alcançar de forma gradual e sem sobressaltos. Significa isto que se revelam crescentemente críticos em relação à rigidez política do regime e a lentidão da sua evolução. É um aspecto especialmente importante depois da crise de 1958, quando se dá o afastamento de Santos Costa e a geração NATO assume plenamente a direcção da política militar, com a nomeação do general Botelho Moniz como Ministro da Defesa. A rápida ascensão da geração NATO aos mais altos postos militares e políticos da organização da defesa foi o preço que o regime pagou para garantir a sua lealdade durante a crise de 1958, também ela provocada por um destacado elemento dessa mesma geração: o general Humberto Delgado.

A inserção na NATO altera a organização da defesa em Portugal. Já anteriormente se tinham feito sentir críticas à falta de órgãos coordenadores da Defesa, tanto em termos políticos como militares, o que era algo promovido pelos principais responsáveis do regime como forma de afastar os militares do nível superior de decisão. A NATO apressa a reorganização que andava no ar, defendida especialmente por Santos Costa. Este pretendia a imediata organização de um Ministério da Defesa e de um Estado Maior Conjunto, com a absorção dos Ministérios da Guerra e da Marinha, a formação da Força Aérea e a criação de três Secretarias de Estado ao mesmo nível. Tanto o Exército como a Marinha resistem a esta proposta, pois ela iria cortar com a sua relativa autonomia em assuntos militares, sem lhes dar nada de substancial noutros termos. A solução que acaba por se adoptar é um compromisso, tendo em conta que as resistências são muito fortes, especialmente em termos da Armada. Cria-se não propriamente um Ministério da Defesa, mas sim um Ministro da Defesa<sup>19</sup>, a quem compete “coordenar os problemas da política militar da Nação e as altas questões relativas à defesa do país”. O órgão de trabalho e planeamento do Ministro da Defesa é o Secretariado-Geral da Defesa Nacional, dirigido por um Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA). Mantêm-se os Ministérios da Guerra (que passa a ser denominado Ministério do Exército) e da Marinha. A Força Aérea é formada em 1952, pela junção das aeronáuticas do Exército e da Marinha, com forte resistência desta última. Estará ligada a ela um Sub-Secretário da Aeronáutica. Finalmente, em termos de coordenação da política militar e de defesa criam-se dois órgãos: o Conselho Superior de Defesa Nacional, que deve discutir a grande estratégia nacional<sup>20</sup> e o Conselho Superior Militar, como órgão de consulta do Ministro da Defesa.

## **A MUDANÇA DA POLÍTICA MILITAR NACIONAL**

A visão inicial de Portugal quando entra na NATO é muito bem expressa pela directiva “*O esforço militar português*”, elaborada sob a direcção do Ministro da Defesa Santos Costa em 1951. O esforço militar nacional é encarado numa perspectiva sobretudo do contributo terrestre, pouco se

---

19 DL 37909 de 1 de Agosto de 1950.

20 Funções definidas na Lei 2051, de 15 de Janeiro de 1952.

falando na Força Aérea ou na Marinha, consideradas sobretudo elementos auxiliares. Afirma-se que Portugal pode mobilizar teoricamente 557 022 homens, mas, como só tem 10 262 sargentos e 8 906 oficiais, "só" (sic) pode organizar e enquadrar cerca de 300 000. Com eles, podem-se formar 10 divisões de infantaria e uma blindada, a que haveria a acrescentar as unidades de defesa territorial e os reforços provenientes das colónias. É possível em 1951, segundo se garante, fornecer armas ligeiras e artilharia às 11 divisões operacionais em caso de mobilização, mas só há equipamento de engenharia para 5 e de transmissões para 3.

É com base neste raciocínio que Portugal afirma nas reuniões da NATO que, em caso de guerra, pode formar em 1952 uma divisão de campanha (que seria transportada para o Sul da França) e três divisões de menor capacidade (que seriam transportadas para os Pirinéus), para além das forças de defesa do território e ilhas. Em 1954, segundo se garante, seria possível com a ajuda militar prevista, formar mais 4 divisões de campanha, que poderiam ser usadas no teatro de guerra europeu. É este o compromisso de defesa inicial de Portugal assumido na reunião do Comité da NATO realizada em Washington em 1950, onde se discutem os alvos do Plano de Médio Prazo da NATO (o plano que devia orientar o crescimento das Forças Armadas da organização até 1954): formar (até 1954) cinco divisões de campanha e três territoriais para os Pirinéus, para além das forças de defesa do território continental e insular. Tal implicava a existência de dois tipos de divisão: a de campanha ou tipo americano (TA) e a territorial ou tipo português (TP).

O MAAG, como já referimos, não critica abertamente estes planos, mas limita-se a sugerir que se comece por tentar criar uma única divisão TA, que devia ser a escola do Exército. As críticas às concepções do Ministro da Defesa Santos Costa, partem do próprio Estado Maior do Exército (EME), que não tarda a perceber-se que a criação de uma única divisão TA é um trabalho para muitos anos, pois implica a formação prévia de milhares de técnicos e especialistas que não se podem improvisar, pelo que os alvos para 1954 são totalmente irrealistas. É esta a base de uma forte e acesa polémica entre o Ministro da Defesa Santos Costa, e o Ministro do Exército Abranches Pinto, apoiado pelo EME. Abranches Pinto será afastado do poder por Santos Costa, que acumula as duas pastas até 1958, mas as suas concepções acabam por se impor.

Na cimeira da NATO de 1952, em Lisboa, são revistos para baixo os objectivos de crescimento do Plano de Médio Prazo. Nessa altura, o

compromisso nacional para o Exército é já meramente de, caso a guerra estale em 1952, colocar uma divisão nos Pirinéus até D+60; caso a guerra estale em 1953, é garantida a formação de 2 divisões territoriais nos Pirinéus e 2 de campanha no sul da França em D+60; caso a guerra estale em 1954, o total em D+60 passa a ser de 2 divisões de campanha e 3 territoriais, isto sempre sem levar em conta as unidades de defesa do território do continente e ilhas. É uma redução substancial de 5 divisões de campanha para somente 2, mas mesmo este alvo se revela irrealista. A partir de 1953 o treino da divisão de campanha portuguesa é concentrado em Santa Margarida, que se torna a escola do novo Exército. A “divisão NATO”, como passa a ser conhecida, é formada por unidades de todo o território, que recebem o melhor equipamento e os técnicos e especialistas recém-formados. Em 1954, é já evidente para o próprio Santos Costa que Portugal, com um grande esforço nos próximos anos, só poderá formar uma divisão TA ou de campanha, pelo que passa a ser esse o compromisso assumido na NATO. O MAAG de Lisboa acompanha esta evolução interna à distância, sabendo que ela é inevitável a prazo e nunca pressionando para que se cumpram os alvos assumidos por Portugal, pois sabe melhor que ninguém que eles são irrealistas. A reorganização do Exército em 1955 prevê que, em caso de guerra, se forme somente uma divisão de campanha (a 3<sup>a</sup> divisão<sup>21</sup>) e 3 territoriais, que seriam colocadas nos Pirinéus (as 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup>), para além de forças de defesa do continente e ilhas. A divisão TA portuguesa seria deslocada em caso de guerra para a zona de Bordéus, onde defenderia um importante nó logístico; caso a linha de defesa da Alemanha falhasse, estava previsto que o grosso das unidades sobreviventes da NATO se retirava para o Canal da Mancha, mas que a divisão portuguesa se retirava em direcção aos Pirinéus, onde se devia unir às 3 divisões territoriais nacionais que tinham sido colocadas na zona de San Sebastian, garantindo em conjunto a defesa do sector Oeste dessa cadeia de montanhas. Desse modo, as forças portuguesas ficariam unidas e podiam contribuir para a defesa da Península. Era uma maneira hábil de se fazer a junção entre os “planos NATO” e os planos do Pacto Ibérico, sem provocar os protestos dos parceiros europeus.

---

21 A divisão NATO recebia nesta altura a denominação de 3<sup>a</sup> divisão porque estava ligada sobretudo à 3<sup>a</sup> região militar.

A NATO é especialmente importante para a Força Aérea. A sua formação em 1952 tem muito a ver com a reorganização desencadeada pela adesão e todo o período inicial de consolidação do novo ramo é marcado pela ajuda do MAAG. Em 1951, a Força Aérea contava com 285 aparelhos, onde se destacavam 3 esquadriças de *Spitfires* (BA2, Ota) e 6 de *Hurricanes* (1 em Sintra, 3 em Tancos e 2 em Espinho). Era uma força que em termos técnicos e materiais estava ao nível equivalente ao começo da Segunda Guerra Mundial, sem electrónica, radar, ou jactos e que contava sobre-tudo com equipamento inglês. No novo esquema NATO a Força Aérea recebe essencialmente 2 funções: a defesa aérea do continente e ilhas e o apoio táctico às forças expedicionárias na Europa, a que se soma uma função acessória de patrulha marítima e luta anti-submarina<sup>22</sup>. Os alvos iniciais para o crescimento da Força Aérea são também irrealistas, pois apontam para um total de 7 esquadras de caça a jacto, 3 grupos de alerta e detecção radar, 2 esquadras de luta anti-submarina e 4 esquadras de apoio táctico.

O MAAG aplica na Força Aérea a mesma receita que usou no Exército: começa por apoiar a formação das primeiras esquadras de jacto, deixando que sejam os portugueses a perceberem-se dos muitos problemas técnicos e qualitativos que tal implica. Os alvos da cimeira NATO de 1952 são ainda muito elevados, mas menores que os anteriores: Portugal devia formar até 1954 uma força de 4 esquadras de caça diurnas no continente, 2 esquadras de caça todo o tempo, 3 esquadras de cooperação com o Exército e 3 de cooperação com a Marinha, num total de 274 aviões de combate modernos, para além das unidades auxiliares de treino e transporte. A realidade é muito mais modesta: até fins de 1952 cria-se uma única esquadra de caças a jacto com F-84G (a esquadra 20, na BA2), 2 esquadras de apoio táctico com F-47D, arranca-se com a aviação de apoio à Marinha com Harpoons e renova-se o equipamento das escolas de treino, com os T-6 e os T-33. O grande esforço é a formação, nomeadamente com a chegada da electrónica e a construção de grandes bases aéreas ligadas à NATO, como Cortegreça e o Montijo. Para compreender o que foi a importância da NATO para a Força Aérea, basta referir que em fins de 1952, quando não havia

<sup>22</sup> Esta função era acessória porque os planos NATO previam que, em caso de guerra, seriam colocados entre 8 a 12 esquadrões de aparelhos de patrulha marítima aliados nas bases portuguesas do continente e ilhas.

mais de 600 oficiais nesta arma, 215 técnicos estavam a receber formação nos EUA.

A partir de 1953 são os portugueses que pedem uma redução dos alvos de crescimento da Força Aérea, tal como tinha acontecido com o Exército. Havia razões muito fortes para tal, das quais a principal era a falta de técnicos qualificados para as esquadras de aviões a jacto. A ajuda militar americana financiava a sua formação, mas a manutenção corria por conta de Portugal. Os custos das 2 esquadras de jactos que se formam até 1954 era já uma parte substancial do orçamento da Força Aérea e, pelas contas dos portugueses, a criação das 6 esquadras de caças previstas implicaria um substancial aumento do orçamento, sobretudo quando os americanos deixam de financiar os sobresselentes. Portugal acabará por formar uma Força Aérea com 4 esquadras de jactos, apoiadas por uma rede de detecção radar, 2 de patrulha marítima e unidades de apoio, muito inferior em termos numéricos aos alvos iniciais. Era em fins dos anos 50 uma força moderna, ao nível do normal na Europa de então e representava um imenso pulo qualitativo em relação à aeronáutica existente em 1950. Havia então ambiciosos projectos na forja, como sejam o de participar no projecto de um caça para renovação de todas as forças da NATO, de que seriam fabricados componentes em Portugal. As guerras de África matam este tipo de evolução e vão provocar um outro desenvolvimento da Força Aérea.

A Marinha é um caso diferente dos outros dois ramos, pois os alvos estabelecidos são realistas desde o primeiro momento e serão cumpridos no essencial. São os EUA que insistem no crescimento quantitativo da Armada nacional, enquanto Santos Costa se mostra relutante em aceitar. A preocupação da NATO é criar uma força naval adaptada à defesa dos portos e comboios costeiros. Tal implica ter uma organização eficaz de defesa dos portos com o esqueleto formado em tempo de paz, criar uma capacidade de guerra de minas e aumentar a escolta costeira e oceânica, tudo completado com os aparelhos de patrulha marítima e guerra anti-submarina, que eram da responsabilidade da Força Aérea. A NATO permite uma substancial modernização da Armada, com a inserção do país no esquema mais geral de protecção da navegação no Atlântico. Os programas da NATO para a Armada são cumpridos no essencial, com destaque para a criação de uma força de 16 draga minas modernos e de

uma capacidade de escolta oceânica, com base em fragatas que usam as modernas técnicas de luta anti-submarina.

A modernização e evolução técnica que se dá nos anos 50 é notável e muito rápida. As novas tecnologias que entram no país pelas Forças Armadas dentro em breve se espalham pela sociedade civil, auxiliados pelos militares formados que são desmobilizados no fim do período de serviço. Para dar uma ideia do que foi esta evolução, basta referir que a Espanha procurava na segunda metade dos anos 50 o apoio técnico dos militares portugueses e copiava, por exemplo, os sistemas de organização para a defesa dos portos ou para a protecção da população civil em caso de explosões nucleares.

A evolução portuguesa nestes anos acompanha o sentido geral das mudanças que se dão na Europa, embora seja um caso extremo. Inicialmente, os planos NATO apontavam para a criação de uma força de defesa convencional do continente europeu com pelo menos 50 divisões modernas até 1954, considerado o mínimo para deter a ofensiva soviética. A partir de 1952, estes planos são revistos para baixo, por razões muito bem explicadas pela análise americana: o estilo de vida ocidental não era compatível com um nível de gastos, com a defesa, semelhante ao da sociedade soviética, pelo que não se podia responder ao desafio com um grande aumento das forças convencionais, sob pena de alterar o equilíbrio de base das sociedades ocidentais. A solução era basear a dissuasão no arsenal nuclear disponível em grande número desde começo dos anos 50 e manter um nível de forças convencionais reduzido, capaz somente de resistir a um primeiro embate de uma ofensiva em larga escala ou útil para conflitos de menor intensidade. É a estratégia da "retaliação maciça", adoptada pela NATO desde 1952 e que permite a redução dos alvos de crescimento das forças convencionais.

Portugal segue a evolução geral, ao apontar inicialmente para alvos de crescimento irrealistas, para depois os reduzir rapidamente a partir de 1952, até os estabilizar em 1956 num total que era cerca de 5 vezes inferior ao inicial (excepto no caso da Marinha). Neste processo, a NATO altera em poucos anos (1949-1956) toda a política militar nacional. A concepção vigente inicialmente apontava para forças essencialmente terrestres, gigantescas no tamanho, antiquadas na qualidade, que tinham como principal missão a defesa estática dos Pirenéus e de Lisboa. A concepção que acaba por prevalecer em meados dos anos 50, é a de forças equilibradas, pequenas mas modernas, com uma forte componente aeronaval, que têm

como principal missão a defesa do continente europeu e do espaço Atlântico Português inseridas num amplo dispositivo aliado. A maior parte da ajuda militar americana, aliás, seria dirigida para as infra-estruturas, a Força Aérea e a Marinha. Era o reencontro da tradição Atlântica do país, acompanhado por uma ampla mudança de mentalidade nas Forças Armadas. As colónias pouco pesavam na concepção da política militar portuguesa na primeira fase da NATO.

É de salientar que a ajuda militar americana a Portugal foi dada em níveis relativamente modestos se comparados com os casos de outros países da Europa. Em 1946/1948, quando a ajuda militar americana aos futuros membros da NATO se cifrou em 266 milhões de dólares, Portugal nada recebeu, o mesmo acontecendo no campo da ajuda económica. Em 1949-1952, Portugal recebeu uma ajuda militar de 10 milhões de dólares num total de 1222 milhões, ou seja, uns muito modestos 0,8%, sete vezes menos que a Dinamarca, ou 32 vezes menos que a Grécia, países de menores dimensões. Em 1953-1961, quando a ajuda militar americana ascende a 5650 milhões de dólares, Portugal recebe 228 milhões, o que é 4% do total, ou, visto em termos comparativos, é menos que os 307 milhões da Dinamarca, ou que os 407 milhões da Noruega<sup>23</sup>.

## A TÓNICA NA DEFESA DO ULTRAMAR

A crise do Suez, em 1956, terá grandes repercussões em termos da evolução da NATO, da Europa e da política portuguesa. Era a primeira vez que os EUA enfrentavam politicamente os seus dois principais aliados europeus (Inglaterra e França) e os obrigavam a recuar numa operação de grande envergadura que, directamente relacionada com a manutenção das posições estratégicas europeias no Norte de África e com a difusão dos movimentos de autonomia. Um dos seus efeitos imediatos, é acabar com as veleidades dos poderes europeus de construírem uma estratégia autónoma a partir das vantagens resultantes dos antigos Impérios em vias de decomposição. A RFA entende muito bem esta situação, como Konrad Adenauer mostra num comentário que faz à crise do Suez: “a Europa (entenda-se, a CEE) será a nossa vingança”<sup>24</sup>. A aproximação

---

23 Luc Crollen, *Portugal, the US and NATO*, Leuven Press, s.d., pp. 91-93.

24 Conferência de Konrad Adenauer a 6 de Novembro de 1956. Reproduzida em Christian Pineau, *Suez, 1956*, Paris, 1976, p. 191.

entre a RFA e a França será rápida e formou a base do Tratado de Roma, assinado nesse mesmo ano.

A França confirma a decisão de avançar com o programa nuclear independente e passa a manter as distâncias em relação à NATO, que encara como uma organização demasiado dominada pelos EUA. A Inglaterra segue uma estratégia diferente e procura o estreitamento dos laços culturais e económicos com a Commonwealth, decide dar a independência imediata a todas as colónias que não tenham fortes comunidades brancas<sup>25</sup> e promove um projecto de mercado comum europeu de onde virá a sair a EFTA passados uns anos. Londres aproxima-se em termos de defesa dos EUA e procura avançar com um programa nuclear próprio com apoio americano.

Em Portugal, a crise do Suez é acompanhada com preocupação, a ponto de se terem paralisado as negociações para a renovação do acordo dos Açores como forma de pressão sobre os EUA. A atitude americana ao alinhar com a URSS contra a França e a Inglaterra é entendida quase como uma "traição" aos aliados europeus e deixa prever o pior em termos da evolução da política americana para os impérios tradicionais<sup>26</sup>. Data de então a decisão de rever a política de defesa portuguesa. A partir de 1957 começam a ser tomadas as primeiras medidas que apontam para o reforço do Império, nomeadamente a realização de estudos sobre os dispositivos de defesa de Angola e Moçambique.

Os DL 41 559 e 41 577, aprovados nos começos de 1958, alteram por completo a organização militar das colónias. Estas deixam de ser encaradas como uma fonte de reforço de Portugal continental em caso de guerra no âmbito da NATO, para passarem a contar com um dispositivo disperso que seria reforçado nos meses seguintes. A Marinha e a Força Aérea também modificam a sua estrutura militar nas colónias. A Força Aérea cria Regiões Aéreas em África, promove uma rede de bases e aeródromos-base, forma os pára-quedistas e procura obter rapidamente no estrangeiro aviões de apoio ligeiro, transportes tácticos e helicópteros. A Marinha

---

25 A mudança é decidida pelo governo MacMillan, depois da crise do Suez, o que surpreende Portugal. A primeira colónia inglesa independente na aplicação desta política será o Gana, em 1957.

26 O americano Bonbright cita nos telegramas para o *State Department* várias afirmações neste sentido feitas por Salazar em conversas privadas de que a Embaixada em Lisboa foi informada. Ver telegrama de 20 de Dezembro de 1956 onde se refere que Salazar acha que os EUA "abandonaram a Europa" e passaram a favorecer os inimigos da "civilização ocidental". NA SD Decimal Files 753.00(W)/12-1956.

lança os Comandos Navais e os Comandos de Defesa Marítima, cria os fuzileiros, altera os seus planos de construções com a inclusão de dezenas de lanchas de fiscalização e de desembarque e promove o investimento nos portos e oficinas navais. A partir de 1958 são enviados oficiais portugueses a frequentar cursos de contra-guerrilha na Argélia francesa, em Espanha e mesmo nas escolas americanas de operações especiais (Carolina e Alemanha).

A mudança oficial da política militar nacional é concretizada em Agosto de 1959. Nessa altura, o Conselho Superior de Defesa Nacional discute e aprova em duas reuniões um conjunto de textos preparados pelo Ministro da Defesa Botelho Moniz. Neles se diz à partida que os compromissos com a NATO e a Espanha passam para segundo plano. Acrescenta-se que, no caso da NATO, se devem “evitar cuidadosamente novos compromissos que envolvam mais encargos financeiros, mas honrar os já assumidos”. No caso da Espanha, vai-se mais longe e afirma-se que, embora os compromissos se devam manter teoricamente, eles devem ser considerados sobretudo como “elemento de reforço e apoio da política”. Em poucas linhas afastam-se as duas preocupações fundamentais da defesa portuguesa nos últimos 10 anos. A tónica deve ser a de “aumentar, na medida do possível, o esforço de defesa do ultramar”, numa escala de prioridades em que em primeiro lugar surge a Guiné (devido à previsível independência da Guiné Conakry), seguida de Angola e Moçambique. É uma completa alteração da política militar dos anos 50.

## **A NATO E A INVERSÃO DAS ALIANÇAS DE PORTUGAL**

Quase ao mesmo tempo muda também a estratégia oficial da NATO, por razões completamente diferentes. No final dos anos 50 a URSS desenvolveu já um substancial arsenal nuclear e começam a ser operacionais novidades técnicas como os mísseis balísticos, os submarinos nucleares e as ogivas tácticas, que abriam novas possibilidades no campo de batalha. Desaparecia a relativa invulnerabilidade do continente americano e pela primeira vez parecia que uma guerra total podia provocar uma destruição mútua, um conflito sem vencedores. Esta mudança coincide com um maior reforço dos meios convencionais da NATO, depois do rearmamento da Alemanha (desde Maio de 1955) e da integração plena da Grécia e da Turquia na organização. A NATO abandona então a estratégia da “reta-

liação maciça" e adopta a chamada "resposta flexível". Esta implica que se responde às agressões ao nível a que estas são feitas. Uma eventual agressão com meios convencionais receberia uma resposta inicial ao mesmo nível e seria objecto de uma escalada controlada, com o objectivo de ganhar tempo para obter uma solução política sem se chegar a uma guerra total. Significa isto que as primeiras fases do conflito são essenciais e a NATO deve contar com uma panóplia variada de meios convencionais e armas nucleares tácticas para responder a uma agressão.

A mudança de estratégia da NATO terá grande importância para a evolução portuguesa, devido a duas consequências directas. A mais importante, é que ela abre caminho à aproximação de Portugal à RFA e a França no campo da defesa, o que será um passo vital para aguentar as guerras de África. No caso da RFA, a aproximação dá-se por iniciativa de Bona, pelo simples motivo que o novo dispositivo militar alemão implica a manutenção de importantes infra-estruturas logísticas, de treino e de apoio de retaguarda numa zona distante da linha de frente e Portugal é a melhor alternativa, tendo em conta o facto da Espanha não pertencer à NATO. A partir de 1959 multiplicam-se as visitas entre os responsáveis políticos e militares de Portugal e da RFA e até 1962 serão assinados mais de 20 acordos e compromissos no campo da defesa. Portugal aceita que parte do treino operacional da Luftwaffe se faça no Alentejo, aceita criar em Beja uma importante base aérea com investimentos alemães, aceita desenvolver as OGMA (Oficinas Gerais de Material Aeronáutico) em Alverca para assegurarem as grandes manutenções dos aviões alemães (nomeadamente dos Noratlas e dos caças F-104 Starfighter), aceita o desenvolvimento de portos e terminais de apoio logístico para as forças alemãs e a criação de um dispositivo de hospitais de campanha com milhares de camas, que deviam receber os grandes feridos alemães em caso de guerra. A contrapartida é múltipla e passa nomeadamente por créditos, pelo aumento das relações comerciais, pela modernização e amplo desenvolvimento de toda a indústria de defesa nacional, a começar na fábrica de Braço de Prata. As guerras de África serão feitas com o armamento ligeiro alemão fabricado em Portugal (a espingarda de assalto G-3, a pistola Walther e as metralhadoras), com alguns veículos alemães montados no país, com os aviões de transporte alemães (os DO-27 e uma parte dos Noratlas), com os aviões de ataque Fiat G.91 (de concepção italiana, mas vendidos pela Alemanha), com alguns navios alemães (o primeiro lote das lanchas *Bellatrix* e parte das corvetas).

A aproximação à França ocorre ao mesmo tempo e por motivos semelhantes. A França entrava no final dos anos 50 na fase mais dura da guerra da Argélia e o seu crescente afastamento em relação aos EUA e à NATO implicava a procura de novos apoios e contactos políticos. Portugal era uma possibilidade ideal, pois também ele alimentava reservas em relação aos EUA e estava preocupado com a evolução em África. Em pouco tempo são assinados dezenas de acordos com Paris no campo da defesa. De França vêm parte dos veículos (os Berliet), os helicópteros (os Alouette e os Puma), parte da aviação táctica (os Noratlas e alguns T-6 de ataque ao solo usados na Argélia) e os navios para a primeira fase da renovação da Armada (as 4 fragatas Comandant Riviere – João Belo em Portugal – e os 4 submarinos Daphné). Paris obtém igualmente facilidades para instalação de uma estação de rastreio nos Açores, importante em termos do seu programa nuclear, então em pleno desenvolvimento.

É, para todos os efeitos, uma verdadeira inversão de alianças, que acompanha a mudança da política militar em 1959 e se torna possível devido à alteração da estratégia da NATO. A esta inversão de alianças está associada uma mudança da origem da tecnologia militar: entre 1943 e 1949 a principal origem tinha sido a Inglaterra; depois da formação da NATO e até 1959 foram os EUA; nos anos 60, foram a RFA e a França.

É de notar que o apoio político e militar da RFA começa a vacilar a partir de finais dos anos 60, quando os movimentos de autonomia ganham apoios internacionais e o Governo Social Democrata alemão comece a ensaiar os primeiros passos da Ostpolitik, a abertura a Leste. Até então, por exemplo, a RFA tinha ficado satisfeita com uma simples declaração de Portugal em como o armamento fornecido seria usado para os fins previstos na NATO. Portugal dava esta garantia sem qualquer problema de consciência pois, na sua perspectiva, estava em África na primeira linha de combate na defesa da Europa Ocidental e, logo, na defesa da NATO. Simplesmente, a partir de começos dos anos 70, a RFA passa a exigir uma garantia mais estrita, onde se afirmava que o armamento fornecido não seria usado fora da zona NATO, sem margem para ambiguidade. Lisboa procura responder a estas dificuldades com vários subterfúgios, como seja o de comprar licenças na RFA e fabricar o equipamento militar em fábricas nacionais, mesmo que fique mais caro, ou o uso de vias tor-

tuosas<sup>27</sup> na importação do armamento. Em termos gerais, porém, podemos dizer que era crescentemente difícil adquirir armamento na RFA desde 1969 e o fluxo de começo dos anos 60 tinha praticamente secado em 1974.

## A NATO E AS GUERRAS DE ÁFRICA

A decisão de mudar a política militar nacional em 1959 tem importantes consequências nas relações com a NATO e com os EUA, especialmente desde o começo da luta armada em Angola, em Março de 1961. Uma das mais importantes, é a tentativa falhada, da "geração NATO" nas Forças Armadas, de inverter a estratégia nacional, com a chamada "abrilada" de 1961, que têm à sua frente o Ministro da Defesa Botelho Moniz. É um golpe diferente de todos os outros do Estado Novo, pois pela primeira e única vez é a hierarquia das Forças Armadas que se pronuncia pela mudança da estratégia nacional de forma organizada e em massa. Aqui, interessa somente mencionar esta tentativa no sentido da liberalização que poderia ter evitado os 13 anos de guerras de África, sem desenvolver as razões do seu fracasso.

Os EUA mudam de política para África em 1959, ou seja, no final da administração Eisenhower e não no começo da administração Kennedy, como normalmente se pensa. A razão de fundo da mudança pode ser explicada em termos simples: era evidente que o movimento das autonomias ia chegar em força à África sub-saariana, pelo que os EUA não podiam continuar a evitar tomar uma posição de fundo sobre o problema. A opção americana, tal como apresentada pelo Vice-Presidente Nixon ao National Security Council, era relativamente simples: ou os EUA apoiavam o movimento das autonomias, ou este procuraria apoios de outros poderes, nomeadamente da URSS. Tal em nada beneficiaria os aliados europeus e quando, passados muitos anos de uma guerra inútil, estes chegassem finalmente à conclusão que não tinham vantagem em continuar o conflito, os movimentos de libertação estariam radicalizados e

---

27 Quando, por exemplo, se pretendeu comprar um segundo lote de aviões Fiat G.91 entre os retirados de serviço pela Luftwaffe no começo dos anos 70, foi feita a proposta de estes serem desmontados na Alemanha, vendidos como peças a um outro país, como a Espanha ou a Suíça, comprados como peças por Portugal e montados com novos números de série nas OGMA. A RFA não aceitou.

teriam fortes laços com a URSS. É este raciocínio que leva os EUA a mudarem a sua política para África. Passam então a pressionar os aliados europeus no sentido de facilitarem as independências e aceitarem o inevitável, ao mesmo tempo que estreitam os laços com os novos países independentes. É uma política com ambiguidades, pois é decidido não contrariar frontalmente os aliados europeus, decisão que seria parcialmente revista depois da saída de Eisenhower da Casa Branca.

A nova política foi aplicada inicialmente pela administração Kennedy em relação a Portugal de uma forma demasiado rígida e com pouca flexibilidade. Washington não só proíbe o uso em África do armamento fornecido com a ajuda do MDAP, mas chega a apoiar a FNLA e vota contra Portugal nas resoluções das Nações Unidas, o que confirma os piores receios dos responsáveis portugueses e dá origem a um movimento de afastamento e retaliação política. A NATO é apanhada no meio deste conflito inesperado, que não provocou nem desejava.

Portugal a partir de 1961 passa a criticar abertamente nas reuniões da NATO a falta de solidariedade entre os aliados. Lisboa defende a teoria de que a URSS, não sendo capaz de submeter a Europa por um ataque directo e frontal, tenta um movimento envolvente a partir de África, que é o complemento indispensável da Europa, sem o qual esta não pode subsistir. Nesse sentido, Portugal em África está na primeira linha do combate em defesa da Europa e, logo, deve ser apoiado pela NATO, ao contrário do que acontece. A NATO não subscreve esta teoria e adopta a posição de que se trata de um conflito fora da sua área de acção, pelo que nada tem a ver com ele, embora se torne crescentemente crítica em relação à sua continuação indefinida com o passar dos anos.

Lisboa utiliza múltiplas formas de pressão para tentar que os EUA e outros parceiros da NATO mudem de posição sobre as guerras de África. Em relação aos EUA, a principal arma política é o acordo dos Açores de Novembro de 1957, que termina a 31 de Dezembro de 1962. Portugal ameaça com a não renovação e chega a afirmar que não faz sentido a sua permanência na NATO a partir do momento em que os pretensos aliados são os primeiros a atacar os interesses nacionais<sup>28</sup>. A administração americana divide-se sobre o caso português e não tarda a abandonar a

---

28 É de notar que, de acordo com o texto do acordo de 1951, mesmo que os EUA saíssem dos Açores, a NATO continuava a ter direito ao uso de bases nas ilhas em operações próprias e em caso de guerra. Só a saída de Portugal da organização o podia impedir, pois o acordo de 1951 não previa formas de denúncia por Lisboa.

oposição activa à continuação das guerras: cessa o apoio aos movimentos de libertação (o que os manda para os braços da URSS, como era de prever); passa a abster-se nas votações da ONU; procura, de muitas formas, fazer Lisboa entender que pode prolongar as guerras, mas não as pode vencer militarmente<sup>29</sup>.

Depois de 1962, Portugal e os EUA fazem as cedências máximas nas posições de princípio dos dois Governos e chegam a um impasse, onde concordam em discordar, sem um corte radical. Lisboa aceita a manutenção de facto dos americanos nos Açores, mas sem renovar formalmente o acordo, o que significa que pode pedir a qualquer momento a retirada. Washington abandona a oposição activa às guerras, mas continua a não as apoiar, recusando nomeadamente o uso em África do armamento vendido com a ajuda militar<sup>30</sup>. Aceita, no entanto, a continuação do apoio no campo da defesa em meios que Portugal se obriga a usar exclusivamente na área NATO, como acontece com o programa das fragatas *Pereira da Silva*, parcialmente financiado pelo EUA.

O Governo de Lisboa pensa inicialmente que as guerras eram uma simples operação de policiamento que se resolvia em poucos meses com a mobilização realizada em 1961, mas não tarda a aperceber-se que não é assim. É necessário canalizar para África uma crescente parte dos recursos nacionais e os compromissos com a NATO sofrem necessariamente. A divisão de Santa Margarida continua a existir oficialmente, mas as unidades que a compõem são gradualmente desviadas para África, depois de reorganizadas para o tipo de guerra muito diferente que vão enfrentar. O mesmo acontece com as unidades da Força Aérea e da Marinha, que abandonam a presença regular nos exercícios NATO. Em meados dos anos 60 as relações com a organização atingem o ponto mais baixo de sempre, com um afastamento voluntário quase total dos portugueses.

---

29 Uma das tentativas mais importantes neste sentido é a visita de George Ball a Lisboa, como enviado do Presidente Kennedy em 1963. Este defende que Portugal não aguenta a guerra mais de dez anos (logo, até 1973), nem a pode vencer militarmente, pelo que insistir na sua continuação é caminhar para uma derrota política. Se, pelo contrário, Portugal aceitar o princípio de auto-determinação e estabelecer um prazo longo de 15 anos ou mais até à independência, terá todo o apoio político, diplomático, económico e até militar dos EUA para o processo. Ver o estudo de Freitas do Amaral, *A Tentativa Falhada de um Acordo Portugal-EUA Sobre o Ultramar Português*, Coimbra, 1995.

30 Ver a este respeito o artigo de Nuno Severiano Teixeira, "Portugal e a NATO: 1949-1989", *Análise Social*, nº 133, quarta série, vol. XXX, 1995-4º, Lisboa, pp. 803-819.

Na segunda metade dos anos 60 um conjunto de factores permite uma reaproximação entre Portugal e a NATO. Um deles é uma consequência directa da mudança da estratégia da organização, que já referimos. Em 1958 a NATO decidiu alterar a divisão das áreas do SACLANT no Atlântico Norte. Este tinha sido dividido inicialmente apenas numa zona Este e outra Oeste (o WESTLANT e o EASTLANT), ficando de parte somente o comando de defesa do Canal da Mancha, de responsabilidade inglesa. A maior importância da zona de acesso ao Mediterrâneo com a mudança da estratégia no final da década de 50, leva a que se decida formar o IBERLANT, abarcando toda a área do Atlântico vizinha da costa portuguesa, mas sem incluir os Açores. A decisão é igualmente uma forma dos EUA satisfazerem os aliados europeus que se queixam da falta de responsabilidades na organização, pois o IBERLANT devia ficar inicialmente sob um comando europeu. O problema é que tanto a França como a Inglaterra o reclamam, invocando a primeira as suas responsabilidades na ligação entre o litoral do Mediterrâneo e do Atlântico e a segunda as suas responsabilidades na zona de Gibraltar para controlo do respectivo Estreito. A discussão entre os dois países europeus eterniza-se sem solução e leva a que se adie por 8 anos a concretização do IBERLANT. Este só se forma efectivamente em 1966 e caprichosamente a solução de compromisso passa pela entrega do novo comando a um almirante americano, com a sua sede em Lisboa. Esta decisão apressa a saída da França da organização militar da NATO, que será oficialmente anunciada em Março de 1966. Portugal, de qualquer modo, passa a contar com um primeiro comando NATO importante no seu território, justamente na altura em que as suas relações com a organização estão na fase mais fria e distante.

A formação do IBERLANT coincide com a chegada de novos meios à Armada, nomeadamente as fragatas das classes *João Belo* (feitas em França) e *Pereira da Silva* (feitas em estaleiros portugueses com a ajuda técnica e um financiamento parcial dos EUA). As *Pereira da Silva* eram a materialização da colaboração possível com os EUA depois do período de relações mais tensas em 1961 e foram desde o princípio concebidas para serem usadas em águas europeias, sendo o mais sofisticado sistema de armas de Portugal nesta fase. O renascimento da colaboração com a NATO a partir de 1966 vai-se basear em larga medida nestas duas classes de fragatas, a que podemos acrescentar os submarinos *Daphné* (também

não usados em África) e os esquadrões de patrulha marítima com base no Montijo, depois do seu equipamento com *Neptunes*.

As novas capacidades oceânicas da Armada e da Força Aérea, desenvolvidas com apoio da NATO, são especialmente importantes no final dos anos 60, quando a marinha soviética inicia uma nova fase do seu crescimento, que passa nomeadamente pela presença de uma força permanente no Mediterrâneo e pela realização de exercícios regulares no Atlântico. O litoral português é percorrido por importantes esquadras soviéticas, algumas com dezenas de navios, que se dirigem para o Mediterrâneo e são seguidas e acompanhadas pela NATO, nomeadamente por navios e aviões nacionais.

É um renascimento de colaboração parcial, que de modo nenhum atinge a dimensão dos anos 50. É assegurado sobretudo pela Armada<sup>31</sup> e pela participação portuguesa no IBERLANT, enquanto o Exército se mantém concentrado nas guerras de África, com a divisão de Santa Margarida desfeita e esquecida em termos práticos. A Marinha volta a participar regularmente nos exercícios de luta anti-submarina e destaca uma fragata para a STANAVFORLANT desde Dezembro de 1967<sup>32</sup>.

O regresso de Portugal às actividades regulares da NATO a partir de 1966 cumpre quatro importantes funções políticas no contexto de então.

Em primeiro lugar, é o reconhecimento de que se concordou em discordar. Por outras palavras, Portugal aceita que não existe uma visão comum sobre o carácter das guerras de África, aceita que a NATO não as considera como uma ameaça própria e, apesar disso, concorda que interessa aprofundar os laços de colaboração com a organização.

Em segundo lugar, serve de elemento na reaproximação aos EUA, que se acentuará no governo de Marcelo Caetano. Em 1970 Portugal abandona a política anterior de permitir a presença americana nos Açores sem prazo e sem contrapartidas directas, e pede a assinatura de um acordo formal com contrapartidas. A sua negociação arranca em 1971 e é difícil. Os EUA mantêm a política de não fornecer armamento que possa ser usado em África, mas aceitam a concessão de importantes ajudas económicas e de

---

31 Ver o testemunho de Alfredo Ramos Rocha, "Portugal e a Defesa Ocidental: problemas militares e estratégicos 1945-1978", Proserpina, nº 8, Mérida, Abril de 1989, pp. 69-83.

32 A STANAVFORLANT é uma esquadra permanente da NATO no Atlântico, formada em 1967, onde participam navios de cinco nações de forma permanente e de outras três de forma periódica. Portugal é uma dessas três nações (as outras são a Dinamarca e Noruega), destacando normalmente uma fragata por períodos de 4 a 5 meses por ano.

material para as Forças Armadas que não esteja ligado directamente à guerra contra-subversiva. O novo acordo é assinado a 9 de Dezembro de 1971, por ocasião da reunião ministerial da NATO em Bruxelas. Prevê a continuação da presença americana por um período curto de 2 anos (até 3 de Fevereiro de 1974), tendo como contrapartida a concessão de créditos para projectos de desenvolvimento, de modestas dádivas para projectos de educação, de um navio oceanográfico e de material militar auxiliar (equipamento de engenharia, transmissões e outro) que não devia ser usado em África, até ao reduzido montante de 5 milhões de dólares. É um acordo que não satisfaz a parte portuguesa, sendo essa a razão do seu período de vigência se reduzir ao mínimo, mas que representa as concessões máximas possíveis.

Em terceiro lugar, a aproximação à NATO permite a actualização técnica parcial das Forças Armadas, tanto em termos de equipamento como de táticas e organização. Os contactos são especialmente importantes no campo da luta anti-submarina e da guerra de minas, onde Portugal tinha deixado de acompanhar a evolução desde 1961. O facto não deixa de ter a sua importância para as guerras de África, pois teme-se a partir de certa altura a internacionalização do conflito, que poderia passar nomeadamente pelo fornecimento de submarinos a um país africano ou a forças da OUA. Esta fase do relacionamento com a NATO, aliás, está cheia de pormenores bizarros e quase caricatos, devido à situação política. Um exemplo é o relacionamento com os navios da *Royal Navy*, com os quais se colabora em exercícios comuns nas águas da Europa e no âmbito do IBERLANT, para depois encontrar os mesmos navios como "adversários" no bloqueio da Beira. A participação na NATO, porém, permite que o bloqueio da Beira tenha sempre decorrido com relações cordiais entre as duas marinhas envolvidas, chegando-se a dar assistência médica a marinheiros ingleses em hospitais nacionais e a trocar mensagens de saudações de carácter pessoal. Não era para admirar que assim fosse, pois muitos dos oficiais envolvidos de ambos os países tinham sido colegas nos mesmos cursos e escolas da NATO.

Em quarto lugar, a aproximação à NATO é igualmente encarada pelos responsáveis políticos nacionais como uma forma de obter garantias políticas de um apoio mínimo caso as coisas corram pelo pior ou como um posicionamento na perspectiva de desenvolvimentos inesperados. Um exemplo destas situações, são os receios dos responsáveis nacio-

nais sobre as consequências de um eventual colapso do dispositivo militar na Guiné, teatro onde a guerra é desfavorável aos portugueses. Uma das principais razões das crescentes dificuldades, é que o PAIGC obtinha armamento tecnicamente desenvolvido, com realce para o míssil anti-aéreo *Strela*, enquanto Portugal não conseguia acesso a equipamento equivalente. Em 1973 Portugal é o único país da NATO que permite o uso de bases para o reabastecimento aéreo de Israel na guerra de Yom Kippur. Os responsáveis nacionais salientam junto do Governo Americano a contradição que é o facto de se revelarem durante a crise os aliados mais seguros e de, apesar disso, não terem acesso ao armamento fornecido sem dificuldade aos restantes parceiros da NATO. Lisboa levanta então directamente a questão da solidariedade ocidental perante as dificuldades na Guiné, na medida em que a política oficial do Governo é que é preferível um colapso militar com honra a uma retirada negociada. A pressão é exercida principalmente sobre os EUA, dos quais se exige como mínimo o fornecimento de mísseis anti-aéreos *Redeye* equivalentes ao *Strela* (o PAIGC ia passar a operar com aviação própria a curto prazo). O problema é igualmente colocado nas reuniões da NATO, pois considera-se que a organização não podia ficar indiferente perante a possibilidade de uma derrota militar de um dos seus membros. É ainda criticado na NATO o facto de instituições de países membros, como a Holanda ou a Noruega, apoiarem abertamente os movimentos de libertação.

Tanto a NATO como os EUA se revelam intransigentes em relação ao problema político de fundo, mas surgem claros gestos de boa vontade, reveladores sobretudo do desejo de fomentar a evolução portuguesa e de facilitar uma solução negociada para as guerras de África. A Inglaterra, por exemplo, permite a realização de negociações secretas entre Portugal e o PAIGC em Londres e dá realce à comemoração do aniversário da secular Aliança, que passa nomeadamente pela visita de Marcelo Caetano a Londres. A França aceita fornecer mísseis anti-aéreos *Crotale* a Portugal, que estavam prestes a ser expedidos quando se deu o 25 de Abril, tendo sido recusados pelo novo Governo. Os EUA dão a entender que poderiam dar um apoio logístico a uma eventual retirada à pressa da Guiné e aceitam procurar obter o fornecimento indirecto de mísseis anti-aéreos e armamento mais moderno, nomeadamente através de Israel ou da RFA, embora encontrem uma barreira intransponível neste último caso.

## A NATO E A DEMOCRATIZAÇÃO DE PORTUGAL 1974/1976

Por mera coincidência ou não, quando se deu o 25 de Abril estavam três esquadras perto de Portugal. Em Lisboa a STANAVFORLANT preparava-se para largar para mais um exercício de rotina, com uma fragata portuguesa, que acabou por ficar no Tejo. Ao largo da capital pairavam duas outras forças navais: uma soviética e outra espanhola. Era uma presença simbólica, que mostrava como, nas novas condições da terceira fase da guerra fria que então começava, os acontecimentos de Portugal eram acompanhados com especial interesse pelos principais agentes internacionais.

A NATO teve um papel discreto mas significativo em termos da implantação da democracia pluralista em Portugal, num processo que tem muito a ver com a evolução da política dos EUA e da CEE no período dos Governos Provisórios. Como é hoje sabido, o 25 de Abril surge como uma surpresa para os EUA e para os aliados europeus. A formação dos Governos de Transição com a participação do Partido Comunista suscita algumas reservas por parte dos EUA, mas estas são tranquilizadas pelas primeiras afirmações públicas dos novos responsáveis, nomeadamente do Presidente da República Spínola e do Ministro dos Negócios Estrangeiros Mário Soares, onde se reafirma o desejo de manter os compromissos da NATO e a presença americana nos Açores. O progressivo resvalar da política portuguesa para a radicalização durante o período do verão quente, reacende as reservas e dúvidas americanas, especialmente depois do 11 de Março, quando a própria revista *Time* representa Portugal como um país dominado por uma "troika" comunista.

A evolução portuguesa, como hoje sabemos, vai dividir a administração americana e envolver a NATO. O Secretário de Estado americano Henry Kissinger deixa-se dominar a partir de fins de 1974 pelo pessimismo em relação a Portugal e defende mesmo que o país se poderia tornar numa espécie de "vacina" para a Europa do Sul, um exemplo negativo que ninguém quereria seguir, o que permitiria segurar a situação na Espanha e na Grécia. Este pessimismo é contrariado por outros responsáveis americanos, nomeadamente pelos embaixadores Scott e Frank Carlucci, que acreditam na possibilidade da vitória das forças democráticas se devidamente apoiadas. É esta igualmente a opinião dos membros europeus da NATO em peso, que não só apoiam as forças democráticas como

fazem sentir em Washington que não aceitam qualquer política de isolamento ou de acção radical contra Portugal.

Os aliados europeus, muito em especial a RFA e a Inglaterra, moderaram as posições de Washington e defendem nomeadamente que está fora de questão o afastamento de Portugal da NATO. Durante todo o processo, aliás, nenhum dos quatro principais partidos portugueses (onde se inclui o PCP) advogou a saída da NATO. Esta hipótese, que seja do nosso conhecimento, só se levantou em duas circunstâncias. Foi o caso durante o 5º Governo Provisório, quando a administração americana deu a entender que, na sua opinião, não era aconselhável a permanência na NATO de um país governado pelos comunistas. Os EUA mudam rapidamente de opinião perante a evolução nacional. Por outro lado, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Mário Soares, segundo afirmações públicas recentes<sup>33</sup>, teria dito em conversa com Henry Kissinger que a única circunstância que poderia levar Portugal a rever a sua permanência na NATO era se os EUA apoiassem os movimentos independentistas açoreanos.

A moderação americana foi também visível em relação aos Açores. Em começos de 1974 tinham-se iniciado negociações para renovação da cedência de direitos nas ilhas aos EUA, que seriam interrompidas com o 25 de Abril. Os Governos Provisórios, porém, garantiram a continuação de facto da presença americana, mesmo sem um acordo formal. Os EUA, pelo seu lado, não fomentaram nem apoiaram os movimentos independentistas açorianos, mesma na altura em que Kissinger temia que se instalasse um governo comunista em Lisboa. O enquadramento da NATO auxiliou sem dúvida esta evolução.

Durante todo o período do verão quente estabeleceu-se uma espécie de "acordo de cavalheiros" nas relações com a NATO. Eram os próprios militares portugueses que voluntariamente se afastavam das posições de maior melindre, de modo a não fomentar a eventual desconfiança em relação a um país com elementos do Partido Comunista no Governo. A NATO enquanto organização exerceu igualmente a pressão possível em relação à evolução portuguesa, numa política que era muito semelhante à adoptada pela CEE. Ambas as instituições se diziam dispostas a ajudar Portugal nas respectivas esferas próprias (a CEE no campo económico e financeiro, a NATO na vertente militar), mas acrescentavam que tal só

---

33 Declarações feitas no colóquio sobre "Portugal e a Transição para a Democracia", organizado pela Fundação Mário Soares e pelo IHC/UNL, em depoimento de 28 de Novembro de 1998.

seria possível se a evolução do país fosse no sentido de uma democracia pluralista de tipo ocidental. Os países da NATO individualmente e a própria instituição foram igualmente importantes para moderar a política da Espanha de Franco e evitar que Madrid adoptasse uma atitude de aberta desestabilização dos governos de Vasco Gonçalves. Do mesmo modo, tanto os países da NATO como a instituição fizeram sentir junto de Moscovo que a instalação de um governo comunista em Lisboa apoiado pela URSS seria encarada de forma muito negativa e comprometeria nomeadamente toda a política de desanuviamento. Esta era especialmente importante para a URSS em 1975, quando se realiza a Conferência de Helsínquia, que abre uma nova fase do relacionamento em termos da Europa, e quando a RFA se mostra disposta a financiar a modernização das economias do Pacto de Varsóvia, com importantes investimentos. Moscovo em 1975 dá provas de grande moderação na Europa, ao mesmo tempo que pratica a intervenção directa em África, como fez em Angola e na Etiópia, para aproveitar o vazio de poder devido à paralisação da administração americana depois do Vietname. Era o começo dos “Vietnameses ao contrário”, que foram importantes para a impulsão da URSS. Finalmente, a influência da NATO condicionou a evolução dos militares que fizeram o 25 de Abril e impuseram a consolidação da democracia com o 25 de Novembro.

Em resumo, podemos dizer que a NATO foi uma das influências externas mais significativas na democratização de Portugal, de forma indirecta e directa. Indirectamente, foi ela que criou a “geração NATO” nas Forças Armadas e foi esta que, depois da tentativa falhada de 1961, viria a afirmar-se no 25 de Abril, que tinha claramente como modelo as sociedades de democracia pluralista que os militares portugueses aprenderam a conhecer principalmente através dos contactos com a NATO. Directamente, a NATO fomentou pelos meios próprios a consolidação da via democrática depois do 25 de Abril, numa acção onde, é preciso acrescentar, a influência principal veio da CEE e da RFA.

## BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Turíbio Pedro, *Portugal e a Aliança Atlântica*, IDN, Lisboa, 1980.  
ANTUNES, José Freire, *Kennedy e Salazar – o Leão e a Raposa*, Lisboa, 1991.

- Avante – *Dossier NATO*, Lisboa, 1979.
- Avante – *Portugal e a NATO*, Lisboa, 1990.
- BEAUFRE, Andre, *NATO and Europe*, New York, 1966.
- CARDOSO, Pedro, *As Informações em Portugal*, IED, Lisboa, 1980.
- CARRILHO, Maria, *As Forças Armadas e a Mudança Política em Portugal no Século XX*, Lisboa, 1984.
- CARVALHO, Henrique Martins de, *Portugal e o Pacto do Atlântico*, Lisboa, 1953.
- CARVALHO, Virgílio de, *O Pacto do Atlântico e a Política Mundial*, Lisboa, 1955.
- CROLLEN, Luc, *Portugal the US and NATO*, Louvain, 1973.
- ESTEVES, Raul, *A Defesa da Europa Ocidental*, Lisboa, 1952.
- FERREIRA, José Medeiros, *O Comportamento Político dos Militares*, Lisboa, 1992.
- GAMA, Jaime, "A Adesão de Portugal às Comunidades Europeias", in *Política Internacional*, nº 10, 1994/1995, pp. 5-19.
- LEMOS, Viana de, *Duas Crises*, Lisboa, 1977.
- LOPES, Mário Canongia, *Os Aviões da Cruz de Cristo*, Lisboa, 1989.
- LOURENÇO, Eduardo, *Os Militares e o Poder*, Lisboa, 1975.
- MACEDO, Ernesto Ferreira de, *Subsídios para o Estudo do Esforço Militar Português na Década de Cinquenta*, 2 vols, Lisboa, 1988.
- MACEDO, Ernesto Ferreira de, *Esforço Militar Português na Década de Cinquenta*, 4 vols., Lisboa, s.d.
- MAGALHÃES, José Calvet de, "Portugal e os EUA. Relações no Domínio da Defesa", in *Estratégia*, nº 3, Lisboa, 1987.
- MAGALHÃES, José Calvet de, "Portugal e a Defesa Ocidental: a Política Atlantista", in *Proserpina*, nº 8, Mérida, Abril de 1989, pp. 55-69.
- MONTEIRO, Saturnino, *A Evolução do Pensamento Naval Português*, Lisboa, 1993.

- NOGUEIRA, Alberto Franco, *Salazar*, 6 vols., Coimbra e Porto, 1984-1988.
- PINA, Luís da Câmara, *A Organização do Tratado do Atlântico Norte: Formação, Estrutura e Funcionamento*, Coimbra, 1960.
- ROCHA, Alfredo Ramos, "Portugal e a Defesa Ocidental: Problemas Militares e Estratégicos", in *Proserpina*, nº 8, Mérida, Abril de 1989, pp. 69-83.
- ROLLO, Fernanda, *Portugal e o Plano Marshall*, Lisboa, 1994.
- ROSAS, Fernando, *O Estado Novo* - 7º vol. da *História de Portugal* coordenada por José Matoso, Lisboa, 1996.
- SACHETTI, António Emílio, *Temas de Política e Estratégia*, Lisboa, 1986.
- SALAZAR, António de Oliveira, *Discursos e Notas Políticas*, 6 vols., Coimbra, 1946-1967.
- SOARES, Mário, *Democratização e Descolonização*, Lisboa, 1975.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, *From Neutrality to Alignment. Portugal in the Foundation of the Atlantic Pact*, Florence, s.d.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, "Portugal e a NATO: 1949-1989", in *Análise Social*, nº 133, Quarta Série, vol. XXX, 1995 – 4º, pp. 803-819.
- TELO, António José, *Portugal e a NATO*, Cosmos, Lisboa, 1996.
- TELO, António José, *Os Açores e o Controlo do Atlântico*, Asa, Lisboa, 1993.
- THEMIDO, João Hall, *Dez Anos em Washington 1971-1981*, Lisboa, 1995.
- VALENÇA, Fernando, *As Forças Armadas e as Crises Nacionais: a Abrilada de 1961*, Lisboa, s.d.

# A Marinha nos 50 Anos da NATO

*António Emílio Ferraz Sacchetti*

*Vice-Almirante*



No 50º aniversário do Tratado do Atlântico, a análise da presença de Portugal na NATO como membro fundador e, particularmente, o estudo da acção da Marinha neste mesmo período mostra, de forma evidente, que Portugal continuou a ser, neste fim de século, um país europeu e atlântico.

Durante 500 anos, a Marinha esteve presente com assiduidade nos três oceanos, Atlântico, Índico e Pacífico, por razões ligadas ao Império que se prolongaram até 1975, mas que não serão aqui analisadas.

E, em comparação com as outras potências marítimas, esta presença em mares distantes foi a mais longa da História, não porque tivéssemos mantido um Império por mais meia dúzia de anos, lutando contra os ventos da mudança<sup>1</sup>, mas porque nos antecipámos e durante mais de um século fomos os únicos a esquadriñhar os oceanos e a mostrar aos outros povos a cartografia do mundo (excepção para Espanha, na rota Leste-Oeste do Atlântico Norte).

Porém, a verdade é que, insiste-se, durante todo este período, nunca deixámos de estar presentes na Europa: na costa atlântica, no Canal da Inglaterra e Mar do Norte ou, mais frequentemente, no Estreito de Gibraltar e Mediterrâneo, quando tal nos foi solicitado e o interesse nacional assim o determinou.

Mas, retomemos o objectivo deste artigo.

Depois de uma longa época de grande instabilidade, Portugal viveu, na década de 30, um período de redefinição política e de reorganização económica.

No mundo, a evolução dos meios navais era extraordinária e rápida. Basta recordar que no princípio daquela década, enquanto os *clippers* ainda competiam em velocidade, os grandes cruzadores da batalha da Jutlândia já estavam obsoletos, o submersível tinha sido substituído pelo submarino, os navios de superfície eram fortemente armados com peças de artilharia de grande calibre e com novos sistemas de regulação de tiro, o perigoso torpedo e a mina eram considerados por alguns como a arma decisiva, e a aviação embarcou.

---

<sup>1</sup> As maiores potências nossas amigas e nossas aliadas na NATO, que muito nos criticaram pela demora do processo de descolonização, ainda hoje mantêm colónias e dependências ultramarinas na América Central e do Sul, no Índico, no Pacífico, em África, nos Mares Antárcticos e até na Europa.

Os grandes planos navais que vinham sendo elaborados desde 1912 para a recuperação de uma Marinha que estava muito reduzida e antiquada, nunca foram totalmente concretizados. Um homem notável e persistente, Pereira da Silva, foi responsável por todos estes planos, desde os tempos de primeiro-tenente até almirante. E foi ainda ele que influenciou o programa dos anos trinta, de antes da Segunda Guerra Mundial, que agora interessa referir e que foi apresentado e concretizado pelo almirante Magalhães Correia.

De 1933 a 1937 adquiriram-se no estrangeiro nove navios e construíram-se em Portugal mais cinco.

A maioria, dois avisos de 1<sup>a</sup> classe e quatro de 2<sup>a</sup> classe, juntamente com três cruzadores antigos reclassificados em avisos, eram unidades especialmente adaptadas, de acordo com os padrões da época, para missões de presença naval e de defesa da soberania nos vastos territórios do Ultramar. Davam resposta a uma preocupação natural fundamentada nos receios de repetição dos ataques às nossas Colónias, durante a Primeira Grande Guerra, ou até das agressões do fim do século passado, quando se formaram os outros impérios, apenas uns 40 anos atrás.

Os restantes navios, cinco contratorpedeiros e três submarinos, destinavam-se à defesa das parcelas europeias do território nacional. . .

Em 1938 foi aprovado mais um outro programa de aquisições e construções navais extraordinariamente limitado. Mas mesmo este plano não se cumpriu na totalidade. A corrida aos armamentos que antecedeu a Segunda Guerra Mundial impossibilitou a aquisição de navios no estrangeiro e o Arsenal do Alfeite foi inaugurado à pressa nesse mesmo ano, para proceder à construção do petroleiro *Sam Brás*, lançado à água em plena guerra (1942), de um navio hidrográfico (1941) e de seis lanchas de fiscalização (1941-1945).

Durante todo este período, desde 1933 até ao final da guerra, em 1945, a Marinha desenvolveu enorme actividade, na adaptação às novas unidades, às novas armas e novas técnicas, na reformulação de doutrinas e na aprendizagem de tácticas, na realização de frequentes exercícios e manobras exclusivamente nacionais, como é óbvio.

Mais uma vez, a Marinha treinava-se na Europa mas estava também presente em África, na Índia e no Pacífico, nomeadamente durante a ocupação japonesa do território chinês que rodeia Macau e na reocupação de Timor, operação que envolveu quatro avisos e um navio da Marinha

Mercante. Entretanto, o *Sam Brás*, único petroleiro nacional, cumpriu a missão vital de abastecimento do país em combustíveis líquidos.

Sabe-se que é nos períodos de guerra que se dão os mais importantes saltos tecnológicos e que mais frequentemente se inovam táticas e procedimentos. É uma questão de sobrevivência que, por um lado, pressiona a investigação científica em todos os seus ramos e, por outro lado, acelera extraordinariamente a dialéctica arma-antiarma ou arma ofensiva - arma defensiva. E em todos estes desenvolvimentos, o secretismo é, ele próprio, uma arma, pois permite a surpresa.

Embora o papel da Marinha na guerra tenha sido discreto mas importante (não esquecer também a escolta da navegação mercante e a assistência a naufrágios de muitos acidentes e afundamentos), Portugal não era beligerante e não pôde acompanhar a evolução tecnológica e operacional que a guerra impôs a ritmo impressionante.

Só o acordo de cedência das Lajes à Inglaterra permitiu que, a partir da segunda metade do ano de 1943, os contratorpedeiros montassem novos equipamentos e armas para a luta anti-submarina (A/S), e que vários navios, incluindo navios mercantes, montassem artilharia antiaérea e material diverso. A Aviação Naval recebeu novos aviões.

Após a guerra, admitiu-se a possibilidade de executar um novo e ambicioso plano naval, já que Portugal estava em boa situação financeira e havia excedentes de guerra. Mais uma vez a decisão do Governo não foi favorável e só o reconhecimento dos Estados Unidos e da Inglaterra pelo apoio português durante a guerra, permitiu a modernização dos nossos meios navais.

Em 1948 recebemos três submarinos usados ingleses e as primeiras unidades americanas cedidas à Marinha portuguesa, seis patrulhas costeiros. Já em Maio de 1949, um mês após a assinatura do Tratado do Atlântico mas sem ter qualquer relação com a Aliança, recebemos as duas primeiras fragatas, estas cedidas pela Inglaterra e melhor preparadas para a luta A/S do que os contratorpedeiros modernizados.

Assim, quando Portugal assinou o Tratado do Atlântico Norte, a Marinha tinha três submarinos (os três submersíveis antigos estavam para abate), cinco contratorpedeiros, seis patrulhas, e estava a receber duas fragatas. Mantinha ainda seis avisos. Embora a maioria dos navios permanecesse

na área do Continente, estavam quase sempre destacados em longa comissão de serviço: um a dois escoltas ou patrulhas nos Açores, dois navios hidrográficos em Angola e Moçambique, dois avisos em Goa e Macau. Se considerarmos os períodos de rendição destas unidades e as viagens anuais de instrução muito dirigidas ao Ultramar, vemos que, mesmo neste período de justificado interesse por um convívio internacional de que sentíamos grande falta, a Marinha continuava a assumir compromissos nacionais fora da Europa, nos quais empenhava mais de um terço da sua capacidade de superfície.

Era notável o espírito que reinava na Europa e também na Marinha portuguesa, nesta época.

A Europa devastada vivia a ânsia da reconstrução, a esperança de um mundo melhor, mas também algumas frustrações que a evolução da situação internacional rapidamente começou a criar.

Por um lado, a primeira reunião da Assembleia Geral da ONU, de 10 de Janeiro a 14 de Fevereiro de 1946, numa Londres em remoção de escombros, e o apoio político e económico da Doutrina Truman (12 de Março de 1947) e do Plano Marshall (5 de Junho do mesmo ano), marcavam a confiança na nova Organização internacional e evidenciavam o esforço pela "edificação" de um mundo mais pacífico e mais próspero, tão ou mais próspero do que os Estados Unidos da América, única potência que participara na guerra e a ela tinha sobrevivido, forte e rica.

Por outro lado, o domínio político e militar da União Soviética sobre o Leste da Europa, o longo bloqueio de Berlim (24 de Junho de 1948 a 12 de Maio de 1949), o fim do comando aliado de Berlim pela saída dos russos (1 de Julho de 1948), a primeira explosão atómica soviética (23 de Setembro de 1948) e os avanços comunistas no Oriente, refrearam o entusiasmo, aconselharam a não confundir esperança com utopia e mostraram que, afinal, o que era necessário era redefinir o inimigo.

E o Tratado do Atlântico Norte foi assinado em Washington, em 4 de Abril de 1949.

Na Marinha portuguesa que, apesar da já referida modernização de navios de 1943 se preocupava com o fosso tecnológico, operacional e táctico imposto pela guerra, começou a sentir-se, nomeadamente no meio mais jovem, a excitação da escolha entre o interesse e a curiosidade pelas

constantemente narradas longas comissões em terras distantes e a ansiedade em participar num verdadeiro salto profissional que os colocasse ao nível das maiores marinhas do mundo.

Era impressionante a rapidez com que tudo se desenvolvia, a nível internacional e nacional.

Ainda não estavam instalados os comandos da NATO, já participávamos em manobras na Irlanda do Norte e no Sul da Grã-Bretanha, frequentávamos cursos de curta duração em escolas inglesas e desenvolvíamos a novidade dos contactos com a Marinha norte-americana, nomeadamente através de longos cursos de formação operacional e técnica, e da recepção e operação de novo material.

Foi notável o volume de manuais produzidos pela NATO no prazo de pouco mais de um ano e a quantidade de extensas alterações que constantemente lhes eram depois introduzidas. O estudo desta inteiramente nova e copiosa doutrina era trabalho pesado que quase sempre tinha que ser precedido da aprendizagem do inglês, pois é esta a língua de trabalho das guarnições, desde o grumete ao comandante do navio, em todos os serviços: operadores de fonia, sinaleiros, operadores A/S, registadores do Centro de Informações em Combate, radaristas, etc.. O alfabeto, a doutrina e os procedimentos da NATO, assim como a língua inglesa, passaram a ser sistematicamente usados, mesmo nos exercícios e durante as viagens exclusivamente nacionais.

Contudo, um aspecto raramente referido permitiu encarar todo este esforço com uma certa naturalidade.

Logo em 1945, o Ocidente desmobilizou. Quando, em 1950/1951, cinco ou seis anos depois, tiveram início as manobras combinadas, também as marinhas aliadas treinavam uma geração de jovens que não tinham estado na guerra e que, muitas vezes, por terem sido submetidos a uma preparação intensiva (a Guerra da Coreia começou em 1950), tinham uma formação de base inferior à dos portugueses. Era possível, por exemplo, um segundo-tenente português estar em S. Francisco da Califórnia a tirar um curso de defesa de portos ou de electrotecnia e ter, como camaradas de curso, jovens do interior dos Estados Unidos que viam o mar pela primeira vez. Este facto, o brio com que, normalmente, os portugueses frequentam as escolas estrangeiras e o bom comportamento do marinheiro português no mar, permitiram atingir, com certa rapidez, um nível de preparação que nos honrou.

Por outro lado, logo em 1951 começou a chegar às escolas da Armada diverso material cedido pelos norte-americanos através da MAAG (*Military Assistance Advisory Group*) de Lisboa e ao abrigo da utilização da Base Aérea das Lajes.

Já quanto aos meios navais não se passava o mesmo. Quer em quantidade, quer em diversidade de tipos, quer ainda em qualidade, os navios existentes não satisfaziam e, em 27 de Maio de 1952, a Lei 2005 que criou a Força Aérea extinguiu a Aviação Naval.

O *Medium Term Defense Plan* da NATO, tal como foi aceite por Portugal e se começou a cumprir em 1954, era claramente desfavorável à Marinha. Porém, as pressões constantes dos Estados Unidos e do Reino Unido acabaram, na concretização, por minimizar este inconveniente.

Nessa época, a artilharia naval ainda não tinha cedido o lugar aos mísseis superfície-superfície de razoável alcance, os submarinos não tinham o desenvolvimento tecnológico e o armamento que têm hoje e a aviação estacionada para lá da cortina de ferro ainda não tinha raio de acção que lhe permitisse constituir uma ameaça directa sobre Portugal ou sobre a área oceânica de interesse nacional.

A Marinha portuguesa, tal como qualquer outra marinha de pequena dimensão ou mesmo de média dimensão, tinha por missão, quer sob o ponto de vista da NATO, quer para satisfação do interesse nacional, a vigilância da área oceânica de interesse nacional, a defesa contra a ameaça submarina da navegação nacional ou aliada que demandasse ou saísse de portos nacionais, o eventual apoio à protecção da navegação aliada que cruzasse a nossa área de responsabilidade e ainda a desminagem ou o controlo da utilização de minas nas águas costeiras e nos portos nacionais.

As unidades navais recebidas ao longo da década de 50 seriam talvez insuficientes, mas foram as adequadas à estratégia concebida para satisfazer aqueles objectivos: Duas fragatas de 1350 toneladas cedidas pelos EUA (*Diogo Cão* e *Corte Real*), uma fragata de 1600 toneladas construída em Itália (*Pero Escobar*), oito patrulhas de 400 toneladas construídos, uns em França, outros em estaleiros nacionais (Alfeite, Figueira da Foz e Viana do Castelo), quatro draga-minas oceânicos de 700 toneladas e doze draga-minas costeiros de 450 toneladas, todos novos e construídos nos

EUA, com excepção de quatro costeiros de desenho inglês que foram construídos na Lisnave.

Todos os draga-minas construídos nos Estados Unidos entraram ao serviço entre 1951 e 1954; os construídos em Portugal, entre 1954 e 1957.

Foram navios que muito navegaram, que realizaram frequentes exercícios nacionais e participaram em muitos outros internacionais, na entrada dos nossos portos ou no estrangeiro, criando em pouco tempo uma escola de muito mérito, o que é sempre gratificante salientar.

Por esta época, a Marinha iniciou outra actividade na Europa. Intensificou as relações com Espanha, com bastante vantagem para o nosso vizinho, que ainda não tinha entrado para a NATO. Os exercícios navais combinados tiveram alguma regularidade a partir de 1957, e começaram exactamente pela rocega de minas.

E foi precisamente em 1957, quando estava no auge do seu empenhamento na NATO e na Europa, que a Marinha, antecipando-se aos outros Ramos das Forças Armadas, começou a orientar a sua atenção para África.

Os dois marcos mais significativos talvez sejam, no aspecto da organização, a criação dos Comandos Navais a partir do Decreto-Lei 41059, de 8 de Abril de 1957 (Angola e Moçambique) e, na actividade operacional, a largada do Tejo do patrulha *Santiago*, em 28 de Abril de 1959, ao qual se juntou o patrulha *Madeira*, formando o Grupo de Patrulhas nº 1, que retomou a tradição das "Estações Navais" em Angola, dois anos antes dos trágicos acontecimentos de 15 e 16 de Março de 1961.

A Marinha conseguiu, de forma ímpar e com notável antevisão, preparar-se para enfrentar o problema nacional extraordinariamente grave que se aproximava.

Com muita clareza, o Almirante Armando de Roboredo descreveu a situação do seguinte modo:

*Até 1960 a Armada Nacional trabalhava denodadamente, é facto, mas a sua actividade operacional cingia-se quase unicamente a uma intensa preparação no campo da luta anti-submarina.*

*Sendo tarefas desta índole e complementarmente as da guerra de minas, que dentro dos conceitos de defesa da NATO estavam atribuídos às nossas forças navais, a Marinha esforçava-se por se manter treinada nesta matéria e conseguia, apesar da idade avan-*

*çada das unidades oceânicas anti-submarinas de que dispunha, ser considerada, pelos Comandos Navais Superiores da NATO, uma Marinha que conhecia a tática A/S e a aplicava com eficiência. Vivia-se em plena euforia quanto à preparação para a guerra anti-submarina e os jovens oficiais dedicavam-se afanosamente ao seu estudo.*

*Entretanto a evolução política do Continente Africano aconselha-nos a admitir complicações nas nossas Províncias Ultramarinas e a iniciar alguns passos para organizar a Marinha Militar no Ultramar, onde praticamente só existiam Serviços de Marinha que se ocupavam do fomento marítimo* <sup>2</sup>.

Não é propósito deste artigo analisar a participação da Marinha nas campanhas de África. Salienta-se, no entanto, que apesar desse grande esforço, que chegou a envolver seis navios no mar e três prontos a largar quando do assalto ao paquete *Santa Maria* (Janeiro de 1961) e a empenhar um máximo de cinco navios durante o bloqueio naval inglês ao porto da Beira (17 de Dezembro de 1965 até depois da independência de Moçambique – dez anos), a Marinha nunca desguardeceu os outros teatros de operações, não deixou de enviar um ou outro navio ao Extremo Oriente, nem abandonou a participação nos exercícios navais da NATO.

Os navios que tinham sido obtidos através do *Medium Term Defense Plan*, a que já foi feita referência, destinavam-se à defesa da área comum da NATO e não poderiam ser desviados para o Ultramar.

Prevendo, mais uma vez, a dupla necessidade da participação nos programas operacionais da NATO e da manutenção da presença naval no Ultramar, o Governo concordou com a antecipação, para princípios de 1959, da aquisição sem apoio financeiro da NATO, de quatro fragatas usadas inglesas que passaram a constituir a classe *Álvares Cabral*.

Ainda orientadas para África, não poderão de modo algum deixar de se referir mais quatro áreas de desenvolvimento das capacidades navais inteiramente novas e que se revestiram da maior importância:

- A rede de comunicações que se designavam “navais” mas que, durante anos, cobriram todo o território nacional, em três continentes, da

---

<sup>2</sup> Armando de Roboredo, vice-alm., *Marinha de Guerra Portuguesa na Actual Conjuntura*, Anais do Clube Militar Naval, 1965, pp. 471-484.

Capitania de Caminha a Macau, satisfazendo as necessidades nacionais neste campo.

- A construção e aquisição, logo desde o princípio da década de 60, de um vasto grupo de pequenas unidades navais, lanchas de fiscalização grandes e pequenas (LFG, LFP), lanchas de desembarque grandes, médias e pequenas (LDG, LDM, LDP), das quais a Marinha chegou a ter 81 unidades (incluindo a *Tete* e a *Rio Minho*). Estas unidades, não só foram fundamentais para o cumprimento de missões dos três Ramos, como foram, muito frequentemente, o único apoio de numerosos grupos das populações civis em risco de vida ou em situações de excepcional carência.
- A criação dos Fuzileiros Navais em 24 de Fevereiro de 1961 (Decreto-Lei 43.515), que tiveram uma actuação do mais elevado mérito em qualquer dos teatros de operações.
- A criação das unidades de Mergulhadores-Sapadores que foram integradas no Serviço de Mergulhadores, restruturado em 1964.

A Marinha preparava-se para a guerra revolucionária, seguindo a doutrina que começou a ser desenvolvida pelo comandante Manuel Pereira Crespo, em 1960<sup>3</sup>.

Na Europa, a Marinha continuava a participar na actividade naval da NATO e nos exercícios navais bilaterais, embora de forma muito reduzida no período de 1961 a 1966.

Referiu-se já a rapidez e a profundidade que as guerras impõem à investigação científica e ao desenvolvimento tecnológico.

Na região euro-atlântica, o período da "guerra fria" teve a particularidade de ser uma "guerra em paz" que canalizou todo o esforço financeiro para estes desenvolvimentos e não para cobrir o consumo de munições, para a reconstrução de cidades bombardeadas, nem para a substituição de navios afundados. As referências desta época serão: a competição no desenvolvimento da física nuclear ligada aos armamentos mas também, e principalmente, ao uso da energia nuclear com fins pacíficos; a corrida espacial e o homem na Lua; a invenção dos satélites, as comunicações e a informação globais e quase instantâneas, etc..

---

<sup>3</sup> Manuel Pereira Crespo, *As Missões das Forças Navais na Guerra Revolucionária*, *Anais do Clube Militar Naval*, Junho a Setembro de 1960, pp. 537-550.

Em comparação com épocas de grande desenvolvimento anteriores Portugal teve a vantagem de, neste período, estar presente. A Marinha portuguesa acompanhou sempre as dos aliados, devendo salientar-se o período que vai desde a inauguração do COMIBERLANT em 1967 (CINCIBERLANT a partir de 1982), até ao comando da STANAVFORLANT em missão no Adriático, pelo vice-almirante Reis Rodrigues, de 1995 a 1996. A actividade naval com carácter regular mas periódica, no âmbito da NATO, começou em meados da década de 60 com a constituição de um esquadrão de quatro a seis navios, designado MATCHMAKER. Como curiosidade pode referir-se que o MATCHMAKER visitou Lisboa pela primeira vez em 21 de Fevereiro de 1967, durante as cerimónias de inauguração do COMIBERLANT, numa vivenda situada na região de Mem Martins, na tarde de 22 de Fevereiro.

Durante a cerimónia da inauguração, com a presença do SACLANT, almirante Thomas Moorer, o Ministro da Defesa Nacional, general Gomes de Araújo, referiu-se muito claramente à posição que Portugal entende que ocupa no mundo. Disse, na ocasião:

*Mas Portugal não é apenas uma nação europeia e atlântica. É, em consequência dos descobrimentos dos seus navegadores, nos séculos XV e XVI, e desde então, uma nação universal.*

*E se, como nação europeia e atlântica, se associou desde a primeira hora ao grupo de países atlânticos dispostos a defender a sua liberdade e a sua independência, como país universal tem a mesma obrigação para com os portugueses que vivem e labutam noutras terras<sup>4</sup>.*

A transferência do Comando do IBERLANT e do seu Estado-Maior para as novas e definitivas instalações do Reduto Gomes Freire, junto ao forte de S. Julião da Barra, teve lugar em 1971.

O sucesso do esquadrão MATCHMAKER levou o Comité dos Planos de Defesa, na reunião de 12 de Dezembro de 1967, a nível de Ministros dos Negócios Estrangeiros e de Ministros da Defesa Nacional, a criar a *Força Naval Permanente do Atlântico* (STANAVFORLANT). Esta Força de 6 a 8 navios do tipo *destroyer* ou *fragata* foi constituída pela primeira vez em Janeiro de 1968 e visitou Lisboa em Novembro desse mesmo ano.

---

<sup>4</sup> Notícias de Portugal, Lisboa, Secretariado Nacional da Informação, 25 de Fevereiro de 1967, p. 11.

Nesta altura Portugal pôde retomar a participação regular na actividade operacional da NATO, pois que, de 1963 a 1967 entraram ao serviço três fragatas da classe *Almirante Pereira da Silva*, construídas nos estaleiros da Lisnave e de Viana do Castelo. Como a construção foi apoiada pelos EUA (50%) e de acordo com o plano de assistência mútua da NATO, estes navios não poderiam servir em África. Foi precisamente a fragata *Pereira da Silva* o primeiro navio português que, em 1969, integrou a STANAVFORLANT, um ano depois de ter sido criada.

O programa anual de exercícios navais da NATO começava sempre por exercícios simples, com o objectivo de permitir a gradual adaptação ao mar do pessoal mobilizado nesse ano. E, para isso, foi considerado conveniente iniciar aqueles programas em áreas de mar geralmente mais tranquilo nos meses de Janeiro e Fevereiro.

Por esta razão, durante alguns anos realizaram-se, em Fevereiro e no flanco Sul atlântico da área NATO, isto é, entre Lisboa e Funchal, os exercícios *Sunny Seas*. O COMIBERLANT, tendo em consideração as limitações das suas instalações provisórias, apenas colaborava na coordenação destes exercícios.

Entretanto, a partir de 1966 começaram a ser aumentados ao efectivo os quatro submarinos da classe *Albacora* (um foi vendido mais tarde mantendo-se, como até então, uma esquadilha de três unidades) e as quatro fragatas da classe *João Belo*, todos construídos em França. Seguiu-se a realização do programa das corvetas da classe *João Coutinho*, com seis unidades, três construídas na Alemanha e três em Espanha, entre 1968 e 1971 e segundo desenho do almirante ECN Rogério de Oliveira.

Logo em 1970 foi autorizada a execução da segunda fase do programa das corvetas com a construção de quatro navios da classe *Baptista de Andrade*, do mesmo desenho nacional mas com diferentes equipamentos e sistemas de armas.

Todas estas unidades poderiam ser utilizadas no Ultramar. Porém, as corvetas *Baptista de Andrade* só foram entregues entre 1974 e 1976.

Embora a partir de 1969 tivessem sido abatidos os navios antigos construídos nos anos 30, a Marinha atingiu o máximo de unidades navais deste século pelos anos 71 e 72.

Durante 40 anos, a evolução da estratégia da NATO foi consequência, fundamentalmente, da evolução tecnológica e do aparecimento de novas armas. Todo o período da "guerra fria", de 1949 até 1989, foi dominado pelo facto nuclear e a ele se subordinou a estratégia total da Aliança. Porém, ao nível convencional naval, os objectivos e finalidade do SACLANT permaneceram inalterados e assim se manteve a estratégia naval da NATO. Neste caso, a evolução tecnológica, conseguindo manter a dialéctica arma-antiarma (impossível no nuclear onde, excepcionalmente, ao fim de 55 anos a antiarma ainda não foi inventada), influenciou apenas os conceitos operacionais e os procedimentos tácticos.

E é por isso que a Marinha não poderá deixar de lutar pela modernização das suas unidades ou pela aquisição de novas unidades modernas, sejam submarinos, fragatas ou draga-minas.

E é também por isso que merece especial referência a aquisição das três fragatas da classe *Vasco da Gama*, construídas na Alemanha e entregues a partir de 1991.

O desenho da plataforma continua a ser importante. Porém, sejam elas mais ou menos elegantes, inglesas, francesas ou alemãs, a competição sente-se muito mais acentuadamente no avanço tecnológico e na capacidade dos complexos equipamentos e sistemas de armas que nelas poderão ser instalados.

Desde a criação da NATO, há 50 anos, a Marinha já enfrentou grandes saltos tecnológicos e drásticas reorientações do esforço. Nunca o factor humano foi problema, nunca o pessoal deixou de suportar e de responder ao desafio. O último e mais evidente exemplo foi o recente comando da STANAVFORLANT. Independentemente das qualidades pessoais do Comandante nomeado e dos homens de diferentes postos que o acompanharam, a capacidade nacional para o exercício daquele cargo só se pôde manifestar depois de terem sido adquiridos os meios navais modernos necessários, e de se ter mostrado a capacidade de tirar deles todo o rendimento que podiam proporcionar.

A recente presença da Marinha em países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), veio mostrar que podemos continuar a estar na Europa e no Atlântico, como sempre, e sempre que o interesse nacional o exigir.

O novo conceito estratégico da NATO, será certamente divulgado em 4 de Abril de 1999, no 50º aniversário da NATO e, portanto, será já conhecido

quando este artigo for publicado. Ao nível político e estratégico, é provável que o novo documento constitua a mais profunda transformação de sempre, nos propósitos da Aliança.

Portugal vai, por certo, continuar a ser europeu e atlântico. Mas deverá ser oportuno ponderar de novo o equilíbrio entre a sua inalienável presença na Europa e as obrigações fora dela, como "país universal" que foi e que deverá continuar a ser.



# A Contribuição do Exército Português para a OTAN

*José Luís Pinto Ramalho*

*Coronel Tirocinado de Artilharia*

*Chefe da Divisão de Planeamento e Programação do EME  
Mestre em Estratégia pelo ISCSP/UTL e Professor dos Mestrados de Estratégia  
e de Relações Internacionais, no ISCSP*



Em 1949, aquando da constituição da Aliança Atlântica, a Europa em termos militares não é mais do que uma “soma de fraquezas”. O sentimento que se foi criando no pós final da II Guerra Mundial é o de que as tropas soviéticas estão a menos de 48 horas das fronteiras francesas e de que a Europa Ocidental está, em termos militares, indefesa.

Até 1948 a União Soviética vai tirando partido da presença, no centro da Europa, dos “exércitos vitoriosos” da URSS e da actuação revolucionária dos movimentos comunistas nos governos designados de frente popular. Esta actuação torna-se mais explícita com a eclosão do “Golpe de Praga” em 22 de Fevereiro de 1948, caracterizando a natureza da ameaça que se perfila.

A primeira resposta europeia concretiza-se na assinatura do Tratado de Bruxelas em 17 Março de 1948, mas os seus outorgantes reconhecem ser indiscutível a fraqueza militar da sua organização e a incapacidade de se oporem a uma eventual atitude agressiva da URSS. A solução encarada foi a de recorrer à capacidade nuclear dos Estados Unidos para equilibrar a superioridade militar convencional soviética, através do estabelecimento de um pacto defensivo no Atlântico Norte que envolvesse não só os EUA mas também o Canadá.

Na procura daquela solução dois factos devem ser referidos. Em 11 de Junho de 1948 o Senado americano adopta a “Resolução Vandenberg”, que apoia o princípio de uma segurança colectiva com a Europa e, em 10 de Dezembro do mesmo ano, começam em Washington as negociações sobre um projecto de Tratado do Atlântico Norte, entre representantes das nações que compõem o Tratado de Bruxelas, do Canadá e dos EUA.

De salientar também que em 18 de Março de 1949 são convidados formalmente para aderirem ao Tratado os seguintes países: Dinamarca, Irlanda, Itália, Noruega e Portugal. Subjacente a este convite existe a perspectiva da importância estratégica para a Aliança, no que diz respeito à utilização de bases na Gronelândia e nos Açores.

Concretamente, o potencial militar na Europa, no período de 1945 (final da guerra) até 1949, data da concretização do Tratado do Atlântico Norte, podia ser caracterizado da seguinte forma:

- Após a rendição da Alemanha os aliados iniciaram a desmobilização e, de um efectivo das forças aliadas na Europa de cerca de 5 milhões de homens, um ano mais tarde, restam cerca de 800.000 (391.000 dos EUA e 488.000 do Reino Unido), situação que não se verificou do lado da

União Soviética, que não altera o estado de prontidão das suas forças militares, nem o ritmo das suas indústrias de armamento. Em 1946 as forças soviéticas cifram-se em cerca de 6 milhões de homens;

- À data da assinatura do Tratado do Atlântico Norte, os seus fundadores conseguem reunir pouco mais do que cerca de 20 Divisões, em que a maior concentração de forças terrestres e aéreas, se encontra estacionada na Alemanha Ocidental. Estas forças estão sobretudo vocacionadas para funções de ocupação e de polícia;
- Na Europa Ocidental havia menos de mil aviões operacionais disponíveis, fundamentalmente os utilizados durante a II Guerra Mundial na sua maioria de modelos já obsoletos. Os aeródromos não chegavam a uma vintena e não estavam preparados para receber aviões de reacção; além disso, encontravam-se situados em zonas avançadas e vulneráveis à ameaça agora percebida;
- Por outro lado, as linhas de comunicação estabelecidas durante o conflito corriam na direcção Norte-Sul e não na de Este-Oeste, como importava na presente conjuntura estratégica;
- Quanto às forças navais, a situação não era melhor pois terminadas as hostilidades, tinham sido abatidos ao efectivo numerosos navios de guerra e muitos outros colocados em reserva ou convertidos em transportes civis.

Perante este quadro, a preocupação principal dos doze países fundadores era constituir um efectivo sistema de defesa colectiva, capaz de se opor à pressão política e militar exercida pela URSS no cenário europeu. Assim, os países membros vão levantar uma organização militar, estabelecendo uma estrutura de comando unificada entre todos os aliados e iniciando a recuperação, adaptação e modernização das respectivas forças armadas, tirando partido das novas tecnologias, numa perspectiva que combinasse capacidade militar com uma efectiva solidariedade política dentro da aliança, capaz de desencorajar qualquer agressão.

Numa apreciação da contribuição nacional, por parte do Exército, para a Aliança Atlântica ao longo dos seus cinquenta anos, há que ter em consideração os diferentes períodos desde 1949 até à actualidade, identificar as forças que foram cometidas à Aliança, o modo como se desenvolveu o reequipamento e mobilização dos meios materiais e que implicações se podem extrair dessa participação nacional na NATO.

1. A contribuição do Exército para a Aliança cobre três períodos distintos, ao longo dos quais essa participação se vai adequando naturalmente às contingências e às realidades da conjuntura nacional: um período inicial de 1949 a 1961, em que se procura responder, com realismo e segurança, aos objectivos definidos pela Aliança; o período de 1961 a 1976, em que essa participação é influenciada pela condução das operações de afirmação da soberania no Ultramar e, por último, o período de 1976 até à actualidade, marcado pela reestruturação das forças armadas nacionais e naturalmente do Exército e por uma participação empenhada nas múltiplas estruturas, tarefas e missões da NATO.

a. *O período inicial até 1961*

O início da NATO (1949 a 1952) corresponde a uma fase organizacional da Aliança, marcada pela agressão da Coreia do Norte à Coreia do Sul em 1950, situação internacional que provoca a aceleração da constituição de uma estrutura militar integrada que visa defender a Europa, em solo alemão, o que implica também a necessidade de recuperação da Alemanha, do ponto de vista militar (situação que virá a acontecer em 1955); igualmente é tomada a decisão quanto à constituição do ACE/SHAPE sob o comando do general Eisenhower, seguido do convite em 1951 à Grécia e à Turquia para aderirem ao Tratado, cuja entrada virá a ser formalizada na reunião de Lisboa, em que serão também definidos os objectivos de forças a atingir – colocar à disposição da NATO 50 Divisões, 400 navios e 4.000 aviões.

Embora Portugal, na sequência da reunião de Lisboa, se comprometa a alcançar níveis de forças significativos, tal como os que a Aliança para si própria estabelecerá, quer uns, quer outros, revelam-se no curto prazo irrealistas. Em termos nacionais admitia-se uma contribuição que podia atingir para o Exército, nos dois anos seguintes, o levantamento de 4 Divisões. O reconhecimento do irrealismo daqueles objectivos, quer da Aliança, quer nacionais, levará a que a NATO os reveja em 1959.

Pode dizer-se que a partir da decisão política nacional de adesão à Aliança em 1949, começa o esforço da readaptação do exército a essa participação, em termos organizacionais, estruturais e, ainda, no domínio dos armamentos. Contudo, a acção mais visível só terá lugar em 1951 com a decisão do então Ministro do Exército General Abranches Pinto de criar

um campo de instrução militar para o treino das tropas de todas as armas e com capacidade de manobrar com uma grande unidade. Este campo foi inicialmente designado por Campo de Instrução Divisionário.

Reconhecimentos levados a efeito pelo Estado-Maior do Exército, com a cooperação da Direcção da Arma de Engenharia, conduziram à escolha da região de Santa Margarida da Coutada, próximo do Tramagal e a sul do Rio Tejo, para a construção desse campo militar.

A sua execução é atribuída à Engenharia Militar em regime de administração directa, iniciando-se os trabalhos em Maio de 1952. A 1ª fase da construção, que incluiu edifícios de comando e demais infraestruturas e que deveria estar concluída em Julho de 1954, será contudo antecipada para Agosto de 1953, com vista a receber, nesse mesmo ano, uma Divisão de Infantaria e a possibilitar o treino conjunto das tropas de todas as Armas e Serviços. A inauguração oficial do Campo teve lugar em Novembro de 1952, com a presença do Chefe do Estado, General Craveiro Lopes, embora só em Agosto de 1953 o Decreto-Lei nº 39316, de 14 do mesmo mês, crie formalmente o Campo de Instrução Militar de Santa Margarida e estabeleça o seu primeiro Quadro Orgânico (QO).

Em Outubro de 1953 será içada pela primeira vez a Bandeira Nacional no aquartelamento da 1ª Divisão do Corpo de Exército Português, destinada a responder aos Objectivos de Força, estabelecidos pela Aliança. Nesse mesmo mês ocorreram as primeiras manobras desta Grande Unidade, para o efeito constituída com forças destacadas de diversas unidades da estrutura territorial do Exército. A Divisão adoptou como patrono D. Nuno Álvares Pereira – o Santo Condestável – sendo conhecida desde então por DIVISÃO NUNO ÁLVARES. A sua organização ficou concluída em 1953, como a 1ª Divisão, com forças fornecidas pelas unidades do Governo Militar de Lisboa e das várias Regiões Militares, tendo o seu Quartel-General sido instalado, inicialmente, no edifício do Estado-Maior do Exército em Lisboa e, em termos de forças, articulando-se do seguinte modo:

- 1 Quartel-General (QG);
- 3 Regimentos de Infantaria (RI) reforçados com 1 Esquadrão de Carros de Combate (ECC) cada;
- 1 Grupo de Artilharia de Campanha de 14 cm (GAC 14 cm);
- 1 Grupo de Artilharia Anti-Aérea de 4 cm (GAAA 4 cm);
- 1 Grupo de Carros de Combate (GCC);

- 1 Esquadrão de Reconhecimento (ERec);
- 1 Batalhão de Engenharia (BEng);
- 1 Companhia de Transmissões (CTm);
- 1 Batalhão Sanitário (BSan);
- 1 Companhia de Quartel-Mestre (C de Quartel-Mestre);
- 1 Companhia de Manutenção de Material (CMM);
- 1 Companhia de Polícia Militar (CPM);
- 1 Companhia de Recompletamento (CRecpl);
- 1 Banda de Música.

De referir que o QO da Divisão, publicado em 9 de Setembro de 1953, apontava para um efectivo de 18.773 homens, podendo aumentar até 20.000 homens, considerando outras tropas de apoio.

Em 28 de Maio de 1954 a Divisão passa a designar-se por 2.<sup>a</sup> DIV/CEP e nos meses de Setembro e Outubro desse ano realiza importantes manobras no Campo de Instrução Militar de Santa Margarida (CIM).

A localização do Comando da Divisão em Coimbra e a distância a que as unidades constituintes se encontravam do CIM foram causas determinantes de nova reorganização, por se ter concluído que as possibilidades de instrução e treino oferecidas pelo CIM, em especial para Grandes Unidades, só poderiam ser bem aproveitadas por forças aquarteladas nas suas proximidades. Assim, em Dezembro de 1954 os encargos de mobilização passaram na sua maior parte para unidades da 3.<sup>a</sup> Região Militar, com sede em Tomar, adoptando-se para a esta GU a designação de 3.<sup>a</sup> Divisão, destinada à satisfação dos compromissos assumidos com a NATO, sendo atribuída à data, como reserva do Comando do Centro da Europa. Nas manobras realizadas no 2.<sup>º</sup> semestre de 1955 a referida GU actuou já sob a sua nova designação.

As manobras continuaram de 1956 até 1959, podendo dizer-se que este foi o período áureo da organização e treino da Divisão e do profundo empenhamento na satisfação dos compromissos assumidos para com a Aliança. Em 1959 iniciou-se a reestruturação da 3<sup>a</sup> Divisão, no sentido de uma organização tipo "LANDCENT", articulando-se em brigadas e reenviando-se o necessário apoio logístico da GU. A preparação das manobras de 1960 aponta para uma diminuição das forças executantes (apenas uma brigada) tendo em vista testar unicamente a nova organização. As mano-

bras daquele ano foram realizadas por uma Brigada de Infantaria, já com orgânica da Divisão tipo "LANDCENT", organização que virá a ser adoptada nos exercícios de Postos de Comando e em outros Temas Tácticos, conduzidos a partir de 1961. No entanto, o início da guerra do Ultramar virá alterar este ciclo de preparação e de participação portuguesa no reforço militar da NATO, uma vez que o esforço do empenhamento militar nacional vai concentrar-se em África.

De referir também que no período de 1953 a 1956 é criada uma missão do SHAPE em Portugal, constituída por três oficiais encarregados de canalizar para o Exército elementos de doutrina, quer para a formação de quadros, quer para a realização de exercícios (preparação de temas, controlo e arbitragem). Estes três oficiais (um Cor e dois TCor dos EUA e do RU) funcionaram como assessores: um junto do então Secretariado Geral da Defesa Nacional (SGDN); outro em Caxias, junto do IAEM e outro no Campo de Instrução Militar de Stª Margarida. Esta assistência proporcionada pela Aliança no domínio da formação da "doutrina comum" ficou conhecida na altura como "Missão SHAPE", embora a sua existência seja pouco referida e o registo da sua actuação seja praticamente omissa e se baseie na memória de oficiais que à data prestavam serviço naqueles organismos, caso do General Pedro Cardoso e Brigadeiro Marques Pinto.

#### **b. O período de 1961 a 1976**

Em 1961 é tomada a decisão de não realizar as habituais manobras de Verão, nem mesmo o exercício de Postos de Comando em sua substituição, como seria normal em situações semelhantes (decisão do SGDN, de 23-6-1961).

A situação que se vive em África é determinante para a alteração que se irá processar, quer quanto à participação na Aliança quer quanto ao treino das Tropas e à reorientação do esforço militar da Europa para o continente africano – o Exército durante os próximos 15 anos vai continuar a usar o Campo Militar de Stª Margarida como campo de instrução privilegiado para o treino das tropas, mas com cenários distintos: o "terreno" já não é o centro da Europa, mas sim os teatros africanos e a organização já não é a anterior nem a preparação para a guerra convencional e nuclear, mas sim aquela que responde às exigências da contraguerrilha.

Com o eclodir de acções violentas no Ultramar, a partir de Fevereiro de 1961, Portugal vê-se obrigado a fazer frente a essas acções, reforçando o seu dispositivo militar nos territórios africanos. Com a missão genérica de proteger populações e de manter a ordem pública foram organizadas, para além de elementos isolados, unidades de escalão Batalhão, Companhias e Pelotões Independentes, unidades que, até 1974 e num sistema de comissão de serviço de dois anos, actuaram nos teatros de operações de Angola, Moçambique e Guiné e guarneceram ainda as outras províncias ultramarinas.

Desta situação resultou o abrandamento de preparação das tropas da Divisão para o ambiente operacional convencional e NBQ. Em compensação, a preparação para a actividade da contra-subversão e contra-guerrilha atingiu índices elevados, designadamente no que diz respeito às Tropas Especiais (Caçadores Especiais, Páraquedistas e Comandos). Apesar dos constrangimentos referidos, foi ainda possível realizar, em 1962 e 1963 alguns exercícios directamente orientados para a contribuição de Portugal para a NATO, exercícios de carácter sectorial, como sejam a cooperação Infantaria-Carros, de cooperação/apoio de fogos, Infantaria-Artilharia e, também, com Agrupamentos de armas combinadas, beneficiando de apoio de fogo real.

#### *c. O período de 1976 até à actualidade*

Terminadas as operações nos teatros africanos e concretizada a independência dos territórios ultramarinos portugueses, foi possível retomar o empenhamento nos compromissos internacionais que, em boa verdade, Portugal sempre procurara cumprir mesmo em condições difíceis, quer do ponto de vista político, quer militar, embora com os condicionamentos referidos.

Vamos assim assistir, durante este período, a uma participação progressivamente mais empenhada nos objectivos da Aliança e, dentro da organização, na defesa dos interesses nacionais.

Durante o período em análise, a participação de Portugal na Aliança vai ganhar um incremento significativo, pois a 9 de Fevereiro de 1976 é criada a 1<sup>a</sup> Brigada Mista Independente no CIMSM, que herda as tradições e o património histórico da 3<sup>a</sup> Divisão e passa a constituir reserva estratégica regional do Comando Sul da Europa (CINCSOUTH).

A intenção de substituir a 3<sup>a</sup> Divisão por outro tipo de GU, mais adaptado às realidades estratégicas e militares do Teatro europeu remonta, como atrás foi referido, a 1960, data em que se testou a organização e possibilidades táticas e logísticas da Brigada "tipo LANDCENT". No entanto, a criação daquela Brigada Mista somente se concretiza com o despacho de 9 de Fevereiro de 1976, do Chefe do Estado-Maior do Exército que determinou a constituição urgente de um comando de Brigada. A 5 de Abril daquele ano a unidade passa a ser designada por 1<sup>a</sup> Brigada Mista Independente (1<sup>a</sup> BMI) constituindo-se como uma GU, que integra elementos de manobra, de apoio de combate e de apoio de serviços, além dos indispensáveis meios de comando e controlo.

A 1<sup>a</sup> BMI passa a ser a primeira unidade de escalão superior, organizada no Exército com uma estrutura orgânica apropriada às necessidades actuais; a infantaria está representada a nível de Batalhão, por unidades com diferentes graus de mobilidade – motorizadas e mecanizadas –, dispõe de um Batalhão de Apoio de Serviços, que lhe facilita a necessária independência logística e dos elementos de Apoio de Combate que, em regra, eram orgânicos do escalão superior e que, nesta situação, lhe conferem uma autonomia tática que possibilita o seu emprego como uma "pequena" Divisão.

A 17 de Março de 1994, por despacho do Gen CEME esta Brigada passará a designar-se por Brigada Mecanizada Independente, com efeitos a partir de 12 de Outubro de 1993, altura em que se concretizou a sua reorganização e reequipamento, no que toca aos batalhões de infantaria que passaram a ser dois e totalmente mecanizados.

A 1<sup>a</sup> BMI irá, a partir da sua constituição, participar em diversos Exercícios conjuntos de âmbito NATO, deslocando forças para Itália, para treino no âmbito da missão que lhe está atribuída. A referida unidade será atribuída ao SACEUR e, na dependência do AFSOUTH, é orientada para a defesa de uma área de operações no Norte de Itália, integrada nos III ou V CE do exército italiano, no quadro do planeamento operacional do LANDSOUTH.

Em 1991 a NATO aprovou um novo conceito estratégico, que estabelece uma nova estrutura de forças mais consentânea com as realidades da conjuntura estratégica do momento. As forças convencionais da Aliança passam a ser organizadas em Forças de Reacção (Reaction Forces) Imediata e Rápida, com unidades que possam configurar uma primeira resposta da NATO perante uma situação concreta, Forças de Defesa

(Main Defense Forces) orientadas para garantir a defesa da Aliança como um todo e Forças de Aumento, (Augmentation Forces) destinadas ao reforço do conjunto das forças atrás referidas.

Em consonância com aquela reestruturação, a atribuição de forças nacionais do Exército à Aliança, passou a ser a seguinte:

- Forças de Reacção Imediata: Um Destacamento de Operações Especiais (DOE/CIOE) para integrar a AMF(L); Elementos de Polícia Militar;
- Forças de Reacção Rápida: Brigada Aerotransportada Independente (BAI/CTAT); Elementos de Polícia Militar; Especialistas Diversos para o QG do ARRC;
- Forças de Aumento: Brigada Mecanizada Independente (BMI).

Para além da atribuição de Forças, o Exército integra com oficiais, sargentos e praças, a representação nacional, quer no SHAPE em Mons, quer no Quartel General da NATO em Bruxelas, quer no Comando do ACE Rapid Reaction Corps (ARRC); igualmente preenche as “cotas” atribuídas, no Estado Maior Militar Internacional, “IMS” da Aliança, representação que tem incluído oficiais generais, como acontece na actualidade, com o cargo de Chefe do “Combined Joint Planning Staff”, no SHAPE.

Em Dezembro de 1998, estavam no estrangeiro, em cargos militares NATO (Representação nacional, SHAPE, IMS, e outros), um total de 20 militares do Exército, sendo 2 Oficiais Generais, 13 Oficiais, 4 Sargentos e 1 Praça.

Paralelamente, o Exército participa em diversos Comités e Grupos de Trabalho, relacionados com a evolução da doutrina, desenvolvimento de novos conceitos e capacidades, designadamente no “NATO Army Armaments Group – NAAG” e seus Sub-Grupos, onde são debatidas questões relacionadas com os desafios do campo de batalha e do combate do futuro e as exigências da sua resposta, no âmbito das forças terrestres.

## **2. A PROBLEMÁTICA DO REEQUIPAMENTO**

Relativamente ao material para a Divisão e, de uma forma geral para o Exército, a partir de 1940 os equipamentos de defesa são obtidos através

de acordos bilaterais, no âmbito da assistência militar. Em 1940, provenientes de Itália, chegam o Obus de Montanha M 7,5 cm /18m /40 e Peças AA 4 cm/m 40 Bofors. Em 1941 são recebidos da Alemanha os Obuses K 10,5 cm/28/941 e 15 cm/30/941. Em 1942, provenientes do Reino Unido, são obtidos os Autoblindados Bren Carrier m/942 e mais Peças AA 4 cm /42; no ano seguinte e da mesma origem, chegam os Carros de Combate CC Valentine KK III m/43, Autometralhadoras Humber m/43, Canhões A/C 5,7cm/43 e Obuses 8,8cm/43 e 14cm/m43. Em 1944 é iniciada a instalação da Artilharia de Costa, com a chegada das Peças de 15,2cm/47 m/44 e as de 23,4cm/47/ m44 e, também, as Peças de Tiro Rápido 5,6cm/ /48/44 e 5,7cm/49/44. O armamento mais significativo volta a ser obtido a partir do Reino Unido em 1946, com a chegada ao Exército das Peças de 11,4cm/m46 e mais Obuses 8,8cm/m46.

Estas eram, portanto, as existências de material de artilharia e de blindados no Exército, quando em 1952 se iniciou o processo de organização das Unidades destinadas ao levantamento da Divisão e à satisfação dos compromissos NATO.

Directamente ligado à problemática do reequipamento nacional e à posição dos EUA, relativamente a esta matéria, importa referir a constituição em Portugal da "Military Assistance Advisory Group (MAAG) que, em 1951, pelo lado americano, tinha a missão de coordenar os programas de ajuda militar.

Mais uma vez e com base em acordos de assistência mútua e ajuda externa, desta vez da parte dos EUA e Canadá, vão ser recebidos diversos materiais; em 1952, os CC 44 t M/47 M/52, as Peças AA 4cm (M1-Am) m/ /952, e os Canhões SR 5,7 cm/m52 e SR 7,5 cm/m/52, mais diversos tipos de Morteiros.

Em 1953 são recebidas Metralhadoras Quádruplas AA CMK 20mm/m53 e M 55 12,7mm/m 53 e, nos anos seguintes (1954 e 1956), o Auto-Obus 8,8 m Lagartas/m 54 e os Canhões SR M 40/40 A1 10,6cm/m 956.

O período das operações em África corresponde a um abrandamento deste esforço, virando-se as prioridades do reequipamento para as novas missões do Exército e para as exigências dos TO em que este passa a estar empenhado.

A organização da Brigada em 1976 reinicia um novo ciclo de esforço de reequipamento, que virá a ser obtido na sua maior parte com a ajuda dos países da NATO sendo recebido por fases e de maneira coordenada com a formação dos especialistas para operar aqueles sistemas de armas.

Essa ajuda será proveniente da República Federal da Alemanha, da Itália, do Reino Unido, dos EUA, do Canadá e da Noruega. No âmbito desses planos de ajuda, aprovados e aceites pelo nosso país, chegaram a Portugal em 15 de Junho de 1976 as primeiras 20 viaturas blindadas de transporte de pessoal (VBTP) M 113 A1 e, em 28 do mesmo mês, os primeiros 5 carros de combate (CC) M 48 A5.

Posteriormente a essa data foram recebidos vários tipos de obuses de 10,5 cm e 15,5 cm, lança-granadas, mísseis anti-carro, etc, e concluído fornecimento dos CC M48 A5 e M113 A1.

Nos anos oitenta o reequipamento passa a ser equacionado em termos sistémicos ou seja, no quadro da modernização geral do Exército e dando resposta ao planeamento de defesa que se concretiza em Objectivos de Força. A aprovação das Leis de Programação Militar (LPM), 1<sup>a</sup> Lei de 1987 a 1991, 2<sup>a</sup> Lei de 1993 a 1977 e a Lei actual, para vigorar no período inicial de 1998 a 2003, com revisão bienal, irão constituir as fontes fundamentais de financiamento do reequipamento. A concretização do sistema de armas que, no quadro estratégico militar nacional aprovado e fruto da compatibilização entre objectivos de forças da Aliança e objectivos de forças nacionais, o Governo decida prosseguir, constitui um grande objectivo a atingir, através da execução dos financiamentos atribuídos.

A par das LPM, o reequipamento é também considerado no âmbito dos créditos "Foreign Military Sales – FMS" e da "Southern Region Amendment – SRA", decorrentes de uma relação bilateral que, neste domínio, se tem desenvolvido com os EUA e do acordo de defesa estabelecido com este aliado.

Na actualidade materializam os grandes sistemas de armas, o equipamento de defesa colocado à disposição das BMI e Brigada Aerotransportada Independente – BAI, Grandes Unidades com responsabilidade NATO, designadamente os meios blindados e CC M 60A3 TTS/M92, viaturas blindadas de Rodas e Autometralhadoras Panhard, viaturas de Reconhecimento, Comando V-150 e Autoblindados Chaimite, os obuses AP 15,5 M 109A5 e obuses 10,5cm /30M119M/98, o Sistema Missil AA AP M48A2 Chaparral M90, os mísseis AA MANPAD Stinger e Sistema Metralhadora Bitubo AA 20 mm M81, os Sistemas de Vigilância de Campo de Batalha e os Sistemas C3I; no curto prazo, prosseguem as diligências com vista à aquisição dos meios Hélis para o Exército, dos Radares de AA PSTAR, dos Radares de Localização de Armas AN/TPQ-36 e de novos Sistemas de Informação e Apoio à decisão.

### **3. A PARTICIPAÇÃO EM EXERCÍCIOS NO ÂMBITO DA ALIANÇA**

A Divisão tem uma primeira experiência de treino com exércitos estrangeiros no exercício de Postos de Comando "LION NOIR", que decorre na Alemanha, na região de Schweinhein de 15 a 27 de Março de 1957, tendo a Divisão sido integrada no VII CE dos EUA. Esta experiência repete-se em 1959, de 17 a 25 de Setembro, também na Alemanha e a Divisão volta a integrar o VII CE do EUA na região de Stuttgart, no âmbito do exercício de Postos de Comando, "SIDE STEP".

A partir de 1979 e até 1990, a BMI vai participar em Itália, nos Exercícios "Display Determination". Também no âmbito da Aliança, o Exército tomou parte, desde a mesma data até 1993, nos anos ímpares, igualmente nos exercícios "WINTER-CIMEX" e nos exercícios específicos de Artilharia de Campanha, a série "Ardent Ground".

A partir de 1992 a participação em Exercícios NATO é significativamente incrementada, não só pela BMI, mas também pela BAI e pelo Centro de Instrução de Operações Especiais – CIOE (Exercícios "Sea Soldier", série "Dynamic" e série "Adventure Express – Ace Mobile Force (L)", para referir os mais significativos.

Em 1997/98 teve lugar o exercício "Strong Resolve 98", o maior exercício levado a cabo pela NATO nos últimos anos, em que se testaram aspectos do novo conceito CJTF e em que se atribuíram a Portugal responsabilidades de planeamento e condução em áreas específicas no âmbito terrestre, naval, aéreo e também no âmbito das operações especiais.

Na actualidade pode dizer-se que a participação nacional nos vários exercícios no quadro da Aliança, decorre em paralelo com os exercícios de âmbito nacional, constitui uma actividade normal da preparação das tropas e do intercâmbio com os exércitos aliados, planeada, programada e orçamentada para cada ano, no contexto geral de treino operacional da componente operacional do Sistema de Força Nacional (SFN), sob a responsabilidade do Comando Operacional das Forças Terrestres (COFT). Nesta conformidade, está prevista a participação do Exército durante o ano de 1999, nos seguintes exercícios NATO, com as seguintes Unidades: no "Adventure Exchange 99", em Itália, com o CIOE; no "Ardent Ground", em Espanha com a BAI; no "Adventure Express (no âmbito da AMF-L)", na Turquia com o DOE/CIOE.

Igualmente no âmbito da formação, o Exército tem enviado, praticamente em permanência, quadros para a frequência de cursos e estágios, quer no Colégio de Defesa da NATO em Roma, quer na "NATO School" (SHAPE), em Oberammergau, na Alemanha.

#### **4. A PARTICIPAÇÃO NAS OPERAÇÕES CONDUZIDAS PELA ALIANÇA – IFOR E SFOR**

Durante o Outono de 1995 teve lugar na ex-Jugoslávia o acordo de paz negociado entre as várias partes, que conduzirá ao Acordo de Dayton (Dayton Peace Agreement) assinado em Dezembro desse ano.

A partir deste acordo vai caber à Aliança a constituição de uma força militar, composta por todos os países membros e mais dezanove países não-NATO, com vista a implementar os aspectos militares do acordo, a "Implementation Force – IFOR".

Esta Força vem a ser substituída, em Dezembro de 1996, pela "Stabilisation Force – SFOR", igualmente da responsabilidade da NATO, constituída numa perspectiva de prevenir o reinicio das hostilidades e consolidar os progressos no domínio da estabilidade e da paz conseguida até à data e fornecendo, ainda, algum apoio às Organizações Civis e Não-Governamentais de carácter humanitário, ou de ajuda à reconstrução, presentes na zona. Em Fevereiro de 1998 a contribuição para esta Força, era de 22 países não-NATO.

A contribuição nacional para aquelas forças NATO (IFOR e SFOR) consta do quadro abaixo indicado, constituindo o AGR ALFA/BAI a unidade prevista para render a que presentemente se encontra no TO da Bósnia-Herzegovina.

##### **FND no TO da Bósnia-Herzegovina**

FND	OPERAÇÃO MOBILIZADORA	UNIDADE	PERÍODO EFECTIVO	MISSÃO
2º BIAT	IFOR	CTAT/BAI	16JAN96 a 12AGO96	917
3º BIAT		CTAT/BAI	12AGO96 a 10FEV97	917
1º BIMec	SFOR	CMSM/BMI	10FEV97 a 30JUL97	319
2º BIMec		CMSM/BMI	30JUL97 a 14JAN98	319
1º BIAT		CTAT/BAI	14JAN98 a 15JUL98	319
AgrALFA/BL		BLI	15JUL98 a 12JAN99	319
3º BIMoto		CMSM/BMI	12JAN99 a JUL99	320
Un Esc Bat (a)		CTAT/BAI	JUL99 a JAN00	320 (a)

(a) Previsão

Em termos globais o efectivo de militares do Exército que integraram as Unidades participantes na IFOR e SFOR e outras contribuições no âmbito da NATO, como sejam os observadores, pessoal especializado e equipas médicas, encontra-se discriminado por Oficiais, Sargentos e Praças, com dados referidos a 31 de Janeiro de 1999, no quadro que a seguir se indica.

#### **Pessoal Militar participante nas forças IFOR e SFOR**

	OFICIAIS	SARGENTOS	PRAÇAS	TOTAL
IFOR	109	264	1322	1695
SFOR	173	343	1170	1686
Equipas Especializadas (a)	7	6	14	27
Observadores	62	-	-	62
Equipas Médicas	8	8	-	16
Totais parciais	359	621	2506	3486

(a) De acordo com as necessidades das Forças Nacionais Destacadas (FND), em termos específicos e em situações conjunturais.

#### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Numa avaliação da importância para as Forças Armadas nacionais, da participação na NATO, pode dizer-se que esta foi determinante em todo o processo de reestruturação e modernização conduzido até à actualidade. A entrada para a estrutura militar integrada marca, no caso do Exército, a adesão às doutrinas militares anglo-saxónicas, a uma profunda reformulação do ensino militar e utilização das técnicas de estado-maior, a par do planeamento, controlo e avaliação do treino operacional, através da montagem de temas e exercícios. Em termos estruturais e organizacionais essa transformação reflecte-se na resposta às necessidades colocadas pelas operações militares em África e na sua sustentação, durante treze anos em três teatros distintos; a relativa facilidade e prontidão com que se mobilizaram, prepararam e sustentaram as tropas neste período, muito se ficou a dever à experiência adquirida quer no âmbito das actividades de estado-maior, quer na área de instrução e gestão de pessoal, aspectos praticados durante todo o período de organi-

zação, treino e mobilização de pessoal, inerentes à preparação da Divisão e à sua sustentação quer em exercícios, quer na actividade ordinária. Igualmente os padrões de instrução, treino e avaliação operacional adoptados, são idênticos aos praticados na Aliança, o que nos permite uma natural integração, quer nos comandos multinacionais da NATO, quer nos seus exercícios quer, como ultimamente se verificou, no âmbito operacional. Também no domínio da modernização do equipamento de defesa importa referir que a adesão à Aliança vai ter implicações significativas, sendo de realçar que a partir de 1977 e em todos os anos subsequentes, a NATO irá apoiar e incentivar a assistência dos países membros no sentido da modernização das Forças Armadas Portuguesas.

Pode dizer-se que as expectativas, quer da Aliança, quer dos nossos parceiros, em relação à nossa contribuição e participação nas diversas estruturas não terão sido defraudadas. O Exército sempre que foi chamado a essa participação fê-lo com profissionalismo, competência e de forma prestigiante, seja na preparação das forças que participaram em exercícios ou na condução destes, em que a participação nacional no Exercício "Strong Resolve 98", constituiu exemplo significativo; seja na integração de unidades operacionais das três brigadas do Exército, na IFOR e SFOR, as quais desde 1996 têm desenvolvido uma actuação que tem merecido as melhores referências no domínio da sua preparação específica, para a missão atribuída no TO da Bósnia-Herzegovina. O Comandante do ARRC, Ten Gen Sir Michael Walker, referia em 31 de Outubro de 1996, "o vosso profissionalismo e sensibilidade tem ajudado a manter e ampliar as condições necessárias à paz, particularmente na área e regiões limítrofes da bolsa de Gorazd". Também o SACEUR, Gen Lesley K. Clark referia em 25 de Março de 1998, "o nosso agradecimento pelo excelente trabalho realizado em prol da paz na Bósnia". Quanto ao relacionamento com as populações, a Revista "Terre" do Exército Francês, apontava o Batalhão Português, como "o batalhão da proximidade e do contacto directo das populações, em apoio dos civis da Bósnia". Igualmente o Alto Representante do Secretário-Geral da ONU, para a Bósnia-Herzegovina, Carlos Wastendorp afirmava em 11-6-98, "Ao Batalhão Português, que tanto está fazendo para ajudar este bom povo, os meus agradecimentos e afecto". Uma última referência ao facto de, na Cimeira de Washington em Abril de 1999, a Aliança ir comemorar o seu 50º aniversário e, mais do que celebrar o seu passado e realçar os objectivos atingidos, ir definir a sua postura estratégica para o futuro próximo.

É neste novo quadro estratégico de referência que a contribuição, não só do Exército, mas em termos nacionais, terá de ser considerada.

A Aliança vai iniciar um novo ciclo da sua existência, com um novo Conceito Estratégico, com uma nova estrutura militar integrada, uma nova estrutura de Comandos e de Forças, a par da implementação do conceito CJTF e de um processo de alargamento concretizado a três novos países (Hungria, Polónia e República Checa). Por outro lado, institucionalizou as relações com a Rússia através do "Permanent Joint Council (PJC)" e com a Ucrânia, pela "NATO-Ukraine Commission (NUC)" e aprofundou a Parceria para a Paz – PfP, através do estabelecimento do "Euro-Atlantic Partnership Council-(EAPC)", utilizando este conselho até ao máximo das suas potencialidades que, à data, reúne representantes de 44 países, numa base regular. Por último, iniciou o diálogo com seis países do Mediterrâneo (Egipto, Israel, Jordânia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia) num programa em evolução de aprofundamento dos contactos, consultas e cooperação, a par da procura da afirmação da IESD no seio da NATO e de uma relação cada vez mais estreita com a UEO, com a UE, com o Conselho da Europa, com a OSCE e com as Nações Unidas.

Neste quadro de referência esgotaram-se definitivamente os tradicionais argumentos nacionais dentro da Aliança, relativamente a outros parceiros, tais como "somos membros fundadores", que "pertencemos à estrutura militar integrada", o realçar do facto de "termos um Comando NATO, no Território Nacional" e, ainda, a "especificidade da nossa vocação Atlântica". A partir de agora a visibilidade política e militar na nova NATO (que nos corredores de Bruxelas, passou a ser apontada como uma "organização" que, "da antiga, apenas ou quase, só guarda o nome" ...), baseia-se em aptidões, capacidades, eficácia, qualidade da presença e oportunidade das participações nacionais, a par da noção exacta dos interesses que se pretende prosseguir.

Este será, sem dúvida, o grande desafio que configurará a contribuição nacional, quer política quer militar, para as tarefas futuras da Aliança Atlântica do pós 2000.

## BIBLIOGRAFIA

CARDOSO, Gen Pedro A., "As Informações em Portugal", Ed. Nação e Defesa, IDN, Lisboa, 1980

“Cronologia Geral”, ISCSP/AICP, da Separata do Vol VII Estratégia, Lisboa, 1995

MIGUEL, Gen Mário Firmino, “Portugal, a Espanha e a NATO”, in *Separata da Revista Militar*, Lisboa, 1979.

RAMALHO, Cor J.L.Pinto, “A Estratégia de Futuro da NATO e a posição de Portugal”, ISCSP, in *Separata da Edição Estratégia*, Lisboa, 1992.

“Evolução do Conceito Estratégico da NATO”, IAEM, NC 70-50-12, Lisboa, 1989.

TELO, António José, *Portugal e a NATO*, Edições Cosmos, Lisboa, 1996.

AAVV, “Trinta Anos de Contribuição do Exército Português para a NATO”, EME, Lisboa 1983.

AAVV, “Dez anos de Actividade da Divisão Nun’Álvares (1953-1963)”, EME-AHM, Lisboa, 1982.

AAVV, “Subsídios Para o Estudo do Esforço Militar Português na Década de 50 – Os Compromissos com a OTAN”, I e II Volumes, EME, Lisboa, 1988.

AAVV, “Anuário da BMI/CMSM”.

AAVV, Boletins da Arma de Artilharia, 1949 a 1960.

Dados Estatísticos disponibilizados pelo EME (Divisão de Operações, Divisão de Logística , Divisão de Pessoal e Divisão de Planeamento e Programação).



# A NATO e a Força Aérea Portuguesa

*António de Jesus Bispo*  
*General piloto-aviador (R)*



## INTRODUÇÃO

O texto que se segue não é o resultado de investigação histórica baseada em documentação autêntica, como se desejaría. É um artigo de opinião, circunscrito a uma experiência específica, necessariamente limitada. A razão por que assim é prende-se com a indisponibilidade ou dificuldade de acesso a documentos classificados, e também, ou talvez por maioria de razão, com as limitações de tempo para um trabalho dessa envergadura. Em todo o caso, julga-se que se poderão levantar algumas questões para debate, tendo em vista o lançamento de pistas para uma investigação mais profunda.

E essas questões serão, por exemplo, a de saber-se até que ponto foi assimilada, interiorizada ou seguida pela Força Aérea no seu conjunto, a doutrina NATO de âmbito táctico ou operacional, ou como foram adaptados os factores de planeamento operacional; que desvios existiram entre os níveis de prontidão desejados (o critério NATO) e a prontidão real atingida; de que forma foi seguida a metodologia para o planeamento das forças (os chamados Defense Planning Questionaries – DPQs); qual o nível de participação em exercícios NATO; que âmbito de participação na estrutura organizacional e nas decisões conjuntas; ou ainda outras, como por exemplo a integração ou participação de meios aéreos e de sistemas de apoio nacionais nos planos operacionais e de contingência da NATO, ou as formas de coordenação com as autoridades civis nacionais no âmbito da gestão do espaço aéreo nacional ou da atribuição de meios aeronáuticos civis, em situações de contingência no apoio a operações militares, ou a interiorização e aplicação do sistema de alerta NATO, particularmente a negociação de compromissos para tempo de guerra, nas suas variadas implicações incluindo as de âmbito aéreo nacional. Ou questões de ordem mais prática, como por exemplo a da uniformização (a participação e adopção dos STANAGS).

Esse ponto de situação parece importante, não na perspectiva de uma análise crítica ou num julgamento de eventuais insuficiências, mas para retratar de forma objectiva uma realidade histórica de participação na Aliança Atlântica, com vista a tirar ensinamentos para o futuro, que é sempre o fim da análise histórica.

Parece-nos que seria interessante aprofundar estas questões, e porventura outras associadas, com rigor objectivo e com base em documentos originais, e não apenas em apreciações subjectivas feitas à distância, de

memória e apenas com o apoio da bibliografia genérica. Pelas razões já expostas, esse interesse não poderá ainda ser satisfeito, pelo menos na sua totalidade, o que não deve ser entendido como declínio de responsabilidade. O desafio está lançado para uma investigação de fundo que se carece.

## A GÉNESE E A EVOLUÇÃO INICIAL DA NATO

Exige-se-nos a necessidade de um enquadramento mínimo sobre a constituição da NATO, materializada pela assinatura do Tratado do Atlântico Norte, em Washington, no dia 4 de Abril de 1949, há justamente cinquenta anos.

Desde logo, para o que aqui nos interessa, há um ponto que se nos afigura importante, relativo à forma dessa constituição. A NATO surge como uma organização substituta daquela que havia saído do Tratado de Bruxelas, de 17 de Março de 1948, assinado pelo Reino Unido, Bélgica, Holanda, França e Luxemburgo, onde estes países se comprometeram a construir um sistema de defesa comum. A Organização resultante deste compromisso, conhecida como Organização de Defesa da União Ocidental, compreendia um Conselho Consultivo constituído pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros, uma Comissão de Defesa composta pelos Ministros da Defesa, uma Comissão de Comandantes em Chefe, com um presidente e três Comandantes em Chefe, com quartel general estabelecido em França. E a ampliação que veio a dar origem à NATO resultou da consciência assumida pelos líderes europeus e pelo Presidente Truman, de que a defesa da Europa, na circunstância estratégica da época, era inviável só com os europeus, havendo necessidade de envolver nessa tarefa os Estados Unidos da América. Portugal, assim como outros países não signatários do Tratado de Bruxelas, é convidado a aderir a esta nova Organização em 15 de Março de 1949, ou seja, quinze dias antes da assinatura do Tratado do Atlântico Norte.

Na sequência de trabalhos anteriores desenvolvidos de forma não orgânica, os Comandantes em Chefe começaram a preparar a construção do sistema de defesa comum, a que os países politicamente se haviam comprometido, enunciando as tarefas necessárias para o estabelecimento da segurança europeia e analisando as contribuições possíveis que cada país poderia fornecer, em forças e em infraestruturas. A diferença entre as

necessidades e as capacidades teria que ser obtida no exterior, e desde logo se apelou para a continuidade do apoio americano. A Europa não poderia ser abandonada, sob o risco do seu completo desmoronamento, em termos civilizacionais ou políticos. Conforme se referiu, esta era a posição do presidente americano, e foi esta igualmente a posição do Senado Americano, através da proposta do senador Vandenberg que previa a inclusão da Organização de Defesa da União Ocidental numa outra Organização mais vasta, transatlântica; foi esta também a posição das autoridades políticas canadianas. Em vez da aglutinação numa organização mais vasta, a União da Defesa Ocidental ficaria numa fase de hibernação quase até ao fim do período de vigência formal do Tratado de Bruxelas, inicialmente acordado.

Os termos de referência para o Comandante Supremo para a Europa das forças Aliadas (SACEUR) só foram aprovados no final de 1950 e o Quartel General Supremo das Potências Aliadas da Europa (SHAPE) só viria a ser constituído em Abril de 1951. Eisenhower, o primeiro SACEUR, substitui Montgomery, presidente da Comissão de Comandantes em Chefe da Organização de Defesa da União Ocidental, na data em que é instalado o SHAPE.

Entretanto, tem lugar a crise de Berlim que durou cerca de um ano, terminando em Maio de 1949, e que da parte ocidental consistiu na realização de uma ponte aérea monumental, suportada essencialmente pelos americanos.

A lembrança destes factos serve-nos apenas para sublinhar que a questão da defesa europeia era pensada em termos de centro, a começar pela necessidade de estabilização do pós guerra, e tendo em conta os novos perigos que ameaçavam a segurança europeia vindos do leste. Portugal situava-se numa posição periférica e a sua importância resultava da necessidade da ligação transatlântica, como ponto de apoio. O seu comprometimento era essencialmente político, apesar de se referirem atribuições de forças militares ao SHAPE, sem se conhecer exactamente a sua aplicação potencial e a natureza específica da atribuição.

O primeiro conceito estratégico da NATO foi aprovado pela Comissão de Defesa em finais de 1949, e ratificado pelo Conselho logo em princípios de 1950; através dele concebe-se uma defesa integrada e desenha-se uma metodologia para o reequipamento militar, donde viria a resultar o primeiro plano de defesa para quatro anos. Por essa mesma data é constituído um corpo civil na organização da Aliança e fica assim criado

um "forum" para a coordenação política entre os governos dos países participantes. No ano seguinte é assinado um Acordo entre as Partes do Tratado do Atlântico Norte relativo ao Estatuto das Forças que, entre outras disposições, estabelecia o estatuto legal do pessoal militar em serviço num comando NATO sediado num país diferente do seu; outros Acordos são assinados por essa mesma data relativos à organização conjunta, à representação civil e militar e ao financiamento. Os problemas económicos entretanto surgidos na Europa colocaram muitas dificuldades ao reequipamento militar, tendo-se mesmo constituído uma Comissão Temporária para tratar desta questão específica, tentando conciliar a segurança colectiva com as capacidades políticas e económicas dos países membros. Assim nascem os primeiros objectivos de forças (force goals) que apontavam para 50 Divisões, 4 000 aviões de combate e forças navais igualmente fortalecidas.

Entretanto havia sido constituído, ainda em 1949, o Programa de Assistência para a Defesa Mútua (MDAP) que constituía uma forma de participação americana na defesa militar europeia; a ideia original era a de os Estados Unidos comprarem equipamento produzido por um país europeu e oferecerem-lo a esse país ou a outro país, constituindo assim uma forma de ajuda e um incentivo para a produção europeia. Em Janeiro de 1950 o Presidente Truman aprova o plano para a defesa integrada do Atlântico Norte, libertando 900 milhões de dólares para fundos militares. Nos finais de 1950, por proposta da França, pensa-se na constituição de forças armadas unificadas europeias, que incluíam as dos países derrotados na guerra, num contexto NATO, iniciativa que seria mais alargada no sentido da constituição duma Comunidade de Defesa Europeia. Esta iniciativa que se traduziria num Tratado, o qual chegou a ser assinado pela França, Itália, República Federal Alemã, Bélgica, Holanda e Luxemburgo, teria a sua ratificação recusada pela Assembleia Nacional Francesa, já em 1954, o que resultou no seu abandono.

Fica então claro que a defesa da Europa é para ser conduzida por forças nacionais, coordenadas por comandos nacionais e por comandos internacionais onde estarão representados os respectivos delegados nacionais. Antes que seja declarada a guerra, só em condições muito especiais sujeitas a uma negociação e regulamentação específicas, é que as forças armadas actuarão de forma integrada. Os estatutos dos comandos e das forças, os planos operacionais e de contingência, os conceitos de comando completo, comando operacional, comando administrativo, controlo

operacional e controlo táctico, detalhados até ao mais pequeno pormenor, reflectem exactamente aquela posição de privilégio do nacional. Da ideia inicial de alguns, que assumiam uma integração europeia, uma unidade política acima das Nações, fica o espírito da defesa comum, a partilha de valores básicos comuns, a convicção de que o artigo 5º se iria cumprir em caso de agravamento das situações, e de que o envolvimento americano estava garantido; a existência de um fundo comum para fins bem especificados e sempre fortemente disputado pelos delegados nacionais; uma estrutura necessariamente pesada para conciliar os requisitos nacionais com os requisitos de uma defesa comum; a garantia de uma consulta política e a capacidade de gestão relativa aos componentes militares permanentes deste projecto de defesa comum.

Retomando o enquadramento histórico, não poderemos deixar de mencionar a reunião do Conselho do Atlântico de Lisboa, realizada entre 20 a 25 de Fevereiro de 1952, porque ela é considerada histórica e figura nos Anais da Aliança Atlântica como marca de mudança na sua organização e na determinação demonstrada pelos participantes quanto à defesa europeia. É nesta reunião que é aprovado o plano de reequipamento já mencionado, se aprova uma metodologia própria de planeamento, se estabelecem princípios de reorganização e se dá as boas vindas aos novos membros, a Grécia e a Turquia, que entretanto haviam assinado e ratificado o Tratado do Atlântico Norte. Na sequência da reunião de Lisboa, cria-se um Conselho Permanente, coloca-se o comando político junto do comando militar, e institui-se a figura do Secretário Geral e da Comissão Militar integrada na direcção político-militar da Aliança.

Nos princípios de 1952 haviam-se constituído mais dois comandos militares: o Comando do Atlântico e o Comando da Mancha, com a designação respectiva de Supremo Comando Aliado do Atlântico (SACLANT) e Comando-Chefe Aliado do Canal (CINCHAN).

A estrutura militar portuguesa funciona de certa maneira alheada da organização militar da Aliança Atlântica. O entendimento sobre a Aliança era muito mais de âmbito político, de aderência a um projecto de defesa que iria ser dirigido pelas Grandes Potências. É curioso referir que numa publicação sobre as Forças Armadas Portuguesas impressa nos princípios de 1961 se mencionem como suas missões gerais a defesa do território português ou da Nação Portuguesa, a defesa conjunta da Península Ibérica com as Forças Armadas Espanholas, o auxílio militar e facilidades

a conceder à Grã-Bretanha e Estados Unidos e o auxílio e facilidades a conceder aos países da NATO.

É de grande importância sublinhar aqui que os limites do SACLANT, tal como definidos nos Termos de Referência, vão até às costas portuguesas, ficando o território continental português na situação peculiar de afiliado (*affiliated*) com o SACLANT. Isto significava que o SACLANT não cuidaria do planeamento da defesa do continente português, por não ser essa a sua vocação óbvia, mas também significava que este não ficaria integrado na área de jurisdição operacional do SACEUR; constituiria como que uma ilha estratégica, separada da Europa pela Espanha. Tratou-se na altura de uma posição política que reforçou ainda mais a consciência periférica portuguesa e que, ao fim e ao cabo, satisfez a todas as partes. Significava que a defesa do território nacional era uma responsabilidade exclusivamente nacional. Ao contrário do que acontecia para o restante território continental europeu, nunca existiram quaisquer planos NATO para a defesa de Portugal Continental.

O Acordo de Defesa com os Estados Unidos da América de 1951 é a expressão da estratégia atlântica portuguesa e da inevitabilidade e conveniência da relação privilegiada com os Estados Unidos. O fim da guerra mostrou, de forma insofismável, a importância dos Açores no quadro de uma estratégia transatlântica, o que levou ao estabelecimento de acordos específicos para a concessão de facilidades aeronáuticas, em primeiro lugar com a Inglaterra, numa fase subsequente com os Estados Unidos. Não será este o momento para desenvolver todas as vicissitudes por que passaram esses acordos; interessa-nos por agora mencionar a ligação que sempre foi feita entre aquela concessão de utilização e o reequipamento da Força Aérea, em termos práticos (porque em termos teóricos ou políticos aquela ligação não era assim tão clara).

## A CRIAÇÃO DA FORÇA AÉREA COMO RAMO DAS FORÇAS ARMADAS

No ano de 1952, tão recheado de acontecimentos importantes, é constituída legalmente como Ramo das Forças Armadas a Força Aérea Portuguesa, na sequência de uma reorganização que durara quase dois anos, e em simultâneo com uma reestruturação da defesa nacional.

A partir de 1952, a Força Aérea concentra-se na continuação da sua reestruturação e na gestão operacional, técnica e administrativa dos meios que tinha à sua disposição.

Do anterior, e desde 1949, tinham sido recebidos, ao abrigo da ajuda americana 50 aviões F-47 THUNDERBOLTS para constituição de duas esquadras operacionais, e 20 aviões T-6G dedicados à instrução básica; foram construídos nas OGMA em Alverca 66 aviões CHIPMUNK e adquiridos mais 10 ao Reino Unido dedicados à instrução elementar, para cumprimento de um plano para a substituição progressiva do TIGER MOTH. Em 1952 ainda existiam aviões SPITFIRE a operar, que haviam sido fornecidos pelos ingleses, no final da guerra. Em 1953 são recebidos os aviões T-33A para a instrução complementar de pilotagem de aviões de caça; entrava-se assim na era do avião de reacção, e o estabelecimento de uma estrutura de instrução de pilotagem (CHIPMUNK, T-6G e T-33) que perduraria por muitos longos anos. Para se ficar com uma ideia deste esforço inicial de preparação de pilotos, registe-se que apenas no segundo semestre de 1952 concluíram o curso elementar de pilotagem 52 alunos, a que correspondeu um esforço de voo de 6086 horas. E ainda no princípio de 1953 entram no inventário da Força Aérea 25 aviões de caça do tipo F-84G, que começam a voar cerca de um mês depois.

A partir da constituição da Força Aérea foram nela incorporados os aviões que até aí eram operados pela Aviação Naval, designadamente 24 HELLDIVER para ataque a unidades navais e 6 aviões semelhantes ao T-6 para instrução, para além de outras aeronaves de patrulhamento marítimo, busca e salvamento.

Em 1954 são recebidos ao abrigo da ajuda americana mais 25 aviões F-84G para constituição da segunda esquadra operacional; e em 1956, 1957 e 1958 continuaram a receber-se mais aviões deste tipo, agora de forças aéreas da NATO, embora material MDAP, por força da renovação destas forças. O número total acumulado de aviões F-84G recebidos até esta data foi de 125, que voaram entre cerca de 11.000 e cerca de 15.000 horas de voo por ano em média, nos seus primeiros anos de operação.

Tratou-se, portanto, de um período áureo da Força Aérea Portuguesa, em termos de prontidão operacional na área da superioridade aérea. Foi de facto um salto tecnológico significativo que teve, necessariamente, os seus custos e que permitiu o lançamento de uma estrutura operacional sólida. As forças aéreas europeias operavam, à altura, meios aéreos da mesma geração tecnológica. Mas o contacto com a NATO, tanto ao nível do

Estado Maior como no campo estritamente operacional, é relativamente ténue. Na missão não está incluída a defesa integrada, a doutrina é essencialmente americana, assim como todo o esforço da sustentação provém da ajuda americana. Participa-se em alguns exercícios, especialmente em França, mas sem carácter regular, e sem uma associação muito directa à exercitação de qualquer plano de defesa.

No domínio da luta anti-submarina o desenvolvimento operacional foi igualmente notável. Logo em 1954 são recebidos na Força Aérea, ao abrigo da ajuda mútua, 18 aviões PV-2 HARPOON para a constituição de uma Esquadra Operacional de luta Anti-submarina, a que se seguirá uma recepção de mais 16 aeronaves para a formação de uma segunda Esquadra. Aqui, a ligação à NATO é mais estreita e o contacto com meios pertencentes a outros países da NATO é mais frequente; os exercícios que decorrem na área do SACLANT têm alguma regularidade e inserem-se numa dada finalidade estratégica. Mas, apesar desta situação, não se pode afirmar que o contacto tenha sido muito intenso neste período, pelas razões que já mencionámos antes.

Durante o ano de 1958 começam a ser recebidos os aviões F-86F para a constituição de mais duas Esquadras Operacionais, que acabam por ficar prontas em 1959.

E em 1960 são recebidos 12 aviões P<sub>2</sub>V<sub>5</sub>-NEPTUNE para a missão de luta anti-submarina e patrulhamento marítimo. Parece-nos de interesse referir que, em memorando para o Ministro da Defesa Nacional, o Secretário de Estado de Aeronáutica propõe para o período que se iniciaria em 1959 um dispositivo que compreendia 5 Esquadras de F-86, 2 Esquadras de F-84 (que naturalmente iriam começar a ser abatidos nos primeiros anos do plano), 2 Esquadras de luta anti-submarina, para além da continuidade dos aviões de instrução, da aquisição de aviões de transporte, de reconhecimento meteorológico e de busca e salvamento, e outros. Era um plano de continuidade ou de evolução natural, mas que infelizmente não prosseguiu, dado que a ajuda começou a ser progressivamente reduzida. Mas é oportuno voltar ao Plano de 1959, porque ele começa a desenhar necessidades operacionais específicas relativamente aos territórios ultramarinos, e porque na sua feitura surgem posições contraditórias, indicadoras de mudança profunda, relativamente à tendência que vinha do anterior. Assim, numa primeira versão, mantém-se o requisito de quatro Esquadras de Caça, equipadas com F-86F e F-84G, para a seguir se abandonar a continuidade da operação do F-84G e se propor o seu abate,

sem que se mencionasse a substituição por outro tipo, que no caso seria naturalmente o F-86 (F ou outros modelos de F-86); como se refere noutra local, o F-84G continuaria a voar até à década de 70 em Angola.

Quanto ao Ultramar prevê-se uma Esquadra de Combate para a 2<sup>a</sup> Região Aérea equipada com 8 aviões PV<sub>2</sub> HARPOON (modificando a sua missão original), assim como uma outra Esquadra idêntica para a 3<sup>a</sup> Região Aérea.

Mantém-se no Continente e Ilhas 2 Esquadras de Luta Anti-submarina, equipadas com 12 aviões P<sub>2</sub>V<sub>5</sub> cada uma, 2 Esquadras de Caça equipadas com 25 aviões F-86F cada uma, 1 Esquadra de Busca e Salvamento e Transporte equipada com 3 aviões C-54 e 4 PV<sub>2</sub>, mais uma Esquadra de Transporte com 3 aviões C-54.

Todo este dispositivo era considerado de primeira urgência pelo Ministro da Defesa Nacional em 01 de Junho de 1959. Relativamente ao transporte aéreo surgiram outras opções, incluindo aviões C-118 e Caribou, mas que não prosseguiram; a Força Aérea já dispunha de 7 C-54, em 1959 receberia mais 8 e dentro de pouco tempo viria a ser reforçada com mais 12.

Como facilmente se pode constatar neste resumo muito rápido, a Força Aérea Portuguesa dispunha de um conjunto de meios, racionalmente organizados segundo as missões típicas da defesa aérea, das operações aéreas ofensivas, do patrulhamento marítimo e da luta anti-submarina, que lhe garantiam uma prontidão compatível com a sua situação estratégica. É de sublinhar ainda que a ajuda prestada pelos Estados Unidos compreendia toda a componente de sustentação, em termos de munições, equipamento de apoio, reservas de material, etc., pelo menos na fase inicial destes Projectos. Os custos da manutenção e dos sobressalentes eram suportados pelos orçamentos da Força Aérea.

## **A EVOLUÇÃO NO RELACIONAMENTO COM A NATO**

A Força Aérea na Metrópole vai sendo deslocada primeiro para Angola, depois para a Guiné e a seguir para Moçambique. O dispositivo nacional altera-se radicalmente. A componente do transporte aéreo, tanto táctico como estratégico, assume uma nova dimensão face às necessidades nacionais. Vai-se tornando cada vez mais difícil preencher os efectivos previstos para as Esquadras Operacionais. Do plano de 59, no que concerne à aviação de caça, já não existe senão uma Esquadra de Defesa

Aérea equipada com F-86, que é cada vez mais solicitada para a formação operacional dos pilotos com destino a Angola, Guiné e mais tarde Moçambique.

Neste enquadramento, a ligação à NATO é cada vez mais difícil de acompanhar e de sustentar. Mas apesar dessas dificuldades, por razões óbvias, a Força Aérea não deixou de manter o vínculo, tentando acompanhar todos os assuntos da sua competência, contidos em documentação cada vez mais extensa e complexa, e de manter as obrigações a que se havia comprometido. Nos questionários de planeamento de defesa, que se tinham que preencher anualmente, e de que se tinha que prestar esclarecimento às equipas NATO que nos visitavam, só figurava a Esquadra de Luta Anti-Submarina, na categoria de Earmarked, para aplicação na área do SACLANT; os outros meios figuravam nesses questionários na categoria de "Other Forces", o que significava que estariam sempre sob controlo nacional, não estando prevista a sua atribuição a qualquer plano NATO. A Força Aérea começa a inscrever naquelas respostas duas Esquadras de Interceptores para substituir os aviões F-86, mas condiciona a realização daquele objectivo à disponibilidade de ajuda externa, o que não se concretizava, ano após ano. Os níveis de armamento, as dotações em pessoal e outros requisitos da NATO, que entretanto vão sendo cada vez mais exigentes, deixam de ir sendo possíveis de cumprir, porque o esforço estava orientado segundo outra direcção.

Mas para além dos meios aéreos era necessário pensar nas infraestruturas aeronáuticas, a utilizar em tempo de guerra; a sua construção nunca poderia ser tão rápida como, por exemplo, o destacamento de meios aéreos existentes noutras países, em caso de necessidade. A NATO, tendo em consideração o elevado valor estratégico que o espaço português representava, quer pela evolução da ameaça quer pela sua estratégia, em particular a contenção na frente, o envolvimento pelos flancos e a necessidade do apoio americano, propôs a construção de facilidades aeronáuticas no território continental e no Arquipélago da Madeira, o que se materializou na construção da Base de Ovar e de infraestruturas no Montijo e Porto Santo. Todas estas infraestruturas foram desenhadas para o apoio à operação de aviões de patrulhamento marítimo ou com missão semelhante, isto é, em ambiente marítimo. A sua construção, decorreu de necessidades operacionais específicas. Por outras palavras, existiam Planos Operacionais que previam a deslocação de determinados meios para Portugal, no âmbito das missões do SACLANT. Tudo era desenhado,

projectado e construído com base em requisitos operacionais e técnicos muito específicos.

O estatuto destas infraestruturas era o que vulgarmente se designava por uma expressão muito sintética: "Keep it warm". Tinham uma dotação mínima em efectivos para preencherem as actividades básicas da segurança das instalações e da manutenção geral dos equipamentos. Estes efectivos eram obviamente nacionais. As questões de soberania nacional assumiam aqui uma grande sensibilidade. Em tempo de guerra estava prevista a expansão destas facilidades, pela adição de elementos de apoio móveis. Anualmente estas infraestruturas eram minuciosamente inspecionadas por extensas delegações da NATO, que atestavam da sua funcionalidade.

Existiam grandes pressões por parte das autoridades de outros países, no sentido da utilização destas facilidades, quase que por rotina. Esse desejo era inviável porque a Força Aérea não abdicava das suas responsabilidades, e não tinha meios para a sua materialização. Até porque essa pretensão era contra os estatutos NATO da utilização das infraestruturas, e não existiam argumentos, numa perspectiva NATO, para justificar aquelas pretensões.

É claro que, em período de exercícios NATO, era irrecusável a abertura dessas instalações às unidades aéreas dos outros países da NATO; os utilizadores eram, inicialmente, os Estados Unidos, o Reino Unido e a França, e este último país veio a declarar a sua desistência, a seguir ao seu abandono da estrutura militar da Aliança.

Mas nem só os países declarados utentes utilizavam as infraestruturas. Por razões de ordem económica e de segurança, tendo em vista as fracas capacidades de apoio residentes, as forças aéreas preferiam a utilização das bases que a Força Aérea operava, o que aconteceu com alguma frequência desde a década de 60, e que trazia, naturalmente alguns custos acrescidos.

Para administrar a actividade relacionada com as infraestruturas NATO, que envolviam, basicamente, comunicações, combustíveis e lubrificantes, portos e bases aéreas, foi criada uma organização a âmbito da Defesa Nacional, com as ligações apropriadas a organizações específicas, no caso que nos interessa, a das infraestruturas aeronáuticas, designada pela sigla CEMINFA (Comissão de Manutenção das Infraestruturas NATO na Força Aérea). E por esta via o contacto com a NATO era relativamente intenso. Em 1966 é autorizada a constituição do COMIBERLANT em infraestruturas

provisórias situadas próximo de Sintra. Este facto viria a alterar profundamente o relacionamento com a NATO, em termos operacionais; do anterior, a participação em exercícios do SACLANT era quase exclusivamente feita através da componente de patrulhamento marítimo e luta anti-submarina, e a área de operações envolvia o Atlântico Leste até ao Canal da Mancha. Começam a estar disponíveis bases construídas com fundos comuns das infraestruturas NATO, em território nacional, e essa disponibilidade criava a necessidade de exercitação das suas funcionalidades. A política da Força Aérea foi sempre a de garantir o guarneecimento das facilidades nacionais com pessoal, durante os exercícios, nas áreas da segurança, do apoio de aeródromo, no controlo de tráfego aéreo e noutras áreas logísticas. Esta política representava um esforço muito importante, dadas as carências de efectivos e as insuficiências orçamentais. Foi nestes termos que se veio a adoptar um critério de limitação que as autoridades NATO compreenderam perfeitamente porque, mesmo nestas condições, o contributo era significativo.

Apesar de ser difícil, até uma certa altura, enquadrar o exercício da defesa aérea a partir de bases no território continental, pelos próprios Termos de Referência (TOR) do SACLANT/COMIBERLANT e pela natureza da ameaça, a verdade é que se efectuaram ainda alguns exercícios em que o F-86F participou como interceptor, quer a partir de Monte Real quer a partir do Montijo. Quando a ameaça se desenvolveu, e se passou a considerar a possibilidade de existência de meios aéreos soviéticos, embora com um grau de probabilidade reduzido, em especial na hipótese de não utilização de bases de apoio fora do Pacto de Varsóvia, o desempenho do F-86F já não ofereceria muita credibilidade, como interceptor. A participação relevante dos aviões F-86F passou a ser a de ataque a meios navais de superfície, e nesse campo desempenhou ainda um papel muito importante, com muitas missões de ataque realizadas com muito sucesso até cento e oitenta milhas da costa; era o tempo da criação e desenvolvimento da doutrina do apoio aéreo táctico às operações marítimas (Tactical Support to Maritime Operations – TASMO). Fora deste quadro dos exercícios, onde se concentram algumas esquadras operacionais de outros países da NATO, em especial do Reino Unido e dos Estados Unidos no campo da aviação de caça, e da Holanda, da Alemanha e da França no campo da aviação de patrulhamento marítimo, procediam-se a intercâmbios pouco frequentes com outras forças aéreas europeias; essencialmente, consistiam em missões para a prática da navegação aérea.

Para além da participação em exercícios reais, em conjunto com forças aéreas e navais da Aliança, num cenário que contemplava, regra geral, a defesa avançada e a protecção da retaguarda, desenvolvia-se ainda um outro tipo de exercício, designado por Postos de Comando (Command Post Exercise – CXP), em que a Força Aérea participava, por princípio. Este tipo de participação constituía uma dificuldade acrescida, na medida em que exigia, teoricamente, o guarneecimento de um certo número de células organizacionais, com equivalência na estrutura NATO, e para o tratamento de questões que extravasavam em muito o âmbito estritamente operacional. Tratava-se, em suma, não só na avaliação dos meios aéreos potencialmente envolvidos, como também do contributo que o País poderia prestar numa situação de conflito generalizado e das formas dessa contribuição. Para o nosso caso, tratava-se de questões, por exemplo, de gestão do espaço aéreo, de constituição de reservas em combustíveis e lubrificantes, de utilização de aeroportos, de manutenção de terceiro escalão de aeronaves (reparação de danos por acções de combate), de utilização de meios aéreos civis, de protecção de meios navais, de capacidade de apoio sanitário, etc. etc. Enfim, todas as questões relacionadas com os planos de contingência, com o sistema de alerta NATO e com o estado das negociações para a transição de tempo de paz para tempo de guerra, onde os problemas da transferência de autoridade e da assunção de determinados compromissos, com base na solidariedade com a Aliança e nas capacidades reais, assumiam uma relevância muito especial. Na realidade, este tipo de participação em exercício era muito mais complicado do que a participação em exercícios reais.

## **A DEFESA AÉREA INTEGRADA DA EUROPA**

Uma das áreas da defesa militar NATO onde se exigiria a maior cooperação era a da defesa aérea, por razões óbvias. A capacidade de detecção teria de ser realizada em moldes que não pudessem deixar vias livres de infiltração; a cobertura radar, ao tempo uma tecnologia ainda incipiente, teria que ser total, e a informação sobre intrusos teria que ser comunicada, em tempo real, por forma a que uma eventual reacção pudesse ser eficaz. Estas exigências, entre outras, não se compadeciam com uma organização exclusivamente nacional, haveria que coordenar eficazmente todas as capacidades instaladas e a instalar. O conceito de defesa aérea integrada

nasce em finais de 1955, através do célebre documento MC 54/1. Aparentemente, Portugal não se apercebe deste importante requisito. E a NATO, no que concerne à área de Portugal e Ilhas Atlânticas, deixa algumas ambiguidades, quanto a essas matérias, por razões que se compreendem.

Na sequência deste requisito de defesa aérea integrada, começaram a ser construídas dezoito estações radar, ligadas por um sistema de comunicações, na zona periférica leste da Aliança Atlântica, que acabaram por ficar concluídas em 1962. Todo este programa foi financiado por fundos comuns das infraestruturas NATO. Ainda não estava concluída a primeira fase, e uma outra já havia começado, contemplando oitenta e quatro posições terrestres, garantindo uma cobertura desde o Cabo Norte até à região montanhosa da Turquia. Todo este sistema foi designado por NADGE (NATO Air Defense and Ground Environment), e a sua segunda actualização terminou em meados de 1975.

O plano de defesa aérea integrada NATO pressupunha alguns conceitos básicos, o mais importante dos quais era a colocação das forças nacionais intervenientes sob o estatuto de "NATO command", o que quereria dizer que as Nações entregavam à NATO, em permanência e desde tempo de paz, as suas forças de defesa aérea, que incluíam aviões e mísseis superfície-ar (o sistema de detecção já era NATO, por definição), para serem utilizadas na oposição a eventuais incursores. Significaria dizer que o espaço aéreo se consideraria, para efeitos de gestão, como espaço aéreo NATO, e que as regras de envolvimento eram definidas pela estrutura NATO.

Tratou-se de um avanço dos mais significativos da Aliança, em termos de defesa integrada, mas é evidente que as Nações envolvidas souberam sempre prever os devidos mecanismos para, em condições extremas, fazer vingar os condicionamentos nacionais. As forças assim atribuídas à NATO deveriam estar no escalão mais elevado de prontidão, e essa era uma responsabilidade exclusivamente nacional.

A preocupação da defesa aérea de Portugal surgiu ainda no final da guerra, porque se temiam acções da parte das forças alemãs, quando Portugal quebrou, por assim dizer, o seu estatuto de neutralidade, ao aceder aos pedidos ingleses para a utilização dos Açores; e nesta conformidade, exigiu equipamento de defesa anti-aérea para a defesa dos pontos sensíveis, holofotes para a detecção e seguimento nocturnos, aviões de combate e construção de facilidades para comando e controlo.

A Força Aérea Portuguesa, à semelhança do que se passava em toda a NATO, mais em particular na sua frente leste, preocupa-se com a vigilância do espaço aéreo nacional, utilizando os meios que a tecnologia ia proporcionando, ou seja, o radar, que havia feito a sua estreia na Segunda Guerra Mundial, de forma consolidada e eficaz. Assim, no planeamento de 1955, previa-se para o primeiro trimestre do ano seguinte a conclusão das obras para instalação de meios de vigilância aérea (radares e centro de comando) em Monsanto (Lisboa) e Montejunto, para o terceiro trimestre na Ilha Terceira e, até ao final de 1956, na Serra da Estrela e na Serra do Pilar. O mesmo Plano contemplava a recepção no primeiro trimestre de 1956 da 3<sup>a</sup> Esquadra de Caça e no último trimestre do mesmo ano, da 4<sup>a</sup> Esquadra de Caça. Todo este material era previsto ser adquirido ao abrigo do programa da ajuda mútua (MDAP). Com este dispositivo, garantia-se uma cobertura da quase totalidade do território continental e de parte do território do Arquipélago dos Açores, contra incursões aéreas a altitudes médias, segundo todas as direções. O equipamento colocado na Serra da Estrela nunca alcançou os padrões mínimos de operacionalidade, devido a problemas técnicos graves que nunca foram resolvidos; a análise mais precisa da cobertura, em especial para as altitudes médias, levou a que se viesse a abandonar, posteriormente, o reequipamento desta estação, que esteve dotada com pessoal durante algum tempo – foi já na década de 80 que esta instalação militar foi definitivamente abandonada. No arquipélago dos Açores foram construídas as infraestruturas em Stª Maria e Terceira, mas nunca foram instalados os respectivos radares; nas conversações periódicas com as autoridades americanas, desde então, estas mantiveram o compromisso de as guarnecerem com os meios apropriados, quando o desenvolvimento das ameaças o determinasse – é de presumir que a defesa aérea do arquipélago, que é sempre de profundidade, faça parte dos planos de contingência americanos, utilizando para o efeito meios móveis apropriados, tanto em termos de radares como de mísseis superfície-ar.

É ainda de sublinhar que no Plano de 1959 se prevê a manutenção de quatro estações radares no território continental, designadamente em Montejunto, Pilar, Estrela e Foia. Esta última acabaria por ser activada já bem dentro da década de 90, cerca de trinta e cinco anos depois. E ainda, como novidade neste Plano, a dotação de mísseis ar/ar, mencionando-se já o tipo Sidewinder (que actualmente equipa a Força Aérea, numa versão

mais moderna, obviamente), e de mísseis superfície/ar de médio e longo alcance, que nunca viriam a ser fornecidos.

## A PARTICIPAÇÃO DE PORTUGAL NA DEFESA AÉREA NATO

No início da segunda metade da década de 70, e depois da estabilização da instituição militar, a Força Aérea Portuguesa, decidiu iniciar um processo de substituição das estações de radar já obsoletas, cuja avaliação já havia sido objecto de crítica, e que dera origem a uma perturbação disciplinar em 1960/61 na Base Aérea de Monte Real, a base dos interceptores. Foi então decidido fazer uma aproximação pragmática, encomendando um primeiro estudo à Associação do Eurocontrol, num sentido de polivalência civil/militar para efeitos da gestão do espaço aéreo nacional. Foi o aprofundamento da questão que levantou a possibilidade do financiamento por fundos comuns das infraestruturas NATO. Esta possibilidade resultava de uma nova percepção de ameaça que poderia atingir o espaço aéreo português: em termos operacionais, Portugal deixará de ser considerado uma zona de retaguarda, apenas, mas pode ficar envolvido directamente em operações aéreas, dada a possibilidade do envolvimento e a importância geoestratégica, em especial dada pela relevância do reforço rápido. A ameaça aérea passa a contar como uma possibilidade, e este facto altera substancialmente toda a postura estratégica.

Começa então um longo processo de actualização do sistema da defesa aérea, desde o primeiro enunciado de requisitos, naturalmente vago, até à instalação de três estações radar, dum centro de comando e controlo e de um outro alternativo que acaba por ter lugar já bem dentro da década de 90 – foram cerca de vinte anos, onde se começou por aprender a organização, a doutrina, a prática e os mecanismos essenciais para se compreender toda a complexa organização em que se baseava a NATO. O preenchimento dos requisitos NATO foram financiados por fundos comuns das infraestruturas, e aqueles requisitos, considerados como exclusivamente nacionais, financiados por fundos nacionais.

Já numa fase avançada do processo, quando se procedia à distribuição dos encargos pelos dois Grandes Comandos NATO, o SACLANT exigiu uma descrição exaustiva das vantagens que poderia colher com a implan-

tação desse sistema em Portugal, antes de autorizar a atribuição das verbas que lhe competiriam gerir e que haviam sido dedicadas a esse projecto. O levantamento desta questão resultou num conjunto de problemas inimaginável no seu início. Houve que definir um espaço aéreo NATO sobre território nacional e sobre o mar, e o primeiro problema seria de natureza institucional – desde a designação (Região Aérea? Sector de Defesa Aérea?), dependência e estatuto (a sua dependência do SACEUR era complicada; a sua agregação à Região Sul não fazia sentido, em termos estratégicos e operacionais; a caracterização do comando responsável também não era pacífica, por razões de equiparação), limites (com problemas para o lado marítimo e problemas de proximidade com Espanha), requisitos de coordenação operacional e até com a aplicação dos próprios conceitos estabelecidos do anterior.

A solução encontrada foi naturalmente uma solução de compromisso, tendo em conta a catadupa de dificuldades entretanto levantadas a vários níveis, reflectindo contradições, incompreensões e desconhecimento, e que de certa forma foram inesperadas, à época. Criou-se um sector de Defesa Aérea NATO (e este era o objectivo fundamental, em termos de defesa, de estratégia e de organização), com uma extensão sobre o mar até ao limite do alcance dos radares baseados em terra, o que dá uma defesa em profundidade apreciável, com uma organização especialmente orientada para a missão, e criaram-se as condições para a obtenção da melhor operacionalidade no campo da defesa do espaço aéreo. É preciso não esquecer que um dos exercícios mais importantes de soberania desde tempo de paz para qualquer país é a vigilância do seu território, no caso particular, o seu espaço aéreo, e que o policiamento do ar é uma actividade permanente a contribuir para esse exercício. Em termos estratégicos, uma defesa aérea eficaz, que possa garantir supremacia ou superioridade aéreas, é um dos elementos mais importantes para a dissuasão que cada país é naturalmente forçado a demonstrar, para manutenção da sua defesa contra acções de baixo custo, em permanência.

Do conceito de defesa aérea clássico, no que diz respeito a requisitos operacionais e técnicos, passa-se para o conceito de comando e controlo aéreo, onde se consideram não só as operações de defesa aérea mas todas as operações aéreas, numa perspectiva de integração operacional.

É nesta base que Portugal decide apresentar uma extensão do sistema de controlo aéreo continental para os arquipélagos dos Açores e da Madeira, ainda na década de oitenta, o que para além dos requisitos próprios da

defesa iria contribuir, de forma significativa, para a segurança do tráfego aéreo nessas regiões.

A apresentação da proposta para reformulação da defesa aérea na região de Portugal, fez com que a representação nacional nas comissões de defesa aérea da NATO se intensificasse. Em 1979 foi aprovado pelos Ministros da Defesa um novo programa de defesa aérea NATO para um período de quinze anos e foi decidido criar uma nova estrutura, encabeçada pela Comissão de Defesa Aérea (Air Defence Committee), para aconselhar o Conselho e a Comissão de Planeamento de Defesa em todos os aspectos desse programa. A Comissão de Defesa Aérea tinha três painéis subordinados, um para a gestão do espaço aéreo e os sistemas de controlo (Panel on Airspace Management and Control System – PAMCS), outro para as armas de defesa aérea (Panel on Air Defence Weapons – PADW) e outro, mais recente, relativo ao desenvolvimento de conceitos (Panel on Air Defence Philosophy – PADP). Portugal esteve representado neste organismo com carácter estável, e designou um representante de defesa aérea permanente (Air Defence Representative) que era o ponto focal dentro da NATO para o estabelecimento das relações pertinentes entre organismos (NATO e nacionais) que tratassesem de qualquer aspecto da defesa aérea. O objecto de estudo mais recente, dentro desta estrutura, é o da obtenção da capacidade antimíssil balístico táctico, em resposta às ameaças que então se consideravam e que ainda hoje se poderão considerar num outro circunstancialismo estratégico.

## A FORMA MAIS RECENTE DE PARTICIPAÇÃO NA ALIANÇA

A partir de 1976 passa a ser possível um outro tipo de relacionamento com a estrutura da NATO, mais aberto e também mais participativo, por razões de maior disponibilidade e de manifestação de vontade em procurar acompanhar todos os desenvolvimentos da Aliança, em particular das decisões conjuntas a todos os níveis. Da parte da Aliança valoriza-se neste período o reforço rápido para a contenção avançada, e assume-se a possibilidade de um crescendo da ameaça, num sentido de envolvimento pelo sul e de perturbação das operações marítimas na área IBERLANT. Portugal chamara a atenção para o envolvimento soviético em África e para um eventual desequilíbrio de forças que poderia não dar por garantido o domínio do espaço no sul do Mediterrâneo. A utilização de

bases em pontos desse espaço poderiam desequilibrar o até então domínio estratégico, e perturbar seriamente todas as operações do reforço rápido. A NATO reconhece-o, o que reforçou a posição estratégica de Portugal, neste cenário. Deixa de ser um santuário ou uma pura zona de retaguarda, para ser considerado como área vulnerável e crítica. O facto de Portugal se ter declarado como parte da defesa aérea integrada da NATO, como já foi referido, é também um sinal desta evolução.

É neste sentido que as infraestruturas aeronáuticas nacionais desempenham um papel fundamental, desde os Açores, que nunca deixaram de o ter desde o final da Segunda Guerra, passando pelo Porto Santo, como base de apoio para a protecção do tráfego marítimo e para as operações relacionadas com o controlo do estreito de Gibraltar, até às infraestruturas em território continental, como Lisboa e Montijo. Esta última, assim como Ovar, constituíam bases para apoio de operações de patrulhamento aéreo marítimo e luta anti-submarina. A base aérea de Tancos foi avaliada, em termos de ponto de apoio para o reforço rápido; foram algumas condicionantes de expansão que levaram ao abandono do projecto, ao fim de um certo tempo. O aeroporto de Lisboa para o desempenho da função de apoio do reforço rápido tinha fortes limitações; apesar disso, continuou a ser considerado em termos de planeamento, como infraestrutura a utilizar. A base aérea de Monte Real foi sujeita a uma grande expansão, financiada por fundos comuns das infraestruturas NATO, para poder suportar os meios aéreos nacionais designados para atribuição à NATO. Todo o sistema de armazenagem e alimentação de combustível, capacidades do apoio de tráfego aéreo, assim como comunicações, foram contemplados nesses grandes planos de infraestruturas NATO implantadas em Portugal.

Relativamente à atribuição de meios para a NATO, processou-se uma alteração qualitativa de muito significado. Praticamente todos os meios aéreos, à excepção dos destinados à instrução, foram designados para atribuição, ou mesmo atribuídos. Com a recepção das duas Esquadras de A-7P, no princípio da década de oitenta, atribuiu-se uma para ser aplicada num contexto marítimo, e portanto sob o comando do SACLANT, e outra para ser aplicada num contexto terrestre, designada como reserva estratégica do SACEUR, para ser aplicada em qualquer ponto do continente europeu.

Para além do contributo em infraestruturas como apoio ao reforço rápido, Portugal designou também forças para participarem nessa

estratégia. No caso da Força Aérea, a Esquadra Fiat G-91, reforçada com aviões modelo R3 (os operados até então, na Guiné, em Moçambique e pontualmente em Angola eram modelo R4, com menos capacidades que o R3) cedidos pela República Federal Alemã e a Esquadra C-130 foram designadas para atribuição à NATO com a missão de reforço do flanco sul da Aliança, designadamente, para operarem no Norte de Itália. Antes desta definição mais precisa de participação no reforço do flanco sul, Portugal mostrou disponibilidade para participar na defesa da Aliança, no seu conjunto, na medida das suas possibilidades. É neste contexto que a Força Aérea participa em exercícios NATO no centro da Europa com esquadrilhas de aviões Fiat G-91, em conjunto com unidades aéreas alemãs equipadas com o mesmo tipo de material.

Houve duas áreas que a Força Aérea sempre acompanhou desde a década 60: foi a segurança de voo e a instrução de pilotagem, embora esta última tenha tido grandes desenvolvimentos já bem dentro da década de 70. Quanto à primeira, procurou-se acompanhar os problemas suscitados com a operação de outras forças aéreas aliadas, e a forma como iam sendo resolvidos, com vista ao estudo e à introdução de medidas tendentes a uma operação mais segura; o seguimento dos acordos de uniformização mereciam então uma atenção especial, relativamente a outras áreas. Quanto à instrução de pilotagem, em que a Força Aérea sempre foi autónoma, há a referir a participação no EURO/NATO Training Group criado com a finalidade de estabelecer programas, facilidades e infraestruturas para utilização conjunta pelas forças NATO; este grupo foi criado em 1971, tendo iniciado um programa para treino de pilotagem de aviões de reacção (Joint Jet Pilot Training Programme), e em 1980 foi assinado um Protocolo entre doze Nações NATO para lhe dar seguimento. No âmbito deste programa, Portugal foi solicitado a disponibilizar infraestruturas e espaço aéreo, no sentido de aqui se edificar um Centro de Instrução de Pilotagem NATO; foram efectuadas várias visitas e feitos vários estudos, que nunca chegaram ao ponto de implementação, por razões de investimento e de impacto no tráfego aéreo nacional. A solução "interim" acabou por traduzir-se na oferta americana para realizar a instrução nos Estados Unidos. A Força Aérea participa neste projecto com instrutores de voo destacados numa base americana, integrando o corpo de instrutores NATO.

## **OS PROGRAMAS NATO DE ARMAMENTO**

Logo a seguir à sua constituição formal, à definição da sua estratégia e ao estabelecimento da sua organização, a NATO assentou como objectivo prioritário interno a questão do reequipamento militar, naturalmente com incidência na sua componente europeia. O reequipamento inicia-se pela definição dos requisitos militares, e sobre esta matéria não foi difícil obter consensos nos anos iniciais da NATO. Mas a característica da Aliança, como organização não supranacional, tornou difícil eliminar a competição entre as indústrias nacionais e com ela, a inviabilidade de projectos dirigidos segundo uma sequência metodológica típica duma organização hierárquica, com uma linha de autoridade bem definida. Esta foi sem dúvida uma área onde mais se fez sentir a componente nacional, e que mais contribuiu para o carácter que a Aliança tem tido ao longo da sua vida, e que se traduz no árduo trabalho de obtenção de consensos, privilegiando as posições e os interesses nacionais de cada um dos seus membros. Para além da conciliação dos interesses de cada um dos países europeus, haverá que entrar na análise com o estado em que ficaram as indústrias destes países a seguir à guerra e o enorme fosso que as separava daquelas do continente americano, em particular as dos Estados Unidos. Da parte destes houve um grande auxílio na fase da recuperação, mas o desequilíbrio a seu favor foi sempre uma constante, cada vez com uma maior acentuação, até à actualidade.

Apesar desta situação real, parece ter-se criado a imagem em alguns sectores da opinião pública que existia uma grande pujança no desenvolvimento de projectos industriais da NATO, mas, de facto, o investimento conjunto apenas cobriu as áreas das comunicações, ou do comando e controlo, das infraestruturas e da defesa aérea integrada, investimento que era sempre contabilizado em função dos contributos de cada país e da sua importância geoestratégica.

O que a NATO se esforçou por fazer foi incentivar a cooperação industrial entre os países aliados, criando uma estrutura complexa para esse efeito, tendo no topo a Conferência dos Directores Nacionais de Armamento, e na sua "dependência funcional" seis grupos, sendo três correspondentes aos grupos de armamento de cada um dos Ramos das Forças Armadas, um relativo à investigação científica, outro que tratava de assuntos de defesa aérea integrada e outro que se ocupava das comunicações e electrónica. Estes grupos pretendem fazer a liga-

ção entre o requisito operacional, ou as necessidades de missão, o requisito técnico e o logístico, proporcionando as condições iniciais para a participação das indústrias nacionais em projectos comuns, com o apoio consultivo de um outro grupo (NATO Industrial Advisory Group) que é suposto fornecer a informação do estado do desenvolvimento industrial e das capacidades de facto existentes nesta área, nos países da Aliança. Em termos gerais, o funcionamento desta estrutura era participada livremente por todos os aliados, até um determinado ponto; quando se passava para o estádio da viabilidade dos projectos, só participavam os países que se mostrassem disponíveis para aderir aos projectos, que era quando se dava o envolvimento das indústrias que iria dar lugar à constituição de consórcios internacionais. E esses projectos eram assim designados como projectos NATO. Foi o caso do avião Fiat G-91 (célula italiana com motor inglês, mais tarde produzido também, sob licença, pela República Federal Alemã), do avião de patrulhamento marítimo Breguet Atlantic construído a partir de um avião francês, onde estiveram envolvidos, para além da França, a Bélgica, a República Federal Alemã, a Holanda, os Estados Unidos (que entretanto produziam o P-3 que viria a equipar a Holanda) e a Itália; de referir que todo o equipamento electrónico foi fornecido pelos Estados Unidos e construído (alguns componentes deles) na Europa, sob licença. Ficam ainda os casos dos programas do míssil superfície-ar Hawk, produzido pelos Estados Unidos e modificado posteriormente por várias vezes, também pela indústria americana, com participação europeia, e do míssil americano ar-ar Sidewinder, onde Portugal também participou, com a construção de parte de um equipamento terrestre de apoio para a calibração de um dos testes do míssil, realizado na Standard Eléctrica. Houve ainda outros projectos, igualmente originários dos Estados Unidos, como por exemplo, a produção sob licença do avião F-104G Starfighter, que tanta polémica suscitou pelo o elevado número de acidentes na RFA, do míssil americano Bull-pup, ou da arma anti-tanque M-72, ou do míssil americano Seasparrow. Há ainda a mencionar, nesta lista não exaustiva, os casos com total ou quase exclusiva participação europeia do avião tornado e, provavelmente, do futuro caça europeu, em projecto desde 1987.

No caso da investigação tecnológica, construíram-se alguns centros e facilidades de participação conjunta, no âmbito acústico (caso da carreira dos

Açores, do centro de investigação em Itália, etc), no âmbito do comando e controlo e defesa aérea (caso do então SHAPE Technical Centre) e noutras âmbitos, onde participaram elementos portugueses, embora a níveis reduzidos.

A construção de projectos industriais de sistemas de armas envolve, naturalmente, disponibilidade de recursos, vontade de realização, investigação científica e tecnológica e padronização, esta não só associada à produção como à exploração e sustentação. Portugal sempre tem tido carências em todas estas áreas, donde resulta uma maior dificuldade de participação conjunta, onde o interesse nacional tem um peso significativo, mesmo no estatuto piedoso de país em vias de desenvolvimento. Apesar destas dificuldades desde os finais da década de 70 que se tem vindo a efectuar um esforço de participação nacional, muito orientado para a procura de acompanhamento destes assuntos, onde não é fácil entender a linguagem usada, e não se podendo contudo dizer que os resultados tenham sido muito positivos.

O projecto de maior envergadura da Aliança foi sem dúvida o projecto de aquisição conjunta de um sistema de aviso aéreo antecipado, destinado a alargar o campo de visão do sistema de radares baseado em terra e a completar as lacunas de vigilância impostas pelas limitações do horizonte terrestre, e que reduziriam a capacidade de observação das incursões aéreas a muito baixa altitude. Este projecto consistiu na aquisição de 18 aviões E-3A americanos, equipados com radares de aquisição vertical e panorâmica e meios de transmissão e recepção de dados, e na modificação das estações terrestres de comando e controlo aéreo para permitir a integração. Para além destes meios, o Reino Unido comprometeu-se a fornecer onze aviões Nimrod, compromisso que foi posteriormente transformado na aquisição do mesmo tipo de avião, americano.

A Força Aérea Portuguesa tem participado de forma regular na operação deste sistema, com o destacamento de tripulações e pessoal técnico o que, em termos nacionais, se nos afigura como um contributo muito positivo. Parece que a mesma relevância não se poderá referir no que concerne à contrapartida industrial correspondente à participação no projecto, sendo certo que existem hoje as capacidades nacionais para poder realizar de forma altamente profissional aquela contrapartida; a afirmação é feita sob reserva, na medida em que não se dispõe de elementos seguros sobre a matéria e não se conhece a sua publicitação.

## A COORDENAÇÃO DO ESPAÇO AÉREO

Uma das questões que desde sempre têm preocupado a Aliança prende-se com a gestão do espaço aéreo. Já mencionámos o conceito de espaço aéreo NATO onde os Estados abdicam de parte da sua soberania ao serviço de um objectivo de defesa comum. Para além desse problema, existe um outro, de cariz mais técnico, e que diz respeito à coordenação entre o tráfego civil e o tráfego militar, desde tempo de paz, problema que uma vez resolvido, contribui também para a solução do problema de nível superior, directamente associado à defesa comum (a não penalização no tráfego, permitindo o fluxo do transporte aéreo, a prontidão aérea militar e uma imagem precisa da situação aérea, em termos de detecção e identificação).

Foi com esta preocupação que logo em 1955 o Conselho decidiu estabelecer uma Comissão para a Coordenação no Espaço Aéreo, que recebeu a designação abreviada CEAC, com o fim de promover a segurança e a economia da operação do tráfego aéreo civil e militar.

Há na realidade uma zona de conflito entre tráfego civil e militar, dada a diferença de requisitos; haverá que saber gerir esse conflito, pelo estudo e análise do condicionamento mútuo e pela criação de condições, instrumentos e sistemas que facilitem aquela gestão.

São membros convidados daquela Comissão os delegados das organizações internacionais civis, como por exemplo, a ICAO, a IATA e o EURO-CONTROL.

O que se pretende com esta Comissão é a promoção da compatibilidade das organizações civis e militares, dos sistemas de controlo de tráfego aéreo e dos procedimentos, tão completa quanto possível, sem sacrificar os elementos essenciais que caracterizam os dois tipos de tráfego. Esta compatibilidade é mais garantida através da criação de centros mistos de controlo e de partilha, na medida do possível, dos sensores e ajudas instaladas.

Em tempo de guerra está prevista a activação de uma Agência para a Aviação Civil, assim como no quadro do Planeamento Civil de Emergência está prevista uma Comissão de Planeamento (CAPC).

A Força Aérea tem participado de forma activa com as Autoridades da Aviação Civil nos organismos da NATO que se referiram.

No âmbito nacional, este problema passou a ser equacionado de outra forma ao criar-se uma organização mista, a diferentes níveis, e ao

estabelecer-se doutrina, através de Protocolo de Acordo, e ainda ao constituir-se uma célula militar junto dos centros de controlo de tráfego aéreo civil.

## **APONTAMENTO FINAL**

Ao longo deste artigo teve-se por finalidade ressaltar os aspectos mais significativos que caracterizaram o relacionamento da Força Aérea Portuguesa com a estrutura militar da NATO, no quadro da inserção de Portugal na Aliança como seu membro fundador.

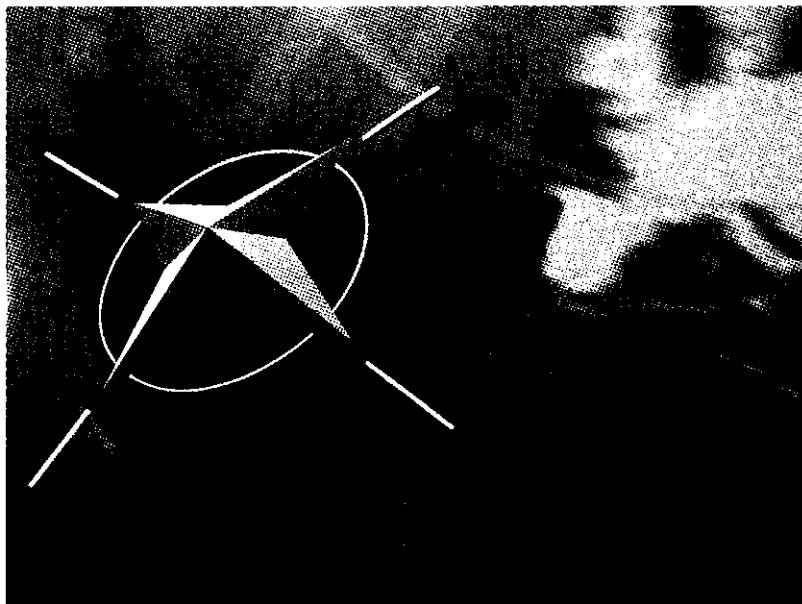
Numa primeira fase, poderíamos dizer que houve uma distanciamento natural decorrente da geografia, da estratégia e das diferenças entre os problemas que havia que resolver no Norte e no Centro e os que se confrontavam no Sul ou na periferia da Europa. É nesta fase que se começa a consolidar a relação transatlântica, em termos de defesa, onde a importância estratégica do arquipélago dos Açores desempenha um papel fundamental. Na Força Aérea traduz-se na recepção de meios aéreos ao nível tecnológico dos europeus da época, no fornecimento de apoio logístico e de formação de pessoal, não só aquele estritamente associado aos sistemas de armas fornecidos, como a formação de natureza mais profunda, no campo técnico, operacional e doutrinário.

Numa segunda fase, consideramos ainda uma integração algo tímida imposta pelas solicitações ultramarinas, para onde se orientou todo o esforço das Forças Armadas, no caso da Força Aérea. A ligação ao aliado americano atenuou-se, de forma significativa, neste período.

No regresso de África há, nitidamente, uma vontade de participação activa a todos os níveis. Primeiro ao nível institucional, a seguir ao nível doutrinal e por último ao nível tecnológico, onde tinha ocorrido um grande fosso, por força de circunstâncias de variadas naturezas. Nalgumas situações ultrapassaram-se as próprias expectativas da NATO relativamente a Portugal.

Os grandes sucessos da NATO foram a compreensão da importância da dissuasão e das formas da sua gestão, a obtenção da solidariedade nos momentos críticos, o respeito pelas soberanias dos estados e a conciliação de requisitos do âmbito da Aliança com as necessidades e capacidades particulares de cada um dos seus Membros.





# Documentos



# **Acto fundador sobre as relações, a cooperação e a segurança mútuas entre a OTAN e a Federação Russa**

**Publicado em Paris, a 27 de Maio de 1997**

A Organização do Tratado do Atlântico Norte e os seus Estados membros, por um lado, e a Federação Russa, pelo outro lado, referidas daqui em diante como a OTAN e a Rússia, baseadas num compromisso político duradouro assumido ao mais alto nível, construirão em conjunto uma paz duradoura e inclusiva na área euro-atlântica apoiada nos princípios da democracia e da segurança cooperativa.

A OTAN e a Rússia não se consideram adversárias. Partilham o objectivo de ultrapassar os resquícios da anterior confrontação e rivalidade e de reforçar a confiança mútua e a cooperação. O presente Acto reafirma a determinação da OTAN e da Rússia de dar conteúdo concreto ao seu compromisso comum em construir uma Europa estável, pacífica e sem divisões, unida e livre, em benefício de todos os seus povos. O assumir deste compromisso ao mais alto nível político, marca o início dum relacionamento fundamentalmente novo entre a OTAN e a Rússia. Pretendem desenvolver, com base no interesse comum, na reciprocidade e na transparéncia, uma parceria forte, estável e duradoura.

Este Acto define os objectivos e os mecanismos de consulta, cooperação, tomada conjunta de decisões e acção conjunta que constituirão o núcleo das relações mútuas entre a OTAN e a Rússia.

A OTAN empreendeu uma transformação histórica – um processo que prosseguirá. Em 1991, a Aliança reviu a sua doutrina estratégica para ter em conta o novo ambiente de segurança na Europa. A OTAN

reduziu radicalmente as suas forças convencionais e nucleares e continua a adaptá-las. Embora mantendo a capacidade para satisfazer os compromissos assumidos no Tratado de Washington, a OTAN alargou e continuará a alargar as suas funções políticas e encarregou-se de novas missões de manutenção da paz e de gestão de crises em apoio das Nações Unidas (ONU) e da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), como na Bósnia-Herzegovina, para enfrentar os novos desafios à segurança em estreita associação com outros países e organizações internacionais. A OTAN está a desenvolver a Identidade de Segurança e Defesa Europeia (ISDE) no seio da Aliança. Continuará a desenvolver um modelo de cooperação alargada e dinâmica com os Estados participantes da OSCE, especialmente através da Parceria para a Paz e está a trabalhar com os países Parceiros na iniciativa de criar um Conselho de Parceria Euro-Atlântico. Os Estados membros da OTAN decidiram rever o Conceito Estratégico da OTAN para garantir que seja plenamente compatível com a nova situação de segurança e os novos desafios da Europa.

A Rússia prossegue a construção duma sociedade democrática e a realização da sua transformação política e económica. Está a desenvolver o conceito da sua segurança nacional e a rever a sua doutrina militar para garantir que sejam plenamente compatíveis com as novas realidades da segurança. A Rússia fez profundas reduções nas suas forças armadas, retirou as suas forças, numa escala sem precedentes, dos países da Europa Central e Oriental e dos Estados bálticos e retirou todas as suas armas nucleares para o seu próprio território nacional. A Rússia está empenhada em reduzir ainda mais as suas forças convencionais e nucleares. Está a participar activamente em operações de manutenção da paz em apoio da ONU e da OSCE, bem como na gestão de crises em diversas regiões do mundo. A Rússia está a contribuir para as forças multinacionais na Bósnia-Herzegovina.

## I. PRINCÍPIOS

Partindo do princípio que a segurança de todos os Estados da comunidade euro-atlântica é indivisível, a OTAN e a Rússia trabalharão em conjunto para contribuir para a criação na Europa duma segurança comum e abrangente baseada na adesão a valores, compro-

missos e normas de comportamento comuns no interesse de todos os Estados.

A OTAN e a Rússia ajudarão a reforçar a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, incluindo o desenvolvimento do seu papel de instrumento primário da diplomacia preventiva, prevenção de conflitos, gestão de crises, recuperação pós-conflitos e cooperação em matéria de segurança regional, bem como o reforço das suas capacidades operacionais para executar estas tarefas. A OSCE, como única organização de segurança pan-europeia, tem um papel essencial a desempenhar na paz e estabilidade na Europa. Ao reforçar a OSCE, a OTAN e a Rússia cooperarão para evitar qualquer possibilidade de regresso a uma Europa de divisão e confrontação ou o isolamento de qualquer Estado.

Tendo em conta o trabalho da OSCE sobre um Modelo de Segurança Comum e Abrangente para a Europa do Século XXI bem como as decisões da Cimeira de Lisboa referentes a uma Carta sobre a Segurança Europeia, a OTAN e a Rússia procurarão a máxima cooperação possível entre os Estados participantes da OSCE com o fim de criar na Europa um espaço comum de segurança e estabilidade, sem linhas divisórias nem esferas de influência limitadoras da soberania de qualquer Estado.

A OTAN e a Rússia partem do princípio que o objectivo comum de reforçar a segurança e a estabilidade na área euro-atlântica para benefício de todos os países exige uma resposta aos novos riscos e desafios, tais como o nacionalismo agressivo, a proliferação das armas nucleares, biológicas e químicas, o terrorismo, a violação constante dos direitos do homem e dos direitos das pessoas pertencentes a minorias nacionais e os litígios territoriais não solucionados, que constituem uma ameaça à paz, à prosperidade e à estabilidade de todos.

Este Acto não afecta, e não pode ser considerado como afectando, a responsabilidade primária do Conselho de Segurança da ONU pela manutenção da paz e da segurança internacional ou o papel da OSCE como organização inclusiva e abrangente de consulta, tomada de decisões e cooperação nesta área e como mecanismo regional nos termos do Capítulo VIII da Carta das Nações Unidas.

Na implementação das disposições deste Acto, a OTAN e a Rússia cumprirão de boa fé as suas obrigações nos termos do direito internacional e dos instrumentos internacionais, incluindo as obrigações da Carta das Nações Unidas e as disposições da Declaração Universal dos Direitos do Homem bem como os seus compromissos nos termos do Acto Final de

Helsínquia e documentos subsequentes da OSCE, incluindo a Carta de Paris e os documentos aprovados na Cimeira de Lisboa da OSCE.

Para atingir os objectivos deste Acto, a OTAN e a Rússia basearão as suas relações num empenhamento comum nos seguintes princípios:

- desenvolvimento, com base na transparência, duma parceria forte, estável, duradoura e imparcial bem como da cooperação para reforçar a segurança e a estabilidade na área euro-atlântica;
- reconhecimento do papel vital que a democracia, o pluralismo político, o primado do direito e o respeito dos direitos do homem e das liberdades civis e o desenvolvimento de economias de mercado desempenham no desenvolvimento da prosperidade comum e da segurança de todos;
- renúncia à ameaça ou emprego da força contra o outro bem como contra qualquer outro Estado, a sua soberania, integridade territorial ou independência política, de qualquer forma incompatível com a Carta das Nações Unidas e com a Declaração dos Princípios de Orientação das Relações entre Estados Participantes contida no Acto Final de Helsínquia;
- respeito pela soberania, independência e integridade territorial de todos os Estados e do seu inerente direito de escolher os meios de assegurar a sua própria segurança, pela inviolabilidade das fronteiras e pelo direito dos povos à autodeterminação conforme é consagrado no Acto Final de Helsínquia e outros documentos da OSCE;
- transparência mútua na elaboração e implementação da política de defesa e das doutrinas militares;
- prevenção de conflitos e resolução de litígios por meios pacíficos em conformidade com os princípios da ONU e da OSCE;
- apoio, caso a caso, de operações de manutenção da paz executadas sob a autoridade do Conselho de Segurança da ONU ou a responsabilidade da OSCE.

## **II. O CONSELHO CONJUNTO PERMANENTE OTAN-RÚSSIA, MECANISMO DE CONSULTA E COOPERAÇÃO**

Para executar as actividades e atingir os objectivos previstos neste Acto e para desenvolver abordagens comuns da segurança europeia e dos pro-

blemas políticos, a OTAN e a Rússia criará o Conselho Conjunto Permanente OTAN-Rússia. O objectivo fundamental deste Conselho Conjunto Permanente será instituir níveis crescentes de confiança, unidade de propósitos e hábitos de consulta e cooperação entre a OTAN e a Rússia, a fim de reforçar a sua segurança e a de todos os países da área euro-atlântica e não diminuir a segurança de ninguém. Se houver divergências, a OTAN e a Rússia esforçar-se-ão por as resolver, com base na boa vontade e no respeito mútuo, no quadro das consultas políticas.

O Conselho Conjunto Permanente constituirá um mecanismo para consultas, coordenação e, na medida do possível, quando adequado, para decisões conjuntas e para acções conjuntas respeitantes a questões de segurança de interesse comum. As consultas não abrangerão assuntos internos da OTAN, dos Estados membros da OTAN ou da Rússia.

O objectivo comum da OTAN e da Rússia é identificar e explorar o maior número possível de oportunidades de acção conjunta. Esperam que, à medida que o seu relacionamento se desenvolva, surjam mais oportunidades de acção conjunta.

O Conselho Conjunto Permanente será a principal instância de consulta entre a OTAN e a Rússia em caso de crise ou em qualquer outra situação que afecte a paz e a estabilidade. Além das reuniões regulares, haverá reuniões extraordinárias do Conselho para proceder rapidamente a consultas em caso de emergência. Neste contexto, a OTAN e a Rússia farão prontamente consultas no seio do Conselho Conjunto Permanente no caso de um dos membros do Conselho se aperceber duma ameaça à sua integridade territorial, independência política ou segurança.

As actividades do Conselho Conjunto Permanente basear-se-ão nos princípios da reciprocidade e da transparência. No decorrer das suas consultas e cooperação, a OTAN e a Rússia informar-se-ão mutuamente acerca dos desafios relacionados com a segurança que cada um enfrenta e das medidas que tenciona tomar para os enfrentar.

As disposições deste Acto não dão nem à OTAN nem à Rússia, de qualquer maneira que seja, um direito de voto sobre as acções da outra parte nem violam ou restringem os direitos da OTAN ou da Rússia de tomar decisões ou actuar de forma independente. Não podem ser usadas como forma de prejudicar os interesses de outros Estados.

O Conselho Conjunto Permanente reunirá a vários níveis e sob diversas formas, de acordo com o assunto a tratar e os desejos da OTAN e da Rússia. O Conselho Conjunto Permanente reunirá duas vezes por ano a

nível dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e a nível dos Ministros da Defesa e mensalmente a nível dos embaixadores/representantes permanentes no Conselho do Atlântico Norte.

O Conselho Conjunto Permanente também pode reunir-se, quando apropriado, a nível de Chefes de Estado e de Governo.

O Conselho Conjunto Permanente pode criar comités ou grupos de trabalho para assuntos ou áreas de cooperação específicos, numa base ad hoc ou a título permanente, conforme apropriado.

Sob os auspícios do Conselho Conjunto Permanente, também haverá reuniões de representantes militares e de Chefes de Estado-Maior; as reuniões de Chefes de Estado-Maior terão lugar pelo menos duas vezes por ano e as dos representantes militares mensalmente. Podem ser convocadas reuniões de peritos militares quando apropriado.

O Conselho Conjunto Permanente será presidido conjuntamente pelo Secretário-Geral da OTAN, um representante dum dos Estados membros da OTAN, em rotação, e um representante da Rússia.

Para apoiar os trabalhos do Conselho Conjunto Permanente, a OTAN e a Rússia criará as necessárias estruturas administrativas.

A Rússia estabelecerá uma missão na OTAN chefiada por um representante com o grau de Embaixador. Um representante militar de alto nível e o seu pessoal farão parte dessa missão para fins de cooperação militar. A OTAN mantém a possibilidade de estabelecer uma presença adequada em Moscovo, em modalidade ainda por fixar.

A agenda das reuniões regulares será estabelecida conjuntamente. Serão preparadas a organização interna e as regras de procedimento do Conselho Conjunto Permanente. Estas disposições deverão estar prontas para a reunião inaugural do Conselho Conjunto Permanente que terá lugar não mais de quatro meses depois da assinatura deste Acto.

O Conselho Conjunto Permanente ocupar-se-á de três actividades distintas:

- consultas sobre os assuntos da Secção III deste Acto e sobre qualquer outra questão política ou de segurança fixada por comum acordo;
- com base nestas consultas, desenvolver iniciativas conjuntas em que a OTAN e a Rússia concordem em manifestar-se ou agir em paralelo;
- uma vez conseguido um consenso durante as consultas, tomar decisões conjuntas e realizar acções conjuntas, caso a caso, incluindo a participação, numa base equitativa, no planeamento e preparação de operações

conjuntas, incluindo operações de manutenção da paz sob a autoridade do Conselho de Segurança da ONU ou a responsabilidade da OSCE.

Quaisquer acções realizadas pela OTAN ou pela Rússia, em conjunto ou separadamente, devem ser compatíveis com a Carta das Nações Unidas e os princípios orientadores da OSCE.

Reconhecendo a importância do aprofundamento dos contactos entre os órgãos legislativos dos Estados participantes deste Acto, a OTAN e a Rússia encorajarão também o alargamento do diálogo e da cooperação entre a Assembleia do Atlântico Norte e a Assembleia Federal da Federação Russa.

### **III. ÁREAS DE CONSULTA E COOPERAÇÃO**

Na construção deste relacionamento, a OTAN e a Rússia concentrar-se-ão em áreas específicas de interesse mútuo. Consultar-se-ão e esforçar-se-ão por cooperar ao máximo nas seguintes áreas:

- questões de interesse comum relacionadas com a segurança e a estabilidade na área euro-atlântica ou com crises concretas, incluindo a contribuição da OTAN e da Rússia para a segurança e a estabilidade nesta área;
- prevenção de conflitos, incluindo a diplomacia preventiva, gestão de crises e resolução de conflitos tendo em conta o papel e responsabilidade da ONU e da OSCE e o trabalho destas organizações nestes domínios;
- operações conjuntas, incluindo operações de manutenção da paz, caso a caso, sob a autoridade do Conselho de Segurança da ONU ou a responsabilidade da OSCE, e se nesses casos forem usadas Forças Operacionais Combinadas Multinacionais (CJTF) a participação nestas numa fase precoce;
- participação da Rússia no Conselho de Parceria Euro-Atlântico e na Parceria para a Paz;
- intercâmbio de informação e consultas sobre estratégia, política de defesa e doutrinas militares da OTAN e da Rússia, bem como sobre orçamentos e programas de desenvolvimento de estruturas;

- questões de limitação dos armamentos;
  - questões de segurança nuclear, em todos os seus aspectos;
  - prevenção da proliferação das armas nucleares, biológicas e químicas e dos seus meios de lançamento, combate ao tráfico nuclear e reforço da cooperação em áreas específicas da limitação dos armamentos, incluindo aspectos políticos e de defesa da proliferação;
  - colaboração possível na Defesa contra Mísseis de Teatro;
  - reforço da segurança do tráfego aéreo regional, aumento da capacidade de tráfego aéreo e trocas recíprocas, conforme apropriado, para promover a confiança através do aumento das medidas de transparência e das trocas de informação em relação à defesa aérea e a aspectos relacionados da gestão/controlo do espaço aéreo. Isto incluirá a exploração das possibilidades de cooperação em assuntos apropriados relacionados com a defesa aérea;
  - aumento da transparência, previsibilidade e confiança mútua em relação à dimensão e papéis das forças convencionais dos Estados membros da OTAN e da Rússia;
  - intercâmbio, conforme adequado, sobre questões relativas às armas nucleares, incluindo as doutrinas e a estratégia da OTAN e da Rússia;
  - coordenação dum programa de cooperação alargada entre as instituições militares correspondentes, conforme é detalhado adiante;
  - procurar uma possível cooperação em matéria de armamentos através da associação da Rússia à Conferência dos Directores Nacionais de Armamento da OTAN;
  - conversão das indústrias de defesa;
  - desenvolvimento de projectos cooperativos mutuamente acordados sobre questões económicas, ambientais e científicas relacionadas com a defesa;
  - realização de actividades e exercícios conjuntos de planeamento civil de emergência e ajuda em calamidades;
  - combate ao terrorismo e ao tráfico de droga;
  - melhoria da compreensão pelo público da evolução das relações entre a OTAN e a Rússia, incluindo a criação dum centro de documentação ou dum gabinete de informação da OTAN em Moscovo;
- Outras áreas poderão ser acrescentadas por acordo mútuo.

#### **IV. ASSUNTOS POLÍTICO-MILITARES**

A OTAN e a Rússia afirmam o seu desejo comum de conseguir maior estabilidade e segurança na área euro-atlântica.

Os Estados membros da OTAN reiteram que não têm qualquer intenção, plano ou razão para instalar armas nucleares no território dos novos membros, nem qualquer necessidade de alterar nenhum aspecto da postura nuclear ou da política nuclear da OTAN – e não prevêem qualquer necessidade futura de o fazer. Isto inclui o facto de a OTAN ter decidido que não tem qualquer intenção, plano ou razão para instalar depósitos de armas nucleares no território destes membros, tanto através da construção de novas instalações de armazenagem nuclear como da adaptação de velhas instalações de armazenagem nuclear. Entende-se por depósitos nucleares instalações especificamente destinadas ao estacionamento de armas nucleares, o que inclui todos os tipos de instalações fortalecidas, enterradas ou não (casamatas ou casas-fortes), destinadas à armazenagem de armas nucleares.

Reconhecendo a importância da adaptação do Tratado sobre Forças Convencionais na Europa (CFE) para o contexto mais alargado da segurança na área da OSCE e o trabalho sobre um Modelo de Segurança Comum e Abrangente para a Europa do Século XXI, os Estados membros da OTAN e a Rússia trabalharão em conjunto em Viena com os outros Estados Partes para adaptar o Tratado CFE a fim de melhorar a sua viabilidade e eficácia, tendo em conta a evolução do ambiente de segurança na Europa e os legítimos interesses de segurança de todos os Estados participantes da OSCE. Têm o objectivo comum de concluir um acordo de adaptação o mais rapidamente possível e, como primeira fase deste processo, procurarão, juntamente com os outros Estados Partes do Tratado CFE, concluir o mais rapidamente possível um acordo quadro estabelecendo os elementos básicos dum Tratado CFE adaptado, compatível com os objectivos e princípios do Documento sobre o Âmbito e Parâmetros acordado em Lisboa em Dezembro de 1996.

A OTAN e a Rússia acham que um objectivo importante da adaptação do Tratado CFE deveria ser uma redução significativa da quantidade total de Equipamentos Limitados pelo Tratado permitida na área de aplicação do Tratado compatível com as necessidades de defesa legítimas de cada Estado parte. A OTAN e a Rússia encorajam todos os Estados partes do Tratado CFE a encararem reduções dos seus limites de equipamento

permitidos pelo CFE, como parte dum esforço geral para se atingirem níveis mais baixos de equipamento compatíveis com a transformação do ambiente de segurança da Europa.

Os Estados membros da OTAN e a Rússia comprometem-se a fazer restrições durante o período das negociações, conforme previsto no Documento sobre o Âmbito e Parâmetros, em relação à postura e capacidades actuais das suas forças convencionais – em particular, em relação aos níveis de forças e às suas deslocações – na área de aplicação do Tratado, com o fim de evitar uma evolução da situação de segurança na Europa que reduza a segurança de qualquer Estado parte. Este compromisso não prejudica eventuais decisões voluntárias dos diversos Estados partes de redução dos seus níveis de forças ou das suas deslocações, nem os seus interesses legítimos de segurança.

Os Estados membros da OTAN e a Rússia partem do princípio que a adaptação do Tratado CFE deverá garantir o mesmo grau de segurança a todos os Estados Partes, independentemente de pertencerem a uma aliança político-militar, tanto para preservar e reforçar a estabilidade como para continuar a evitar qualquer aumento de forças desestabilizador em várias regiões da Europa e na Europa como um todo. Um Tratado CFE adaptado deverá também aumentar a transparência militar por um intercâmbio de informação e uma verificação alargados e permitir a eventual acesso de novos Estados Partes.

Os Estados membros da OTAN e a Rússia propõem aos outros Estados Partes do CFE uma adaptação do Tratado CFE que permita aos Estados Partes chegar, através dum processo transparente e cooperativo, a conclusões relativas às reduções que possam estar preparados para aceitar e aos limites nacionais resultantes para os Equipamentos Limitados pelo Tratado. Estes serão então classificados de limites vinculativos no Tratado adaptado a serem acordados por consenso de todos os Estados Partes e revistos em 2001 e a intervalos de cinco anos a partir daí. Neste contexto, os Estados Partes terão em conta todos os níveis de Equipamentos Limitados pelo Tratado estabelecidos para a área do Atlântico aos Urales pelo Tratado CFE original, as reduções substanciais efectuadas desde então, as alterações da situação na Europa e a necessidade de garantir que não é reduzida a segurança de nenhum Estado.

Os Estados membros da OTAN e a Rússia reafirmam que os Estados Partes do Tratado CFE deverão manter, individualmente ou em conjunto com outros, apenas as capacidades militares proporcionadas às suas

necessidades legítimas de segurança individual ou colectiva, tendo em conta as suas obrigações internacionais, incluindo o Tratado CFE.

Cada Estado Parte basear-se-á, para aceitar as disposições do Tratado adaptado relativas a todos os limites nacionais dos Estados Partes, na sua avaliação da situação de segurança actual e futura na Europa.

Além disso, nas negociações sobre a adaptação do Tratado CFE, os Estados membros da OTAN e a Rússia procurarão, juntamente com os outros Estados Partes, reforçar a estabilidade desenvolvendo ainda mais as medidas para evitar qualquer aumento eventualmente ameaçador de forças convencionais nas regiões acordadas da Europa, incluindo a Europa Central e Oriental.

A OTAN e a Rússia clarificaram as suas intenções a respeito dos seus dispositivos de forças convencionais no novo ambiente de segurança da Europa e estão dispostas a consultar-se sobre a evolução destes dispositivos no quadro do Conselho Conjunto Permanente.

A OTAN reitera que no actual e no previsível ambiente de segurança, a Aliança executará as suas missões de defesa colectiva e as outras missões assegurando a necessária interoperacionalidade, integração e capacidade de reforço em vez de recorrer a um estacionamento adicional permanente de importantes forças de combate. Em consequência, terá que dispor duma infra-estrutura adequada à medida das tarefas referidas. Neste contexto, pode haver reforço, em caso de necessidade, para assegurar a defesa contra uma ameaça de agressão e para missões de apoio da paz compatíveis com a carta das Nações Unidas e os princípios orientadores da OSCE, bem como para exercícios compatíveis com o Tratado CFE adaptado, as disposições do Documento de Viena de 1994 e as medidas de transparéncia mutuamente acordadas. A Rússia adoptará restrições semelhantes nas suas movimentações de forças convencionais na Europa. Os Estados membros da OTAN e a Rússia esforçar-se-ão por conseguir maior transparéncia, previsibilidade e confiança mútua a respeito das suas forças armadas. Respeitarão plenamente as suas obrigações nos termos do Documento de Viena de 1994 e desenvolverão a cooperação com os outros Estados participantes da OSCE, incluindo negociações na forma apropriada, nomeadamente no quadro da OSCE, para promover a confiança e a segurança.

Os Estados membros da OTAN e a Rússia utilizarão e melhorarão os regimes de limitação dos armamentos e as medidas para o estabelecimento de confiança existentes para criar relações em matéria de segurança baseados numa cooperação pacífica.

A OTAN e a Rússia, a fim de desenvolver a cooperação entre as suas instituições militares, ampliarão as consultas e a cooperação político-militares através do Conselho Conjunto Permanente com um diálogo reforçado entre as altas autoridades militares da OTAN e dos seus Estados membros e da Rússia. Implementarão um programa de actividades e de cooperação prática significativamente alargadas entre a OTAN e a Rússia no domínio militar. Compatível com os princípios do Conselho Conjunto Permanente, este diálogo reforçado entre militares basear-se-á no princípio de que nenhuma das partes considera a outra como uma ameaça nem procura prejudicar a segurança da outra. Este diálogo reforçado entre militares incluirá exposições recíprocas, a intervalos regulares, sobre doutrina militar, estratégia e resultante dispositivo de forças da OTAN e da Rússia e abrangerá as possibilidades gerais de exercícios e treino conjuntos.

Para apoiar este diálogo reforçado e os elementos militares do Conselho Conjunto Permanente, a OTAN e a Rússia criará missões de ligação militares a vários níveis, na base da reciprocidade, e mecanismos mútuos adicionais.

Para reforçar a sua parceria e assegurar que esta parceria se baseia o máximo possível em actividades práticas e em cooperação directa, as autoridades militares da OTAN e da Rússia estudarão o desenvolvimento dum conceito para as operações de manutenção da paz conjuntas da OTAN e da Rússia. Esta iniciativa deverá basear-se na experiência positiva do trabalho em conjunto na Bósnia-Herzegovina e os ensinamentos aí colhidos serão usados na criação das Forças Operacionais Combinadas Multinacionais.

\*

O presente Acto entra em vigor na data da sua assinatura.

A OTAN e a Rússia tomarão as medidas necessárias para assegurar a sua implementação de acordo com os seus procedimentos.

O presente Acto é feito em dois originais em línguas francesa, inglesa e russa.

O Secretário-Geral da OTAN e o Governo da Federação Russa remeterão ao Secretário-Geral das Nações Unidas e ao Secretário-Geral da OSCE o texto deste Acto com o pedido de o distribuir a todos os membros das suas Organizações.

# O Conceito Estratégico da Aliança\*

Aprovado pelos Chefes de Estado e de Governo que participaram  
na Reunião do Conselho do Atlântico Norte em Washington D.C.,  
nos dias 23 e 24 de Abril de 1999

## INTRODUÇÃO

1. Na Cimeira de Washington, em Abril de 1999, os Chefes de Estado e de Governo aprovaram o novo Conceito Estratégico da Aliança.
2. A NATO conseguiu garantir, com sucesso, a liberdade dos seus membros e evitar a guerra na Europa durante os 40 anos de Guerra Fria. Conjugando a defesa com o diálogo, desempenhou um papel fundamental para o desfecho pacífico do confronto Leste-Oeste. As mudanças dramáticas no panorama estratégico Euro-Atlântico que o fim da Guerra Fria trouxe consigo, reflectiram-se no Conceito Estratégico da Aliança de 1991. Contudo, desde então, ocorreram novos desenvolvimentos políticos e de segurança significativos.
3. Os perigos da Guerra Fria abriram caminho a perspectivas mais promissoras (mas, também, a desafios) e, bem assim, a novas oportunidades e riscos. Começa a configurar-se uma nova Europa de maior integração, encontrando-se em desenvolvimento uma estrutura de

---

\* Versão em português cedida pela Direcção Geral de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa Nacional

segurança Euro-Atlântica na qual a NATO desempenha um papel central.

A Aliança tem estado no centro dos esforços para se estabelecerem novos padrões de cooperação e de compreensão mútua, no espaço Euro-Atlântico e tem-se empenhado em novas actividades essenciais, no interesse de uma maior estabilidade. Tem mostrado a profundidade do seu empenhamento através dos esforços que visam pôr termo ao imenso sofrimento humano suscitado pelo conflito nos Balcãs. Nos anos que se seguiram ao fim da Guerra Fria, assistiu-se, também, a importantes desenvolvimentos no controlo de armamentos, um processo ao qual a Aliança se dedica plenamente. O papel da Aliança nestes desenvolvimentos tem sido complementado pela adaptação quer da sua abordagem à segurança, quer dos seus procedimentos e estruturas. Nos últimos dez anos assistiu-se, contudo, ao emergir de novos e complexos riscos para a paz e a estabilidade Euro-Atlântica, incluindo a opressão, os conflitos étnicos, as dificuldades económicas, o colapso da ordem política e a proliferação de armas de destruição maciça.

4. À Aliança cabe um papel indispensável na consolidação e preservação de mudanças positivas ocorridas no passado recente e, também, na resposta a actuais e futuros desafios de segurança. Tem, pois, uma agenda sobre carregada. Compete-lhe:
  - salvaguardar interesses comuns de segurança num ambiente de futuras e, muitas vezes, imprevisíveis mudanças;
  - manter a defesa colectiva, reforçar o elo transatlântico e assegurar um equilíbrio que permita aos Aliados Europeus assumirem uma maior responsabilidade;
  - aprofundar as suas relações com os Parceiros e preparar a adesão de novos membros;
  - manter, acima de tudo, a vontade política e os meios militares exigidos pela gama completa das suas missões.

5. Este novo Conceito Estratégico orientará a Aliança, à medida que vá cumprindo esta agenda. Este Conceito:
  - expressa o objectivo continuado, a natureza da NATO e as suas tarefas fundamentais de segurança;

- identifica os aspectos essenciais do novo ambiente de segurança;
- especifica os elementos da abordagem alargada da Aliança à segurança e providencia as linhas de orientação para a posterior adaptação das suas forças militares.

## **PARTE I – O OBJECTIVO E AS TAREFAS DA ALIANÇA**

6. O objectivo essencial e permanente da NATO, estabelecido no Tratado de Washington, é o de salvaguardar a liberdade e a segurança de todos os seus membros por meios políticos e militares. Baseada em valores comuns de democracia, direitos humanos e primado da Lei, a Aliança tem-se esforçado, desde a sua formação, por assegurar uma ordem pacífica e duradoura na Europa, devendo continuar a fazê-lo. A concretização deste objectivo pode ser posta em risco por crises e conflitos que afectem a segurança da área Euro-Atlântica. A Aliança assegura, portanto, não só a defesa dos seus membros, mas contribui também para a paz e estabilidade nesta região.
7. A Aliança representa o elo transatlântico pelo qual a segurança da América do Norte está permanentemente ligada à segurança da Europa. É a expressão prática do esforço colectivo efectivo entre os seus membros em apoio aos seus interesses comuns.
8. O princípio de orientação fundamental pelo qual a Aliança se rege é o do empenhamento comum e cooperação mútua entre Estados soberanos, em apoio à indivisibilidade da segurança para todos os seus membros. A solidariedade e a coesão dentro da Aliança, através dumha cooperação contínua, tanto na esfera política quanto na militar, asseguram que nenhum Aliado é forçado a depender apenas dos seus esforços nacionais ao lidar com desafios básicos de segurança. Sem privar os Estados-membros dos seus direitos e deveres de assumirem as suas responsabilidades soberanas no campo da defesa, a Aliança permite-lhes concretizar os seus objectivos nacionais de segurança através de um esforço colectivo.
9. O sentido daí resultante de segurança igualitária entre os membros da Aliança, independentemente das diferenças circunstanciais ou das

suas capacidades militares nacionais, contribui para a estabilidade na área Euro-Atlântica. A Aliança não procura estes benefícios apenas para os seus membros, mas está empenhada na criação de condições conducentes a uma parceria alargada, cooperação e diálogo com outros que partilhem os seus vastos objectivos políticos.

10. Para concretizar este propósito essencial, enquanto uma Aliança de nações subordinada ao Tratado de Washington e à Carta das Nações Unidas, a Aliança desempenha as seguintes tarefas fundamentais de segurança:

**Segurança:**

Providenciar uma das bases indispensáveis a um ambiente estável de segurança Euro-Atlântica baseado no crescimento das instituições democráticas e no empenhamento para com a resolução pacífica de disputas, no qual nenhum país tenha condições de intimidar ou coagir qualquer outro através da ameaça ou uso da força.

**Consulta:**

Servir, conforme previsto no Artº 4 do Tratado de Washington, de fórum transatlântico essencial para consultas aliadas sobre quaisquer questões que afectem os seus interesses vitais, incluindo possíveis desenvolvimentos que constituam risco para a segurança dos membros e para a coordenação adequada dos seus esforços em campos de preocupação comum.

**Dissuasão e Defesa:**

Dissuadir e defender contra qualquer ameaça de agressão dirigida a qualquer Estado-membro da NATO, conforme previsto nos Artºs 5 e 6 do Tratado de Washington.

E com o objectivo de aumentar a segurança e a estabilidade da área Euro-Atlântica:

**Gestão de crises:**

Manter-se pronta, caso a caso e por consenso, em conformidade com o Artº 70 do Tratado de Washington, para contribuir para a prevenção efectiva de conflitos e para se empenhar, activamente, na gestão de crises, incluindo operações de resposta a crises.

**Parceria:**

Promover uma parceria alargada, a cooperação e o diálogo com outros países da área Euro-Atlântica, com o objectivo de aumentar a transparência, a confiança mútua e a capacidade de desenvolver acções conjuntas com a Aliança.

11. Ao cumprir este objectivo bem como as tarefas fundamentais de segurança, a Aliança continuará a respeitar os interesses legítimos de segurança de outros e a procurar a resolução pacífica de disputas, conforme estabelecido na Carta das Nações Unidas. A Aliança promoverá relações internacionais pacíficas e amistosas e apoiará as instituições democráticas. A Aliança não se considera adversário de nenhum país.

## **PARTE II – PERSPECTIVAS ESTRATÉGICAS**

### **O Ambiente Estratégico em Evolução**

12. A Aliança opera num ambiente em permanente mudança.

Os desenvolvimentos nos últimos anos têm sido genericamente positivos, mas as incertezas e os riscos mantêm-se, podendo evoluir para crises agudas.

Dentro deste contexto em evolução, a NATO tem desempenhado, desde o fim da Guerra Fria, um papel essencial no fortalecimento da segurança Euro-Atlântica. O seu crescente papel político; a sua crescente parceria política e militar, a cooperação e o diálogo com outros Estados, incluindo a Rússia, a Ucrânia e os países do Diálogo Mediterrâneo; a sua continuada abertura à adesão de novos membros; a sua colaboração com outras organizações internacionais; o seu empenhamento, exemplificado nos Balcãs, em relação à prevenção de conflitos e à gestão de crises, incluindo o recurso a operações de manutenção de paz, tudo isto reflecte a sua determinação em configurar o ambiente de segurança e aumentar a paz e a estabilidade da área Euro-Atlântica.

13. Paralelamente, a NATO tem-se adaptado, com sucesso, com vista ao aumento da sua capacidade para contribuir para a paz e a estabili-

dade Euro-Atlânticas. As reformas internas incluem uma nova estrutura de comando, como sejam o conceito de "Combined Joint Task Forces" ("CJTF"), a implementação de iniciativas que permitam o rápido posicionamento de forças para todas as missões da Aliança e a construção da Identidade Europeia de Segurança e Defesa (IESD) no seio da Aliança.

14. As Nações Unidas (ONU), a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), a União Europeia (UE) e a União da Europa Ocidental (UEO) têm contribuído de forma significativa para a estabilidade e a segurança Euro-Atlânticas. Organizações de reforço mútuo, tornaram-se uma característica essencial do ambiente de segurança.
15. O Conselho de Segurança das Nações Unidas tem a responsabilidade primária pela manutenção da paz e da segurança internacionais e, como tal, desempenha um papel crucial no contributo para a segurança e a estabilidade na área Euro-Atlântica.
16. A OSCE, como organização regional, é a organização de segurança mais abrangente na Europa (incluindo também o Canadá e os Estados Unidos), desempenhando um papel essencial na promoção da paz e da estabilidade, aumentando a segurança cooperativa, promovendo a democracia e os direitos humanos na Europa. A OSCE está particularmente activa nos campos da diplomacia preventiva, prevenção de conflitos, gestão de crises e reabilitação na fase pós-conflito. A NATO e a OSCE têm desenvolvido uma estreita cooperação prática, especialmente no que se relaciona com o esforço internacional para levar a paz à antiga Jugoslávia.
17. A União Europeia tem tomado decisões importantes e dado um novo ímpeto aos seus esforços para fortalecer a sua dimensão de defesa e segurança. Este processo terá implicações para toda a Aliança, e todos os Aliados Europeus deveriam estar envolvidos nele, a partir de iniciativas da NATO e da UEO. O desenvolvimento de uma Política Externa e de Segurança Comum (PESC) inclui o enquadramento progressivo dum a política de defesa comum. Uma tal política, conforme prevista no Tratado de Amsterdão, seria compatível com a

segurança comum e a política de defesa estabelecida no quadro do Tratado de Washington. Passos importantes dados neste contexto incluem a incorporação das missões de Petersberg da UEO no Tratado da União Europeia e o desenvolvimento de relações institucionais mais estreitas com a UEO.

18. Conforme referido na Declaração da Cimeira de 1994 e reafirmado em Berlim em 1996, a Aliança apoia plenamente o desenvolvimento da Identidade Europeia de Segurança e Defesa no seio da Aliança, disponibilizando os seus meios e capacidades para operações dirigidas pela UEO. Com este propósito a Aliança e a UEO têm desenvolvido um relacionamento estreito e têm implementado elementos chave da IESD conforme acordado em Berlim. Por forma a aumentar a paz e a estabilidade na Europa, os Aliados Europeus têm vindo a fortalecer a sua capacidade de acção, inclusive aumentando as suas capacidades militares. O aumento das suas responsabilidades e capacidades, no tocante à segurança e defesa, aumenta o ambiente de segurança da Aliança.
19. A estabilidade, a transparência, a previsibilidade, os baixos níveis de armamento e a verificação (que pode ser efectuada ao abrigo dos acordos de controlo de armamento e não-proliferação), apoiam os esforços políticos e militares da NATO para atingir os seus objectivos estratégicos. Os Aliados têm desempenhado um papel importante no que toca aos resultados significativos obtidos neste campo. Estes incluem:
  - o aumento da estabilidade como resultado do Tratado CFE;
  - as profundas reduções no armamento nuclear previstas nos Tratados START;
  - a assinatura do Tratado Global de Interdição de Testes;
  - o alargamento incondicional e indefinido do Tratado de Não Proliferação;
  - a adesão ao mesmo da Bielorrússia, Cazaquistão e Ucrânia como Estados não dotados de armamento nuclear;
  - a entrada em vigor da Convenção de Armas Químicas.A Convenção de Ottawa e acordos similares destinados a proibir as minas terrestres anti-pessoais, dão uma contribuição importante ao

alívio do sofrimento humano. Há perspectivas positivas para futuros avanços no controlo de armas convencionais e no campo das armas nucleares, biológicas e químicas (NBQ).

### **Desafios de Segurança e Riscos**

20. Não obstante os desenvolvimentos positivos verificados no quadro do ambiente estratégico e o facto de serem altamente improváveis agressões convencionais em grande escala contra a Aliança, existe a possibilidade de uma tal ameaça emergir a longo prazo. A segurança da Aliança continua sujeita a uma grande variedade de riscos militares e não-militares que são multidireccionais e, muitas vezes, difíceis de prever. Estes riscos incluem incerteza e instabilidade, dentro e à volta da área Euro-Atlântica e a possibilidade de crises regionais na periferia da Aliança poderem rapidamente evoluir. Alguns países dentro e à volta da área Euro-Atlântica enfrentam graves dificuldades económicas, sociais e políticas. Rivalidades étnicas e religiosas, disputas territoriais, reformas falhadas ou inadequadas, o abuso dos direitos humanos e a dissolução de Estados podem conduzir à instabilidade local e até regional.

As tensões resultantes podem levar a crises que afectem a estabilidade Euro-Atlântica, o sofrimento humano e a conflitos armados. Tais conflitos podem afectar a segurança da Aliança alastrando para países vizinhos, incluindo países da NATO, ou, de forma diferente, podem também afectar a segurança de outros Estados.

21. A existência de forças nucleares poderosas fora da Aliança também constitui um factor importante que a Aliança tem que tomar em consideração para manter a segurança e a estabilidade na área Euro-Atlântica.

22. A proliferação de armas nucleares, biológicas e químicas (NBQ) e dos seus vectores de lançamento permanece um assunto de grave preocupação. Apesar do progresso positivo no fortalecimento de regimes internacionais de não-proliferação, continuam a existir desafios importantes no campo da proliferação. A Aliança reconhece que a proliferação pode ocorrer apesar dos esforços para a evitar

e pode constituir uma ameaça militar directa às populações, ao território e às forças dos Aliados. Alguns Estados, inclusive na periferia da NATO e noutras regiões, vendem, adquirem ou tentam adquirir armas NBQ e os seus vectores de lançamento. Materiais, equipamentos e tecnologia de uso comum que podem ser usados para construir estas armas de destruição maciça e dos seus vectores de lançamento estão a tornar-se mais vulgares, enquanto a detecção e prevenção do comércio ilegal destes materiais e do seu "know-how" continua a ser difícil. Outros intervenientes, que não Estados, têm revelado dispor de potencial para criar e usar algumas destas armas.

23. A difusão global de tecnologia que pode ser útil na produção de armas, pode resultar na maior disponibilidade de capacidades militares sofisticadas, permitindo aos adversários adquirirem sistemas aéreos, terrestres e marítimos ofensivos e defensivos altamente capazes, mísseis de cruzeiro e outro armamento avançado. Para além disso, adversários (Estados ou não-Estados), podem tentar explorar a crescente confiança da Aliança em sistemas de informação, através de operações de informação destinadas a tornar inoperativos tais sistemas. Podem, assim, tentar usar estratégias deste tipo para se oporem à superioridade da NATO em armamento tradicional.
24. Qualquer ataque armado ao território dos Aliados, qualquer que seja a direcção donde provenha, estará coberto pelos Artºs 5 e 6 do Tratado de Washington. Contudo, a segurança da Aliança deve também tomar em consideração o contexto global. Os interesses de segurança da Aliança podem ser afectados por outros riscos de natureza mais vasta, incluindo actos de terrorismo, sabotagem e crime organizado e pela interrupção do fluxo de recursos vitais. O movimento sem controlo de grande número de pessoas, particularmente em consequência de conflitos armados, pode também levantar problemas à segurança e à estabilidade, afectando a Aliança. Há mecanismos previstos no seu seio para consulta entre os Aliados a coberto do Artº 4 do Tratado de Washington e, quando adequado, para a coordenação dos seus esforços, incluindo as suas respostas a riscos deste tipo.

### **PARTE III – A ABORDAGEM À SEGURANÇA NO SÉCULO XXI**

25. A Aliança está empenhada numa vasta abordagem à segurança, reconhecendo a importância de factores políticos, económicos, sociais e ambientais para além da indispensável dimensão de defesa. Esta abordagem alargada constitui a base para a Aliança cumprir as suas tarefas fundamentais de segurança numa forma efectiva e o seu crescente esforço para desenvolver uma cooperação produtiva com outras organizações Europeias e Euro-Atlânticas, bem como com as Nações Unidas. O nosso objectivo colectivo é construir uma arquitectura de segurança Europeia na qual o contributo da Aliança para a segurança e a estabilidade da área Euro-Atlântica e o contributo daquelas outras Organizações Internacionais sejam complementares e se reforcem mutuamente, tanto no aprofundamento de relações entre países Euro-Atlânticos como na gestão de crises. A NATO continua a ser o fórum essencial para consultas entre os Aliados e o fórum para o acordo sobre políticas que incidam sobre empenhamentos de segurança e defesa dos seus membros, no âmbito do Tratado de Washington.
26. A Aliança procura reforçar a paz, a estabilidade e a segurança Euro-Atlânticas através:
- da preservação do elo transatlântico;
  - da manutenção de capacidades militares efectivas suficientes para a dissuasão, a defesa e o cumprimento da gama completa das suas missões;
  - do desenvolvimento da Identidade Europeia de Segurança e Defesa no seio da Aliança;
  - numa capacidade global de gerir crises com sucesso;
  - da manutenção da política de abertura a novos membros e a continuada determinação de concretizar a parceria, a cooperação e o diálogo com outras nações como parte da sua abordagem de cooperação à segurança Euro-Atlântica, incluindo o controlo de armamentos e o desarmamento.

#### **O Elo Transatlântico**

27. A NATO está empenhada numa parceria forte e dinâmica entre a Europa e a América do Norte em apoio aos valores e interesses que

partilham. A segurança da Europa e a da América do Norte são indissociáveis. Assim, o empenhamento da Aliança no indispensável elo transatlântico e na defesa colectiva dos seus membros, é fundamental para a sua credibilidade e para a segurança e a estabilidade da área Euro-Atlântica.

### **A Manutenção de Capacidades Militares da Aliança**

28. A manutenção duma capacidade militar adequada e a efectiva preparação para actuar, colectivamente, na defesa comum, permanece essencial para os objectivos de segurança da Aliança. Tal capacidade, juntamente com a solidariedade política, continuam a constituir os aspectos fundamentais da Aliança para evitar qualquer tentativa de coacção ou intimidação e garantir que a agressão militar dirigida contra a Aliança não possa jamais ser encarada como uma opção com qualquer hipótese de sucesso.
29. As capacidades militares efectivas no quadro de todas as circunstâncias previsíveis, são também a base da capacidade da Aliança para contribuir para a prevenção de conflitos e gestão de crises através de operações de resposta a crises não-Artº 5. Estas missões podem ser verdadeiramente exigentes e podem dar uma maior importância às qualidades políticas e militares, tais como a coesão, o treino multinacional e um extenso planeamento prévio que seriam essenciais numa situação de Artº 5. Assim sendo, na medida em que suscitam exigências especiais, deverão ser tratadas através de um conjunto comum de estruturas e procedimentos da Aliança.
30. A Aliança, sendo a base da defesa colectiva dos seus membros, através da qual os objectivos para a segurança comum serão atingidos sempre que possível, mantém-se empenhada numa parceria transatlântica equilibrada e dinâmica. Os Aliados Europeus têm tomado decisões que lhes permitem assumir maiores responsabilidades no âmbito da segurança e defesa tendo em vista o reforço da paz e da estabilidade na área Euro-Atlântica e, consequentemente, a segurança de todos os Aliados. Com base nas decisões tomadas pela Aliança, em Berlim, em 1996 e subsequentemente, a Identidade Europeia de Segurança e Defesa continuará a ser desenvolvida dentro da NATO.

Este processo requer uma cooperação estreita entre a NATO, a UEO e, se e quando adequado, a União Europeia. Tal permitirá:

- uma contribuição mais eficaz e coerente para as missões e actividades da Aliança, expressando assim a nossa partilha de responsabilidades;
- reforçar a Parceria Transatlântica;
- apoiar, quando necessário, a actuação isolada dos Aliados Europeus, numa base casuística e por consenso, disponibilizando os seus meios e capacidades para operações, nas quais a Aliança não esteja empenhada militarmente, sob o controlo político e direcção estratégica da UEO, ou como for decidido, tendo em conta a completa participação de todos os Aliados Europeus, se estes assim o quiserem.

### **Prevenção de Conflitos e Gestão de Crises**

31. Procurando concretizar a sua política de preservação da paz, de prevenção da guerra e de aumento da estabilidade e segurança, conforme estabelecido nas tarefas de segurança fundamentais, a NATO deverá procurar, em cooperação com outras Organizações, evitar os conflitos ou, caso surta uma crise, contribuir para a sua gestão efectiva em consonância com o Direito Internacional, inclusive através da possibilidade de levar a cabo operações de resposta a crises não-Artº 5. A prontidão da Aliança para levar a cabo tais operações resulta num apoio ao objectivo mais vasto de reforço e alargamento da estabilidade e envolve, muitas vezes, a participação de Parceiros da NATO. A NATO relembará a sua oferta feita em Bruxelas, em 1994, de apoiar numa base casuística, de acordo com os seus próprios procedimentos, operações de manutenção de paz e outras operações sob a autoridade do Conselho de Segurança da ONU ou sob a responsabilidade da OSCE, disponibilizando, inclusive, recursos e conhecimentos. Neste contexto, a NATO recorda as suas decisões subsequentes em relação a operações de resposta a crises nos Balcãs. Levando em consideração a necessidade de solidariedade e coesão da Aliança, a participação em qualquer destas operações ou missões deverá continuar a ser objecto de decisão dos Estados Membros, de acordo com a Constituição Nacional de cada País.

32. A NATO fará pleno uso da parceria, cooperação, diálogo e dos seus laços com outras organizações com vista a contribuir para a prevenção de crises e, no caso delas surgirem, para resolução das mesmas numa fase inicial. Uma abordagem coerente à gestão de crises, como em qualquer caso de uso de força pela Aliança, exigirá que as suas autoridades políticas escolham e coordenem respostas adequadas, tanto a nível de medidas políticas como militares, e exerçam um controlo político estreito em todas as fases.

### **Parceria, Cooperação e Diálogo**

33. Através da procura activa de parceria, cooperação e diálogo, a Aliança é uma força determinante para a promoção da segurança e da estabilidade na área Euro-Atlântica.

Através dumha política de alargamento e de abertura, a Aliança procura preservar a paz, apoiar e promover a democracia, contribuir para a prosperidade e o progresso e encorajar uma parceria genuína com, e entre todos os países democráticos Euro-Atlânticos.

Estes objectivos de aumento de segurança para todos, não excluem ninguém e ajudam a ultrapassar divisões e desacordos que poderiam conduzir à instabilidade e a conflitos.

34. O Conselho de Parceria Euro-Atlântica (“EAPC”) permanecerá a estrutura fundamental para todos os aspectos de cooperação da NATO com os seus Parceiros. Oferece uma dimensão política alargada tanto para a consulta como para a cooperação. As consultas ao Conselho de Parceria Euro-Atlântica promovem transparência e confiança acrescidas entre os seus membros sobre questões de segurança, contribuem para a prevenção de conflitos e a gestão de crises e desenvolvem actividades de cooperação prática, incluindo o planeamento civil de emergência e assuntos científicos e ambientais.

35. A Parceria para a Paz é o principal mecanismo para forjar laços de segurança prática entre a Aliança e os seus Parceiros e para aumentar a interoperabilidade entre estes e a NATO. Através de programas detalhados que reflectam, individualmente, as capacidades e interesses dos Parceiros, os Aliados e os Parceiros trabalham para melhorar:

- a transparéncia no planeamento da defesa nacional e respectivos orçamentos;
- o controlo democrático das forças de defesa;
- a prontidão para emergências de natureza civil e outras;
- o desenvolvimento da capacidade de trabalhar conjuntamente, inclusive em operações PfP conduzidas pela NATO.

A Aliança está empenhada em aumentar o papel que os Parceiros desempenham no planeamento e tomada de decisões a nível "PfP" e em tornar a "PfP" mais operacional. A NATO tem vindo a desenvolver consultas com os participantes activos na Parceria, no caso de algum deles se confrontar com uma ameaça directa à sua integridade territorial, independência política ou segurança.

36. A Rússia desempenha um papel único na segurança Euro-Atlântica. No quadro do Acto Fundador NATO-Rússia sobre Relações Mútua, Cooperação e Segurança, a NATO e a Rússia comprometeram-se a desenvolver as suas relações na base de interesses comuns, reciprocidade e transparéncia, para conseguir uma paz duradoura e global na área Euro-Atlântica baseada nos princípios da democracia e da segurança cooperativa. A NATO e a Rússia concordaram em dar maior substância ao seu empenhamento conjunto para construir uma Europa estável, pacífica e sem divisões. Uma parceria forte, estável e duradoura entre a NATO e a Rússia é essencial para se conseguir uma estabilidade permanente na área Euro-Atlântica.
37. A Ucrânia ocupa um lugar especial no ambiente de segurança Euro-Atlântico e é um parceiro importante e valioso na promoção da estabilidade e dos valores democráticos comuns. A NATO está empenhada na continuação do fortalecimento da sua parceria específica com a Ucrânia com base na Carta NATO-Ucrânia, incluindo consultas políticas sobre questões que constituam preocupação comum e sobre uma larga gama de actividades de cooperação prática. A Aliança continua a apoiar a soberania e a independência da Ucrânia, a integridade territorial, o desenvolvimento democrático, a prosperidade económica e o seu estatuto como um Estado livre de armamento nuclear, como factores-chave de estabilidade e segurança na Europa Central e de Leste e na Europa como um todo.

38. O Mediterrâneo é uma área de interesse especial para a Aliança. A Segurança na Europa está intimamente ligada à segurança e à estabilidade no Mediterrâneo. O processo do Diálogo Mediterrânico da NATO é uma parte integral da abordagem de cooperação desta Organização à segurança. Ele suscita um quadro para a criação de confiança, promove a transparência e a cooperação na região e reforça, e é reforçado, por outros esforços internacionais. A Aliança está empenhada em desenvolver progressivamente os aspectos políticos, civis e militares do Diálogo, com o objectivo de conseguir uma maior cooperação e um envolvimento mais activo com os países que são parceiros neste Diálogo.

### **Alargamento**

39. A Aliança permanece aberta a novos membros, de acordo com o Artº 100 do Tratado de Washington. Ela espera alargar os convites, nos anos vindouros, a Nações que queiram e possam assumir as responsabilidades e obrigações de membros e – como a NATO determina que a inclusão destas Nações sirva os interesses políticos e estratégicos globais da Aliança – fortalecer a sua eficácia e coesão e aumentar a estabilidade e a segurança europeias globais. Com este objectivo, a NATO estabeleceu um programa de actividades destinado a apoiar os países candidatos, na sua preparação para uma possível e futura integração, no contexto da sua relação mais vasta com esses Países. Nenhum país democrático europeu, cuja admissão possa vir a preencher os objectivos do Tratado, será excluído de uma ponderação.

### **Controlo de Armamento, Desarmamento e Não-Proliferação**

40. A política da Aliança de apoio ao controlo de armamentos, desarmamento e não-proliferação, continuará a desempenhar um papel significativo na prossecução dos objectivos de segurança da Aliança. Os Aliados procuraram aumentar a segurança e a estabilidade com um nível de forças o mais baixo possível, compatível com a capacidade da Aliança de providenciar a defesa colectiva dos seus Membros e de satisfazer a gama completa das suas missões. A Aliança continuará a assegurar que – como parte importante da sua abordagem alargada à

segurança – os objectivos de controlo de armamentos, de desarmeamento e de não-proliferação continuem a ser considerados globalmente.

A Aliança continuará a contribuir activamente para o desenvolvimento de acordos do controlo de armamentos, desarmamento e não proliferação, bem como para a construção de medidas de confiança e segurança.

Os Aliados encaram com seriedade o seu papel específico na promoção de um processo intervencionado de controlo de armamentos e desarmamento mais vasto, mais global e mais passível de verificação a nível do processo. A Aliança aumentará os seus esforços políticos para reduzir os perigos decorrentes da proliferação de armas de destruição maciça e dos seus vectores de lançamento. O principal objectivo da Aliança e dos seus Membros no que se refere à proliferação, é evitar que ela se verifique ou, a acontecer, revertê-la por meios diplomáticos. A Aliança atribui grande importância à validade continuada e à implementação plena do Tratado CFE, por todas as Partes, como um elemento essencial para assegurar a estabilidade da área Euro-Atlântica.

## **PARTE IV – LINHAS DE ORIENTAÇÃO PARA AS FORÇAS DA ALIANÇA**

### **Princípios da Estratégia da Aliança**

41. A Aliança manterá as necessárias capacidades militares com vista ao cumprimento da gama completa de missões da NATO. Os princípios da solidariedade aliada e da unidade estratégica mantêm-se fundamentais para todas as missões da Aliança. As forças da Aliança devem salvaguardar a eficácia militar da NATO e a liberdade de acção. A segurança de todos os Aliados é indivisível: um ataque a um é um ataque a todos. No que respeita à defesa colectiva, no âmbito do Artº 5 do Tratado de Washington, as forças militares combinadas da Aliança deverão ser capazes de dissuadir qualquer agressão potencial contra ela, de deter o avanço de um agressor numa zona tão afastada quanto possível, (caso o ataque venha a concretizar-se) e de assegurar a independência política e a integridade territorial dos seus Estados-

-Membros. Devem estar também preparadas para contribuir para a prevenção de conflitos e para levar a cabo operações de resposta a crises não-Artº 5.

As forças da Aliança desempenham papéis essenciais na promoção da cooperação e do entendimento com Parceiros da NATO e com outros Estados, particularmente ajudando os Parceiros a prepararem-se para a eventual participação em operações PfP dirigidas pela NATO. Assim, contribuem para a preservação da paz, para a salvaguarda de interesses de segurança comuns dos Membros da Aliança e para a manutenção da segurança e da estabilidade da área Euro-Atlântica. Dissuadindo o uso de armas NBQ, contribuem para os esforços da Aliança destinados a evitar a proliferação destas armas e dos seus vectores de lançamento.

42. A concretização dos objectivos da Aliança depende decisivamente dumha partilha equitativa das atribuições, riscos e responsabilidades, bem como dos benefícios da defesa comum. A presença das forças convencionais e nucleares dos Estados Unidos na Europa mantém-se vital para a sua segurança, a qual está intrinsecamente ligada à da América do Norte. Os Aliados Norte-Americanos contribuem para a Aliança através de:

- forças militares disponíveis para as suas missões;
- uma participação mais ampla para a promoção da paz e da segurança internacionais;
- e, ainda, a disponibilização de áreas e instalações de treino privilegiadas no continente norte-americano.

Os Aliados Europeus têm também uma contribuição diversificada e substantiva. À medida que o processo de desenvolvimento da IESD na Aliança progride, os Aliados Europeus irão aumentar o seu contributo para a defesa comum e para a paz e a estabilidade internacionais, incluindo o recurso a forças multinacionais.

43. O princípio do esforço colectivo na defesa da Aliança concretiza-se pelo recurso a iniciativas práticas que permitam aos Aliados usufruir das vantagens cruciais da defesa colectiva (políticas, militares e no âmbito dos recursos) e evitam a renacionalização das políticas de defesa sem privarem os Aliados da sua soberania. Estas iniciativas

também permitem às forças da NATO levar a cabo operações de resposta a crises não-Artº 5 e constituem um pré-requisito para uma resposta coerente da Aliança a todas as contingências possíveis. Estas iniciativas baseiam-se em procedimentos de consulta, numa estrutura militar integrada e em acordos de cooperação. Os aspectos fundamentais incluem:

- o planeamento colectivo de forças;
- os fundos comuns;
- o planeamento operacional comum;
- os acordos relativos às forças multinacionais e aos Comandos;
- um sistema integrado de defesa aérea;
- um equilíbrio de funções e responsabilidades entre os Aliados;
- o estacionamento e posicionamento de forças fora do território nacional quando exigido;
- acordos incluindo o planeamento para a gestão de crises e reforço;
- padrões e procedimentos comuns em relação a equipamentos, treino e logística;
- doutrinas e exercícios conjuntos e combinados, quando apropriado;
- cooperação no domínio das infraestruturas, armamentos e logística.

A inclusão dos Parceiros da NATO nestas iniciativas ou no desenvolvimento de procedimentos similares que as preparem, em áreas adequadas, é também uma via para aumentar a cooperação e os esforços comuns em assuntos de segurança Euro-Atlântica.

44. O financiamento multinacional, inclusive através do Orçamento Militar e do Programa de Investimentos de Segurança da NATO, continuará a desempenhar um papel fundamental para a aquisição e manutenção dos meios e capacidades necessários. A gestão de recursos deverá ser orientada pelos requisitos militares da Aliança, à medida que eles se desenvolvam.
45. A Aliança apoia o futuro desenvolvimento da IESD no seu seio, estando, inclusive, preparada para disponibilizar meios e capacidades para operações sob o controlo político e a direcção estratégica quer da UEO, quer conforme acordado.

46. Para proteger a paz e evitar a guerra ou qualquer outro tipo de coacção, a Aliança manterá, num futuro previsível, uma mistura adequada de forças convencionais e nucleares baseadas na Europa e preparadas para actuarem se e onde necessário, embora a um nível mínimo suficiente. Tomando em consideração a diversidade de riscos com os quais a Aliança pode deparar, deverá manter as forças necessárias para garantir a dissuasão credível e providenciar uma vasta gama de opções de resposta a situações convencionais. Por si sós, as forças convencionais da Aliança não podem assegurar uma dissuasão credível.

As armas nucleares dão um contributo único para tornar os riscos de agressão contra a Aliança incalculáveis e inaceitáveis. Assim, permanecem essenciais para a preservação da paz.

### **A postura das Forças da Aliança**

#### *As Missões das Forças Militares da Aliança*

47. O papel principal das forças militares da Aliança é proteger a paz e garantir a integridade territorial, a independência política e a segurança dos Estados-Membros. As forças da Aliança devem, portanto, estar em condições de dissuadir e defender efectivamente, de manter ou restaurar a integridade territorial das nações Aliadas e – em caso de conflito – terminar rapidamente a guerra, fazendo o agressor reconsiderar a sua decisão, cessar o ataque e retirar-se. As forças da NATO têm que manter a capacidade de assegurar a defesa colectiva enquanto conduzem operações eficazes de resposta a crises não-*-Artº 5.*

48. A manutenção da segurança e da estabilidade da área Euro-Atlântica é duma importância fundamental. Um objectivo significativo da Aliança e das suas forças é afastar os riscos abordando as crises potenciais numa fase inicial. No caso de crises que prejudiquem a estabilidade Euro-Atlântica e que possam pôr em risco a segurança dos Membros da Aliança, as forças militares da Organização podem ser chamadas a liderar operações de resposta a crises. Podem também ser chamadas a contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais, levando a cabo operações de apoio a outras Organi-

zações Internacionais, complementando e reforçando acções políticas numa abordagem alargada à segurança.

49. Ao contribuir para a gestão de crises através de operações militares, as forças da Aliança terão que lidar com uma gama diversa e complexa de actores, riscos, situações e exigências, incluindo emergências humanitárias. Algumas operações de resposta a crises não-Artº 5 podem ser tão exigentes quanto missões de defesa colectiva. Forças bem treinadas e bem equipadas com níveis de prontidão adequados e com meios suficientes para responder a toda a gama de contingências, assim como estruturas de apoio apropriadas, instrumentos de planeamento e capacidades de comando e controlo, são essenciais para providenciar contributos militares eficazes. A Aliança deverá, também, estar preparada para apoiar, numa base de forças separáveis mas não separadas, operações sob o controlo político e a direcção estratégica quer da UEO, quer conforme o acordado. A eventual participação de Parceiros e de outras nações não-NATO, em operações conduzidos pela NATO, assim como possíveis operações com a Rússia, serão elementos valiosos para o contributo da NATO para a gestão de crises que afectem a segurança Euro-Atlântica.
50. As forças militares da Aliança também contribuem para promover a estabilidade na área Euro-Atlântica, através da sua participação em contactos militares e em outras actividades de cooperação e exercícios no quadro da Parceria para a Paz, bem como as organizadas com vista ao aprofundamento das relações da NATO com a Rússia, a Ucrânia e os países do Diálogo Mediterrânico. Contribuem para a estabilidade e entendimento comuns participando em actividades de criação de confiança, incluindo as que aumentam a transparência e melhoram a comunicação; contribuem, também, na verificação de acordos de controlo de armamento e na desminagem com propósito humanitário. Áreas-chave de consulta e cooperação podem incluir entre outras:
  - treino e exercícios;
  - interoperabilidade;
  - relações civis-militares;
  - desenvolvimento, conceito e doutrina;
  - planeamento de defesa;

- gestão de crises;
- questões de proliferação;
- cooperação em matéria de armamentos;
- a participação em planeamento operacional e em operações.

### **Linhos de Orientação para a Postura das Forças da Aliança**

51. Para implementar as tarefas fundamentais de segurança da Aliança e os princípios da sua estratégia, as suas forças deverão continuar a ser adaptadas para responderem, com eficácia, às exigências da vasta gama de missões que lhes são cometidas e para responder a futuros desafios. A postura das forças aliadas, resultante das capacidades das diferentes estruturas de defesa nacional, deverá estar de acordo com as linhas de orientação desenvolvidas nos parágrafos seguintes.
52. A dimensão, a prontidão, a disponibilização e o posicionamento das forças militares da Aliança deverão reflectir o seu empenhamento na defesa colectiva e na condução de operações de resposta a crises, por vezes com aviso a curto prazo, distantes das suas bases nacionais, inclusive para além do território dos Aliados. As características das forças da Aliança reflectirão, também, as cláusulas dos acordos relevantes de controlo de armamentos. As forças da Aliança deverão:
  - ser adequadas em meios e capacidades para deterem e se oporem à agressão contra qualquer Aliado;
  - ser dotadas de interoperabilidade e apoiarem-se em doutrinas e tecnologias adequadas;
  - manter a prontidão e capacidade de posicionamento exigidas;
  - ser capazes de sucesso militar numa vasta gama de complexas operações conjuntas e combinadas que podem, também, incluir os Parceiros e outras Nações não-NATO.
53. Isto significa, nomeadamente:
  - a. que a dimensão global das forças dos Aliados deverá ser mantida aos níveis mais baixos compatíveis com as exigências de defesa

colectiva e outras missões da Aliança; deverão ser mantidas em níveis de prontidão progressivos e ajustados;

- b. que a distribuição geográfica de forças em tempo de paz deverá assegurar a presença militar suficiente em todo o território da Aliança, incluindo o estacionamento e posicionamento de forças fora do território e águas nacionais, e avançar com o posicionamento de forças sempre e quando necessário. No seio da Aliança, considerando regionais e, em particular, de carácter geoestratégico, deverão ser ponderados, uma vez que a instabilidade na periferia da NATO pode conduzir a crises ou conflitos que exijam uma resposta militar da Aliança, eventualmente com aviso a curto prazo;
- c. que a estrutura de comando da NATO seja capaz de levar a cabo o comando e controlo dum vasta gama de missões da Aliança, inclusive através do uso de Quartéis-Gerais conjuntos e combinados destacáveis, em particular Quartéis-Gerais "CJTF", para comandar e controlar forças multinacionais e multiserviços. Deverá, também, ser capaz de apoiar operações sob o controlo político e a direcção estratégica quer da UEO, quer conforme acordado, contribuindo assim para o desenvolvimento da IESD no seio da Aliança e para conduzir operações NATO não-Artº 5 de resposta a crises nas quais os Parceiros e outros países possam participar.
- d. que, globalmente, a Aliança deverá, tanto a curto como a longo prazo, e para cumprir as suas missões, exigir capacidades operacionais essenciais, tais como:
  - uma capacidade de empenhamento efectiva;
  - capacidade de posicionamento e mobilidade;
  - capacidade de sobrevivência das forças e infraestruturas;
  - capacidade de sustentação, incorporando a logística e a rotação de forças.

Para desenvolver ao máximo estas capacidades para operações multinacionais, serão importantes a interoperabilidade, incluindo factores humanos, o uso de tecnologia avançada adequada, a manutenção da superioridade de informações em operações militares e pessoal altamente qualificado com uma vasta gama de

especialidades. Servirão como necessários multiplicadores de forças: as capacidades suficientes nas áreas de comando, controlo e comunicações, bem como de informações e vigilância.

- e. que, em qualquer momento, uma proporção de forças terrestres, aéreas e navais, limitada, mas militarmente importante, deverá estar em condições de reagir tão rapidamente quanto o necessário a um largo espectro de acontecimentos, incluindo um ataque a qualquer Aliado, com um curto prazo de aviso. Um maior número de unidades estará disponível em níveis de prontidão adequados para manterem operações prolongadas quer dentro, quer fora do território da Aliança, inclusive através da rotação de forças. Consideradas no conjunto, estas forças deverão ter a qualidade, quantidade e prontidão suficientes para contribuírem para a dissuasão e para se defenderem contra ataques limitados à Aliança;
- f. que a Aliança seja capaz de recrutar mais forças, tanto em resposta a quaisquer mudanças fundamentais no ambiente de segurança, como para exigências limitadas, através do reforço, da mobilização de reservas ou da reconstituição de forças, quando necessário. Esta capacidade deverá ser proporcional a eventuais ameaças à segurança da Aliança, incluindo desenvolvimentos potenciais a longo prazo. Deverá ter em consideração a possibilidade de melhorias substanciais na prontidão e nas capacidades de forças militares na periferia da Aliança. As capacidades para o reforço e o reabastecimento atempados quer dentro, quer provenientes da Europa e da América do Norte, continuará a ser de importância fundamental, com a resultante necessidade de um maior grau de posicionamento, mobilidade e flexibilidade;
- g. que estruturas de forças e procedimentos adequados, incluindo aqueles que darão a capacidade de constituir, posicionar e reduzir forças, rápida e selectivamente, são necessários para permitir respostas atempadas, flexíveis e dimensionadas, com o objectivo de reduzir e anular tensões.  
Estas iniciativas terão que ser exercitadas regularmente em tempo de paz;
- h. que a postura de defesa da Aliança tenha a capacidade de enfrentar, de forma adequada e eficaz, os riscos associados à proliferação

de armas NBQ e dos seus vectores de lançamento, que também constituem uma ameaça potencial às populações, território e forças dos Aliados. Será necessária uma combinação equilibrada de forças, de capacidades de resposta e de melhores meios de defesa;

- i. que as forças e as infraestruturas da Aliança estejam protegidas contra ataques terroristas.

### **Características das Forças Convencionais**

54. É essencial que as forças militares dos Aliados disponham de capacidade credível para cumprirem a gama completa de missões da Aliança. Este requisito tem implicações no que respeita:

- à estrutura das forças e aos níveis das mesmas e equipamentos;
- à prontidão, disponibilidade e capacidade de sustentação;
- ao treino e exercícios;
- às opções de posicionamento e emprego;
- à constituição de forças e capacidade de mobilização.

O objectivo deverá ser:

- alcançar um equilíbrio óptimo entre as forças de elevada prontidão, capazes de começarem operações de resposta de defesa colectiva ou a crises não-Artº 5, de forma tão rápida e imediata quanto necessário;
- providenciar que forças com diferentes níveis de baixa prontidão, possam fornecer o grosso das exigidas para a defesa colectiva, para a rotação de forças, destinadas à manutenção de operações de resposta a crises, ou para posterior reforço duma região em particular;
- uma capacidade de reforço a longo prazo para o pior dos cenários – mas muito remoto – de operações em grande escala de defesa colectiva. Uma parte substancial de forças da Aliança deverá ser capaz de desempenhar mais do que um destes papéis.

55. As forças da Aliança serão estruturadas de forma a reflectir a natureza conjunta e multinacional das missões da Aliança. Tarefas essenciais incluirão:

- o controlo, a protecção e a defesa do território;
  - a garantia do livre uso das vias de comunicação marítimas, aéreas e terrestres;
  - o controlo marítimo e a protecção da mobilidade da componente marítima de dissuasão da Aliança;
  - a condução de operações aéreas independentes e combinadas;
  - a garantia dum ambiente aéreo seguro e duma defesa aérea alargada e eficaz;
  - a vigilância, as informações, o reconhecimento e a guerra electrónica;
  - o transporte estratégico e a capacidade de disponibilizar instalações de comando e controlo eficazes e flexíveis, incluindo Quartéis-Gerais destacáveis combinados e conjuntos.
56. A postura de defesa da Aliança contra os riscos e potenciais ameaças de proliferação de armas NBQ e dos seus vectores de lançamento tem que continuar a ser melhorada, inclusive através da defesa anti-mísil. Na medida em que as forças da NATO podem ser chamadas a operar para além das suas fronteiras, as capacidades para lidarem com os riscos da proliferação têm que ser flexíveis, móveis, rapidamente posicionáveis e com capacidade de sustentação. As doutrinas, o planeamento e as políticas de treino e exercício deverão também preparar a Aliança para dissuadir e se defender contra o uso de armas NBQ. O objectivo, ao proceder assim, será o de reduzir ainda mais as vulnerabilidades operacionais das forças militares da NATO, mantendo simultaneamente a sua flexibilidade e eficácia, não obstante a presença, a ameaça ou o uso de armas NBQ.
57. A estratégia da aliança não inclui a capacidade de guerra química ou biológica. Os Aliados apoiam a adesão universal a regimes importantes de desarmamento. Mas, mesmo que se possa atingir mais progressos no que respeita à interdição de armas químicas e biológicas, manter-se-ão como essenciais todas as precauções defensivas.
58. Dados os reduzidos níveis globais de forças, a capacidade de trabalhar de forma estreita e em conjunto permanecerá vital para a prosse-

cução das missões da Aliança. As medidas de defesa colectiva da Aliança nas quais, para os Países nela implicados, a estrutura militar integrada desempenha um papel chave, são essenciais neste âmbito. As várias áreas do planeamento de defesa da NATO necessitam de ser coordenadas de forma eficaz a todos os níveis, por forma a garantirem a preparação das forças e das estruturas de apoio, na concretização do espectro completo das suas missões. Trocas de informações entre os Aliados sobre os seus planos de forças contribuem para assegurar a disponibilidade das capacidades necessárias à execução destas missões. Continuam a ser da maior importância consultas no caso de mudanças significativas nos planos de defesa nacional. A cooperação no desenvolvimento de novos conceitos operacionais será essencial para a resposta a desafios de segurança em evolução. As iniciativas práticas e detalhadas que têm sido desenvolvidas como parte da IESD, no seio da Aliança, contribuem para uma cooperação aliada estreita, evitando a desnecessária duplicação de meios e capacidades.

59. A fim de ser capaz de responder de forma flexível a possíveis contingências e permitir uma condução eficaz das missões da Aliança, esta necessita de capacidades logísticas suficientes, incluindo as de transporte, apoio médico e reservas para posicionar e manter, eficazmente, todos os tipos de forças. A normalização promoverá a cooperação e a optimização de custos do apoio logístico às forças Aliadas. Montar e sustentar operações fora do território dos Aliados, onde possa haver pouco ou nenhum apoio da Nação hospedeira, suscitará desafios logísticos especiais. A capacidade de reforçar atempadamente forças, devidamente equipadas e treinadas, a um nível que permita a concretização da gama completa de missões da Aliança, dará também um contributo essencial à gestão de crises e à defesa. Isto incluirá a capacidade de reforço de qualquer área em perigo e do estabelecimento de uma presença multinacional, quando e onde necessário. Forças de vários tipos e com vários níveis de prontidão permitirão um emprego flexível tanto no reforço intra-Europeu, como no transatlântico. Isto exigirá o controlo das vias de comunicação, bem como as medidas apropriadas no que respeita ao apoio e aos exercícios.
60. A interacção entre as forças da Aliança e o ambiente civil (tanto governamental como não-governamental) no qual elas operam, é crucial

para o sucesso das operações. A cooperação civil-militar é interdependente: os meios militares são cada vez mais requisitados no apoio às autoridades civis; ao mesmo tempo, o apoio civil às operações militares é importante no que respeita à logística, comunicações, apoio médico e assuntos públicos. Consequentemente, permanecera essencial a cooperação entre os órgãos militares e civis da Aliança.

61. A capacidade da Aliança em desempenhar a gama completa das suas missões dependerá, de forma crescente, das forças multinacionais, em complemento com os compromissos nacionais para com a NATO no que diz respeito aos Aliados envolvidos. Tais forças, que podem ser empregues na gama completa de missões da Aliança, demonstram a sua determinação em manter uma defesa colectiva credível; aumentam a coesão da Aliança; reforçam a parceria transatlântica e fortalecem a IESD no seio da Aliança. As forças multinacionais, particularmente as capazes de rapidamente serem deslocados para operações de defesa colectiva ou de resposta a crises não-Artº 5, reforçam a solidariedade.

Podem também constituir um meio de deslocar forças dotadas de maior capacidade do que se fossem utilizadas a nível puramente nacional, ajudando, assim, a fazer um uso mais eficaz dos limitados recursos de defesa. Isto pode incluir uma abordagem multinacional, altamente integrada, a tarefas e funções específicas, abordagem essa que sublinha a implementação do conceito "CJTF". Para operações de apoio à paz, serão de grande importância as forças multinacionais eficazes e outros arranjos que envolvam os Parceiros. A fim de explorar integralmente o potencial que as forças multinacionais oferecem, é da maior importância aumentar a interoperabilidade, como por exemplo, através de exercícios e treino suficientes.

### **Características das Forças Nucleares**

62. O propósito fundamental das forças nucleares dos Aliados é político: preservar a paz e evitar quer a coacção quer qualquer tipo de guerra. Elas continuarão a desempenhar um papel essencial mantendo a incerteza no espírito de qualquer agressor quanto à natureza da resposta dos Aliados a uma agressão militar. Demonstram que a agressão, qualquer que seja o seu tipo, não é uma opção racional. A garantia

suprema de segurança dos Aliados é proporcionada pelas forças nucleares estratégicas da Aliança, particularmente as dos Estados Unidos; as forças nucleares independentes do Reino Unido e da França, que detêm um papel dissuasor próprio, contribuem para a segurança e a dissuasão globais dos Aliados.

63. Uma postura nuclear credível da Aliança e a demonstração da sua solidariedade e de um empenhamento comum na prevenção da guerra, continuam a exigir a participação alargada dos Aliados Europeus envolvidos em missões de:

- planeamento colectivo de defesa nuclear;
- posicionamento, em tempo de paz, de forças nucleares no seu território;
- arranjos de comando, controlo e consulta.

As forças nucleares baseadas na Europa, atribuídas à NATO, garantem um laço político e militar essencial entre os membros Europeus e Norte Americanos da Aliança. Assim sendo, a Aliança manterá forças nucleares adequadas na Europa. Estas forças precisam de ter as características necessárias e a flexibilidade e capacidade de sobrevivência adequadas, para serem encaradas como um elemento eficaz e credível da estratégia dos Aliados na prevenção da guerra. Serão mantidas a um nível mínimo suficiente para preservar a paz e a estabilidade.

64. Os Aliados envolvidos consideraram que, com as mudanças radicais na situação de segurança, incluindo níveis reduzidos de forças convencionais na Europa e o aumento dos tempos de reacção, aumentou de forma significativa a capacidade da NATO em neutralizar uma crise através de meios diplomáticos e outros ou, caso necessário, de montar uma defesa convencional bem sucedida.

As circunstâncias nas quais possa ter que ser contemplado o uso de armas nucleares são, portanto, extraordinariamente remotas. Desde 1991, os Aliados têm dado uma série de passos que reflectem o ambiente de segurança pós-Guerra Fria. Estes incluem:

- uma redução dramática dos tipos e números das forças sub-estratégicas da NATO, incluindo a eliminação de toda a artilharia nuclear e dos mísseis nucleares de curto alcance lançados do solo;

- uma diminuição significativa de rigor nos critérios de prontidão para as forças com uma função nuclear;
- e o fim de planos permanentes de contingência nuclear em tempo de paz.

As forças nucleares da NATO deixaram de estar apontadas a qualquer País. Apesar disso, a NATO manterá, a um nível mínimo compatível com o ambiente de segurança prevalecente, forças sub-estratégicas apropriadas, baseadas na Europa, as quais servirão de ligação essencial com as forças nucleares estratégicas, reforçando o elo transatlântico. Estas consistirão em aviões de capacidade dupla e num pequeno número de ogivas Tridente do Reino Unido. Em circunstâncias normais, as armas nucleares sub-estratégicas não serão, contudo, posicionadas em navios de superfície e em submarinos de ataque.

## PARTE V – CONCLUSÃO

65. À medida que a Aliança do Atlântico Norte entra na sexta década, deve estar pronta para reagir aos desafios e oportunidades de um novo século. O Conceito Estratégico reafirma o propósito duradouro da Aliança e estabelece as suas tarefas fundamentais de segurança. Permite a uma NATO transformada, contribuir para um ambiente de segurança em evolução, apoiar a segurança e a estabilidade com a força do seu empenhamento partilhado, com vista à democracia e à resolução pacífica de disputas. O Conceito Estratégico presidirá à política de defesa e segurança da Aliança, aos seus conceitos operacionais, à sua postura no quadro das forças convencionais e nucleares e às suas iniciativas colectivas de defesa e será mantido em revisão à luz da evolução do ambiente de segurança. Num mundo incerto, a necessidade de uma defesa eficaz mantém-se, mas, ao reafirmar este empenhamento, a Aliança continuará a fazer uso pleno de todas as oportunidades que ajudem a construir um Continente não dividido, promovendo e incentivando a visão duma Europa unida e livre.

# O Plano de Acção para Adesão (PAA)

## 50.º Aniversário da NATO, Cimeira de Washington

### 24 de Abril de 1999

1. A porta de adesão à NATO, em conformidade com o disposto no artigo 10º do Tratado do Atlântico Norte, permanece aberta. O Plano de Acção para Adesão (PAA) estabelecido no Diálogo Intensificado Individual sobre as questões de adesão é designado para reforçar esse firme compromisso de novos alargamentos, colocando em prática um programa de actividades destinado a assistir os Países candidatos na sua preparação para uma possível futura adesão. Deve ser compreendido que as decisões tomadas pelos candidatos à adesão, na base do parecer obtido, permanecerão decisões nacionais, tomadas e aplicadas sob a única responsabilidade do País em causa.
2. O programa propõe aos candidatos uma lista de actividades a partir da qual podem escolher as que melhor os podem auxiliar nas suas preparações. A participação activa nos mecanismos da PpP (Parceria para a Paz) e do CPEA (Conselho de Parceria Euro-Atlântico) é essencial para os Países candidatos que pretendam aprofundar mais o seu envolvimento político e militar nas actividades da Aliança.
3. Em conformidade com o disposto no parágrafo 8 da Declaração da Cimeira de Madrid e da Declaração da Cimeira de Washington, a decisão de convidar um candidato para iniciar as conversações sobre a adesão à Aliança será tomada caso a caso. A participação no Plano

de Acção para Adesão, que está na base da diferenciação individual, não implica nem previsão temporal para a tomada de qualquer decisão nem dá garantia de uma adesão final. O programa apenas pode ser considerado como uma enumeração de critérios de adesão.

### *Implementação*

1. O Plano de Acção para Adesão, que é uma manifestação prática da política de *Porta Aberta*, está dividido em cinco capítulos:

- I. Questões Políticas e Económicas
- II. Questões sobre Recursos
- III. Questões de Defesa/Militares
- IV. Questões de Segurança
- V. Questões Legais

Em cada um dos capítulos, o Plano de Acção para Adesão identifica as áreas que podem ser objecto de discussão (a lista não é exaustiva) e descreve os mecanismos mais adaptados à preparação dos candidatos a uma eventual adesão.

A lista das questões identificadas para discussão não constitui um enunciado de critérios de adesão e engloba os assuntos que, previamente, os próprios Países candidatos manifestaram vontade de tratar.

1. A cada candidato será pedida a elaboração de um programa anual preparatório de uma eventual futura adesão, estabelecendo objectivos e alvos para esta e contendo informações precisas sobre as acções previstas, as autoridades responsáveis e, quando adequado, um calendário dos trabalhos relativos a aspectos específicos dessa preparação. Os candidatos são livres de actualizar o programa quando assim o entenderem. Este constituirá uma base para a Aliança Atlântica manter o registo do progresso dos candidatos e para lhes fornecer o respectivo *feedback*.
2. As reuniões vão desenrolar-se numa configuração 19+1 no seio do Conselho e em outros órgãos e, quando oportuno, numa configuração de Grupo NATO IS/NMA.

3. Aos candidatos serão dispensados *feedback* e conselhos sobre as questões tratadas no PAA através de mecanismos baseados nos actualmente usados para os Parceiros, de reuniões 19+1 e de *workshops* do Grupo da NATO. Esses *workshops* ocorrerão quando necessário e visam a discussão de questões particulares do Plano de Acção para Adesão.
4. O Grupo da NATO será, normalmente, presidido pelo Secretário Geral Adjunto, pelo Director Adjunto do Corpo Militar Internacional, pelo Chefe de Gabinete ou pelo seu representante. O Grupo da NATO estabelecerá estreita ligação com os órgãos da NATO adequados ao aconselhamento dos candidatos. Os procedimentos relevantes serão aperfeiçoados à medida que vai sendo ganha experiência. Os candidatos devem apresentar por escrito, ao ASG/PA, as suas propostas de organização de *workshops*. O ASG/PA será responsável pela implementação do Plano de Acção para Adesão e pela calendarização das reuniões sob a direcção e a coordenação geral do SPC(R).
5. Anualmente, a Aliança elaborará um relatório para cada um dos candidatos, no qual exprimirá o *feedback* relativo ao progresso atingido nas áreas cobertas pelos programas nacionais anuais. Este documento constituirá a base de discussão nas reuniões a realizar entre o Conselho do Atlântico Norte e o País candidato. O relatório ajudará a identificar as áreas das novas acções, embora pertença ao candidato a decisão de comprometimento na adopção de nova acção.

## I. QUESTÕES POLÍTICAS E ECONÓMICAS

1. Será dada a oportunidade aos candidatos de exprimirem e provarem a sua vontade e capacidade de assumir as obrigações e os compromissos decorrentes do Tratado de Washington e as disposições relevantes do Estudo sobre o Alargamento da NATO. Os futuros membros devem conformar-se aos princípios enunciados no Tratado de Washington, tal como a democracia, a liberdade individual e outras disposições relevantes estabelecidas no seu Preâmbulo.

2. Espera-se que os candidatos:

- a. resolvam as suas disputas internacionais por meios pacíficos;
  - b. demonstrem a vinculação ao império da lei e aos direitos humanos;
  - c. resolvam, por meios pacíficos, as disputas étnicas ou os litígios territoriais de ordem externa, incluindo as reivindicações irredentistas ou as disputas jurisdicionais de ordem interna, em conformidade com os princípios da OSCE e prossigam boas relações de vizinhança;
  - d. estabeleçam apropriado controlo democrático e civil sobre as suas forças armadas;
  - e. abstraiam-se de recorrer à ameaça do uso da força de qualquer forma incompatível com os fins das Nações Unidas;
  - f. contribuam para o desenvolvimento de relações internacionais pacíficas e amigáveis através do fortalecimento das suas instituições livres e da promoção da estabilidade e do bem estar;
  - g. continuem a apoiar integralmente e a manter o empenhamento no Conselho de Parceria Euro-Atlântico e na Parceria para a Paz;
  - h. manifestem a vontade de promover a estabilidade e o bem estar através da liberdade económica, da justiça social e da responsabilidade ambiental.
3. Mais ainda, no momento da adesão os países candidatos devem:
- a. unir os seus esforços para a defesa colectiva e a preservação da paz e da segurança;
  - b. manter a eficácia da Aliança Atlântica através da partilha das responsabilidades, dos custos e dos benefícios;
  - c. comprometer-se a desenvolver, de boa fé, esforços para criar o consenso em todas as questões;
  - d. participar integralmente no processo de consulta e de tomada de decisão da Aliança relativo às questões políticas e de segurança que interessam à Aliança Atlântica;
  - e. comprometer-se a prosseguir a política de abertura a novos participantes da Aliança, em conformidade com o disposto no Tratado de Washington e nas Declarações das Cimeiras de Madrid e de Washington.

### *Implementação*

4. Aguarda-se que os candidatos descrevam e apresentem o seu ponto de vista sobre o modo como estão a evoluir as suas políticas e a sua prática, que ponderem as considerações supra estabelecidas (nos parágrafos 1-2) e dêem a conhecer a sua posição sobre os outros elementos do “acquis” da NATO, incluindo-se o Conceito Estratégico da NATO, o desenvolvimento da Identidade de Segurança e Defesa Europeia no âmbito da Aliança Atlântica, do Acto Fundador NATO-Rússia e da Carta NATO-Ucrânia.
5. Os candidatos devem fornecer informação anual sobre o estado da sua economia, incluindo os principais dados macro-económicos e orçamentais, bem como as evoluções oportunas da política económica.
6. Os candidatos serão convidados a prestar informações escritas ao Grupo da NATO que as transmitirá, directamente, aos Aliados para comentários. Após consulta apropriada na Aliança Atlântica o Grupo da NATO convocará uma reunião destinada a discutir a contribuição dada e as mais relevantes questões políticas. Essas reuniões serão anuais; as reuniões suplementares poderão ser convocadas de comum acordo.
7. Será organizada uma reunião anual do Comité Político Sénior (Reformado) para fornecer o *feedback* por parte dos Aliados sobre os candidatos individuais.

## **II. QUESTÕES MILITARES E DE DEFESA**

1. A capacidade dos Países candidatos contribuírem militarmente para a defesa colectiva e para as novas missões da Aliança, assim como a disposição de melhoria das suas capacidades militares serão factores a considerar na sua adesão à NATO. A participação integral na PpP operacional é uma componente essencial visto aprofundar ainda mais os laços políticos e militares dos candidatos com a Aliança, auxiliando-os a preparar a sua participação na totalidade do conjunto das novas missões. Os novos membros da Aliança Atlântica devem estar

preparados para partilhar os papéis, os riscos, as responsabilidades e os encargos da segurança comum e da defesa colectiva. Os novos membros devem subscrever a estratégia da Aliança Atlântica, de acordo com o estabelecido no Conceito Estratégico e como exposto em outras declarações ministeriais.

2. Espera-se que no momento da adesão os candidatos:

- a. aceitem a concepção de segurança expressa no Conceito Estratégico;
- b. forneçam forças e capacidades para a defesa colectiva e para outras missões da Aliança;
- c. participem, quando oportuno, na estrutura militar;
- d. participem, quando oportuno, no planeamento da defesa colectiva da Aliança;
- e. participem, quando oportuno, nas agências da NATO;
- f. apoiem integralmente a Parceria para a Paz e o desenvolvimento de relações de cooperação com os Parceiros não membros da NATO;
- g. prossigam os esforços relativos à normalização e/ou à interoperacionalidade.

#### *Implementação*

3. As seguintes medidas destinam-se a auxiliar os candidatos a desenvolver as aptidões das suas forças armadas, incluindo o aumento da interoperacionalidade, de modo a que possam contribuir para a eficácia da Aliança e, por esse meio, demonstrar que preenchem as condições para uma futura adesão. Quando possível as medidas apoiam-se em iniciativas já existentes.

- a. Os candidatos poderão, em conformidade com os procedimentos existentes da PpP, requerer Programas Individuais de Parceria para orientar directamente a sua participação na PpP em questões essenciais relacionadas com a adesão. Em cada PIP serão consideradas fundamentais determinadas áreas genéricas para os candidatos, os quais serão convidados a dar prioridade a essas áreas de cooperação.

- b. Os candidatos, numa configuração 19+1 reunir-se-ão, anualmente, para troca de informações que facilitem a coordenação da cooperação e da assistência bilateral e multilateral e a maximização da sua eficácia mútua para melhor os assistir na sua preparação à adesão.
- c. No quadro geral do PARP alargado e adaptado, e de acordo com os procedimentos do PARP serão elaborados, conjuntamente com os Países candidatos, os objectivos de planificação, especialmente nas áreas mais relevantes para os Países que preparam as suas estruturas de força e as suas capacidades, considerando uma eventual futura adesão à Aliança. Serão objecto de exame os progressos conseguidos na prossecução dos objectivos planificados.
- d. Esses objectivos planificados serão estabelecidos com base em consultas entre cada País candidato e a NATO, e poder-se-ão aplicar a todas as componentes das estruturas de forças dos candidatos e não somente às forças declaradas para a PpP.
- e. A Direcção Ministerial do PARP incluirá as propostas e as medidas específicas que os candidatos poderão adoptar no contexto do PAA, no sentido de preparar as suas forças para uma possível futura adesão à NATO.
- f. O estudo do PARP será usado pelos candidatos para procurar mais informações e elementos em áreas como a política geral de defesa, os recursos e as despesas actuais e previsíveis com a defesa.
- g. Como sinal de transparência e de acordo com os procedimentos do PARP, os candidatos serão encorajados a comunicar os documentos PARP individuais tanto aos países da NATO quanto aos outros candidatos; e os candidatos serão encorajados a convidar, em particular, os outros Países candidatos a participar no processo de revisão sobre os objectivos da planificação.
- h. Os candidatos serão convidados a assistir, e a participar enquanto observadores, em fases bem definidas de exercícios “exclusivamente NATO”, logo que o Conselho decida sobre a sua abertura, conforme os procedimentos em vigor. A prioridade será dada à investigação da eficácia dos exercícios.
- i. Os futuros mecanismos da NATO para avaliação das forças dos seus Parceiros em operações de manutenção da paz dirigidas pela NATO, a participação dos Parceiros em exercícios e operações PpP

da NATO serão utilizados para avaliar o grau de interoperacionalidade e as capacidades das forças dos Países candidatos. Se o campo de aplicação destes mecanismos for alargado a outras forças, para além das destinadas às operações de manutenção da paz, estes serão utilizados para auxiliar os candidatos.

- j. Serão utilizadas técnicas de simulação para o treino das forças e de procedimentos.

### **III. QUESTÕES SOBRE RECURSOS**

1. Espera-se que os novos membros da Aliança Atlântica angariem recursos orçamentais suficientes que lhes permita cumprir as obrigações que implicam uma eventual adesão. Os programas nacionais devem desenvolver as estruturas necessárias ao estabelecimento e execução dos orçamentos de defesa que respondam às prioridades em matéria de defesa e prevenir sistemas de formação para familiarizar o seu pessoal com as práticas e os procedimentos da NATO, na perspectiva de uma eventual futura participação nas estruturas da Aliança.
2. Espera-se que no momento da adesão os candidatos:
  - a. angariem recursos orçamentais suficientes para a satisfação dos compromissos da Aliança;
  - b. possuam as estruturas nacionais preparadas para gerir esses recursos orçamentais;
  - c. participem nas actividades de financiamento comum da Aliança segundo a divisão de custos acordada;
  - d. participem nas estruturas da Aliança Atlântica (representação permanente no Q.G. da NATO; representação militar na estrutura de comando da NATO; participação, quando adequado, nas Agências da NATO).

#### *Implementação*

1. Por recurso aos mecanismos existentes, incluindo os estabelecidos no âmbito da PpP, e a organização eventual de estágios internos e sessões

de formação bem como *workshops* do Grupo da NATO, os países candidatos, logo que façam o pedido:

- a. receberão conselhos para a implementação, a nível nacional, de estruturas, procedimentos e mecanismos que lhes permitam tratar das questões supra referidas e que rentabilizem ao máximo as despesas com a defesa;
- b. serão auxiliados a formar o pessoal necessário para essas estruturas, bem como para o trabalho directo no seio da NATO ou com esta.

#### **IV. QUESTÕES DE SEGURANÇA**

1. No momento da adesão espera-se que os países candidatos tenham implementado procedimentos e salvaguardas suficientes para assegurar a segurança das informações mais sensíveis, como previsto na política de segurança da NATO.

##### *Implementação*

1. Serão, a pedido dos candidatos, disponibilizados cursos apropriados nos domínios da segurança pessoal, segurança física, segurança documental, segurança industrial e informática (INFOSEC). Podem ser desenvolvidos programas individuais destinados aos candidatos segundo as suas necessidades. O Comité de Segurança e o Comité Especial da NATO podem marcar reuniões com os candidatos sempre que considerem necessário ou útil.

#### **V. QUESTÕES LEGAIS**

1. Com vista a serem capazes de cumprir as obrigações de membro, os candidatos devem examinar e conhecer as disposições e os acordos legais que regulam a cooperação no seio da NATO. Este estudo permitirá que os candidatos averiguem se a sua legislação nacional é compatível com os regulamentos da NATO. Por outro lado, os candidatos devem estar adequadamente informados sobre o processo jurídico conducente à adesão.

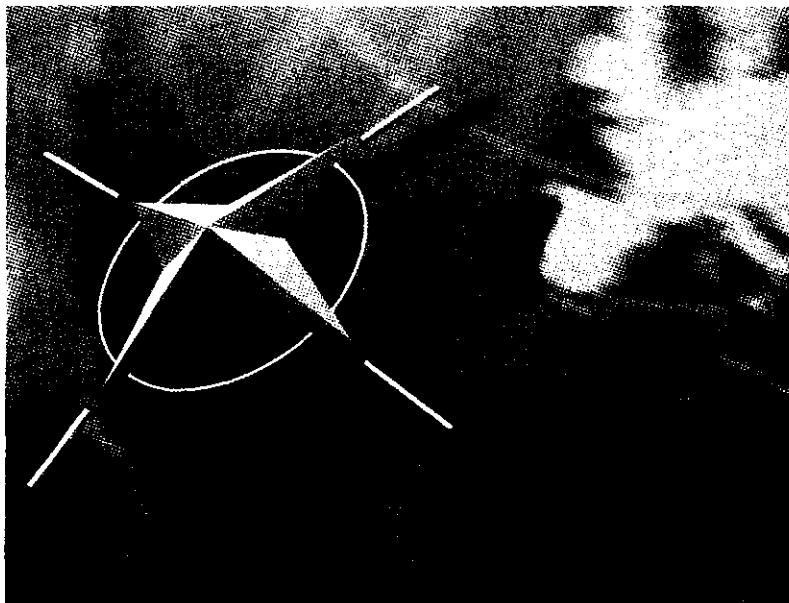
- a. Após a conclusão dos procedimentos os novos membros terão acesso a:  
Tratado do Atlântico Norte (Washington D.C., 4 de Abril de 1949).
- b. Mediante convite, os novos membros deveriam aceder:
  - i. Acordo entre as Partes do Tratado do Atlântico Norte sobre o estatuto das suas Forças (Londres SOFA) (Londres, 19 de Junho de 1951).
  - ii. Protocolo sobre o Estatuto dos Quartéis-Gerais Militares Internacionais criados de acordo com o disposto no Tratado do Atlântico Norte (Protocolo de Paris) (Paris, 28 de Agosto de 1952).
- c. Está previsto que os novos membros acedam aos seguintes acordos sobre estatutos:
  - i. Acordo sobre o Estatuto da Organização do Tratado do Atlântico Norte, dos Representantes Nacionais e Pessoal Internacional (Acordo de Otawa) (Otawa, 20 de Setembro de 1951)
  - ii. Acordo sobre o Estatuto das Missões e dos Representantes de Estados Terceiros na Organização do Tratado do Atlântico Norte, (Acordo de Bruxelas) (Bruxelas, 14 de Setembro de 1994)
- d. Aguarda-se que os novos membros acedam aos seguintes acordos técnicos:
  - i. Acordo sobre a Segurança da Informação entre as Partes da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Bruxelas, 6 de Março de 1997)
  - ii. Acordo sobre a Salvaguarda Mútua do Segredo de Invenções relativas à Defesa e cujas Aplicações foram Objecto de Patentes. (Paris, 21 de Setembro de 1960)
  - iii. Acordo da NATO sobre a Comunicação de Informação Técnica com fins de Defesa (Bruxelas, 19 de Outubro de 1970)
- e. Para um possível e eventual acesso a informação ATOMAL, os novos países membros deverão aceder aos seguintes documentos:
  - I. "Acordo para a Cooperação no domínio da Informação Atómica" (C-M (64)39 – Acordo de base)

II. "Disposições administrativas para aplicação do Acordo"  
(C-M(68)41 (5<sup>a</sup> revisão)

- f. Conviria que as legislações nacionais dos países candidatos fossem compatíveis, na medida do possível, com os acordos e modalidades de aplicação que regem a cooperação à escala da NATO.

*Implementação*

2. No quadro dos *workshops* do Grupo da NATO serão organizados *briefings* sobre questões jurídicas e debates sobre as medidas que deveriam ser tomadas. Os países candidatos poderão fornecer informações sobre as disposições legais existentes e sobre as medidas que seria necessário tomar para terem acesso aos acordos, inclusive a existência ou não de obstáculos constitucionais.
3. Os Países candidatos poderiam fornecer informações sobre eventuais entraves que as legislações nacionais apresentassem a uma integração imediata e total nas actividades da Aliança. Quando conveniente, a troca de informações e de experiências nestas questões poderia tomar lugar com todos os países candidatos.



## Recensões



## **PRAGMATISMO Y POLÍTICA**

Richard Rorty, Barcelona, Paidós, 1998, ISBN 84-493-0560-8

Richard Rorty é provavelmente o *enfant terrible* da esquerda americana, vilipendiado tanto na sua área política natural como pela direita americana. Criticado à direita pelas suas incisivas desconstruções de todo o fundacionalismo metafísico que é pressentido como um ataque directo ao liberalismo e aos valores culturais e pátrios que essa mesma direita considera sagrados, quando Rorty no fundo assume quase como ninguém um liberalismo muito à la Rawls, mas considerado como experimentação contingente, na estrita linha de Dewey. Criticado igualmente à esquerda, pela sua desconstrução do papel cimeiro que esta atribui aos intelectuais e nomeadamente às vanguardas na história não cooptáveis institucionalmente pelo seu redentorismo emancipador, quando na realidade o que pretende é desestruturar as meta-narrativas modernas de que afinal a pós-modernidade radical não se teria livrado, não denegando os ideais iluministas, antes repondo-os numa base mais contingente e menos sublimista (as suas narrativas de 1<sup>a</sup> ordem contrapostas às meta-narrativas omniabarcantes e de respaldo metafísico).

São estas questões que atravessam a selecção de textos políticos do filósofo neo-pragmático Richard Rorty, organizada por Rafael del Águila e que em boa hora a Paidós editou, com o nome feliz de *Pragmatismo y Política*.

A obra é composta de uma Introdução de Rafael del Águila e de 5 textos de Rorty escritos para publicações americanas entre 1992 e 1997. O primeiro texto "Trotsky e as Orquídeas Silvestres", de 1992, é provavelmente o texto mais directamente autobiográfico da já extensa bibliografia do filósofo. Nele, Rorty traça uma genealogia da sua formação intelectual com o intuito de esclarecer a sua posição tanto à esquerda como à direita. Não devemos esquecer quanto em 1992 ainda se fazia sentir tanto o derridianismo de esquerda nos departamentos de humanidades das universidades norte-americanas, como o avanço ideológico neo-conservador perceptível desde meados da década de oitenta. A ambos responde Rorty que não é um relativista cultural e à esquerda relembrava que a sociedade liberal não é fatalmente defeituosa e talvez seja o melhor que temos, para através da tecnologia e das instituições democráticas permitir um incremento de igualdade e decrescimento do sofrimento. O desctrutivismo radical estaria assim filosoficamente certo mas seria politica-

mente insensato (pp.43-44). O lado ortodoxo, à procura de respaldo metafísico e indiscutibilidade de princípios, não só estaria filosoficamente equivocado, como seria politicamente perigoso (p.44). Na verdade, não seria muito difícil de adivinhar até onde levariam na prática as posições de Allan Bloom ou Gertrüd Himmerlfab, tanto quanto os derridianismos radicais (para este último caso ver a penetrante crítica de Richard Wolin, *Labirintos*, Lisboa, Instituto Piaget).

O segundo texto intitula-se "Os Intelectuais e o fim do Socialismo". Nele Rorty dramatiza a queda do muro para as aspirações socialistas, mas não para repensar um socialismo na senda de um Martin Jay ou de um Perry Anderson, antes para bem vincar, pelo contraste, o seu liberalismo de conotações sociais-democráticas de inspiração deweyana (neste texto a versão liberal *tout court*, rawlsiana é, cremos que por táctica argumentativa, mais silenciada). Na verdade, já muito antes da queda do Muro, Rorty defendia a transformação dos ideais políticos ainda ancorados a um *Logos* Encarnado, como era o caso do socialismo marxista, a uma posição bem mais contingente, de experimentalismo reformista. O próprio afirma que com "Hegel os intelectuais começaram a transformar as suas fantasias de contacto com a eternidade por fantasias de construção de um futuro melhor" (p.57). Esta passagem mostra quanto Rorty não é um mero intelectual frívolo que voga ao sabor da corrente dos acontecimentos, mas que na sua estratégia contingentista lastra as suas reflexões a esses mesmos acontecimentos, algo muito coerente com o seu pragmatismo e que de outro modo pareceria ser mais uma daquelas análises banais que por aqueles dias (da queda do Muro) se vinham fazendo.

"Movimentos e Campanhas" é um texto vigoroso de Rorty, que deve ser lido à luz de um texto mais antigo (1985?), em resposta a uma polémica com Jean-François Lyotard e denominado "Cosmopolitismo sem Emancipação", onde Rorty defende as narrativas de 1<sup>a</sup> ordem, i.e. os relatos moralmente edificantes plenos de esperança, que contam uma história contingente do melhor que o Ocidente conseguiu, obviamente em termos etnocéntricos, que podem continuar a ser elogiados e postos em prática sem respaldo metafísico. Nisto opunha-se à defesa intransigente de Lyotard do diferendo continuado. Ora, os movimentos são para Rorty parcelas integrantes dessas meta-narrativas que falam de Europa, modernidade, etc., que se perdem na paixão do infinito, enquanto as campanhas, parcelas destas narrativas edificantes de 1<sup>a</sup> ordem, seriam conjugações de forças dirigidas a objectivos concretos e contingentes que

fariam justiça ao reformismo deweyano que propõe (p.71). Neste texto é bem visível aquilo que Rorty preconiza para o lado público distintamente do ironismo privado, e que se materializa na sua obra, pelo menos desde *Contingência, Solidariedade e Ironia*: uma experimentação social reformista, imaginativa mas cordata, provavelmente até algo cinzenta, se pensarmos nos consensos de sobreposição de Rawls, vertebrada numa civilidade de senso comum liberal-democrático. A procura do radicalmente outro é aqui afastada e é também uma das pedras de toque contra o radicalismo pós-moderno de esquerda, seja foucaultiano, derridiano ou até paradoxalmente heideggeriano.

Todavia, neste texto, e penso que tentei ilibá-lo o mais possível dos pontos de fuga, existe uma tensão clara, uma vez que as campanhas que preconiza parecem ficar redutoramente muito aquém das narrativas de 1<sup>a</sup> ordem, tanto como os movimentos que refere poderiam alguns ser parte integrantes dessas narrativas. Modernidade e Iluminismo podem muito bem serem narrativas de 1<sup>a</sup> ordem numa determinada trama narrativa, tanto quanto a história contingente das ricas democracias do Atlântico Norte. O que talvez remeta para um receio de Rorty relativamente à desestruturação de um icebergue que pode pôr em causa geneticamente mais coisas do liberalismo do que aquelas que Rorty etnocentricamente pretende. Não é por acaso que del Águila (p.24) aponta a Rorty uma certa facilidade na descrição dos dilemas com que nos vemos confrontados e uma certa visão complacente dos conflitos trágicos com que nos deparamos actualmente em termos socio-políticos. Rorty está bem consciente das críticas de Heidegger e Foucault relativamente aos inauditos dos nossos sistemas de vida, mas não os terá menosprezado para melhor defender um liberalismo estribado em bases frágeis? Se assim é, talvez ele mesmo leve ainda demasiado a sério esses respaldos metafísicos. Ou simplesmente não amará Rorty demasiado a América da "velha" Nova Inglaterra, como o próprio confessa e muito justamente como modelo de esperança e humanidade (p.29), a raiar a obturação crítica?

Os dois últimos artigos, "Uma visão pragmatista da racionalidade e da diferença cultural" e "A justiça como lealdade ampliada", são passíveis de uma leitura muito imbricada. Em "A justiça como lealdade ampliada", o texto mais recente (1997), Rorty defende a justiça como um patamar de racionalidade em que se conseguiram sobrepor, (não é o mesmo que suplantar), às lealdades de base dos grupos mais restritos a que pertencemos, lealdades maiores, ampliando continuamente o Nós etnocêntrico

de que fazemos parte. O mesmo é dizer, na linguagem de Walzer que Rorty traz à colação, destilar moralidades ténues desde moralidades mais densas (p.120), sendo precisamente isso que caracteriza a racionalidade. Assim, sendo, e tendo em conta que estruturalmente a diferença entre lealdade e justiça se baseia na distinção entre racionalidade e sentimento, não faz mais sentido, em coerência com a estratégia pragmatista de dissolução de contrários epistemologicamente fortes, apartar justiça e lealdade, ainda que à custa de homiziarm um certo kantismo duro remanescente em Rawls.

Não é outra a racionalidade que Rorty defende em “Uma visão pragmatista da racionalidade e da diferença cultural”. Distinguindo racionalidade 1 como a capacidade naturalizada que distintas espécies tem em grau diferente de responder ao meio; racionalidade 2, como um ingrediente extra que os seres humanos têm mas não os animais; racionalidade 3, como capacidade de tolerância; Rorty vai, unindo Hegel a Darwin, mostrar quanto a crescente liberdade e bem-estar adquirido por nós ocidentais e em traços largos pela humanidade em geral, não é mais que um aperfeiçoamento histórico e naturalizado da evolução da espécie, não correspondendo a nenhuma cisão ontológica, como queriam os defensores da racionalidade 2. No fim de contas, um longo caminho percorrido desde as lealdades morais mais “animalmente” densas às lealdades mais ténues, aos consensos de sobreposição mais conflictivos. É por esse caminho que, quiçá um dia, por força da tolerância dessa conversação ilustrada que Rorty tão bem preconiza, as diferenças culturais possam dar lugar a compromissos pragmáticos, como já vai acontecendo, e a uma trama mais rica em que ser cidadão de uma comunidade mais vasta gera tantas ou mais lealdades que aquelas que eram preferidas na base (p.102). A leitura destes cinco textos revela várias linhas-mestras do pensamento político e filosófico de Rorty, que o leitor poderá encontrar magistralmente descritas na introdução de del Águila, um texto praticamente antológico acerca de Rorty. Essas linhas-mestras são mais que soluções, espaços de crítica, como bem diz del Águila, e dizem respeito a uma crítica aos recônditos mais frágeis e obscuros da nossa tradição intelectual, social e política, no sentido de uma auto-transformação que não seja mediada numa síntese teórica última, antes na reforma, inclusão e ampliação do nós mediante uma estratégia etnocêntrico-cosmopolita de carácter contingente. Na realidade, um dos principais pilares do pensamento de Rorty é o de que nunca poderemos sair ultimamente de nós mesmo em direcção

a um radicalmente outro, um sem sentido epistemológico, já abordado pelo autor em obras anteriores mais técnicas. No entanto é a esfera praxista que tem vindo a interessar sucessivamente a Rorty e nela mais que esse nós epistemológico, de todos os modos inescapável após evacuarmos as últimas ilusões metafísicas, é o nós social, ético e político produto de uma história contingente em que Rorty se reconhece, e que o mesmo julga optimisticamente como chave (sempre em transformação) para o futuro. Nesse ponto, entram em jogo mais dois pilares do pensamento rortiano, que claramente subjazem aos textos escolhidos e que cremos del Águila não valora suficientemente. Refiro-me em primeiro lugar à substituição do conhecimento pela esperança (que já deu título a uma obra de Rorty), e que bem interpretado quer dizer que, descartadas as grandes ilusões onto-epistemológicas, é pela imaginação praxista em tolerância que se joga a principal frente no futuro da humanidade e que de todas as aporações teóricas à sociedade, obviamente legítimas, nenhuma delas se pode arrogar de configurar “ultimamente” a parúsia.

Aqui está um claro repto para que os intelectuais (e são essas sínteses intelectuais omnibarcantes aquelas particularmente visadas por Rorty) e todos os criadores não pretendam sem mais impor as suas fantasias privadas à esfera pública. Neste ponto desvela-se o outro pilar do pensamento de Rorty que referíamos: a separação entre a esfera pública e a privada, enquanto impossibilidade de uma síntese final que possa tocar a verdadeira natureza humana ou aquilo que realmente há, ou outras coisas do género. Não há nenhum privilégio automático do universal sobre o idiossincrático, por assim dizer, nem nenhuma razão para que os amores idiossincráticos de alguém encaixem na sua especial sensibilidade para com a dor dos outros (p.39). Em suma, não há razão para sintetizar Trotsky com os interesses privados de Rorty numa particular família de orquídeas silvestres que o mesmo descreve. Nem me parece haver espaço para o que del Águila endossa a Rorty via Savater: o perigo de sumir as trágicas tarefas de um Dom Quixote (Rorty) cavaleiro pragmático a uma mera alternativa privada. Perigosos são os projectos privados quando no seu sublimismo trágico são impostos ou se pretendem impor à sociedade. Ou melhor, o perigo não reside tanto no sublime enquanto tal, mas quando deixado simplesmente à solta evacuando-se do lugar de contingência donde sempre é evocado. Nem Savater parece escapar a esse risco como bem o mostra Burón González ao ligá-lo nesse ponto a Ortega y Gasset e ao

pior do impulso viril musculado que caracteriza o raciovitalismo orteguiano dos anos 20 (M. Burón González, *La Historia y la Naturaleza*, Madrid, 1992, p.47).

Certamente que Rorty tematiza os problemas a partir de uma perspectiva francamente ocidental, mas de que outra poderia em boa verdade partir, pelo menos em termos laicos, que não acarretasse as falácias metafísicas de sempre? Mais pragmaticamente ainda: quem na verdade quer negar o melhor da história contingente das democracias ocidentais como projecto futuro a aprofundar? Estou em crer que nem mesmo aquela recalcitrante esquerda francesa *rivegauchiana* e as variantes suas aparentadas, apesar da sua pose díscola.

*António Horta Fernandes*

## **FOREIGN AND SECURITY POLICY IN THE EUROPEAN UNION**

Eliassen, Kjell ed., London, Sage, 1998, ISBN 0-7619-5633-6 (pbk)

Foreign and Security Policy in the European Union apresenta ao leitor quatro níveis analíticos: o da evolução dos contornos institucionais de uma Política Externa e de Segurança Comum; o das perspectivas nacionais sobre estratégias de segurança nacional passando depois ao da análise empírica de problemas específicos no domínio da segurança relacionados com a Bacia do Mediterrâneo e as implicações do alargamento da União Europeia, concluindo com uma reflexão sobre a cooperação europeia no domínio das indústrias de defesa.

A obra, com um carácter mais informativo do que problemático, tem como principal atributo a apresentação de diversas perspectivas nacionais sobre estratégias de segurança. Foreign and Security Policy in the European Union contém na maior parte dos casos boas secções de notas e uma extensa bibliografia geral apesar de muito orientada para documentação de cariz oficial.

Kjell A. Eliassen, editor da obra, começa por evidenciar a impossibilidade de a União Europeia ter uma política económica eficaz, sem simultaneamente dispor de uma política externa coerente e de uma política de segurança credível, facto incontornável, mas frequentemente esquecido nos momentos de reforma institucional que precedem as reformas internas da União Europeia.

O aprofundamento das relações entre estados europeus que subscreveram a Cooperação Política Europeia (CPE) tornou-se mais evidente à medida que a Comunidade foi sofrendo diversos processos de alargamento o que facilitou um crescente entendimento sobre questões internacionais do interesse comum europeu. Do ponto de vista institucional, a revisão do Tratado de Roma com o Acto Único Europeu de 1986 veio reforçar no domínio da segurança e da política externa o quadro de relações entre os países europeus.

O desmembramento da União Soviética e o menor empenho norte americano nas questões da defesa e segurança europeias, a queda do Muro de Berlim, a reunificação alemã e o eclodir da guerra civil na ex-Jugoslávia confrontaram a Europa com a necessidade de assumir responsabilidades acrescidas no campo da defesa e segurança.

No contexto da União Europeia em particular no da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) o nacionalismo tem sido empregue como

argumento de resistência a uma maior integração. Os estados com identidades nacionais mais consolidadas são, segundo Pinar Tank, aqueles que registam uma maior abertura em relação à constituição de entidades supra-nacionais (p.12), bem como os mais permeáveis aos efeitos do esbatimento da exclusividade da autoridade legítima do estado nacional.

Mas o sucesso ou fracasso da implementação da PESC não será determinada exclusivamente por debates internos sobre a centralidade do estado-nação ou sobre a representatividade dos interesses nacionais, dependerá também em larga medida do quadro de relações e tradições de relacionamento externo dos países membros da União com estados terceiros, por ex. entre a Grã-Bretanha e os EUA ou pela evolução da posição da França em relação à política externa norte americana.

A eclosão da Guerra do Golfo constituiu uma verdadeira prova às capacidades europeias para sustentar posições comuns em matéria de política externa. Mas se aquela teve um impacto negativo sobre a imagem de unidade da União Europeia, a reunificação alemã veio abrir à Europa novas oportunidades de integração no domínio militar pela via da inserção plena da Alemanha na arquitectura europeia de segurança e defesa e por um desvio geográfico e político na centralidade dos assuntos europeus.

Até à Cimeira de Maastricht o discurso político sobre a PESC foi dominado pela divergência entre supranacionalidade e intergovernamentalidade e o debate limitou-se às questões dos procedimentos de votação por maioria qualificada, ao relacionamento institucional entre a UEO e a NATO (p.30) e aos possíveis cenários de actuação fora-de-área.

O Tratado de Amsterdão comprovou, na perspectiva de Arnhild e David Spence, a dificuldade que os europeus têm em ultrapassar interesses nacionais tendo como resultado o reforço do instrumento da diplomacia declaratória (p.44) em detrimento da definição de interesses e acções comuns, agravando o que Christopher Hill chamou de "capability-expectation gap" ou seja a distância entre expectativas e capacidades para a concretização de objectivos de um modelo de relacionamento intergovernamental, agravada pela falta de centralidade orgânica da União Europeia no domínio do relacionamento externo dividido entre as competências da Comissão e a Presidência com representação no domínio da PESC.

A parte mais substancial de Foreign and Security Policy in the European Union diz respeito às estratégias de segurança nacional da França, da

Alemanha, da Grã-Bretanha e da Espanha às quais a segunda parte do livro é dedicada. O seu valor deriva da possibilidade de análise comparativa dos diversos aspectos decorrentes das várias culturas políticas, das diversas concepções de interesse nacional e das respectivas prioridades nacionais em matéria de política externa e de política de segurança.

O caso francês, que conjuntamente com o britânico têm menor valor empírico no conjunto da obra, reporta-se quase exclusivamente ao papel das elites francesas e à sua responsabilidade na construção de um sistema de administração política disfuncional, baseado na edificação de redes de influência – verdadeiras tecno-estruturas – que na opinião de Yves Boyer, conduzem à instauração de um “sistema de consanguinidade funcional” (p.96) com um impacto negativo sobre o papel da França em quadros de relacionamento político europeu.

Já a perspectiva alemã, da autoria de Reimund Seidelmann, apresenta o melhor estudo de caso tratado com o detalhe analítico que não se encontra nas perspectivas francesa e britânica. Potência de tradição continental cuja política externa teve como constante a expansão territorial, a Alemanha soube adaptar a sua estratégia nacional às realidades do pós guerra, numa situação de divisão territorial em dois estados com orientação ideológica distinta e sempre na presença de forças estrangeiras estacionadas no seu território.

A importância da geografia política alemã, referida por Seidelmann, no contexto analítico da segurança deve-se em larga medida ao facto de a Alemanha ter ocupado durante todo o período da bipolaridade uma posição geoestratégica fundamental para os EUA e URSS, pese embora o facto de os efeitos da globalização económica e as crescentes capacidades de projeção de poder à escala mundial terem relativizado os fundamentos decorrentes da geografia política, quando aplicados ao comportamento externo dos estados. A afirmação económica da Alemanha à escala europeia e mundial e a conquista de um lugar de prestígio ao nível diplomático consolidaram condições de coesão nacional interna e de prestígio externo, que fizeram da Alemanha um parceiro imprescindível no domínio da segurança e um motor fundamental da economia europeia.

Seidelmann evidencia a importância dos modelos de relacionamento externo integrado seguidos pela Alemanha no pós guerra e que concorrem para a afirmação de uma estratégia nacional segundo uma política de influência sem liderança (p.117).

Segundo Seidelmann a harmonização dos interesses europeus e a constituição de uma política externa e de segurança comum passará em larga medida por uma ligação funcional entre a dimensão normativa da paz, a consolidação da democracia e a construção de uma comunidade de interesses associados no domínio económico, político e militar, sem contudo apoiar uma capacidade militar que antagonize os EUA.

A incontornável questão da integração das forças nucleares britânica e francesa, a harmonização de políticas de exportação de armamentos, a coordenação de diferentes culturas estratégicas, o grau de sobreposição entre identidade e soberania nacionais e a sua estreita identificação com as políticas de segurança e defesa seguidas pelos estados aumentará, sem dúvida, o grau de complexidade de análise em torno destas questões.

A perspectiva britânica, apresentada por Michael Clarke, revela-se menos esclarecedora e interessante do ponto de vista analítico. O autor desenvolve a ideia de que a posição inglesa em matéria de segurança continuará, no período pós Guerra Fria, a basear-se na recusa de uma grande visão estratégica europeia, preservando uma concepção própria de identidade e de integridade nacional acima das vicissitudes e dos colapsos políticos na Europa.

O objectivo da GB no domínio da defesa da Europa Ocidental não é o de a legar numa nova organização, mas antes desenvolver procedimentos que promovam uma maior multinacionalidade das forças europeias (p.138). De igual modo a permanência da Grã-Bretanha fora do sistema monetário europeu e a sua especificidade no domínio social e económico comunitário determinarão em larga medida a sua posição futura no domínio da defesa. O legado histórico e a relação preferencial com os EUA e a NATO que condicionaram o seu posicionamento diplomático durante a Guerra Fria são actualmente confrontados com a perda de previsibilidade do cenário estratégico e a intervenção concorrencial de outros actores no quadro da defesa colectiva para além da NATO o que coloca desafios incontornáveis aos estados com posições externas tradicionalmente atlantistas.

As duas perspectivas sobre o sul da Europa de Esther Barbé e Pinar Tank inscrevem-se em vectores analíticos diferentes das anteriores, orientando-se para os problemas decorrentes da instabilidade na Bacia do Mediterrâneo.

Esther Barbé considera o papel desempenhado pela Espanha no âmbito das organizações de segurança europeias e o interesse espanhol em

associa-las de uma forma permanente à estabilidade mediterrânea.

Pinar Tank, por seu lado, concentra a sua atenção nos espaços periféricos da orla sul do Mediterrâneo sendo o seu contributo particularmente válido pelo carácter objectivo com que a autora analisa a problemática inerente às questões de segurança e defesa no contexto do relacionamento entre estados mediterrânicos.

No plano analítico importa considerar a permanência de uma dada imagem externa do fundamentalismo islâmico (p.162) agravada pela revolução iraniana no final dos anos 70. Neste contexto é importante compreender as origens do islamismo mediante a análise das várias vertentes daquele movimento, antes de se afirmar que é contrário à democracia e ao pluralismo.

O entendimento da relação entre a procura de uma identidade cultural e o fundamentalismo islâmico assumem naquele contexto analítico relevância particular (p.162). É difícil determinar se o movimento islâmico é uma resposta tardia ao colonialismo cultural do mundo árabe ou se pelo contrário tem sido utilizado como veículo mobilizador da sociedade civil face à não concretização de expectativas económicas, sociais e políticas. A ausência de uma ameaça monolítica contra os países ocidentais não só reduz a expressão “fundamentalismo” a uma leitura desadequada sobre a atitude externa dos estados islâmicos, como não determina sequer a sua motivação anti-ocidental (p.164). E é justamente esta falta de carácter monolítico, que determina o seu valor de ameaça para cada um dos estados membros da União Europeia e molda simultaneamente os contornos do relacionamento entre estados europeus e estados magrebinos. As diferenças inerentes às várias formas de revivalismo islâmico são importantes indicadores que contrariam a ideia de um desafio homogéneo. Entre os elementos constitutivos dessa diferenciação contam-se: a história (cujo curso foi em muito determinado pela duração da experiência colonial e pela especificidade decorrente dos vários modelos de administração colonial aplicados aos países árabes); a orientação política (em função da resposta das elites nacionais aos movimentos fundamentalistas, dos processos de adaptação às exigências de pluralismo político, dos esforços internos no sentido da afirmação da democracia) e a economia todos eles com um profundo impacto sobre a afirmação do movimento islâmista.

A posição espanhola adoptada no decurso da Conferência Intergovernamental de 1991 ilustrou bem o “síndroma de periferia” (p.151) sentido

por alguns países do sul da Europa decorrente da reorientação das relações externas da União Europeia para a Europa de Leste. A partir do início dos anos 90, o governo de Madrid advogou de uma forma insistente os seus objectivos externos em relação à região do Magreb e reorientou a sua política de segurança, com o objectivo de participar no núcleo duro da "Europa internacional" (p.151) adoptando uma posição cada vez mais favorável à construção de uma identidade europeia de segurança e defesa tendo como objectivo principal (p.157) garantir o seu papel de interlocutor no quadro de relacionamento mediterrâneo, assim como garantir à Espanha um lugar privilegiado na estrutura de comandos NATO.

A presidência espanhola simultânea da UEO, da UE e do Grupo de Reflexão em 1995 e a nomeação de Javier Solana para o lugar de Secretário Geral da NATO proporcionaram, na opinião de Barbé, uma revisão da posição da Espanha dentro da Aliança.

O penúltimo capítulo de *Foreign and Security Policy in the European Union* é dedicado à organização dos mercados e indústrias de defesa na Europa considerando as implicações sobre aquilo que alguns estados consideram ser, os atributos da soberania intrinsecamente ligados à concepção, escolha e produção de armamentos.

O desejo de integrar os mercados e as indústrias de defesa vai ao encontro de três objectivos: a necessidade de melhorar a gestão económica da produção, aquisição e exportação de equipamento militar ao nível europeu; a organização da defesa europeia para enfrentar uma ameaça externa e a construção da união política dos estados europeus. Neste último caso, os estados europeus serão compelidos a adoptar políticas comuns no que respeita a terceiras partes, independentemente das suas prioridades nacionais (p.201), nomeadamente a partir da aplicação de posições comuns em particular se se configurarem ameaças exteriores.

Neste contexto os EUA aparecem como os principais competidores com as indústrias de armamento europeias (p.202) e simultaneamente como parceiros preferenciais para alguns estados europeus na gestão dos problemas de segurança e de defesa da Europa.

A centralização dos europeus em certos domínios tecnológicos e a concentração em programas de armamentos específicos que assegurem a integração e protecção dos mercados e das políticas de armamentos europeias, permitirão à Europa afirmar-se como actor tecnológico com dimensão e coesão compatível com a norte americana. A ideia de uma verdadeira

cooperação no domínio dos armamentos (p.205) implicará uma integração dos mercados de defesa ao nível europeu e a criação de mecanismos supranacionais para a gestão desses mercados.

Da leitura da obra fica-nos a confirmação da distância a que a Europa se encontra de uma concertação de políticas externas, de segurança e defesa capazes de fortalecer a posição da Europa nas áreas de relacionamento externo da União Europeia conferindo-lhe um lugar dominante no contexto da segurança internacional.

O desaparecimento da ameaça decorrente do Pacto de Varsóvia e do desmembramento da URSS, a reunificação alemã e a satisfação das ambições francesas sobre o papel da França nos destinos futuros da Europa política e militar vieram criar o ambiente internacional ideal ao desenvolvimento de uma identidade europeia de defesa e segurança. Amsterdão foi a derradeira tentativa de reforço da União Europeia como actor internacional face às incertezas no domínio do político e do económico, associadas ao fraco protagonismo da Europa na Guerra do Golfo e no conflito nos Balcãs.

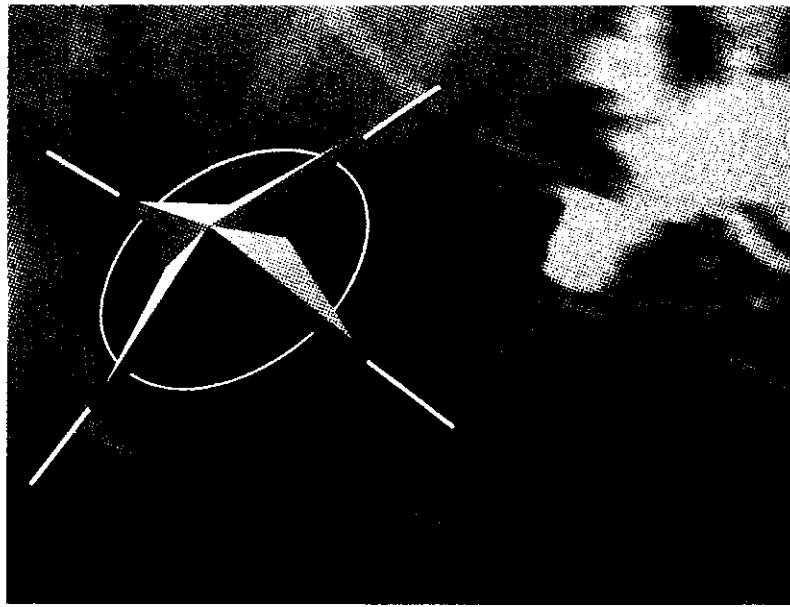
O valor instrumental da solidariedade e a integração das políticas externas e de segurança não serão mais do que uma resposta a uma integração, mais pela via da economia de custos do que pela partilha de valores e pela concertação de objectivos. Ao compromisso externo na longa duração sobrevirá o valor do acordo circunstancial e ao esboço previsível das tendências de desequilíbrio prevalecerá o valor conjuntural das ameaças.

O relacionamento crescentemente interdependente entre estados quer no contexto europeu, quer no quadro transatlântico tenderão a esbater a fronteira entre os interesses nacionais e os interesses colectivos na medida em que ambos possam ser satisfeitos em quadros integrados de relacionamento externo, no domínio da segurança e da defesa.

A afirmação de uma política externa e de segurança comum assume hoje particular relevância se atentarmos sobre as posições dos países europeus, da própria União Europeia e dos EUA em relação ao conflito nos Balcãs e sobre as suas consequências futuras sobre a unidade política, diplomática e económica da Europa.

*Isabel Ferreira Nunes*





Através das leituras



## MONOGRAFIAS

CHALMER, Lawrence, PIERCE, Jonathan, *NATO 1997: Year of Change*, National Defense University Press, 1998

EEKELEN, Willem, *Debating European Security, 1948-1998*, Sdu Publishers, 1998

ESTRELLA, Rafael, *Après le Sommet de Madrid: la Réforme de la Structure Militaire de l'OTAN*, Assemblée de l'Atlantique Nord, Commission de la Défense et de la Sécurité, 1997

FJAERVOLL, Dag, KLAIBER, Klaus, CHESIRE, John, *The Future Challenges to NATO and to Norwegian Defence and Security Policy*, The Norwegian Atlantic Committee, 1998

GAZDAG, Ferenc, *The Visegrad Countries Toward NATO: a Comparative Analysis of the Visegrad Countries and their Endeavours to Integrate into North Atlantic Alliance (final report to the NATO fellowship program 1996-1997)*, Institute for Strategic and Defence Studies, 1997

GODZIMIRSKI, Jakub, *The Visegrad Group, the Commonwealth of Independent States and Council of Baltic States*, The Norwegian Atlantic Committee, 1998

GORDON, Philip ed., *NATO's Transformation: the Changing Shape of the Atlantic Alliance*, Rowman & Littlefield Publishers, 1997

JUST, Annette, GOSS, Porter, *Ratification de l'Elargissement de l'OTAN*, Assemblée de l'Atlantique Nord, Commission Politique, 1997

MOYA, Pedro, *Le rôle de l'OTAN en Méditerranée*, Assemblée de l'Atlantique Nord, Groupe Spécial Méditerranée, 1997

NATO DEFENSE COLLEGE, *Consequences of the Madrid Summit on Security and Stability in Europe*, Nato Defense College, 1998

NATO, *NATO 1949-1999: 50th Anniversary*, NATO Office of Information and Press, 1998

NATO, *The NATO Handbook: 50th Anniversary Edition*, NATO Office of Information and Press, 1998

NATO, *The Role of NATO and its Partner Countries: Extending Security in the Euro-Atlantic Area*, NATO Office of Information and Press, 1998

PAECHT, Arthur, EEKELEN, Willem, *La Stabilité dans les Balkans: le Rôle des Institutions de Sécurité Européenne*, Assemblée de l'Atlantique Nord, Commission des Affaires Civiles, 1997

PILLIS-DUVEKOT, Heemskerk, *La SFOR: une Coalition Transatlantique pour la Paix*, Assemblée de l'Atlantique Nord, Commission de la Défense et de la Sécurité, 1997

RUZIN, Nano, *L'ex République Yougoslave de Macédoine et le Processus d'Elargissement de l'OTAN*, Assemblée de l'Atlantique Nord, Commission des Affaires Civiles, 1997

TRAAT, Maarten van, *Après le Sommet de Madrid*, Assemblée de l'Atlantique Nord, Commission Politique, 1997

WACHSLER, Tamas, RATIU, Ion, *Elargissement de l'OTAN, Partenariat pour la Paix et le Retour à l'Europe: la Hongrie – au Seuil de l'OTAN, la Roumanie – un Candidat Qualifié*, Assemblée de l'Atlantique Nord, Commission de la Défense et de la Sécurité, 1997

WIJK, Rob de, *NATO on the Brink of the New Millennium: the Battle of Consensus*, Brassey's, 1997

## PERIÓDICOS

ALEXANDROVA, Olga, "The NATO-Ukraine charter: Kiev's Euro-Atlantic integration?", in: *Aussen Politik*, vol. 48, nº 4, pp. 325-335

BRZEZINSKI, Zbigniev, "NATO: the dilemmas of expansion", in: *The National Interest*, nº 53, Fall 1998, pp. 13-17

CALLEO, David, "NATO enlargement as a problem for security in Europe", in: *Aussen Politik*, vol. 49, nº 1/98, pp. 24-27

KAMP, Karl Heinz, "A global role for NATO?", in: *Washington Quarterly*, vol. 22, nº 1 Winter 1999, pp. 7-11

KAMP, Karl-Heinz, "The NATO-Russia founding act. Trojan horse or milestone of reconciliation?", in: *Aussen Politik*, vol. 48, nº 4, pp. 315-324

LEPGOLD, Joseph, "NATO's post-cold war collective action problem", in: *International Security*, vol. 23, Summer 1998, nº 1, pp. 78-106

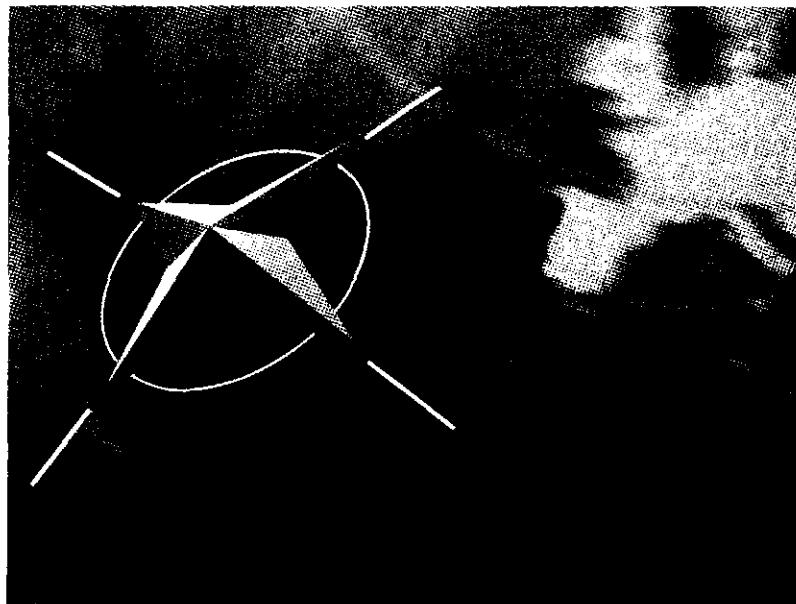
PASCAL, Boniface dir., "Quel avenir pour l'OTAN?", in: *La Revue Internationale et Stratégique*, nº 32, Hiver 1998-1999, Numéro spécial 50ème anniversaire

Strategic Survey, "Making a bigger NATO?", in: *Strategic Survey*, 1997/98, pp. 29-35

Strategic Survey, "NATO's new command structure?", in: *Strategic Survey*, 1997/98, pp. 36-44

TEDSTROM, John E., "NATO's economic challenges: development and reform in East-Central Europe", in: *Washington Quarterly*, vol. 20, nº 2 Spring 1997, pp. 3-19

WETTIG, Gerhard, "NATO, Russia and European security after the cold war", in: *Aussen Politik*, vol. 49, nº 1/98, pp. 18-23



## Abstracts



**Portugal and NATO: 1949-1999, Nuno Severiano Teixeira, pp. 15-41**

The subject of Portugal's relationship to NATO has often been given partial treatment, whether from the political and diplomatic point of view, or from the strategic and military point of view. Basically these have been contemporary and conjunctural approximations, characterised by the analysis of that moment and by praxeological questions. By contrast, here there is a long-term analysis, a global perspective and an approach that is linear and in the longer perspective for half a century. Firstly, the foundation of the Alliance and Portugal's position as a founder member are covered. Secondly, the study looks at the evolution of the relationship between Portugal and the Alliance, from the diplomatic point of view, as well as the one of military commitments between 1949-1999.

**Portugal and NATO (1949-1976), António José Telo, pp. 43-84**

The article stresses the importance and the meaning of the adhesion of Portugal to NATO on the given period.

Several phases are distinguished and minimally analysed: the adhesion (1945-1949), the NATO years (1950-1959), the wars in Africa (1960-1974) and the transition towards democracy (1974-1976). It is pointed out the importance of NATO political functions to a small power like Portugal, namely in what concerns its insertion in the international system and the internal evolution. In this last field, it is signalled the importance of NATO for the structure of the Armed Forces, for the connection between politicians and military for the higher organisation of defence and for the determination of the military and defence politics.

One of the conclusions is that NATO was one of the main influences favouring the Portuguese transition towards a democratic society open to the world and with modern defence structures.

**The Navy in the 50 Years of NATO, António Emílio Ferraz Sacchetti, pp. 85-99**

Still during the Second World War, in 1943, the Portuguese Navy modernised the destroyers and other ships, endowing them with

some sensors and arms that were then being in use by the British allies.

Straight after the war, and even before the creation of NATO, were received from England and, for the first time, from USA, some naval units, war surplus

The division of the National Navy was emphasised in two forces, one more endowed for the war in a modern atmosphere, in Europe, the other turned more to the Colonies, where it was improbable the sea fight and the defence of the sovereignty or the projection of power over the land was constant.

The support to NATO to the acquisition of ships that could not be utilised for the NATO missions was always balanced with the construction of units financed by national budget. This fact and the reduction of the ships from the 30's contributed, on one hand, for the formation of a more consistent and modern Navy; on the other hand, allowed that, during these 50 years, the Navy never let to be present in Europe and in the three oceans, where and when the national interest so demanded it.

**The Contribution of the Portuguese Army to NATO, José Luís Pinto Ramalho, pp. 101-119**

A description of the contribution of the national Army to the Atlantic Alliance is done in the article, since its foundation to the present time. Such contribution is analysed during three distinct periods: the initial period, until 1961; from 1961 to 1976; and from 1976 until the present time. The problematic of the re-equipment is equally approached, with the indication of the most important systems of arms, at the disposal of the Army, in parallel to the indication of its participation in the several exercises taken place in the ambit of the Alliance. Lastly, are shown the effective boards, related to the participation of the Army units in operation undertaken by NATO, most concretely IFOR and SFOR. In the final considerations the author brings the attention for the challenges in the future, as to the need to have been taken into account, relatively to the demands of a national participation in NATO, the fact that the Atlantic Alliance having concluded a political-military renovating process and strategic adaptation to the new international conjuncture.

**NATO and the Portuguese Air Force, António de Jesus Bispo, pp. 121-147**

In this article the evolution of NATO and the Portuguese Air Force is analysed, and are referred to, in a brief manner, the problems that both institutions have had to face during the last forty-seven years of their existence.

The Air Force came to birth in 1952, as a Branch of the Armed Forces, in the same year that the Atlantic Council met in LISBON, where decisions of great importance took place in terms of efficiency of the own Alliance. As a peripheral country, PORTUGAL performs a very important potential role, in its contribution to the connection between the European and American Continents, being relevant in the strategic support of a speedy backing.

In the second half of the decade of the 70's the participation of the Air Force becomes much more active, as much as in the attribution of means, like in the incorporation of the doctrine and the standardisation of norms, or as in the participation of a joint decision, to the level of its own competencies. The inclusion of PORTUGAL in the integrated aerial defence of NATO and the contribution for the pilot instruction, like in the AEW Force, are examples of the enhancement of that participation.



<b>Editorial</b>	5
<b>Resumos</b>	7
<b>Portugal na NATO: 1949-1999</b>	
Portugal e a NATO: 1949-1999 <i>Nuno Severiano Teixeira</i>	15
Portugal e a NATO (1949-1976) <i>António José Telo</i>	43
A Marinha nos 50 Anos da NATO <i>António Emílio Ferraz Sacchetti</i>	85
A Contribuição do Exército Português para a OTAN <i>José Luís Pinto Ramalho</i>	101
A NATO e a Força Aérea Portuguesa <i>António de Jesus Bispo</i>	121
<b>Documentos</b>	
Acto fundador sobre as relações, a cooperação e a segurança mútuas entre a OTAN e a Federação Russa	151
O Conceito Estratégico da Aliança	163
O Plano de Acção para Adesão (PAA)	192
<b>Recensões</b>	
Pragmatismo y Política, de Richard Rorty <i>António Horta Fernandes</i>	205

Foreign and Security Policy in the European Union, de Kjell A. Eliassen <i>Isabel Ferreira Nunes</i>	211
<b>Através das leituras</b>	219
<b>Abstracts</b>	223

A 4 de Abril de 1949, em Washington, era assinado o Tratado fundador da Aliança Atlântica. Este ano, no mesmo local simbólico da fundação, a Cimeira de Washington celebrou os cinquenta anos da Aliança. Não tivesse sido a crise no Kosovo e o conflito na Ex-Jugoslávia e esta teria sido uma Cimeira de consagração do Cinquentenário. De facto, durante a Guerra Fria, a Aliança assegurou a paz e ganhou a guerra. E no pós guerra, depois da queda do Muro de Berlim, do desmoronamento da União Soviética e das derivas pós-comunistas na Europa Central e de Leste, a NATO não só persiste a um ambiente internacional para o qual não fora criada como reforma as suas estruturas e se adapta a novas funções e desenha novas missões.

País fundador, Portugal mantém, nestes cinquenta anos de vida da Aliança uma presença constante e quase sempre empenhada. Esta presença de Portugal na NATO tem um duplo significado. Significa para a Aliança o contributo de uma pequena potência para a segurança na área euro-atlântica. Para Portugal teve e continua a ter um significado importante e consequências profundas quer sobre a política externa quer sobre a política de defesa e as Forças Armadas Portuguesas.

Ora, é esse, precisamente, o objectivo deste número que a Revista Nação e Defesa dedica ao Cinquentenário da Aliança Atlântica: procurar uma perspectiva destes cinquenta anos da presença portuguesa na NATO e das suas implicações para Portugal nos seus diferentes aspectos, político, diplomático e militar.

